

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ALEX FABIANO DE TOLEDO

**A CATEGORIA CLASSES E GRUPOS SUBALTERNOS DE ANTONIO
GRAMSCI E SUA TEORIZAÇÃO PELO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

São Paulo

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ALEX FABIANO DE TOLEDO

**A CATEGORIA CLASSES E GRUPOS SUBALTERNOS DE ANTONIO
GRAMSCI, E SUA TEORIZAÇÃO PELO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Serviço Social ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Carmelita Yazbek.

São Paulo

2013

ALEX FABIANO DE TOLEDO

**A CATEGORIA CLASSES E GRUPOS SUBALTERNOS DE ANTONIO
GRAMSCI, E SUA TEORIZAÇÃO PELO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do
título de Doutor em Serviço Social ao Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^a Dr^a
Maria Carmelita Yazbek.

Aprovada em: ____ de _____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Dedicatória

Dedico esta tese aos meus pais, Wilson e Dalva,
e aos meus irmãos Wilson, Bruna e Lídia.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que, de um modo ou de outro, acompanharam e contribuíram com a construção desta tese.

Agradeço principalmente:

A minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria Carmelita Yazbek, obrigado por ter sonhado comigo este projeto que se torna tese, e pela companhia neste caminho de buscas e descobertas.

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, colegas do programa, e também ao PPGSS e funcionários das secretarias da PUCSP, que não mediram esforços para os encaminhamentos pertinentes a todos os processos que envolveram esta tese, em especial a Vânia e Andreia (secretária do programa), e a Soraia Félix (Setor de Bolsas).

Às valiosas contribuições das Prof^{as} Dr^{as} Maria Lucia Martinelli e Dr^a Ivete Simionatto, por ocasião do exame de qualificação.

À CAPES, pela bolsa de estudos que viabilizou a realização deste trabalho e estágio sanduíche em Portugal.

À Prof^a Dr^a Fernanda Rodrigues, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, e ao David, sua acolhida e carinho em terras além-mar diminuíram as saudades de casa.

À Associação Nóbrega, por todo apoio, em especial ao Pe. João Batista Libanio e Pe. Carlos James, e a Fernanda Neves, por todo cuidado.

Às amigas construídas ao longo deste doutorado, especialmente Simone, Claudia, Natalina, Isabela, Samy e Raimundo, companheiros desbravadores das terras portuguesas.

Um agradecimento especial à amiga Gecira de Fiori e família: “È um mondo diffìle, è vita intensa”. Obrigado pelo companheirismo e paciência.

Agradeço ainda a Patrícia do Roccio Palkoski, por todo carinho e cuidado.

Aos amigos que não irei nominar, mas que junto com minha família sempre me apoiaram, obrigado a todos!

RESUMO

A presente tese estuda a categoria classes e grupos subalternos no pensamento de Antonio Gramsci e sua teorização pelo Serviço Social no Brasil nas últimas décadas, com o objetivo de examinar a teorização da categoria classes e grupos subalternos pelo Serviço Social. Problematicamos em que medida a categoria classes e grupos subalternos adquire relevância no pensamento gramsciano e como é teorizada pelo Serviço Social. Este é um estudo de caráter teórico, e para a investigação utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principais fontes os escritos pré-carcerários, os *Cadernos do Cárcere*, com destaque para o Caderno 25, assim como publicações de quatro autoras do Serviço Social com referência em Gramsci. Através das leituras exploratória, reflexiva, interpretativa e crítica, respondemos ao problema de investigação, tendo como resultados que o interesse de Gramsci sobre a categoria das classes e grupos subalternos está ligado à criação de uma metodologia de historiografia destas classes e grupos para a elaboração de sua história e construção da estratégia política e revolucionária de superação da subalternidade, assim como o Serviço Social brasileiro teoriza a categoria gramsciana classes e grupos subalternos *sendo o fio condutor* a superação da subalternidade, relacionado ao Projeto Ético-Político da Profissão na reafirmação do compromisso com as classes e grupos subalternos e na contribuição estratégica de transformação social. Tal resultado sugere a importância em distinguir os termos subalterno, subalternidade e a categoria gramsciana classes e grupos subalternos, bem como os vários níveis de subalternidade. Propomos o aprofundamento e a politização do uso desta categoria pelo Serviço Social articulado à unidade das elaborações, no que se refere à superação da subalternidade enquanto unidade do pensamento revolucionário de Antonio Gramsci e as formulações das autoras pesquisadas do Serviço Social. Daí ser imprescindível a apreensão da historicidade da categoria classes e grupos subalternos enquanto categoria política nos marcos da tradição marxista de transformação da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Classes e grupos subalternos. Teorização. Serviço social.

ABSTRACT

This thesis focuses on category classes and subaltern groups based on Antonio Gramsci and his theorization by Social Service in Brazil in the past decades. The aim of this paper was to examine the theorization of the category classes and subaltern groups by Social Services. The research problematized in what dimension category classes and subaltern groups acquire relevance in the Gramscian thought and how it is theorized by the Social Service. This is a study within theoretical framework, which used bibliographical and documental references for investigation, having Pre-Prison Writings, *The Prison Notebooks*, with emphasis on Notebook 25 as its main sources, as well as publications from four Social Service authors whom used Gramsci as their reference. Through exploratory, reflective, interpretive and critical readings, the thesis responds to the problem of the investigation, having as results that Gramsci's interest on the category classes and subaltern groups is connected to the creation of a methodological historiography of these classes and groups for elaboration of its history and construction of political and revolutionary strategy for overcoming subalternity, as the Brazilian Social Service theorizes Gramscian category classes and subaltern groups as being the *conductor thread* to overcoming subalternity, related to Professional Ethical-Political Project in reaffirming the compromise with classes and subaltern groups, and in the strategic contribution of social transformation. The results suggest the importance in distinguishing terms such as: subaltern, subalternity and Gramscian category classes and subaltern groups, as well as many levels of subalternity. This thesis proposes widening and use of the politicization of this category by Social Service articulated unit of elaborations, as it refers to overcoming subalternity, as a unit of the revolutionary thought of Antonio Gramsci and the formulation of the researched authors in Social Service. Therefore, it is essential to apprehend the historicity of the category classes and subaltern groups whereas political categories in the traditional Marxist framework on transformation of the capitalist society.

Keywords: Classes and subaltern groups. Theorization. Social Service

RIASSUNTO

La presente tesi studia la categoria classi e gruppi subalterni nel pensiero di Antonio Gramsci e la sua teorizzazione dal Servizio Sociale in Brasile nelle ultime decadi con l'obiettivo di esaminare la teorizzazione della teoria di classi e gruppi subalterni dal Servizio Sociale. Studiamo in quali misure la categoria classi e gruppi subalterni acquista rilevanza nel pensiero gramsciano e come viene teorizzata dal Servizio Sociale. Questo è uno studio di carattere teorico e per la sua investigazione abbiamo fatto uso non solo di una ricerca bibliografica e documentale avendo come principali fonti gli scritti pre-carcerari, i *Quaderni dei Carceri*, soprattutto il Quaderno 25, ma anche delle pubblicazioni di quattro autrici del Servizio Sociale con riferimenti a Gramsci. Attraverso le letture esplorativa, riflessiva, interpretativa e critica, si è potuto rispondere al problema dell'investigazione arrivando alla conclusione dell'interesse di Gramsci sulla categoria delle classi e gruppi subalterni nell'elaborazione della creazione di una metodologia di storiografia di queste stesse classi e gruppi per l'elaborazione della sua storia e costruzione della strategia politica e rivoluzionaria della superazione della subalternità così come il Servizio Sociale brasiliano teorizza la categoria gramsciana classi e gruppi subalterni trasformandosi *in filo conduttore* la superazione della subalternità, paragonando al Progetto Etico-Politico della Professione nella riaffermazione del compromesso con le classi e gruppi subalterni e nel contributo strategico della trasformazione sociale. Questo risultato suggerisce l'importanza nel distinguere i termini subalterno, subalternità e la categoria gramsciana classi e gruppi subalterni così come i diversi livelli della subalternità. Proponiamo l'approfondimento e la politicizzazione dell'uso di questa categoria dal Servizio Sociale articolati all'unità delle elaborazioni riguardanti alla superazione della subalternità una volta vista come l'unità del pensiero rivoluzionario di Antonio Gramsci e le formulazioni delle autrici che sono state ricercate dal Servizio Sociale. Quindi diventa imprescindibile la comprensione della storicità della categoria classi e gruppi subalterni mentre è vista come categoria politica nell'importanza della tradizione marxista della trasformazione della società capitalista.

Parole-chiave: Classi e gruppi subalterni. Teorizzazione. Servizio Sociale.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
A SUBORDINAÇÃO E OS SUBALTERNOS NOS ESCRITOS PRÉ-CARCERÁRIOS DE ANTONIO GRAMSCI	23
1.1. A subordinação e a dominação	23
1.2. O uso do termo “subalterno” nos escritos do período pré-carcerário	51
CAPÍTULO 2	
PARA COMPREENSÃO DA CATEGORIA CLASSES E GRUPOS SUBALTERNOS	57
2.1. O uso literal do termo subalterno e subordinação nos <i>Cadernos do Cárcere</i>	58
2.2. As características das classes e grupos subalternos	65
2.3. Estado ampliado e hegemonia	71
CAPÍTULO 3	
A CULTURA, A FILOSOFIA DA PRÁXIS E A SUPERAÇÃO DA SUBALTERNIDADE ..	92
3.1. Cultura ideologia e concepções de mundo	92
3.2. Os intelectuais e partido político	106
3.3. Reforma intelectual e moral e filosofia da práxis	116
CAPÍTULO 4	
PARA UMA HISTÓRIA DAS CLASSES E GRUPOS SUBALTERNOS.....	124
4.1. As classes e grupos subalternos à margem da história: o Caderno 25	125
4.2. Alguns elementos para uma historiografia das classes e grupos subalternos	140
4.3. Os subalternos para Gramsci	143
4.4. Uma categoria gramsciana em construção.....	152
CAPÍTULO 5	
A CATEGORIA CLASSES E GRUPOS SUBALTERNOS NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	159
5.1. Classes subalternas e assistência social	160
5.2. Organização das classes subalternas	166
5.3. Serviço social e organização da cultura	171
5.4. Classes subalternas, luta de classe e e hegemonia	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
REFERÊNCIAS.....	197

INTRODUÇÃO

“O homem, que em certo momento se sente forte, com a consciência da própria responsabilidade e do próprio valor, não quer que nenhum outro lhe imponha sua vontade e pretenda controlar suas ações e seu pensamento”. (GRAMSCI, 2004: 43-46).

A imposição de um grupo sobre outros foi recorrente ao longo da história da civilização, tendo a força física e a violência como instrumentos privilegiados para a dominação.

No correr da história da humanidade, outros mecanismos para a imposição da vontade de grupos restritos sobre a maioria foram criados, mecanismos estes mais eficientes, com maior alcance, mas sobretudo capazes de alcançar os mesmos objetivos, de modo que aqueles que estando submetidos não consigam vislumbrar outro horizonte, diminuindo desse modo suas resistências.

Esta já era uma percepção do então adolescente Antonio Gramsci, que em 1910, na remota ilha da Sardenha, na Itália, em uma redação escolar escreve que a aguardente e o ópio distribuídos para a população amortizavam a tomada de consciência, criando a letargia, o conformismo, a resignação, dificultando a compreensão de que os privilégios sociais eram uma construção histórica, e que por isso poderiam ser superados.

A dominação através da coerção continua a existir e se manifestar no mundo moderno com instrumentos cada vez mais sofisticados e letais, aniquilando as tentativas de construção de uma outra realidade. No entanto, com o desenvolvimento das forças produtivas e da consciência dos homens, somente a força física não basta para manter o funcionamento do sistema e do modo de vida difundido com o advento do capitalismo, que desenvolve consigo um outro modo de poder, não somente por meio da força física, mas de uma força invisível que se manifesta na sociedade através dos mecanismos de dominação fundados no convencimento e na obtenção do consenso, cujos efeitos perduram por mais tempo e de forma mais intensas que a aguardente e o ópio.

Esta tese trata da categoria classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci, demonstrando que seu pensamento consegue ultrapassar a barreira do tempo para compreensão dos acontecimentos que se fazem presentes na atualidade, e chamando a atenção para a possibilidade de superação da ordem estabelecida, que se reafirma a cada dia, como se esta ordem, a capitalista, fosse a única possível, para a qual não existe remédio nem saída.

Meu interesse por esta temática decorre da formação humana e dos valores que se fizeram presentes em minha vida, e da compreensão adquirida graças /à formação crítica a que tive acesso, bem como de minha trajetória profissional sempre ligada à área social.

A discussão sobre a subalternidade demarca o interesse em estudar o pensamento de Antonio Gramsci, como esta categoria se origina e se consolida em sua trajetória. O encontro com seu pensamento se deu pela aproximação da produção teórica do Serviço Social, a partir das inquietações que motivaram a realização do mestrado em Serviço Social.

Minha trajetória profissional na área social teve início antes mesmo do ingresso no curso de Filosofia, inicialmente em trabalhos voluntários nas pastorais sociais, e a seguir como educador social com crianças e adolescentes em situação de rua e moradores de rua, vítimas de violência, e posteriormente com adolescentes autores de ato infracional.

Nesse percurso, algumas questões foram se colocando e indicando a necessidade de continuidade nos estudos para melhor compreender a realidade, na esperança de contribuir para sua transformação. E foi no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social na PUC-SP que encontrei um espaço e ambiente favorável para aprofundar os questionamentos que se faziam presentes originados a partir de minha prática profissional.

Imbuído não apenas do desejo, mas pela necessidade de apreender os condicionantes que levavam os adolescentes a cometerem atos infracionais, é que se deu a aproximação com a temática da subalternidade, que fundamentaram as primeiras reflexões que se objetivaram com a dissertação apresentada em 2007 com o título: *Adolescência e Subalternidade: o ato infracional como mediação com o mundo*.

A aproximação à temática da subalternidade e ao pensamento de Gramsci se deu de forma indireta, a partir das referências presentes nos estudos de Almeida (1990) e Yazbek (2003), que além de possibilitarem uma base teórica para as reflexões do mestrado, tiveram um papel importante no que diz respeito à vontade de aprofundar os estudos sobre o

pensamento gramsciano e para a questão da subalternidade, motivando desse modo o ingresso no doutorado.

A delimitação do objeto de estudo não se deu de forma isolada, mas por reconhecer e identificar que esta categoria se faz presente de diferentes formas e contextos no mundo acadêmico, e principalmente na produção do Serviço Social brasileiro. As primeiras investigações realizadas indicavam a presença dos termos “subalternidade”, “subalternos”, de diversas formas e contextos, desde os movimentos mais avançados da esquerda, como também pelo discurso conservador, mas em ambos os casos, na maioria das vezes sem estar acompanhado da referência ao pensamento de Gramsci.

Observamos o uso indiscriminado da categoria subalternidade no mundo acadêmico, assim como pelos meios de comunicação de forma geral, para descrever uma grande diversidade de situações, ou a condição particular de um indivíduo, ou grupos de indivíduos, que se sentem subordinados ou oprimidos.

Inicialmente no doutorado pretendia-se investigar a categoria subalternidade em relação à Política Nacional da Assistência Social, entretanto, a frequência em disciplinas, atividades programadas e núcleos de pesquisa oferecidos pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, em conjunto com orientações, favoreceram o amadurecimento das reflexões e delinearem os caminhos que passaríamos a percorrer até a clareza da definição do objeto de estudo, que já apontava nesse momento para a necessidade de conhecer o pensamento de Antonio Gramsci e a questão da subalternidade em sua obra, por isso, ao lado dos estudos sobre a Assistência Social, iniciamos o estudo da língua italiana, para dessa forma recorrer às fontes originais do pensamento gramsciano.

O estagio sanduíche em Portugal, na Universidade do Porto, ligado à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, com a orientação da Professora Doutora Fernanda Rodrigues, contribuíram para a reformulação do objeto de estudo, uma vez que os questionamentos que se faziam presente já indicavam para a necessidade da distinção dos termos subalterno, subordinação e classes e grupo subalternos, sendo necessário por isso aprofundar o seu sentido e significado para Gramsci, especialmente sua relevância na tradição marxista, presente em alguns de seus intérpretes e comentadores, indicações estas que foram reforçadas graças às orientações recebidas do Professor Doutor Giuseppe Vacca nas visitas ao Instituto Gramsci em Roma.

As leituras até então realizadas indicavam para o uso na produção teórica do do Serviço Social, dos termos subalternidade, classes subalternas, como sinônimos de pobreza, miserabilidade, exclusão social, ou para vários tipos de dominação de um grupo ou indivíduo sobre outro.

No levantamento das produções acadêmicas sobre subalternidade (teses e dissertações) feito na biblioteca da PUC-SP, em que pese raros trabalhos abordarem a subalternidade, mesmo pelo Serviço Social brasileiro, observamos a ausência de um estudo e teorização sobre essa categoria a partir de fontes originárias do pensamento gramsciano.

Uma vez que o objeto desta tese é histórico, possui identidade com o sujeito, é intrínseca e extrinsecamente ideológico e essencialmente qualitativo (MINAYO, 1999), a interação da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental permitiu a aproximação compreensiva ao movimento do objeto, assim como a apreensão da gênese da categoria da subalternidade e a forma como essa categoria é teorizada no Serviço Social brasileiro, articulando-se as partes ao todo, relacionando às conjunturas sócio-históricas narradas pelos teóricos que se valem desta categoria, o que favoreceu uma aproximação explicativa do objeto, compreendendo desse modo a sua relação e o Serviço Social no Brasil.

Sendo assim, delimitamos como objeto de estudo a categoria classes e grupos subalternos no pensamento de Antonio Gramsci, e sua teorização pelo Serviço Social no Brasil nas últimas décadas, problematizando em que medida a categoria classes e grupos subalternos adquire relevância no pensamento gramsciano e como é teorizada pelo Serviço Social.

À luz desse problema, as questões norteadoras do presente estudo se delimitaram a apreender: (i) O que é a categoria classes e grupos subalternos para Gramsci? (ii) Qual a relevância desta categoria para o seu pensamento? (iii) Como o Serviço Social teorizou a categoria classes e grupos subalternos?

Desse modo, definiu-se como Objetivo Geral examinar a teorização da categoria classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci pelo Serviço Social brasileiro nas últimas décadas.

Para atingir esse objetivo, investigou-se o desenvolvimento da categoria classes subalternas no pensamento de Antonio Gramsci, assim como foram mapeadas as várias

abordagens e desenvolvimento da categoria das classes subalternas na tradição gramsciana, e realizaram-se levantamentos sobre a categoria na produção teórica do Serviço Social Brasileiro

As categorias são compreendidas como construtos mentais necessários para a observação das particularidades na totalidade da realidade em suas múltiplas determinações e contradições, e nesse entendimento levamos em conta outras categorias utilizadas por Gramsci, tais como hegemonia, Estado ampliado, ideologia, cultura, folclore, intelectuais, senso comum e partido político, que permitiram aprofundar a compreensão da categoria da subalternidade para Gramsci no processo da investigação.

Tendo em vista que a dialética para Marx não é simplesmente um método, uma teoria do conhecimento, uma forma de conhecer, mas adquire estatuto ontológico, de modo que, sendo o ser dialético, a realidade também o será.

Para uma revisão e reflexão crítica dos conceitos já existentes buscamos, apreender as relações dos processos e das estruturas na construção do conhecimento a partir da realidade para o pensamento, consistindo na reflexão crítica de um conhecimento acumulado para gerar a síntese (o concreto pensado).

Nesse sentido, procuramos estabelecer um constante diálogo com o real, e nesse exercício apreender as categorias extraídas da realidade, da observação empírica do movimento histórico do concreto. Isso significa que, para o desvendamento do real na apreensão da sua essência, além de aproximações sucessivas, para apreender a realidade como totalidade complexa e em movimento faz-se necessária a construção de mediações que “reconstrói o movimento do real para depois realizar o caminho de volta até o objeto, caminho este muito mais rico porque traz consigo novas e múltiplas mediações” (PONTES, 2002).

Portanto, “realizar uma pesquisa entendendo a realidade social dinâmica, contraditória, histórica e ontológica implica a utilização de procedimentos metodológicos que consigam engendrar todos esses pressupostos com a mesma intensidade como se apresentam quando estão em relação” (MIOTO, 2007: 40)

Optou-se pela pesquisa qualitativa de caráter exploratório descritivo, cuja abordagem aprofunda os significados das ações e relações humanas, levando em conta a historicidade do

próprio objeto das Ciências Sociais que existe num determinado espaço e na especificidade de determinada formação e configuração social (MINAYO,1999).

A pesquisa bibliográfica implica um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo e que, por isso, não pode ser aleatório (MIOTO, 2007:38).

Para coletar os dados a respeito do tema, realizamos a pesquisa bibliográfica sobre a categoria das classes e grupos subalternos no sentido apreender o contexto da obra de Antonio Gramsci, assim como buscamos mapear as abordagens feitas por autores da tradição gramsciana que abordam esta categoria e articular tais conteúdos com a produção teórica do Serviço Social brasileiro. Dessa forma, privilegiou-se a pesquisa bibliográfica como “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (SEVERINO, 2007:122).

A pesquisa bibliográfica possibilitou avançar na apreensão da categoria classes e grupos subalternos para o pensamento de Antonio Gramsci, recorrendo à *Edição Crítica dos Cadernos do Cárcere* do Instituto Gramsci, organizada por Valentino Gerratana e a edição brasileira dos *Cadernos*, organizada Carlos Nelson Coutinho. Os estudos específicos sobre a categoria classes e grupos subalternos foi fundamentada em autores estrangeiros como GREEM (2007), BUTTIGIEG (1999 e 2009), BARATTA (2011), MONDONESI (2010), LIGUORI (2012), NEVES (2012), e também nos estudos de DEL ROIO (2007) e SIMIONATTO (2009).

Assim como no levantamento sobre tal categoria no Serviço Social levamos em conta o estudos já realizados pelo autor no mestrado e aprofundamos o conhecimento sobre classes e grupos subalternos e o Serviço Social nas elaborações de ALMEIDA (1990), YAZBEK (1993), CARDOSO (1995), ABREU (2002) e SIMIONATTO (2011).

Aliado à pesquisa bibliográfica, realizou-se a pesquisa documental, pois como aponta ALVES-MAZZOTTI (1999), a análise de documentos é um importante passo para aproximação do objeto estudado, sendo geralmente combinada com outras técnicas de coleta de dados e se constituindo em um esforço aproximativo, por isso, sendo necessário o emprego de outras metodologias capazes de orientar e direcionar a pesquisa, tendo como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos como artigos em revistas especializadas do Serviço Social e outros tipos de documentos, por exemplo,. jornais,

filmes, gravações, sites da internet e documentos legais, no sentido de apreender os aspectos históricos da trajetória de Gramsci e do Serviço Social.

A pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório-descritiva contribuiu para a definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo (MIOTO, 2007); a coleta e seleção da documentação foi realizada em dois momentos: (i) levantamento da bibliografia, (ii) levantamento das informações contidas na bibliografia.

Estabelecemos os **critérios para delimitação do universo de estudo**. Para a seleção do material, levamos em conta as obras de Gramsci e da tradição gramsciana relacionadas com a categoria de subalternidade enquanto parâmetro temático, em português, espanhol e italiano enquanto **parâmetro linguístico**, assim como as **principais fontes** consultadas foram livros, periódicos, teses, dissertações e coletâneas de textos. No âmbito do Serviço Social, o **parâmetro cronológico** de publicação foi estabelecido na seleção das obras e pesquisas sobre a categoria gramsciana classes e grupos subalternos nas últimas décadas (MIOTO, 2007). Desse modo, elegemos como principal critério de seleção obras de Gramsci e documentos que abordavam a categoria classes e grupos subalternos de Gramsci.

Adotamos à leitura como principal técnica da pesquisa bibliográfica, “pois é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles, de modo a analisar a sua consistência” (MIOTO, 2007: 41).

Procedemos a leitura de reconhecimento do material bibliográfico para localizar e selecionar a fonte com informações referentes ao tema, como um momento de incursão em bibliotecas, sites na internet, para a localização de obras relacionadas ao tema.

Com o objetivo de obter as informações e selecionar os materiais que interessavam para o estudo, também realizamos a **leitura exploratória e a leitura seletiva** para separar o que de fato estava relacionado diretamente aos objetivos da pesquisa.

Posteriormente, para avançar no estudo crítico do material, a partir dos critérios adotados e do ponto de vista do autor da obra, ordenamos e elaboramos o fichamento das informações, bem como construímos quadros conceituais com as categorias que foram elencadas como imprescindíveis para a compreensão da categoria classes e grupos subalternos para Antonio Gramsci.

Realizamos a **Leitura reflexiva ou crítica** nos textos escolhidos como definitivos, para responder aos objetivos da pesquisa enquanto momento de compreensão das afirmações dos autores e do porquê dessas afirmações.

Finalmente, pela **Leitura interpretativa** relacionamos as ideias expressas nas obras com o problema da pesquisa, através da interpretação das ideias dos autores como um exercício de associação de ideias, liberdade de pensar e capacidade de criar, tendo como eixo norteador nesse momento o propósito do pesquisador (MIOTO, 2007).

A partir do critério de seleção do material, das técnicas de leitura e do instrumento Roteiro de Leitura (para identificação, caracterização e contribuições da obra para o estudo), realizamos o exame dos conteúdos e construímos a síntese integradora enquanto produto final do processo de investigação (MIOTO, 2007).

A apreensão da categoria inicialmente se deu por fontes indiretas ao pensamento de Gramsci, presentes em autores de referência do Serviço Social como YAZBEK (2003), ALMEIDA (1990).

O direcionamento e aprofundamento da pesquisa também se valeu da orientação do Professor Giuseppe VACCA, que nos orientou a partirmos do texto “Alguns temas da questão meridional”, e do verbete “classi subalterne” (classes subalternas), do “Índice de Argumentos dos Cadernos do Cárcere”, da edição italiana dos *Cadernos* (Edizione critica Dell’ Instituto Gramsci, organizada por Valentino Gerratana), que apresenta um elenco de passagens dos *Cadernos do Cárcere* ligados às classes subalternas¹.

Para apreendermos as nuances entre a versão crítica dos *Cadernos do Cárcere* e a edição temática brasileira, realizamos a **Leitura reflexiva ou crítica** de GERRATANA, (2007); COUTINHO (2011) e SIMIONATTO (2011).

¹ Este é o agrupamento presente no “Incide per argomenti da Edizione Guerratana”: Classes subalternas e filosofia da práxis, e no romance histórico; “apoliticismo” das classes subalternas e “consorteria” das classes dominantes; o elemento da espontaneidade na história das classes subalternas; política e paixão pelas classes subalternas; relações entre cidade e campo; matriz nacionalista dos movimentos das classes subalternas; a autonomia das classes subalternas; e sobre a história das classes subalternas o organizador foca no Caderno 25, sendo os itens: critérios metodológicos; D. Lazaretti e o movimento lazzarettista; Na Idade Média e em Roma; Como função desagregada da história da sociedade civil; Complexidade da história dos partidos dos grupos subalternos; Os escravos em Roma; “Utopia” e “romances filosóficos”; como sucumbem sempre a iniciativa dos grupos dominantes.

Fizemos uma pesquisa na versão digital da *Edição Crítica dos Cadernos* (Gramsci, 2007), na qual localizamos oitenta e oito notas dos cadernos com o termo subalterno, nas seguintes variações utilizadas por Gramsci.

- (i) **Subalterno:** plano subalterno, reagrupamento subalterno, estrato intelectual subalterno, grupo social subalterno, caráter subalterno, subalterno, grupo socialmente subalterno, comando subalterno, posição do subalterno;
- (ii) **Subalterna:** atividade subalterna, qualidade subalterna; força subalterna, oficialidade subalterna, habilidade subalterna, classe produtora subalterna, tarefa subalterna, classe ainda subalterna, origem subalterna;
- (iii) **Subalternos:** oficiais subalternos, comandos subalternos, psicologia dos subalternos, grupos subalternos, escritores subalternos, grupos sociais subalternos, estados subalternos, elementos intelectualmente subalternos;
- (iv) **Subalternas:** classes subalternas, manifestações intelectuais subalternas, função subalterna, posição subalterna, profissões subalternas, expressões subalternas, classes subalternas e instrumentais;
- (v) **Subordinação:** atividade subalterna e subordinada, subordinada e subalterna, condições subordinadas;
- (vi) **Subalternidade:** subalternidade intelectual

Para a **leitura reflexiva ou crítica**, assim como para a leitura interpretativa, selecionamos e agrupamos as notas a partir de três critérios: (i) uso do termo subalterno, (ii) indicações bibliográficas, (iii) uso do termo subalternos em relação a classes e grupos sociais.

As 38 notas dos *Cadernos do Cárcere* nas quais o uso do termo está relacionado a classes e grupos sociais foram reagrupadas segundo a proximidade dos temas abordados por Gramsci, compondo os seguintes eixos temáticos: classes subalternas e hegemonia, classes subalternas intelectuais e Partido Político, classes subalternas e filosofia da práxis, classes subalternas e cultura e características das classes subalternas.

Com relação à teorização da categoria classes e grupos subalternos e o Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, adotamos como o critério, materiais publicados por assistentes sociais que se referenciam no pensamento de Gramsci e que abordam a categoria. Definimos como campo de pesquisa as revistas dos programas de Serviço Social mais bem avaliados, de modo que pesquisamos: *Revista Temporalis*, editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss); *Revista Serviço Social e Sociedade*; *Revista Katálises*, produzida pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina; *Revista Políticas Públicas*, do Programa de Estudos Pós-Graduados da

Universidade Federal do Maranhão e a *Revista Praia Vermelha*, publicação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ.

A partir da pesquisa realizada, foram selecionadas as obras de YAZBEK (2003), CARDOSO (1995) ABREU (2002) e SIMIONATO (2009), como obras que apresentam uma teorização da categoria classes e grupos subalternos para a **leitura reflexiva ou crítica**, assim como a leitura interpretativa para apreender o que é comum e divergente na teorização realizada pelas autoras.

Quanto à obra de SIMIONATTO (2009), ela foi considerada neste estudo como comentadora da categoria classes e grupos subalternos na tradição marxista, e como teorizadora da categoria pelo Serviço Social brasileiro.

Como já observado, as primeiras leituras exploratórias e seletivas apontam para o uso do termo subalterno, subalternidade, classes subalternas, grupos subalternos tanto por Gramsci como pela teorização feita pelo Serviço Social, por isso, é necessário ressaltar que ao longo deste estudo respeitamos a forma como o termo é empregado por Gramsci e pelos comentadores analisados. Entretanto, adotamos o uso do termo “classes e grupos subalternos” ao nos referirmos a esta categoria gramsciana, exceto nas análises que exigem de distinção entre classes e grupos, onde estes serão transcritos como nos originais pesquisados.

Ao nos referirmos a esse termo como categoria, ao longo desta tese, levamos em conta os significados e funções de cada um dos termos no contexto que eles foram empregados, uma vez que esses termos não se equivalem². Tal diferenciação resultou em outros dois agrupamentos: o uso do termo enquanto subordinação, e uso do termo em relação a classes sociais e grupos subalternos.

² No que diz respeito à palavra “subalternidade”, ela tem a função na língua portuguesa de substantivo feminino, imprimindo uma qualidade “do que é subalterno”, tendo como seu sinônimo a inferioridade, a dependência e a subordinação. A palavra “subordinação” é um substantivo feminino, significando “a ação ou efeito de subordinar”; “a ordem estabelecida entre as pessoas, e que torna umas dependentes das outras”, “a dependência de uma coisa em relação à outra”. Os sinônimos de subordinação são: dependência, obediência, submissão e sujeição. O termo “subalterno” pode ter a função de adjetivo (“inferior”, “secundário”) e de substantivo masculino (significando “subordinado”, “dependente de outrem”). O termo “subordinado” pode ter uma dupla função, como adjetivo (“que está sob as ordens de um superior”; “dependente de alguém ou de alguma coisa”), ou como substantivo masculino (“uma pessoa que trabalha ou serve sob as ordens de outra”, “subalterno”).

Adotamos ainda que, para as citações das notas dos *Cadernos do Cárcere*, utilizaremos a indicação de “Cad.” seguido do nº do Caderno, segundo a classificação de Gerratana, seguido do símbolo “§”, com o número do parágrafo correspondente.

A tese ora apresentada se estrutura e se encadeia em cinco capítulos e a conclusão, em que são apresentados os resultados desta pesquisa.

O Capítulo 1, A subordinação e os subalternos nos escritos pré-carcerários de Antonio Gramsci, aborda as análises realizadas por Gramsci acerca da condição de subordinação e de dominação, as quais se encontram as origens da concepção de subalternidade, e sua posterior ampliação para a categoria classes e grupos subalternos e uso do termo subalterno nos escritos do período pré-carcerário.

No Capítulo 2, Para compreensão da categoria classes e grupos subalternos, abordamos o uso literal dos termos subalterno e subordinação nos *Cadernos do Cárcere*, as características das classes e grupos subalternos. Ainda nesse capítulo, abordamos a teoria do Estado ampliada desenvolvida por Gramsci, base para a compreensão da categoria da hegemonia e fundamento para a discussão sobre as classes e grupos subalternos em seu pensamento.

No Capítulo 3, A cultura, a filosofia da práxis e a superação da subalternidade, discutimos a noção de cultura, que ocupa um papel fundamental nas análises gramscianas acerca dos processos de hegemonia e de subalternização das classes e grupos sociais, relacionado ao conceito de ideologia, filosofia, senso comum e ao folclore. Abordamos as reflexões em relação aos intelectuais e o partido político, e concluimos este capítulo analisando a superação da subalternidade, que para Gramsci exige a realização de uma reforma intelectual e moral tendo como fundamento a filosofia da práxis.

No Capítulo 4, Para uma história das classes e grupos subalternos, analisamos o Caderno 25 “Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos)”, destacando algumas reflexões sobre uma historiografia das classes e grupos sociais subalternos, e a seguir como Gramsci usa o termo subalterno, finalizando o capítulo com as discussões atuais acerca dessa categoria.

No Capítulo 5, A categoria classes e grupos subalternos na produção teórica do Serviço Social brasileiro, apresentamos a teorização feita pelo Serviço Social brasileiro nas últimas décadas.

Por fim, apresentam-se as conclusões, destacando-se os principais resultados da pesquisa na pertinência teórico-metodológica que orientou a investigação.

CAPÍTULO 1

A SUBORDINAÇÃO E OS SUBALTERNOS NOS ESCRITOS PRÉ-CARCERÁRIOS DE ANTONIO GRAMSCI

Neste estudo examinamos o significado da categoria “classes e grupos subalternos” cunhada por Antonio Gramsci presente nos *Cadernos do Cárcere*.

A relação entre a condição de subordinação e de dominação presente em seus escritos pré-carcerários se encontra nas origens da concepção gramsciana de subalternidade, e sua posterior ampliação para a categoria classes e grupos subalternos.

Segue, portanto, no presente capítulo, a questão da subordinação, dominação e a subalternidade, nos artigos do período pré-carcerário, e também o uso do termo subalterno por Gramsci neste período.

1.1. A subordinação e a dominação

Para compreender a categoria “classes e grupos subalternos” cunhada nos *Cadernos do Cárcere* pelo pensador italiano Antonio Gramsci, faz-se necessário conhecer alguns elementos do universo social, econômico e político que permeia a sociedade italiana de sua época, bem como para a sua vida e para a produção intelectual de um dos pensadores considerados como o mais expressivo do século XX, cujas análises, mesmo sendo formuladas em um momento histórico determinado, encontram ressonância na atualidade.

A situação da Itália nesse período estava marcada pela baixa produtividade agrícola, desemprego, miséria tendo com reflexo a imigração para a América³, além da disparidade existente entre as regiões da Itália. O Norte da Itália (Itália setentrional) apresentou um rápido crescimento industrial e econômico a partir de 1878, tornando-se responsável pela inserção da Itália no mercado capitalista, o Sul do país (Itália meridional ou Mezzogiorno) apresentava problemas sociais, que foram agravados com o direcionamento de seus poucos recursos financeiros para o financiamento da industrialização do país.

As consequências da inserção da Itália na era do capitalismo foram sentidas pela classe trabalhadora do campo, uma vez que a livre-concorrência, elemento fundamental do sistema capitalista, trouxe consigo a exigência de uma economia moderna voltada para o mercado internacional. O ápice do desenvolvimento industrial italiano coincide com a crise agrária no Sul da Itália, agravada pelo protecionismo alfandegário, que aumentava o preço dos produtos industrializados.

Tais alterações não se restringiam ao plano econômico, mas apresentavam reflexos no plano político, principalmente no que diz respeito às relações entre o Estado e classe burguesa, caracterizada pela política do favor, de modo que “pouco a pouco, o proprietário rural se aburguesava e os camponeses tornar-se-iam massa trabalhadora das grandes indústrias” (SIMIONATTO, 2011:32).

As cidades italianas, principalmente do Norte do país, apresentavam altas taxas de crescimento com a migração dos camponeses expulsos dos campos meridionais pela miséria e atraídos pela ilusão de ascensão social, aprofundando ainda mais os conflitos e antagonismos, excluindo os camponeses “de qualquer forma de cidadania” (SIMIONATTO, 2011:33).

Aliado ao desenvolvimento industrial no Norte da Itália com a multiplicação das fábricas e com a grande imigração para as cidades, encontramos o surgimento de

³ A população da Itália, bem como da Europa, passava por um período de miséria no século XIX, devido à transição do modelo de produção feudal para o sistema capitalista. As terras se concentraram nas mãos de poucos proprietários, as altas taxas de impostos sobre a propriedade levavam os pequenos proprietários a se endividar. A concorrência desigual com as grandes propriedades rurais, que fazia o preço dos produtos do pequeno proprietário ficarem muito baixos, empurrando essa mão de obra para as indústrias nascentes, que não conseguiam absorver essa massa de trabalhadores, aumentando o desemprego nas cidades. Os camponeses, que antes eram pequenos proprietários rurais, se tornaram trabalhadores braçais nas grandes propriedades rurais. No século XIX, a população europeia cresceu duas vezes e meia, agravando ainda mais os problemas sociais naquele continente. O continente americano aparece, nesse contexto, como um destino sonhado por milhões de europeus, que imigravam com a promessa de se tornarem grandes proprietários agrícolas.

organizações operárias que lutam para melhorar as próprias condições de existência do proletariado industrial.

A Sardenha, terra natal de Gramsci, não se distinguia das outras regiões do Sul da Itália que se encontravam à margem do desenvolvimento capitalista, continuando ligadas às velhas estruturas e condições sociais marcadas pela miséria e pelo seu atraso, tão bem expresso por Gramsci ao referir-se a uma “fenda que colocava, de um lado, as regiões avançadas e, de outro, as regiões como a Sardenha, a Sicília e todas as outras da Itália meridional, às quais parecia que o progresso era sempre negado” (GRAMSCI, 1967:5 Apud SIMIONATTO, 2011: 34).

É nesse contexto que no dia 22 de janeiro de 1891, em Ales, na Sardenha, sul da Itália, nasce Antonio Gramsci. Sua infância⁴ não será diferente das crianças pobres da Sardenha, com exceção da sua frágil saúde⁵.

O sentimento de revolta e o instinto de indignação contra os ricos já eram presentes em Gramsci em sua adolescência. Diante das necessidades pelas quais passava sua família e da dificuldade em dar continuidade a seus estudos, aos 9 anos Gramsci será obrigado a interrompê-los para trabalhar no cartório de sua cidade, contribuindo dessa forma com o sustento de sua família. A escola nessa época era um privilégio para os ricos, mesmo estes tendo um pior desempenho escolar (LEPRE, 2001:13) e (SIMIONATTO, 2011). As condições de vida na Sardenha, marcada por uma história de dominação e exploração, influenciam em Gramsci um forte regionalismo, com um espírito de ressentimento (SIMIONATTO, 2011). Gramsci permanecerá na Sardenha até 1911, onde completará os estudos ginasiais e secundários, partindo para Turim⁶ para dar início aos seus estudos na Faculdade de Letras⁷, graças a uma bolsa de estudos para alunos pobres do antigo Reino da Sardenha.

⁴ Para aprofundamentos, ver: LEPRE (2001), COUTINHO (1999), SIMIONATTO (2011), VACCA (2012).

⁵ “Aos quatro anos, Gramsci cai dos braços de uma babá, fato que será depois relacionado com seu defeito físico (ele era corcunda). Pesquisas recentes atribuem esse defeito à doença de Pott, uma espécie de tuberculose óssea, diagnosticada somente no cárcere, mas que Antonio teria contraído desde a infância” (COUTINHO, 2011:49).

⁶ Turim, além de uma importante cidade industrial, era uma importante cidade no cenário italiano, do ponto de vista cultural e artístico, levando Gramsci a dedicar um número significativo de suas publicações à questão da cultura, redigindo 223 crônicas teatrais.

⁷ A vida universitária de Gramsci foi marcada pelo seu interesse pelos estudos de linguística, pelas graves dificuldades financeiras e a fragilidade de sua saúde. Em 1925, Gramsci abandona a Universidade.

Em 1913, Gramsci estabelece os primeiros contatos com o movimento socialista de Turim, participando de sua seção juvenil e lendo assiduamente os principais jornais socialistas da Itália. No mesmo ano, Gramsci se inscreve no Partido Socialista Italiano (PSI) e participa do debate sobre a posição do partido diante da Guerra, publicando em 1914 um artigo intitulado “Neutralidade ativa e operante⁸”.

Para Coutinho, o que marcou o aprendizado intelectual e político de Gramsci não foi seu ingresso na universidade, mas a sua percepção sobre as condições de vida das camadas mais baixas da população italiana, primeiramente com sua infância e adolescência na Sardenha, e sua juventude em Turim, cidade símbolo da adesão da Itália no sistema capitalista, berço da classe operária italiana com sua participação ativa em suas lutas (COUTINHO, 1989).

Até a sua prisão, Gramsci teve uma intensa participação no movimento operário italiano, como militante do Partido Socialista Italiano, e na fundação do Partido Comunista. Nesse período, o jovem sardo teve uma vasta produção teórica caracterizada principalmente por artigos em jornais e revistas, em que analisava a conjuntura política mundial e italiana tendo como pano de fundo a busca da vitória da classe operária contra a classe burguesa e a construção do socialismo.

Como apontado por COUTINHO (2004), apesar da existência de textos anteriores, a atividade jornalística de Gramsci⁹ terá início no final do ano de 1915, quando ele passa a fazer parte da redação do *Avanti!*, órgão central do PSI, sendo responsável entre 1916 e 1920 por uma coluna com crônicas sobre temas do cotidiano, e outra criticando peças e montagens de teatro apresentadas em Turim, e abordando temas como a Comuna de Paris, a Revolução Francesa e o pensamento de Marx. Nesse período, Gramsci também tem seus artigos publicados no *Il Grido Del Popolo*, jornal da seção turinense do PSI.

Embora a categoria classes e grupos subalternos seja utilizada por Gramsci somente nos *Cadernos do Cárcere*, podemos encontrar de forma implícita em sua produção pré-carcerária indícios dessa categoria que será central para o desenvolvimento de sua estratégia

⁸ Artigo publicado no *Il Grido Del Popolo*, 31 de outubro de 1914 (COUTINHO, 2004a: 46).

⁹ Entre os anos de 1910 a 1926, Gramsci escreveu cerca de 1700 artigos, ensaios e críticas que tratavam de fatos e personalidades políticas de sua época, comentários de acontecimentos do cotidiano, críticas de peças e montagens teatrais, sendo a sua maioria publicada em jornais e revistas italianas que estavam ligadas ao Partido Socialista Italiano (PSI) até 1921, e posteriormente ao Partido Comunista (PCI).

política revolucionária. A análise que se segue não teve por objetivo realizar um aprofundamento sobre os vários temas e conceitos trabalhados por Gramsci ao longo de mais de uma década de produção teórica, mas mapear alguns pontos ligados ao posterior desenvolvimento da categoria “classes e grupos subalternos” ao lado de outras categorias fundamentais de seu pensamento.

Segundo COUTINHO (2004), os escritos do período de 1910 a 1926 podem ser agrupados em cinco blocos: 1910 a fevereiro de 1919; 1919 a 1920; 1921 a 1922; 1922 a 1925 e 1926, de acordo com os principais temas desenvolvidos por Gramsci em sua produção desse período, e pelos acontecimentos históricos presentes na Itália e no mundo¹⁰.

No período de 1910 a fevereiro de 1919, Gramsci em seus textos trata de temas variados, com destaque para questões que envolvem a relação entre socialismo e cultura, para as disparidades existentes entre o Norte e o Sul da Itália, do ponto de vista econômico, político e social, chamando a atenção para os preconceitos difundidos sobre os camponeses do Sul. Gramsci chama a atenção para os mecanismos de manipulação das massas que criam a passividade, a sua espontaneidade e a necessidade de um trabalho educativo.

Em 1910, em um trabalho escolar intitulado “Oprimidos e Opressores”, Gramsci reflete sobre do domínio de uma minoria sobre a maioria das pessoas, afirmando que “o homem, que em certo momento se sente forte, com a consciência da própria responsabilidade e do próprio valor, não quer que nenhum outro lhe imponha sua vontade e pretenda controlar suas ações e seu pensamento” (GRAMSCI, 2004:43).

É com este olhar, voltado para a dominação e subordinação, que marcou sua vivência na Sardenha, que Gramsci aborda a questão das particularidades do sul da Itália e as Ilhas em relação às cidades industriais do norte. Com o desenvolvimento do sistema capitalista no mundo moderno, a industrialização, a divisão do trabalho, o crescimento das cidades e o êxodo rural, entre outros, verifica-se uma separação entre cidade e campo, este último visto geralmente como atrasado, de modo que tudo que se refere ao campo, ao trabalho do camponês, é considerado como inferior.

¹⁰ Esta divisão segue aproximadamente aquela que inspirou a divisão em volumes da primeira edição italiana de tais escritos políticos, não se tratando de uma divisão rigorosa, pois os temas de um bloco reaparecem frequentemente em outros (COUTINHO, 2004a).

No artigo “Socialismo e Cultura”¹¹, de 29 de janeiro de 1916, Gramsci reflete sobre a relação entre cultura e o socialismo, fazendo a distinção entre cultura¹² e o saber enciclopédico¹³, que é considerado por ele como um tipo de saber prejudicial ao proletariado, por criar uma diferenciação e uma subordinação entre os homens, pautada no acúmulo de informações (GRAMSCI, 2004a).

A cultura é considerada por Gramsci como o processo de tomada de consciência gradual, e que só pode ser alcançado “pouco a pouco, de estrato em estrato”, até que a humanidade adquira consciência de seu próprio valor e conquiste o direito de viver independentemente dos esquemas e dos direitos de “minorias que se afirmam historicamente em um momento anterior” (GRAMSCI, 2004a:58).

Para Gramsci, a consciência pode ser formada através da reflexão inteligente de forma individual e depois de forma coletiva, sobre as razões dos fatos e sobre os meios de convertê-los de uma situação de vassalagem e de dominação em bandeira de rebelião das classes dominadas, processo este fundamental, uma vez que para ele “toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias” (GRAMSCI, 2004a:58-59).

Para Gramsci, o Estado burguês torna os cidadãos súditos; o Socialismo, ao contrário, através da disciplina do Partido Socialista, “faz do súdito um cidadão que tendo adquirido consciência de sua personalidade, sente que esta é impedida de se realizar e não se pode se afirmar livremente no mundo (GRAMSCI, 2004a:89).

Esta preocupação de Gramsci com a cultura será retomada e aprofundada por ele nos *Cadernos do Cárcere*, uma vez que para ele a luta pela emancipação política do proletariado não se coloca apenas no terreno econômico, apontando para a necessidade “de um novo projeto cultural capaz de propiciar o desenvolvimento de uma vontade social, de uma vivência democrática independente do domínio ideológico da classe burguesa (SIMIONATTO 2011:36).

¹¹ Assinado Alfa Gamma, *Il Grido Del Popolo*.

¹² Gramsci considera a cultura como a “organização e disciplina do eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista da consciência superior”, levando o homem à compreensão do seu “valor histórico, sua função na vida, seus direitos e deveres” (GRAMSCI, 2004a:58).

¹³ O saber enciclopédico, para Gramsci, considera o homem como um a ser preenchido por dados empíricos, fatos brutos e desconexos.

Em seu artigo “O Mezzogiorno e a Guerra¹⁴”, Gramsci afirma que a divisão existente na Itália entre a região Norte e Sul do país, mesmo após a Unificação, foi agravada com a guerra, pois os poucos recursos existentes no Sul foram direcionados ao desenvolvimento das indústrias do Norte, piorando as condições de vida no Sul do país, que era caracterizada por uma economia agrária, e com escassos investimentos em infraestrutura. Esta divisão e separação entre Norte e Sul se manifestava também por meio diversidade cultural e política, permeada por preconceitos e estereótipos como a acusação da falta de iniciativa dos sulistas.

A inferioridade do Sul da Itália não era vista como um reflexo da história italiana, que culminou com sua unificação, muito menos como uma consequência da lógica capitalista, que irá investir somente onde encontrar segurança e rentabilidade, mas será escamoteada através de uma perversa ideologia que atribuirá uma natureza inferior ao povo do Mezzogiorno, sendo no contexto da época considerados seres biologicamente inferiores, bárbaros, incapazes e criminosos, ou seja, o Sul da Itália era considerado a “bola de chumbo” que impedia o progresso da Itália.

No artigo “A guerra e as colônias¹⁵”, Gramsci afirma que os métodos de colonização praticados pelos europeus não tinham como objetivo a educação, mas a dominação e a exploração. Ao contrário da França, Alemanha e Inglaterra, a Itália não possuía colônias, mas “possuía o Mezzogiorno”, que era considerado como uma colônia interna do seu território, pois, em suas palavras, “a burguesia setentrional subjugou a Itália meridional e as ilhas, reduzindo-as a colônia de exploração” (GRAMSCI, apud CIOTTA NEVES, 2012:11).

No artigo “Clericais e Agrários¹⁶”, de abril de 1916, Gramsci chama a atenção para a questão da manipulação através da propaganda, e para a ligação entre a Igreja e os grandes proprietários de terras, a partir da polêmica presente na propaganda da época sobre a questão da fixação do preço dos grãos, defendida pelo clero. Para ele, esta propaganda se caracterizava como uma forma de manipulação da opinião pública, uma vez que esta medida não beneficiaria os camponeses meridionais, mas sim as grandes empresas agrárias existentes no Norte do país, que tinham à sua disposição, além do solo fértil, o investimento feito em infraestrutura, condições estas que não possuíam os camponeses do Sul do país. Esta

¹⁴ Assinado por Antonio Gramsci, publicado no *Il Grido Del Popolo* de 1º de abril de 1916.

¹⁵ Publicado no *Il Grido Del Popolo*, de 15 de abril de 1916.

¹⁶ Publicado em *Avanti!*, Edição Piemontesa, 7 de julho de 1916.

discussão será retomada em outros artigos, mas sendo desenvolvida de forma sistemática no texto de 1926, “Alguns temas da questão meridional”.

Em seu artigo “Luta de classe e a guerra¹⁷”, Gramsci faz a distinção entre classe e nação, afirmando que a classe não é igual à nação, ao contrário do pensamento difundido naquele período; para ele, a luta de classes, a nação proletária, que é a unificação de todos os proletários do mundo, supera a nação, porque ela, a luta de classes, é moral porque é universal, é superior à guerra, que é imoral porque particularista e feita não pela vontade dos combatentes.

Em 11 de fevereiro de 1917, Gramsci publica “La Città futura¹⁸”, em que, a partir dos termos “ordem e desordem” e suas variações, ele aponta para o poder que a palavra ordem tem de “conservação das instituições políticas” (GRAMSCI, 2004a:77), criando na multidão a passividade, a resignação diante do novo, do “incerto”, do receio de “perder tudo, de ter diante de si o caos, a inelutável desordem” (Idem).

Gramsci se contrapõe ao liberalismo, afirmando que “universal não quer dizer absoluto. Na história, não há nada absoluto ou rígido” (GRAMSCI, 2004a:79). Ao analisar a ideologia liberal de um Estado idealmente acima das competições de classe, afirma que estas são ideias-limite, reconhecidas como racionalmente necessárias, tornando-se ideias força do Estado burguês, estes argumentos segundo Gramsci levados às últimas consequências terão como resultado:

“o sacrifício por parte do proletariado. Sacrifício das próprias necessidades, sacrifício da própria personalidade, da própria combatividade, a fim de dar tempo ao tempo, a fim de permitir que a riqueza se multiplique, a fim de permitir que a administração se purifique” (GRAMSCI, 2004a:82).

Gramsci desenvolve uma reflexão sobre a participação na vida pública da “cidade futura” a ser construída em contraposição à indiferença, a fatalidade, e afirmando que “os destinos, de uma época são manipulados de acordo com pontos de vistas estreitos, com finalidades imediatas, com ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos”, (...) “o indiferente não se sente responsável” (GRAMSCI, 2004a:84).

¹⁷ Artigo não assinado, publicado no *Avanti!*, de agosto de 1916.

¹⁸ Texto sem assinatura, em *La città futura*, número único editado pela Federação Juvenil Socialista do Piemonte, 11 de fevereiro de 1917.

No artigo “O dever de sermos fortes¹⁹”, Gramsci chama a atenção para a necessidade da organização política das massas através do Partido Socialista e da Confederação do Trabalho, considerados por ele como “organismos necessários e suficientes para a efetivação disciplinada e consciente da luta de classe” (GRAMSCI, 2004a:213).

O autor afirma que na Itália havia um ambiente de rebelião instintiva, que respondia às condições nas quais a população estava submetida, no entanto, essas rebeliões das massas não se constituíam como uma revolta de classe, mas sim como manifestações individuais marcadas pela espontaneidade das massas contra o Estado que impõe seu privilégio por meio da violência.

Como será retomado em outros artigos, Gramsci afirma que a guerra mudou o ambiente econômico e espiritual das massas nas fábricas nesse período, evidencia-se a violência contra o proletariado, sendo o Estado burguês através de seus aparatos coercitivos o instrumento desta violência: “as delegacias de polícia, os carabinieri, os carcereiros, até o ordenamento jurídico (...) até o parlamento que, com sua imensa covardia, permite que sejam violadas as liberdades mais elementares” (GRAMSCI, 2004a:215).

Para Gramsci, o crescimento industrial e a violência forneceram aos explorados uma lição prática de socialismo, surgindo uma nova consciência de classe que, no entanto, “é elementar: ainda não foi formada pela conscientização doutrinária. É matéria bruta ainda não modelada. O artesão desta modelagem deve ser nossa doutrina” (GRAMSCI, 2004a:215). Por isso, o proletariado deve absorver esta massa, disciplinado-a e tornando-a consciente, difundindo nos indivíduos a consciência de que “somente na organização política e econômica reside o caminho da salvação individual e social, de que a disciplina e a solidariedade nos quadros do Partido Socialista e da Confederação são deveres imprescindíveis” (GRAMSCI, 2004a:215-216).

No período de 1919 e 1920, também conhecido como biênio vermelho, devido às intensas manifestações operárias ocorridas na Itália, Gramsci se dedicará à teorização dos conselhos de fábrica considerados como base do novo poder operário. Fará também a distinção entre sindicatos e conselhos, e com a derrota do movimento conselhistas, seus escritos revelam uma crescente preocupação com a temática do partido político, inicialmente

¹⁹ Artigo não assinado, *Avanti!*, 25 de novembro de 1918.

direcionado para a renovação do Partido Socialista, e em seguida para a criação de um novo partido, o Partido Comunista. A temática da espontaneidade também se fará presente nesse período em contraposição à necessidade de educação das massas.

No artigo “Democracia operária²⁰”, Gramsci coloca o problema da organização das massas, que para ele necessita “de um trabalho comum e solidário de esclarecimento, persuasão e educação recíproca” (GRAMSCI, 2004a:245), mas para isso, segundo ele, é preciso dar uma forma e uma disciplina às energias desordenadas e caóticas, fazendo com que a classe proletária e semiproletária se eduque, adquirindo uma “consciência responsável dos deveres que incumbem às classes que chegam ao poder de Estado” (GRAMSCI, 2004a:246).

Para ele, o Partido deve ser o órgão de educação comunista, “o cadinho da fé, o depositário da doutrina, o poder supremo que harmoniza e conduz ao objetivo as forças organizadas e disciplinadas da classe operária camponesa” (GRAMSCI, 2004a:246), e as Comissões internas de fábrica²¹ são consideradas como órgãos de democracia operária, por isso indica como palavra de ordem: “todo o poder da fábrica aos comitês de fábrica” (GRAMSCI, 2004a:247), e acrescenta que outra palavra de ordem: “todo o poder de Estado aos conselhos operários e camponeses” (Idem).

Gramsci apresenta uma proposta de organização a partir dos conselhos de fábrica que se expandiriam para o bairro, as categorias profissionais, etc., formando um verdadeiro sistema de democracia operária e camponesa que para ele “daria uma forma e disciplina as massas”, constituindo-se em uma escola de experimentação política e administrativa, englobando todos os homens (GRAMSCI, 2004a:248).

No artigo “O Estado e o socialismo²²”, Gramsci afirma que com a guerra emigraram para a cidade novos elementos sem cultura política, “não educados para a forma complexa que a luta de classes assumiu com a grande indústria” (GRAMSCI, 2004a:253). Para ele, quem domina e imprime à história o ritmo do progresso e determina o avanço do comunismo são as massas dos operários classistas, o proletariado consciente e disciplinado.

²⁰ Texto não assinado, *L'Ordine Nuovo*, ano 1, n. 7, 21 de junho de 1919.

²¹ Essas comissões surgiram no início do século XX, nascendo como apêndices dos sindicatos existentes, sendo seus membros indicados pelas direções dessas organizações. O palco da principal experiência dos conselhos de fábrica foi Turim. A cidade possuía uma numerosa classe operária e grande tradição de luta.

²² Texto não assinado, publicado no *L'Ordine Nuovo*, ano 1, n. 8, 5 julho de 1919.

Gramsci defende a necessidade de um Estado socialista contra a indisciplina, que de forma ao corpo social, que defenda a revolução contra as agressões externas e rebeliões internas. Para ele, a ditadura proletária deve assumir um caráter militar, constituindo-se em um exército socialista, e mais uma vez chama atenção para a questão dos preconceitos, afirmando ser necessário: “destruir os preconceitos sedimentados, determinados pela anterior forma de propaganda socialista contra todas as formas de dominação burguesa” (GRAMSCI, 2004a:254), pois somente um proletariado educado politicamente poderá exercer a ditadura, liquidar a herança do capitalismo e da guerra e realizar a Internacional Comunista, formando um sentimento de responsabilidade, pois como ele afirma: “a revolução é uma coisa tremenda, não é um jogo para diletantes ou uma aventura romântica (GRAMSCI, 2004a:256).

Em 1919, Gramsci escreve o artigo intitulado “Operários e camponeses²³”, no qual analisa os efeitos da guerra no que diz respeito à regulação da produção e distribuição de bens realizada pelo Estado, e também para os efeitos revolucionários que a exploração teve sobre as massas proletárias e semiproletárias.

Gramsci observa que nos países capitalistas atrasados como a Itália existe uma separação entre cidade e campo, operários e camponeses. Na agricultura sobreviveu por um lado uma economia feudal, e a mentalidade do camponês continuou a ser a do servo da gleba, caracterizada “pela revolta violenta contra os ‘senhores’ em determinadas ocasiões” (GRAMSCI, 2004a:264-265), mas uma vez chamando a atenção para os movimentos espontâneos das massas, mas por serem “incapazes de se reconhecerem como membros de uma coletividade e desenvolver uma ação sistemática e permanente no sentido de modificar as relações econômicas e políticas da convivência social”(Idem).

Ao analisar a psicologia do camponês, Gramsci afirma que esta escapava de qualquer controle, os sentimentos egoístas se fundavam em um sistema de defesa contra sua exploração, não tendo uma continuidade lógica, “a luta de classes se confundia com banditismo (...) uma forma de terrorismo elementar, sem consequências estáveis e eficazes” (GRAMSCI, 2004a:265), sua psicologia se resumia na sua defesa “das armadilhas de natureza elementar, do abuso e da barbárie cruel do proprietário e dos funcionários públicos” (Idem).

²³ Texto não assinado, publicado no *L'Ordine Nuovo*, ano 1, n. 12, 2 de agosto de 1919.

A guerra propiciou uma transformação na psicologia do camponês, com a tomada de contato entre os indivíduos, através do sacrifício e o perigo sempre iminente da morte, de modo que o egoísmo foi atenuado, criando uma disciplina social, propiciando uma compreensão da complexa estrutura do Estado, dos problemas sociais, da riqueza e da pobreza, de modo a criar uma ligação de solidariedade entre os homens.

Para ele, as conquistas espirituais comunistas dos quatro anos de guerra podem ser perdidas se os indivíduos não forem inseridos em organismos de luta coletiva, tornando-se elementos de ordem e de progresso, mas se abandonados a si mesmos, “tornar-se-ão um tumulto informe de paixões exasperadas até a barbárie mais cruel dos sofrimentos inauditos e estão delineando de modo cada vez mais terrível (GRAMSCI, 2004a:269-270).

A revolução comunista para Gramsci é um problema de organização e disciplina, dada a especificidade da sociedade italiana. Para ele, as cidades industriais com sua massa compacta e homogênea de operários da indústria serão os protagonistas do processo revolucionário, ao lado dos camponeses, para isso se faz necessário para ele a criação de instituições camponesas.

O elo entre cidade e campo passa a ser o enorme contingente da população rural que ingressou nas fábricas com a guerra e que está em contato direto com a propaganda comunista, e com o desenvolvimento de novas instituições que incorporem ao movimento comunista os trabalhadores do campo.

No artigo “Sindicatos e Conselhos²⁴”, Gramsci faz a distinção entre os Sindicatos e os Conselhos de Fábrica. Para ele, a organização operária tornou-se um aparato gigantesco, mas estranho às massas, considerando-as como parte integrante do capitalismo “e tem uma função inerente ao regime de propriedade privada (GRAMSCI, 2004a:287), ao contrário dos Conselhos de Fábrica, que “realizam a unidade da classe trabalhadora, dão às massas uma coesão e uma forma que são da mesma natureza que a coesão e a forma que a massa assume na organização geral da sociedade (GRAMSCI, 2004a:288).

²⁴ Texto não assinado, publicado no *L'Ordine Nuovo*, ano 1, n. 21, de 11 de outubro de 1919.

No artigo “Operários e camponeses²⁵” de janeiro de 1920, Gramsci faz a crítica à propaganda existente na época da “terra inculta ou mal cultivada”, a partir da qual ele questiona: que coisa obtém um camponês pobre invadindo uma terra inculta ou mal cultivada?

Sem máquinas, sem uma habitação no lugar de trabalho, sem crédito para esperar o tempo da colheita, sem instituições cooperativas que comprem a própria colheita (e isso se chegar à colheita sem antes ter se enforcado no mais forte arbusto do bosque ou na mais tísica figueira selvagem da terra inculta!) e o salvem das garras dos usurários, o que pode ganhar com a invasão um camponês pobre? Ele satisfaz, num primeiro momento, seus instintos de proprietário, mata sua primitiva fome de terra; mas, num segundo momento, quando percebe que os braços não bastam para arrotear uma terra que só a dinamite consegue romper, quando percebe que são necessários as sementes, os adubos e os instrumentos de trabalho, e pensa que ninguém lhe dará todas essas coisas indispensáveis, e pensa na série futura dos dias e das noites a passar numa terra sem casas, sem água, com a malária, o camponês sente sua impotência, sua solidão, sua condição desesperada, e torna-se um bandido, não um revolucionário, torna-se um assassino dos “senhores”, não um lutador pelo comunismo (GRAMSCI, 1987:76).

Por isso, afirma que esta propaganda é uma ilusão reformista e oportunista, uma contrarrevolução, pois para ele “a solução do problema agrícola só pode ser implantada pelo proletariado urbano, através da ditadura do proletariado” (GRAMSCI, 1987:76), e prossegue afirmando que a burguesia setentrional subjugou a Itália meridional e as ilhas, reduzindo-as a colônia de exploração, e “o proletariado setentrional se emancipando da escravidão capitalista emancipará também a massa camponesa meridional” (Idem). Por isso, para ele a solução do problema dos camponeses deve ser buscada na solidariedade do proletariado industrial, que por sua vez precisa da solidariedade do camponês, e tem interesse que o capitalismo não renasça e que o Sul da Itália.

Com o controle operário sobre a indústria, o proletariado dirigirá a indústria para as necessidades dos camponeses, impedindo a sua exploração pelas indústrias e pelos bancos (GRAMSCI, 1987). Com a instauração do Estado Operário e submetendo os capitalistas ao trabalho útil, o proletariado quebrará todo sistema que “que amarra o camponês a miséria e desespero” (GRAMSCI, 1987:77), e com as indústrias e os bancos em seu poder, o proletariado direcionará o Estado para apoiar os camponeses em sua luta contra os proprietários, a natureza e a miséria, promovendo a solidariedade dos camponeses, a paz e a fraternidade entre a cidade e o campo. Por isso, a ação socialista deve promover a educação revolucionária das grandes massas, persuadindo-as que a solução dos problemas atuais só podem ser resolvidos pelo Estado Operário.

²⁵ Texto publicado no *L'Ordine Nuovo* de 3 de janeiro de 1920. Gramsci tem outros dois artigos publicados com o mesmo título, um publicado no *L'Ordine Nuovo* de 2 de agosto de 1919, e outro publicado no *Avanti!*, edição piemontesa de 20 de fevereiro de 1920.

No artigo “Operário Fabril²⁶”, Gramsci analisa a sociedade moderna, constituída por um sistema de produção determinado pela existência de duas classes: “a capitalista (proprietária dos meios de produção) classe trabalhadora (a serviço da primeira) subjugada à primeira pelo vínculo do salário, da ameaça sempre presente de morrer de fome” (GRAMSCI, 2004a:323).

Com a industrialização, desenvolveu-se o que Gramsci designa de uma humanidade fabril da classe trabalhadora, pois o proletariado perdeu o resíduo psicológico de suas origens camponesas e artesanais; com a divisão do trabalho, a vida do proletariado passa a ser uma vida ordenada, precisa e disciplinada, criando uma unidade psicológica do proletariado, “um corpo de sentimentos e instintos, pensamentos, costumes, hábitos, afetos que se resume na expressão ‘solidariedade de classe’” (GRAMSCI, 2004a:325), de modo que a especialização do trabalho fez o proletário sentir a indispensabilidade dos companheiros, sentindo-se como uma célula de um corpo organizado e coeso, e por isso sente a necessidade de ordem, de método, de precisão em suas ações.

No artigo “O Conselho de Fábrica²⁷”, Gramsci coloca no centro de suas discussões o nascimento dos Conselhos de Fábrica como um grandioso evento histórico, afirmando que “a revolução proletária é um longuíssimo processo histórico que tem lugar quando surgem e se desenvolvem determinadas forças produtivas (...) num determinado ambiente histórico” (GRAMSCI, 2004a:361).

Para ele, o ato revolucionário constitui-se em um esforço orientado no sentido de destruir todo o aparelho de poder econômico e político que oprime as forças revolucionárias e para quebrar a máquina do Estado burguês. A revolução proletária não pode ser identificada com o desenvolvimento e ação de partidos e sindicatos, pois são organizações nascidas no terreno da democracia burguesa, por isso, aponta para a centralidade da fábrica no processo revolucionário, onde as relações são entre “opressor e oprimido, explorador e explorado, não existindo liberdade e democracia” (GRAMSCI, 2004a:363).

A classe operária, como aponta Gramsci, é uma “engrenagem da “divisão do trabalho”, um instrumento da produção, adquirindo a consciência da sua necessidade para o processo produtivo, e colocando na base um aparelho representativo de tipo estatal dará início

²⁶ Texto não assinado, publicado no *L'Ordine Nuovo*, ano I, n. 38, 21 de fevereiro de 1920.

²⁷ Texto não assinado, publicado no *L'Ordine Nuovo*, ano II, n. 4, 5 de junho de 1920.

a “era dos Estados operários que deverão confluir na formação da sociedade comunista” (GRAMSCI, 2004a:365). Gramsci finaliza esse artigo chamando a atenção de que o Partido e os sindicatos não devem se pôr como tutores dos conselhos, mas devem se pôr como “agentes conscientes de libertação dos conselhos das amarras que se concentram no Estado burguês (GRAMSCI, 2004a:367).

No artigo “Sindicatos e Conselhos”²⁸, Gramsci mais uma vez faz a distinção entre os sindicatos e os Conselhos de Fábrica.

Os sindicatos para Gramsci se constituem na forma que a mercadoria trabalho assume no regime capitalista quando se organiza para dominar o mercado, e apesar do número cada vez maior de filiados, eles se separam das massas que arregimentou. O advento dos sindicatos significou uma conquista da classe operária, que melhorou as condições de vida material do proletariado, mas que tende a não permitir que a guerra de classe seja desencadeada.

Por outro lado, os Conselhos são a negação da legalidade industrial e devem conduzir a classe operária à conquista do poder industrial; por sua espontaneidade revolucionária, pode desencadear a cada momento a luta de classes, por isso Gramsci afirma que “o conselho é a massa explorada, tiranizada, obrigada ao trabalho servil e tende a universalizar toda rebelião” (GRAMSCI, 2004a:369).

No artigo “O Movimento Turinense dos Conselhos de Fábrica”²⁹, Gramsci analisa a ocupação das fábricas pelo proletariado industrial de Turim, ressaltando a resistência e dificuldades enfrentadas, mas também considerando-a como um grandioso evento na história de todo o proletariado europeu, que “pela primeira vez na história, com efeito, verificou-se o caso de um proletariado que foi à luta pelo controle da produção, sem ter sido levado à ação pela fome ou pelo desemprego (GRAMSCI, 2004a:384).

Para Gramsci, os conselhos de fábrica devem lutar contra a ordem capitalista, educando a massa operária para a luta revolucionária e criação do Estado operário. Durante as greves³⁰ se manifestaram as atividades dos conselhos e das comissões internas, pois “as

²⁸ Texto não assinado, publicado no *L'Ordine Nuovo*, ano II, n. 5, de 12 de junho de 1920.

²⁹ Informe enviado em julho de 1920 ao Comitê Executivo da Internacional Comunista, publicado pela primeira vez em russo, alemão e francês no órgão da Internacional Comunista (ano I, n. 14, novembro de 1920).

³⁰ O ano de 1920 é marcado por greves sucessivas do movimento operário italiano, cerca de 150 mil operários da Fiat estão organizados segundo a estrutura dos Conselhos de Fábrica.

greves perderam seu caráter impulsivo, fortuito e se tornaram expressão da atividade consciente das massas revolucionárias” (GRAMSCI, 2004a:394).

Neste artigo, Gramsci já chama a atenção para a sua estratégia da frente única para a Itália, ao apontar para a demonstração dada pela greve geral de Turim, que mesmo com a sabotagem e resistência das organizações sindicais e do Partido Socialista Italiano, foi de grande importância educativa, pois demonstrou que a união dos operários e camponeses é possível.

Entre 1921 e 1922, Gramsci trabalha no sentido de formular uma caracterização teórico-política do fascismo, que embora ligado aos interesses da grande burguesia agrária e industrial, tem na pequena burguesia sua principal base social de apoio, constituindo-se um movimento reacionário. Entre outros temas trabalhados por Gramsci nesse período, encontram-se também sua crítica ao PSI, a subordinação do campo às cidades, a questão meridional como problema central da Itália, a aliança entre operários e camponeses, e a luta entre a burguesia e o proletariado para a conquista da posição de classe dirigente das massas populares.

No artigo “O Estado operário³¹”, Gramsci faz a crítica ao Partido Socialista pela sua incapacidade de organizar a vida política do povo italiano, de dar-lhe uma direção, de orientar a vanguarda da revolução popular. Para ele o PSI ignorou e negligenciou o movimento das massas populares, “quer se tratasse de movimentos dos operários industriais ou dos camponeses pobres politicamente atrasados” (GRAMSCI, 2004b:25). Os comunistas, ao contrário, para ele iniciaram “o concreto trabalho de orientação e de educação política que hoje é a condição primordial para a fundação do Estado operário Italiano” (GRAMSCI, 2004b:29-30).

Em 1921, com a derrota da classe operária, as divergências em relação aos Conselhos de Fábrica, e sobre a estratégia revolucionária da frente única, tornaram inevitável a cisão do Partido Socialista Italiano e a fundação do Partido Comunista Italiano.

³¹ Artigo não assinado, publicado no *L'Ordine Nuovo* de 1º de janeiro de 1921.

No artigo publicado em janeiro, “O Congresso de Livorno³²”, Gramsci trata da criação do PCI e aponta para o papel da classe operária à frente do povo trabalhador, “que luta para emancipar-se, nacional e internacionalmente, do jugo do capitalismo industrial e financeiro” (GRAMSCI, 2004b:34).

O capitalismo italiano, segundo ele, conquistou o poder subjugando o campo às cidades industriais e a Itália central e meridional ao Norte (GRAMSCI, 2004b:34). A exploração do capitalismo se dá da seguinte forma: “na fábrica, diretamente sobre a classe operária; no Estado, sobre os mais amplos estratos do povo trabalhador italiano, formado por camponeses pobres e semiproletários” (GRAMSCI, 2004b:35), por isso, Gramsci coloca como problema central da Itália a questão meridional, afirmando que esta somente poderá ser resolvida pela classe operária arrancando o poder político dos capitalistas, e dos banqueiros o poder político e econômico.

Cabe ao proletariado unificar econômica e espiritualmente o povo italiano, e a classe operária, para Gramsci, ao se emancipar, emancipará todas as outras classes oprimidas e exploradas, “mas também é verdade que estas outras classes não conseguirão jamais se emancipar se não se aliarem à classe operária e conservarem esta aliança como algo permanente” (GRAMSCI, 2004b:36). Por isso, para ele, a emancipação dos trabalhadores só ocorrerá com a aliança entre operários industriais do Norte e os camponeses pobre do Sul, para derrubar o Estado burguês e fundar o Estado dos operários e dos camponeses, e construir um novo aparelho de produção industrial a serviço das necessidades da agricultura e da elevação do nível de bem-estar nacional em proveito das classes trabalhadoras.

No artigo “Controle operário³³”, de fevereiro de 1921, Gramsci aborda a questão da conquista da posição de classe dirigente pelo proletariado.

Para ele, o terreno do controle se constitui no campo de disputa entre a burguesia e o proletariado, que lutam para conquistar a posição de classe dirigente das massas populares, e constituindo-se para Gramsci no fundamento para a construção do Estado Operário, “chamando para integrá-lo todas as classes oprimidas e exploradas, e inicia um trabalho positivo de organização do novo sistema econômico e social” (GRAMSCI, 2004b:39).

³² Texto não assinado publicado no *L'Ordine Nuovo* de 13 de janeiro de 1921.

³³ Texto não assinado, publicado no *L'Ordine Nuovo* de 10 de fevereiro de 1921.

A luta pelo controle para Gramsci é a luta revolucionária de massas, é a atividade de propaganda e organização do partido da classe operária, o Partido Comunista, por isso “a classe operária deve adquirir, nos planos espiritual e organizativo, consciência de sua autonomia e de sua personalidade histórica” (Idem).

Para ele, a luta deve organizar em torno da classe operária todas as forças populares, “com objetivo de fazer com que a classe operária se torne dirigente e guie todas as forças produtivas a se emanciparem através da realização do programa comunista (GRAMSCI, 2004b:40).

Após sua permanência em Moscou³⁴, de 1922 a 1923, Gramsci adere à proposta leninista pautada na frente única, adotada no IV Congresso da Internacional Comunista, de um governo operário-camponês, o que desenvolve em Gramsci uma nova leitura sobre a questão meridional e a relação entre a classe operária e o campesinato. Como observa DEL ROIO (2007), o meridionalismo³⁵ original de Gramsci facilitou em muito a compreensão e tradução do pensamento de Lênin para as circunstâncias concretas da Itália. Gramsci.

A partir de 1923, Gramsci passa a buscar as razões para a derrota da Internacional Comunista e os novos caminhos para a revolução socialista na Itália e no mundo, ampliando seu ângulo de visão, sem, no entanto, deixar de conceber a centralidade do trabalho na reprodução da vida social e da fábrica na reprodução do capital.

Em sua “Carta de fundação do L’Unità³⁶”, Gramsci apresenta o objetivo do L’Unità de representar uma voz unitária da esquerda operária, consistindo em um meio de formação e educação da classe operária e camponesa, devendo por isso abordar a situação da Itália, polemizando temas de interesse da classe trabalhadora. O título para ele tem um significado preciso no que se refere à unidade entre os operários e camponeses, e deve dar importância à

³⁴ No ano de 1922, Gramsci participa em Moscou da Segunda Conferência do Executivo Ampliado da Internacional Comunista. Devido a problemas de saúde, Gramsci permanecerá internado durante alguns meses em uma clínica para doenças nervosas perto de Moscou, onde conhece Julia Schuchth, sua futura esposa. Em outubro, os fascistas chegam ao governo com a nomeação de Mussolini para a chefia do gabinete, começando um período de ilegalidade para o Partido Comunista Italiano.

³⁵ DEL ROIO (2007) destaca a influência cultural do meridionalismo para Gramsci: “uma concepção político-cultural difusa e multifacetada, que teve em Gaetano Salvemini uma personalidade de ponta. Salvemini era um socialista cuja concepção destoava em muito daquela que prevalecia no PSI, exatamente por perceber no campesinato meridional um potencial voltado para a transformação social. No entanto, assim como Croce, Salvemini prestou entusiasmado apoio à participação da Itália na guerra, o que fez com que Gramsci dele se afastasse. No pós-guerra, por meio de jovens intelectuais que travam contato com o mundo operário, começa a se formar um novo meridionalismo, de caráter revolucionário, que indica no campesinato meridional uma força social propulsora de mudanças indispensáveis” (DEL ROIO, 2007:66).

³⁶ Carta destinada à Comissão Executiva do Partido Comunista da Itália em 12 de setembro de 1923.

questão meridional, isto é, a questão na qual se coloca o problema de união das classes, mas também o problema territorial, como um dos aspectos da questão nacional.

Em seu artigo de 1º de novembro de 1923, intitulado “Que fazer?”³⁷, Gramsci se questiona sobre os motivos para a derrota do movimento operário e para a ascensão do fascismo, e critica o PCI, que não se desenvolveu nos anos de 1921 a 22, não conseguindo agrupar em torno de si o proletariado industrial e a classe camponesa,

Gramsci afirma que: “Nós não conhecemos a Itália” (GRAMSCI, 2004b:233), e aponta para a falta de instrumentos para realizar esta tarefa; sem este conhecimento, para ele, era impossível fazer previsões e estabelecer linhas de ações para a luta revolucionária.

Gramsci indica ainda para um ponto que será central em seu plano de estudos nos *Cadernos do Cárcere*, ao afirmar que “não existe uma história da classe operária italiana. Não existe uma história da classe camponesa” (Idem), os partidos não tinham uma ideologia, e por isso não a divulgou entre as massas, de modo que “não fortaleceram as consciências dos militantes com certezas de caráter moral e psicológico” (GRAMSCI, 2004b:234). Para ele, era preciso começar precisamente por um estudo do materialismo histórico, do marxismo: “temos aqui um objetivo imediato (...) reunir-se, comprar livros, organizar cursos e seminários sobre este tema, formar critérios sólidos de pesquisa e de exame – e criticar o passado, a fim de ser mais forte no futuro e vencer” (GRAMSCI, 2004b:235).

Em 1924³⁸, em pleno desenvolvimento do fascismo na Itália, Gramsci analisará a relação entre o fascismo e o Mezzogiorno no artigo “O sul e o fascismo”³⁹, afirmando que a política de frente única, de um governo operário e camponês, deve levar em especial consideração o Mezzogiorno: distinguindo entre a questão dos camponeses meridionais e a questão geral da relação entre cidade e campo organicamente submetida ao regime capitalista, pois para ele “a questão meridional é também a questão territorial e de um ponto de vista que

³⁷ Assinado por Giovanni Masci, Voce della gioventù, *Jornal da Juventude Comunista* de 1º de novembro de 1923.

³⁸ Neste mesmo ano, Gramsci é eleito deputado pelo distrito de Vêneto pelo PCI e se empenha em desenhar uma estratégia para a frente única para a Itália, pautada na aliança entre os operários do Norte e os camponeses do Sul, como o núcleo gerador da revolução socialista e com o campesinato ocupando um novo lugar em sua estratégia revolucionária. Outro acontecimento importante ocorrerá no dia 10 de junho, após pronunciar na Câmara um duro discurso contra o governo fascista, o deputado Giacomo Matteotti é assassinado, abrindo um período de intensa crise política na Itália.

³⁹ Publicado no *L'Ordine Nuovo*, quinzenal, 15 de março de 1924.

deve ser examinada para estabelecer um programa de governo operário e camponês que quer encontrar uma larga repercussão nas massas” (GRAMSCI, 1987;87) .

Em setembro de 1924, Gramsci escreve o artigo “A crise italiana⁴⁰”, analisando os reflexos da crise do sistema capitalista na Itália e sua relação com o fascismo. Gramsci afirma que a crise econômica italiana só pode ser resolvida pelo proletariado, e a tarefa do partido é a organização da classe trabalhadora e sua preparação para a tomada do poder.

A estratégia apontada por Gramsci consiste na instalação de células do partido comunista em todo o país, a luta contra a passividade, e a busca pela adesão de um número cada vez maior de operários e camponeses, educando-os para a luta, para formar organizadores e dirigentes da massa, para elevar-lhes politicamente, reorganizando a grande massa (GRAMSCI, 2004b:272).

As células do Partido Comunista deveriam levar as Comissões internas a incorporarem no seu funcionamento todas as atividades proletárias, suscitando o movimento nas fábricas, a fim de se desenvolver até a criação de “comitês proletários urbanos, eleitos diretamente pelas massas, os quais, na crise social que se anuncia, venham a se tornar as trincheiras para a defesa dos interesses gerais de todo o povo trabalhador (GRAMSCI, 2004b:277). Para essa tarefa, afirma Gramsci, é necessário organizar as massas, tornando-se um grande partido, “o único partido no qual a população trabalhadora veja a expressão de sua vontade política, a trincheira de seus interesses históricos imediatos e permanentes” (GRAMSCI, 2004b:278).

Em abril de 1925, no artigo “Necessidade de uma preparação ideológica de massa⁴¹”, Gramsci chama a atenção para o dever do partido de melhorar a sua organização e a elevação intelectual dos seus membros. Para isso, o Partido precisa ter como diretriz o fortalecimento ideológico e político de seus quadros e membros, para torná-los capazes de assimilar e enquadrar massas ainda mais amplas.

Para Gramsci, existem três frentes da luta do proletariado contra o capitalismo: a econômica, a política e a ideológica. A luta econômica diz respeito à resistência e ofensiva contra o capitalismo para sua eliminação. A luta política é a luta para limitar o poder da burguesia no Estado parlamentar, luta pela conquista do poder pela criação do Estado

⁴⁰ Texto assinado por Antonio Gramsci, *L'Ordine Nuovo*, terceira série, 1º de setembro de 1924.

⁴¹ Impresso e divulgado em abril-maio de 1925.

operário, e a fase da ditadura do proletariado organizado em classe dominante. Tanto a luta econômica quanto a luta política não podem estar separadas da luta ideológica.

O êxito da luta sindical para Gramsci deve ser acompanhado pela luta política, conscientizando o proletariado de que luta pelo socialismo. Segundo ele, a espontaneidade não é suficiente para a luta revolucionária, pois jamais levará a classe operária a superar os limites da democracia burguesa existente, é necessário o elemento da consciência, o elemento ideológico,

“a compreensão das condições em que se luta, as relações sociais em que o operário vive, (...) as tendências fundamentais que operam no sistema dessas relações, do processo de desenvolvimento que a sociedade sofre pela existência em seu seio de antagonismos inelimináveis” (GRAMSCI, 2004b:293-294).

Gramsci afirma não ser possível a modificação completa da consciência do proletariado antes da conquista do Estado, “isto seria utópico, já que a consciência das classes enquanto tal só se modificará quando o modo de viver da própria classes também se modificar” (GRAMSCI, 2004b:294) – já anunciando um dos principais pontos referentes à hegemonia e que será retomado no Cad. 25§5 – por esse motivo, o partido deveria representar esta consciência superior, para estar à frente das massas, dirigindo-a, o partido deve assimilar o marxismo em sua forma atual, como leninismo.

A luta ideológica, observa Gramsci, sempre foi negligenciada pelo movimento operário italiano; mesmo o marxismo, com exceção de Labriola, foi mais estudado pelos burgueses e colocado a seu serviço.

Gramsci fará uma reflexão sobre o partido, já apontando para algumas discussões sobre o centralismo democrático, que será retomada nos *Cadernos*, e afirma que o partido deve intensificar sua atividade no campo ideológico, colocando como dever do militante o conhecimento das doutrinas do marxismo-leninismo. Por isso, o partido, segundo ele, deveria realizar uma “ampla obra de propaganda e da agitação em suas fileiras; é preciso que o partido, de modo organizado, eduque seus membros e eleve seu nível ideológico” (GRAMSCI, 2004b:297). Esta preparação ideológica das massas é condição para a vitória da luta revolucionária.

No artigo “Análise da estrutura social italiana⁴²”, Gramsci afirma que a relação estabelecida entre a Itália setentrional e Mezzogiorno é similar, e as relações entre as metrópoles e as colônias, pois o Mezzogiorno ocupa uma posição similar a das colônias, “a grande indústria do Norte ocupa a função de metrópoles capitalistas, os grandes proprietários de terras e a burguesia meridional ocupam o lugar de quem nas colônias se alia a metrópole para manter subjugada a massa do povo que trabalha” (Apud CIOTTA-NEVES., 2012:151)

Em fevereiro de 1926, no “Informe sobre o III Congresso do Partido Comunista da Itália⁴³”, Gramsci, ao analisar os objetivos fundamentais do Partido Comunista italiano, chama a atenção para a relação da classe proletária com as outras forças sociais que lutam contra o capitalismo, em especial para as relações entre proletariado e camponeses. Sobre a linha política fixada pelo partido, no que diz respeito às questões ideológicas, afirma para a necessidade do desenvolvimento de um trabalho de educação que reforce a doutrina marxista.

Sobre a questão agrária, Gramsci esclarece que o partido procurou sair da esfera da simples propaganda ideológica para entrar no terreno prático das organizações políticas reais. Diante da diversidade dos camponeses, o partido deve criar em todas as regiões uma associação de defesa dos camponeses, distinguindo os quatro reagrupamentos fundamentais das massas camponesas⁴⁴, sendo necessário encontrar atitudes e soluções políticas bem precisas e completas.

Sobre os camponeses católicos, Gramsci afirma que o congresso decidiu que o partido “não deve de modo algum levar ao favorecimento de tentativas (que podem surgir) de organizar movimentos ideológicos de natureza estritamente religiosa” (GRAMSCI, 1987:130), mas a tarefa do partido é de:

“explicar o conflito que nasce sob o terreno da religião como derivado dos conflitos de classe e em particular colocar sempre o maior relevo o caráter de classe deste conflito e não vice-versa, em favorecer soluções religiosas aos conflitos de classe,

⁴² Teses de Lyon, Agosto de 1925.

⁴³ *L'Unità*, Publicado em *Rinascita*, n. 10. 24 febbraio 1926

⁴⁴ “Camponeses eslavos da Istria e do Friuli, a qual organização é ligada estritamente a questão nacional. (...) Movimento camponês que se assume sob o título: “Partido Camponês” e que tem na sua base especialmente no Piemonte; por este reagrupamento de caráter aconfessional e de caráter mais estreitamente econômico, vale a aplicação dos termos gerais da tática agrária do leninismo, dado também o fato que tal reagrupamento existe na região na qual existe um dos centros proletários mais eficientes da Itália. Os outros dois agrupamentos são de longa data os mais importantes e os que exigem a maior atenção do partido, a saber: 1. A massa dos camponeses católicos, reagrupados na Itália central e setentrional, e estes são mais ou menos diretamente organizados pela Ação Católica e pelo aparato eclesiástico em geral, isto é, do Vaticano; 2. A massa de camponeses da Itália meridional e das ilhas (GRAMSCI, 1987:129-130).

mesmo que tais soluções se apresentem como de esquerda, na medida em que põe em discussão a autoridade da organização oficial religiosa (GRAMSCI, 1987:130).

Sobre os camponeses meridionais, Gramsci aponta que o Congresso reconheceu que estes se constituem no elemento social mais revolucionário da sociedade italiana depois do proletariado industrial do Norte.

Gramsci observa a particularidade na Itália das relações entre cidade e campo, pois na Itália esta relação é agravada e radicalizada econômica e politicamente, “pois toda a zona meridional e das ilhas funcionam como um imenso campo diante da Itália do norte, que funciona como uma imensa cidade” (GRAMSCI, 1987:129-130), determinando a formação e o desenvolvimento de uma questão nacional. Para ele, os camponeses do Mezzogiorno não possuem uma experiência organizativa autônoma, e estão enquadrados nos esquemas tradicionais da sociedade burguesa, sendo dirigidos e controlados pelos agrários.

O Partido Comunista que representa o operariado industrial é único organizador possível da massa camponesa meridional, no entanto, este trabalho será possível somente com a aproximação do partido das massas camponesas meridionais, e da destruição dos preconceitos difundidos pela propaganda burguesa do Mezzogiorno, como “bola de chumbo que se opõe ao mais grandioso desenvolvimento da economia nacional” (GRAMSCI, 1987:132), e também os preconceitos difundidos no camponês meridional de que o Norte da Itália é um só bloco de inimigos da classe.

Por fim, Gramsci aponta a necessidade de o partido desenvolver uma intensa propaganda no interior de sua própria organização, para que o Sul não se torne uma base da contrarrevolução.

No ano de 1926, o artigo “Alguns temas da questão meridional⁴⁵”, considerado o texto mais importante do período pré-carcerário, traz alguns temas centrais que serão desenvolvidos nos *Cadernos*, como as consequências do processo de Unificação da Itália, a “questão meridional” e tendo como fio condutor de sua análise o problema da hegemonia e o papel

⁴⁵ Texto escrito por Gramsci em fins de setembro de 1926, dois meses antes de sua prisão. Segundo Felice e Parlato (1987), o texto chegou a ficar extraviado durante certo tempo, tendo sido reencontrado por Camilla Ravera entre os papéis que Gramsci abandonou em casa. O ensaio foi publicado pela primeira vez em janeiro de 1930, em Paris, na revista *Stato Operaio*, com uma nota em que se afirma: “O escrito não está completo e provavelmente seria ainda retocado, aqui e ali pelo autor. (GRAMSCI, 1987:135). O título original do texto é “Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, socialistas e dos democratas” (Coutinho, 2004a:19).

desempenhado pelos intelectuais como agentes desta hegemonia. Este texto consistia em um aprofundamento das teses do III Congresso do PCI, realizado em Lyon no início do mesmo ano, no qual analisa com profundidade a Questão Meridional italiana, como uma particularidade da questão agrária na Itália, que se constitui para ele em uma questão nacional, com o objetivo de atrair para atrair o novo meridionalismo, pois seus intelectuais observam no campesinato do Mezzogiorno a força propulsora decisiva da revolução nacional e democrática ao lado do operariado setentrional.

A aliança entre proletariado e camponeses para Gramsci era impedida por um conjunto de fragmentos ideológicos que se manifestava sob a forma de reformismo, por isso, a canalização da rebeldia camponesa somente seria possível com uma fratura na burocracia estatal e no bloco intelectual meridional que sustentavam a ordem social vigente.

Gramsci inicia seu texto partindo da polêmica afirmação publicada na revista *Quarto Stato*, que afirma que a solução do problema agrário na Itália defendida pelos comunistas de Turim estava baseada apenas na divisão do latifúndio, presente em seu artigo de 1920, “Operários e Camponeses”, no qual afirmava que:

“a Itália meridional e ilhas foram reduzidas a colônias de exploração da Itália setentrional. O proletariado setentrional emancipando-se da exploração capitalista emancipará as massas camponesas meridionais, subjugadas pelos bancos e pelas indústrias parasitárias do norte do país. A regeneração econômica e política dos camponeses deve ser buscada na solidariedade do proletariado industrial, este que necessita da solidariedade dos camponeses” (GRAMSCI, 2004b:406-7).

Del Roio afirma que este debate de Gramsci com a revista *Quarto Stato* não era apenas uma luta pela efetivação da política da frente única e da aliança entre operários do Norte e camponeses do Sul, mas “uma pela hegemonia no interior da coalizão das forças revolucionárias, situação na qual os intelectuais e a cultura desempenhariam um papel essencial (DEL ROIO, 2007:66).

O proletariado controlando as indústrias, afirma Gramsci, as colocará a serviço dos camponeses, e com a instauração da ditadura do proletariado o poder do Estado será dirigido para sustentar a luta dos camponeses, pois é do interesse do proletariado aumentar a produção agrícola e ter a solidariedade dos camponeses. Por isso o conceito fundamental dos comunistas turinenses, segundo ele, não está na “formula mágica” (GRAMSCI, 2004b:407) da divisão do latifúndio, mas na aliança política entre o operário do Norte e os camponeses do

Sul, sob a direção do proletariado industrial, com o objetivo de afastar a burguesia do poder do Estado. Para ele, o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante (hegemônica), na medida em que consegue criar uma aliança de classes que permita mobilizar-se contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da classe trabalhadora, conseguindo obter o “consenso das amplas massas camponesas” (GRAMSCI, 2004b:408).

Gramsci retoma a distinção já feita por ele anteriormente sobre a questão camponesa na Itália, que não é a questão camponesa e agrária em geral, pois é historicamente determinada pela questão meridional e a questão vaticana, por isso, conquistar a massa camponesa significa para o proletariado italiano tornar próprias a questão meridional e questão vaticana, compreendendo as exigências de classe que essas representam, incorporando-as no programa revolucionário e colocando essas exigências entre as suas reivindicações de luta (GRAMSCI, 2004b).

Para isso, fazia-se necessário modificar a orientação política e ideológica do proletariado, que vive no complexo da vida estatal e sofre a influência da escola, do governo, da tradição burguesa (dos aparelhos privados de hegemonia), e a ideologia difundida pela propaganda burguesa sobre a inferioridade do Mezzogiorno, na qual o Partido Socialista foi também o veículo desta ideologia no proletariado setentrional.

Como esclarece Gramsci, o Mezzogiorno era visto como:

“(...) a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos para o desenvolvimento civil da Itália, os meridionais são biologicamente os seres inferiores, os semibárbaros os bárbaros completos, por destino natural; se o Mezzogiorno é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas da natureza que fez os sulistas poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, temperando esta sorte madrasta com a explosão puramente individual de grandes gênios, que são como as palmeiras solitárias num deserto árido e estéril” (GRAMSCI, 2004b:409).

Para uma ação de massa, esta para Gramsci deve estar convencida das finalidades que quer alcançar e dos métodos a serem aplicados, por isso, o proletariado, para ser capaz de governar como classe, “deve despojar-se de todo resíduo corporativo e preconceitos ou incrustações sindicalistas” (GRAMSCI, 2004b:415), ou seja, as várias categorias operárias deveriam pensar-se enquanto classe que tende a dirigir os camponeses e intelectuais, pois uma classe só pode vencer e construir o socialismo se for ajudada e seguida pela maioria dos estratos sociais; sem isso, o proletariado não se tornará dirigente “e tais estratos, que

representam na Itália a maioria da população, ao continuarem sob a direção burguesa, darão ao Estado a possibilidade de resistir à ofensiva proletária e derrotá-la (GRAMSCI, 2004b:416).

Após analisar vários acontecimentos relacionados à classe operária italiana, Gramsci observa que existe uma dificuldade de registrar os eventos de massa que prove a eficácia de suas ações, e principalmente para os eventos que se referem às massas camponesas do Mezzogiorno – ponto este que será fundamental para a compreensão de seu projeto de historiografia das classes e grupos subalternos presente no Cad. 25.

Gramsci define o Mezzogiorno como uma “grande desagregação social; os camponeses, que constituem a grande maioria da população meridional, não têm nenhuma coesão entre si” (GRAMSCI, 2004b:423). Esta característica da desagregação social dos camponeses do Mezzogiorno, apontada por Gramsci, será resgatada posteriormente nos *Cadernos do Cárcere*⁴⁶, ampliando seu foco de análise do camponês meridional, para as classes subalternas como um todo.

Para Gramsci, a sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos: “a grande massa camponesa amorfa e desagregada, (...) que estão em perpétua fermentação, mas enquanto massa são incapazes de dar uma expressão centralizada a suas aspirações e as suas necessidades” (GRAMSCI, 2004b:423); os intelectuais da pequena e média burguesia rural, “que recebe da base camponesa os impulsos para sua atividade política e ideológica” (Idem); e os grandes proprietários de terras e os grandes intelectuais, que no campo político (os proprietários de terras) e no campo ideológico (os grandes intelectuais que têm como seus principais representantes Giustino Fortunato⁴⁷ e Benedetto Croce⁴⁸), “representam a base de sustentação do sistema meridional” (Ibidem) e “centralizam e dominam, em última instância, todo este conjunto de manifestações” (Ibidem) .

Gramsci chama a atenção para a psicologia dos intelectuais meridionais, observando sua importância para a vida nacional italiana, uma vez que “mais de três quintos da burocracia estatal é constituída de meridionais” (Gramsci, 2004:424). Sobre este grupo, para ele, alguns

⁴⁶ Primeiramente no Caderno 3 §14, e posteriormente compilada e aprofundada no ano de 1934 e comporá o Caderno 25.

⁴⁷ Giustino Fortunato (1848-1932). Político e escritor conservador. Dedicou-se ao estudo da questão meridional.

⁴⁸ Benedetto Croce (1866-1952), filósofo hegeliano, político liberal-conservador, exerceu grande influência na cultura italiana, senador e ministro da Instrução Pública. Croce manteve-se vacilante, mas posicionou-se posteriormente contra o fascismo (Schlesener, 2007).

pontos devem ser levados em consideração, uma vez que “em todos os países o extrato dos intelectuais foi radicalmente modificado com o desenvolvimento do capitalismo” (Idem), pois a industrialização introduziu um novo tipo de intelectual: “o organizador técnico, um especialista da ciência aplicada” (Ibidem). No entanto, nos países como a Itália, em especial no Mezzogiorno, continua a prevalecer este velho tipo de intelectual tradicional. Os intelectuais meridionais se originam da camada da burguesia rural (pequeno e médio proprietário de terras) e herdaram desta camada a aversão ao camponês, “considerado como máquina de trabalho que deve ser espremida até o osso” (GRAMSCI 2004b: 425) e também o medo e o pânico diante do camponês e de sua violência.

A este grupo de intelectuais pertence o clero, que Gramsci distingue entre o clero do Norte, que normalmente é filho de um artesão ou de um camponês e tem sentimento democrático, sendo mais ligado à massa dos camponeses, e por isso é moralmente mais correto do que o padre meridional, “no Norte, a separação entre Igreja e Estado e a expropriação dos bens eclesiásticos foi mais radical que no Sul, onde as paróquias e conventos conservaram e reconstituíram notáveis propriedades imobiliárias e mobiliárias (Idem). No Mezzogiorno, os padres se apresentam ao campesinato como um administrador de terras; como um usurário com suas elevadas taxas de juros, vale-se do elemento religioso para o pagamento da renda e dos juros; e como um homem subordinado às paixões comuns (mulheres e dinheiro) e que, portanto espiritualmente não dá confiança de discrição e de imparcialidade (GRAMSCI, 2004b).

O campesinato meridional está ligado ao grande proprietário de terras por meio dos intelectuais, colocando “em funcionamento um monstruoso bloco agrário que, em seu conjunto, atua como intermediário e controlador a serviço do capitalismo setentrional e dos grandes bancos. Sua única finalidade é conservar o *status quo*” (GRAMSCI, 2004b:428).

O bloco intelectual do Sul impede que as “fissuras do bloco agrário se tornassem demasiado perigosas e provocassem uma ruptura” (GRAMSCI, 2004b:430), tem como expoentes Fortunato e Croce, “os reacionários mais atuantes da península” (Idem), e não permitem que a formulação dos problemas meridionais “ultrapassam certos limites, ou seja, não se tornasse revolucionária” (Ibidem), a eles, Gramsci se referindo como:

Homens de imensa cultura e inteligência, originários do terreno tradicional do Sul mas ligados a cultura europeia e conseqüentemente mundial, eles dispunham de todas as qualificações para dar uma satisfação às necessidades intelectuais dos mais honestos

representantes da juventude culta do sul, para aplacar-lhes as irrequietas veleidades de revolta contra as condições existentes, para dirigi-los no sentido de uma linha média de serenidade clássica no pensamento e na ação (GRAMSCI, 2004b:431).

Gramsci afirma que Benedetto Croce cumpriu uma altíssima função nacional ao separar os intelectuais radicais do Sul das massas camponesas, levando-os a participarem da cultura nacional e europeia e, através desta cultura, fez com que fossem absorvidos pela burguesia nacional e, enfim, pelo bloco agrário (GRAMSCI, 2004b).

Gramsci ressalta que os intelectuais se desenvolvem muito mais lentamente do que qualquer outro grupo social, devido a sua natureza e função histórica, representando toda a tradição cultural de um povo, e acrescenta que sobre a formação de intelectuais do proletariado, que este “como classe é pobre de elementos organizativos, não tem e não pode formar um estrato próprio de intelectuais, a não ser lentamente, de modo trabalhoso e só depois da conquista estatal” (GRAMSCI, 2004b:434).

Para Gramsci, é importante e necessário que ocorra uma fratura de caráter orgânico na massa dos intelectuais, que se crie uma formação de esquerda, ou seja, uma tendência voltada para o proletariado revolucionário, pois para aliança entre proletariado e massas camponesas é necessária esta formação. “O proletariado destruirá o bloco agrário meridional, na medida em que conseguir, através de seu Partido, organizar em formações autônomas e independente das massas”(GRAMSCI, 2004b:435), o êxito desta tarefa para ele será determinado por sua “capacidade de desagregar o bloco intelectual que é a armadura – flexível, mas extraordinariamente – resistente do bloco”.

1.2. O uso do termo “subalterno” nos escritos do período pré-carcerário

Na pesquisa realizada⁴⁹ em seus escritos do período pré-carcerários, encontramos seis artigos em que Gramsci usa o termo “subalterno”, como passamos a apresentar.

No ano de 1919, encontraremos o primeiro uso do termo “subalterno” no artigo “O país de Polichinelo”⁵⁰, em que Gramsci trata da questão da censura. O termo será usado ao questionar se “(...) existe ainda uma hierarquia de autoridade que efetivamente consiga obter *obediência dos subalternos*” (GRAMSCI, 1976:303) (grifo nosso).

Nota-se neste primeiro uso do termo, que ele tem a função de substantivo, nomeando um grupo de pessoas, “os subalternos”, para os quais seja necessário conseguir a sua obediência.

No ano de 1921, Gramsci publica no *L'Ordine Nuovo*, de 23 de abril, o artigo intitulado “Reação”, no qual faz a distinção entre reação e revolução, afirmando que a reação concentra o poder do Estado para restaurar a autoridade burguesa, enquanto a revolução usa o mesmo instrumento para afirmar a autoridade proletária, para construir uma estrutura igualitária.

Ao referir-se à Itália, Gramsci passa a apontar para a ineficiência do governo e também do Parlamento Italiano que não funcionam. Segundo ele, o Estado encontra-se em decomposição, a magistratura, a hierarquia militar, a polícia e a burocracia estatal não obedecem ao governo político, sendo controlados por grupos privados, “incapazes de organizar-se como nova classe dominante e de exprimir do interior desta organização um governo próprio e regular” (GRAMSCI, 1976:287), esta crise da Itália para ele “é crise das classes médias, é crise do princípio de autoridade nos *comandos sociais subalternos* que constituem precisamente o máximo da estrutura burguesa do Estado” (Idem). (grifo nosso)

⁴⁹ A pesquisa realizada foi pautada em COUTINHO (2004) e GRAMSCI (1976).

⁵⁰ Artigo não assinado, publicado no *Avanti!*, edição piemontesa, 30 de janeiro de 1919. Polichinelo é uma antiga personagem do teatro da Roma Antiga e resume em si mesmo a unidade dos contrários; palhaço; bobó; saltimbanco; homem apalhaçado; indivíduo que muda muitas vezes de opinião; segredo de polichinelo: segredo que é conhecido por muitos.

Em 25 de setembro de 1921, em artigo não assinado, publicado no *L' Ordine Nuovo*, intitulado “O partido e as massas”, Gramsci, ao analisar a crise do Partido Socialista, observa que esta crise não é um fato isolado, mas um reflexo conjuntural da sociedade italiana. O Partido Socialista, segundo ele, desde a Primeira Guerra até a ocupação das fábricas, não representou a maioria dos trabalhadores da Itália, constituída pelos proletários, a pequena burguesia e os camponeses pobres.

A desorganização do PSI foi evidenciada com o fim da ocupação das fábricas, como afirma Gramsci, somente o proletariado industrial não se desmoralizou com os acontecimentos cotidianos, nascendo nesse momento o Partido Comunista, “primeira organização autônoma e independente do proletariado industrial, da única classe popular essencialmente e permanentemente revolucionária” (GRAMSCI, 1977:12).

Ao narrar o período posterior à desocupação das fábricas, Gramsci usa o termo “subalterno” referindo-se ao contexto militar por meio da expressão “oficialidade subalterna”, afirmando que:

A fé tinha-se apagado num grande número de dirigentes; o que primeiro se tinha exaltado era hoje escarnecido; os sentimentos mais íntimos e delicados da consciência proletária eram torpemente pisados por esta *oficialidade subalterna* dirigente, tornada céptica, corrompida do arrependimento e no remorso do seu passado de demagogia maximalista (GRAMSCI, 1977:12). (grifo nosso)

O afastamento do Partido Socialista do proletariado industrial, rompendo a forte ligação que parecia ter sido criado entre a cidade e o campo, é semelhante para Gramsci ao mesmo fenômeno observado com o fascismo, pois a pequena burguesia urbana, “reforçada politicamente por todos os trânsfugas do Partido Socialista, tinha procurado, depois do armistício, aproveitar a capacidade de organização e de ação militar adquirida durante a guerra”, e prossegue: “A guerra italiana foi dirigida, na ausência de um estado-maior eficiente, pela *oficialidade subalterna*, isto é, pela pequena burguesia” (GRAMSCI, 1977:14). (grifo nosso)

E continua o autor afirmando que as decepções sofridas na guerra despertaram sentimentos de rebelião antigovernista, perdendo a unidade militar e dispersando-se nos vários partidos de massa, levando-lhes impulsos de rebelião, mas também incerteza, oscilações e demagogia.

Em 18 de outubro de 1923, Gramsci usará o termo “subalterno” no artigo “A nossa perspectiva sindical⁵¹”. Gramsci inicia este artigo com um questionamento sobre o sindicalismo, ou seja, como manter o contato com as grandes massas proletárias, interpretando suas necessidades “para lhes recolher e concretizar as vontades, para ajudar o processo de desenvolvimento do proletariado para a sua emancipação, que continua não obstante todas as repressões e toda a violência da infame tirania fascista?” (GRAMSCI, 1977:69).

Ao analisar a organização sindical tanto na Itália como no mundo capitalista, para Gramsci é nítido o afastamento dos sindicatos do proletariado, levando-o a ser contra a criação de novos sindicatos.

Gramsci afirma que os elementos revolucionários que no passado tinham adquirido capacidades organizativas e diretivas e hábitos de trabalho sistemático, foram, pelo contrário, massacrados ou emigraram ou dispersaram, em suas palavras:

A classe operária é como um grande exército privado, de repente, de todos os seus *oficiais subalternos*; num tal exército seria impossível manter a disciplina, a unidade, o espírito de luta, a unicidade de perspectiva só com a existência de um estado-maior. Cada organização é um complexo articulado que só funciona se existir uma adequada relação numérica entre as massas e os dirigentes. Nós não temos quadros, não temos ligações, não temos serviços para abraçar com a nossa influência as grandes massa, para potencializá-las, para as fazer tornar a ser um instrumento eficaz de luta revolucionária (GRAMSCI, 1977:69). (Grifo nosso)

Para Gramsci, a fábrica organiza naturalmente os operários, agrupando-os e colocando-os em contato entre si, sendo a fábrica esse elemento unificador do proletariado urbano, através não dos sindicatos, mas sim das Comissões Internas de Fábrica.

Esta centralidade do papel da classe operária, como “guia das outras classes oprimidas (camponeses, especialmente do Sul e das Ilhas – pequenos burgueses urbanos e rurais)” (Idem) é ressaltada por Gramsci ao afirmar que é necessário destruir a organização externa à fábrica. Os capitalistas, segundo ele, por motivos próprios, não querem que todas as formas de organizações sejam destruídas, pois nas fábricas só é possível a disciplina e o bom andamento

⁵¹ Assinado Antonio Gramsci em *Lo Stato Operaio* (semanário do PCI), ano I, n. 8, Milão.

da produção por meio da ação dos sindicatos que garantem o mínimo de constitucionalidade, um mínimo de consenso por parte dos trabalhadores.

Ao analisar a crise do capitalismo na Itália enquanto um reflexo da crise do sistema capitalista mundial no artigo de 1924, intitulado “A crise Italiana⁵²”, Gramsci usará o termo “subalterno” ao se referir à crise italiana que se agravou com a guerra e com as particularidades do fascismo na Itália. Este não foi capaz de resolver as suas consequências negativas na vida do proletariado industrial do Norte da Itália, e da miséria do camponês meridional, apontando que esta crise só pode ser resolvida pelo proletariado.

Gramsci fará menção ao termo subalterno para descrever uma pessoa que é subordinada a outras, especialmente na hierarquia militar, afirmando que o fascismo não suporta uma relação de igualdade entre seus colaboradores, mas pressupondo uma relação de servidão aos seus interesses.

O fascismo, pela natureza da sua organização, não suporta colaboradores com paridade de direito, quer apenas servos acorrentados: não pode existir uma assembleia representativa em regime fascista, cada assembleia torna-se imediatamente um bivaque de “manipoli⁵³” ou a antecâmara de um prostíbulo para *oficiais subalternos* avinhados (GRAMSCI, 1977:132). (Grifo nosso)

Em janeiro de 1926, poucos meses antes de sua prisão, no artigo “A situação italiana e as tarefas do PCI”⁵⁴, Gramsci usa o termo “subalterno” em dois momentos de seu texto.

Ao analisar a estrutura social italiana em sua sétima tese, Gramsci aponta que a fraqueza da estrutura social italiana reside no exército, uma vez que existe, segundo ele, um descolamento entre os oficiais do exército, e os “oficiais subalternos” (pequena burguesia), e a massa dos soldados:

Um círculo restrito de oficiais, desprovidos do prestígio de chefes (velhas classes dirigentes agrárias, novas classes industriais), tem abaixo de si uma casta burocratizada de *oficiais subalternos* (pequena burguesia), a qual é incapaz de servir de ligação à massa dos soldados, indisciplinada e abandonada a si própria (GRAMSCI, 1977:206). (Grifo nosso).

⁵² Artigo de 1º de setembro de 1924, assinado por Antonio Gramsci e publicado no *L'Ordine Nuovo*.

⁵³ Trata-se dos soldados negros (etíopes) alinhados pela Itália na guerra da Etiópia.

⁵⁴ Teses aprovadas pelo III Congresso do Partido Comunista Italiano, que se realizou clandestinamente em janeiro de 1926, em Lyon. O documento foi redigido por Gramsci com a colaboração de Togliatti e do grupo dirigente presente no congresso.

E continua sua análise sobre a hierarquia militar relacionando-a com o fascismo, e afirmando que:

Na guerra, o exército é obrigado a reorganizar-se a partir da base, depois da eliminação organizativa que corresponde ao advento de uma nova categoria de *oficiais subalternos*. Este fenômeno precede análoga operação que o fascismo executará, numa escala mais vasta, em relação ao Estado (GRAMSCI, 1977:206).
(Grifo nosso).

Como observado, Antonio Gramsci, partindo da situação de subordinação vivida na Sardenha, apreende os condicionantes da dominação inerentes e necessários ao sistema capitalista, e as particularidades históricas e territoriais da Itália.

A questão meridional que marca a divisão entre Norte e Sul necessária para o desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista na Itália não estava restrita a processos econômicos e políticos, mas se ampliava a processos ideológicos que moldavam a forma de pensar, tanto do proletariado como do camponês, nutrindo os preconceitos e evitando sua união, que poderia colocar em risco a hegemonia da classe dominante, por isso, a separação cidade-campo inerente ao sistema capitalista era agravada pela questão meridional italiana, questão esta aprofundada no ensaio inacabado de 1926.

A espontaneidade que caracterizava os movimentos operários e os movimentos violentos das massas camponesas é observada em várias reflexões desse período. Para Gramsci, a espontaneidade não era produtora para o processo revolucionário, sendo necessárias a disciplina, a organização, uma direção consciente com objetivos comuns a serem alcançados.

A consciência das classes e grupos subalternos somente seria possível através de um trabalho de conscientização e educação para a superação da questão meridional e para compreensão dos mecanismos de dominação e manipulação do sistema capitalista.

Sua militância no movimento operário e sua apreensão da realidade possibilitaram o desenvolvimento e amadurecimento de seu pensamento diante dos acontecimentos históricos, de modo que Gramsci já notava que a vitória na luta contra a dominação do capital passava pela frente única, que no caso da Itália significava mais do que a aliança entre operários e camponeses, subalternos em relação à burguesia capitalista, mas também a destruição das

amarras históricas que mantinham o Mezzogiorno em uma posição de subalternidade diante do Norte da Itália.

O proletariado industrial, por sua experiência de luta, deveria para Gramsci ser o guia do processo revolucionário, mas sozinho estava fadado ao fracasso, por isso era necessário a solidariedade entre operários e camponeses, estes últimos que também não eram um grupo homogêneo, mas que refletia toda a diversidade existente na Itália.

Apesar de Gramsci não usar o termo subalterno no sentido de classes e grupos sociais nos escritos pré-carcerários, evidenciam-se as bases para a sua posterior formulação e o uso nos *Cadernos do Cárcere*.

Gramsci já observava a desagregação, a espontaneidade, a dificuldade de se fazer uma história dos grupos subalternos, a importância do partido enquanto organizador das classes subalternas que deveria imprimir-lhe uma direção consciente. Entendemos que tais observações se convertem nas bases teóricas que serão desenvolvidas e relacionadas com as demais categorias em seus apontamentos do período do Cárcere e para a formulação da categoria classes e grupos subalternos.

Observamos ainda que o primeiro uso do termo subalterno com a função de substantivo, nomeando um grupo de pessoas, ao se referir à obediência dos subalternos, foi escrito em 1919 no artigo “O país de Polichinelo”. Os demais usos do termo subalterno nesse período se referem à hierarquia militar (oficiais e oficialidade subalterna), designando uma relação de subordinação e inferioridade ante uma posição superior.

A questão da subordinação se fez presente nas reflexões de Gramsci desde os seus primeiros escritos, permeando todo o período da militância política enquanto ele ainda não se encontrava privado da liberdade⁵⁵, e também sendo utilizado nos *Cadernos do Cárcere*, onde encontramos em algumas notas a menção direta a essa temática.

⁵⁵ No dia 8 de novembro, apesar de sua imunidade parlamentar, Gramsci e outros deputados comunistas são presos. Gramsci é enviado para a Ilha de Ústica, ao norte da Sicília. Em 1927, Gramsci é transferido para Milão. Devido a sua condição de saúde, é transferido para a Casa Penal Especial de Túri, na província de Bari, onde em janeiro de 1929 obtém autorização para escrever em sua cela, começando em fevereiro a redigir os *Cadernos do Cárcere*. Em 19 de novembro de 1933, Gramsci é transferido para a enfermaria da prisão de Formia, onde é internado. Em 24 de agosto de 1934, Gramsci é transferido novamente para a clínica Quisisana de Roma. Em abril de 1937, Gramsci adquire a plena liberdade, mas no dia 25 sofre um derrame cerebral, falecendo dois dias depois, na manhã de 27 de abril.

CAPÍTULO 2

PARA COMPREENSÃO DA CATEGORIA CLASSES E GRUPOS SUBALTERNOS

A categoria classes e grupos subalternos será desenvolvida no pensamento de Antonio Gramsci, tendo como ponto de partida a realidade marcada pelas transformações operadas pelo sistema capitalista e a complexificação dos mecanismos de dominação e de poder.

A ampliação do Estado exigia uma mudança das táticas para a luta revolucionária, estas que deveriam ser pautadas na conquista do consenso e na união das massas, ganhando relevância a categoria classes e grupos subalternos.

Tal relevância expressa a relação de dominação, pela qual o exercício do poder pelas classes dominantes não se constituem apenas no uso da força através da coerção por meios violentos, mas sim por um poder muito mais sutil, sofisticado e sobretudo eficiente, com a conquista do consenso da população.

A exposição dos fundamentos da categoria classes e grupos subalternos neste Capítulo distingue primeiramente o uso literal dos termos subalterno e subordinação presentes nos *Cadernos*, e na sequência são apresentadas as notas que designamos como as mais relevantes nas quais Gramsci destaca a características das classes e grupos subalternos relacionadas com a espontaneidade, a desagregação, a confusão entre política e paixão e o apoliticismo que marcam a existência dessas classes e grupos.

Ainda neste capítulo abordamos a teoria do Estado ampliado desenvolvida por Gramsci, base para a compreensão da categoria da hegemonia e fundamento para a discussão sobre as classes e grupos subalternos em seu pensamento.

2.1. O uso literal do termo subalterno e subordinação nos *Cadernos do Cárcere*

Gramsci utiliza o termo subordinado, subalterno⁵⁶, em sentido literal relacionado à hierarquia militar, fazendo analogias ou comparando-a com outros elementos de sua análise, como a questão dos intelectuais e a política, e também utilizando o termo fora do contexto militar para expressar uma condição de subordinação, uma relação de dependência e/ou inferioridade, como observado em relação à diplomacia, às concordatas, ao Estado e à literatura.

Encontramos duas notas dos *Cadernos*, nos quais o uso do termo subalterno refere-se ao contexto militar. A primeira no Cad.1 §54⁵⁷ (A Batalha de Jutlandia), onde Gramsci usa a expressão “comandos subalternos” para explicar o plano estratégico dessa batalha, em que o exército vencedor deixou para cada unidade uma certa liberdade que as circunstâncias poderiam exigir.

O segundo uso em relação ao contexto militar encontra-se no Cad. 6 §179 (Passado e presente: A escola profissional), em que Gramsci apresenta uma discussão ocorrida na Câmara dos Deputados em 1931 sobre o problema da educação na Itália. A referência ao termo subalterno nesse parágrafo se faz em comparação entre a mobilidade na estrutura militar e a mobilidade na estrutura escolar (escola profissionalizante, escola média e escola clássica que era restrita aos filhos das classes dirigentes).

A referência ao elemento militar também é utilizada como forma de comparação com outros elementos caros à análise gramsciana, como a questão dos intelectuais, fazendo um paralelo entre eles e a estrutura militar, comparando-os aos oficiais subalternos do exército, e que exercem funções subalternas, constituindo-se em funcionários, apenas como os executores, sem autonomia em relação às classes dominantes.

⁵⁶ A partir da pesquisa realizada, encontramos o uso do termo subalterno e subordinação nas seguintes notas dos *Cadernos do Cárcere*: Cad. 1 §43; Cad. 1 §54; Cad. 1 §61; Cad. 1 §139; Cad. 3 §53; Cad. 3 §117; Cad. 4 §1; Cad. 4 §5; Cad. 4 §49; Cad. 4 §53; Cad. 4 §66; Cad. 6 §86; Cad. 6 §89; Cad. 6 §155; Cad. 6 § 179; Cad. 7 § 33; Cad. 8 §9; Cad. 8 § 16; Cad. 8 §20; Cad. 8§141; Cad. 9 §62; Cad. 10 § 14; Cad. 12 §1; Cad. 13 § 38; Cad. 15 § 5; Cad. 15 § 14; Cad. 16 § 2; Cad. 16 §11; Cad. 19 §26; Cad. 20 § 2; Cad. 22 § 1, Cad. 22 § 2; Cad. 26 § 5.

⁵⁷ Texto retomado por Gramsci no Cad. 13. §38 (Mauras e o centralismo orgânico).

Em três parágrafos observamos a relação estabelecida por Gramsci entre a estrutura militar e a questão dos intelectuais, como no Cad.1 §43⁵⁸ (Tipos de Revista), em que afirma que a questão da independência dos intelectuais é variável e naturalmente em sentido inverso à dos proprietários, esclarecendo primeiramente que por intelectuais deve-se entender “toda a massa social que exercita uma função organizativa em senso lato, seja no campo da produção ou da cultura, seja no campo administrativo-político”, estes que “correspondem aos suboficiais e “oficiais subalternos” do exército e também em parte, aos oficiais superiores de ‘origem subalterna’” (GRAMSCI, 2011d:93). E complementa que para compreender a função político-social dos intelectuais é necessário investigar e analisar a atitude psicológica destes em relação às classes fundamentais, podendo se constituir em uma atitude paternalista, uma expressão orgânica das mesmas, uma atitude servil para com as classes dirigentes, ou mesmo se considerando como parte integrante dessas mesmas classes.

No Cad. 4 §49 (Os intelectuais), o autor destaca que os intelectuais de tipo urbano crescem junto com a indústria, sua função podendo ser comparada à dos oficiais subalternos no exército: “que não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção, elaboram a execução do plano da produção estabelecido pelo estado maior da indústria, controlando suas fases” (GRAMSCI, 2011b:22).

Outro uso do termo subalterno, relacionando a hierarquia militar e os intelectuais, será encontrado no Cad. 12 §1 (Sem título). Partindo da discussão sobre a independência e autonomia dos intelectuais, Gramsci faz a distinção entre intelectuais tradicionais e orgânicos, afirmando que a relação entre os intelectuais e o mundo da produção é mediatizada em diversos graus por todo tecido social pelo conjunto das superestruturas, onde os intelectuais são os funcionários⁵⁹ (GRAMSCI, 2011b). As complexas graduações dos intelectuais são comparadas por Gramsci ao organismo militar, que é composto por oficiais subalternos, oficiais superiores, Estado-Maior, cabos e sargentos, que se relacionam a partir da solidariedade e espírito de grupo.

⁵⁸ Nesta nota encontramos o primeiro emprego do termo subalterno por Gramsci ao se referir aos “oficiais subalternos do exército” nos *Cadernos do Cárcere*. Este texto será retomado por Gramsci no Cad. 19 §26 (A relação cidade-campo no Risorgimento e na estrutura nacional italiana).

⁵⁹ Nesse sentido, ao reportar-se à sociedade civil e à sociedade política como dois planos superestruturais, vincula os intelectuais à função de hegemonia (sociedade civil) e ao domínio direto (Estado e Governo Jurídico). Para Gramsci, estas são funções organizativas e conectivas na sociedade, e os intelectuais se constituem em prepostos do grupo dominante, no exercício de funções subalternas da hegemonia social e do governo político, que se expressam através do consenso espontâneo e da coerção estatal (GRAMSCI, 2011b).

Gramsci estende sua analogia entre a subordinação, estrutura militar a questão da política, ao estabelecer as semelhanças entre estas, refere-se à influência dos oficiais subalternos na política pela sua origem, e relaciona a proporcionalidade (teorema de proporções) na estrutura hierárquica militar de cargos e funções, comparando-a à proporcionalidade na política. Encontramos quatro notas nos *Cadernos* em que Gramsci trata dessa questão.

No Cad. 4 §66 (O elemento militar na política), Gramsci irá analisar a influência do elemento militar na vida estatal, e afirma que esta influência não se restringe ao peso do exército propriamente dito, mas sim “da influência e peso da camada social da qual o elemento técnico-militar (sobretudo os oficiais subalternos) se origina” (GRAMSCI, 2011c:65).

No Cad. 6 §155 (Passado e presente. Política e arte militar), Gramsci parte da discussão sobre a estratégia militar e faz a diferenciação entre a tática das grandes massas e a tática dos pequenos grupos, bem como a conexão entre estratégia e tática tanto na política como na arte militar. No Cad. 8 §141 (Maquiavel), encontramos o termo “subalterno” relacionado ao conceito de “grande potência”, uma vez que “pode ocorrer que um Estado que teve hegemonia durante a guerra termine por perdê-la pelo enfraquecimento sofrido na luta e veja tornar-se hegemônico um ‘subalterno’ que foi mais hábil ou mais ‘afortunado’” (GRAMSCI, 2011c:283).

No Cad. 9 §62 (Maquiavel), Gramsci utiliza o termo subalterno no sentido de subordinação, ao refletir sobre a ciência da organização, fazendo um paralelo com a estrutura militar, afirmando que existe uma “relação entre cabos, sargentos, suboficiais e oficiais subalternos, oficiais superiores, Estados-Maiores e Estado Maior geral” (GRAMSCI, 2011c:84). Esta relação, com as devidas proporções, pode ser aplicada aos partidos, sindicatos e fábricas, “para ver como cada grupo social tem lei própria de proporções definidas, que varia de acordo com o nível de cultura, independência mental, espírito de iniciativa e senso de responsabilidade e disciplina de seus membros atrasados e periféricos” (Idem). Os partidos têm a tarefa de formar dirigentes qualificados, multiplicando-os “para que um grupo definido se articule e se transforme de um confuso caos, em um exército político organicamente preparado” (Idem). Esta proporcionalidade é remetida por Gramsci às eleições, pois um partido que tem muitos votos nas eleições de menor importância e poucos nas de maior,

possui deficiências em sua direção central, e apesar de dispor de muitos subalternos, não possui um “Estado-Maior adequado ao país e a sua posição no mundo” (Ibidem).

O termo subalterno também será empregado por Gramsci para apontar uma relação de subordinação, de dependência e inferioridade ligados à questão da diplomacia, das concordatas, da dependência intelectual, ao Estado, e também em sua análise sobre a literatura, como veremos nas análises subsequentes. Encontramos o uso do termo subordinado(a) e seus respectivos sinônimos por Gramsci de forma literal, ao se referir a uma relação de dependência a alguém ou a alguma coisa, no sentido de subordinação, ser e/ou estar submetido, submisso.

Em relação à subordinação, o primeiro uso por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* do termo subordinado(a) encontra-se no Cad. 1 §61⁶⁰ (Americanismo), em que ele afirma que a não existência de classes parasitárias tanto na América como na Europa propiciou uma base sadia para o desenvolvimento da indústria e do comércio, o que possibilitou a “redução dos transportes e do comércio a real atividade subordinada à produção, com a absorção desta atividade por parte da própria indústria” (GRAMSCI, 2011e:348).

O termo subalterno também é usado por Gramsci para indicar uma posição subalterna, como observado no Cad. 4 §1 (Sem título⁶¹). Ao se referir a Engels, Gramsci aponta para uma “escassa capacidade teórica em Engels (pelo menos, uma posição subalterna em relação a Marx)” (GRAMSCI, 2011e:356), e também no Cad. 7 §33 (Posição do problema), e que Gramsci questiona a posição de Ilici (como se refere a Lênin) em relação a Marx, a qual é “puramente subordinada e subalterna” (GRAMSCI, 2011a:242). No Cad. 10 §14, ao analisar as concordatas, Gramsci afirma que a incompreensão desse problema por Gentile⁶² demonstra “a sua redução a uma mísera condição subalterna intelectual”⁶³. (GRAMSCI, 2011a:321).

Ao analisar a emigração italiana no Cad. 3 §117 (Emigração italiana e a função cosmopolita da classe culta Italiana), Gramsci aponta para a debilidade da classe dirigente, que em suas palavras não deu uma disciplina ao povo, não o fazendo sair do municipalismo, e

⁶⁰ Este parágrafo será retomado e ampliado no Cad. 22 §2 (Americanismo e fordismo).

⁶¹ Parágrafo retomado posteriormente no Cad. 16 §2 (Questões de método).

⁶² Giovanni Gentile, nascido em 30 de maio de 1875, foi um importante filósofo italiano e colaborador de Benedetto Croce. O seu apoio ao fascismo levou a uma ruptura com Croce. Em 1917, muda e passa a se interessar pela política. Ministro da Instrução Pública no governo de Benito Mussolini entre 1922 e 1925, foi autor de importante reforma do ensino.

⁶³ Esta posição subordinada de Gentile já havia sido apontada no Cad. 8 §16 (Passado e presente: a Filosofia de Gentile), ao abordar sua filosofia que, nas palavras de Gramsci, “não é reconhecida como oficial e nacional, o que significa uma subordinação explícita ao catolicismo e sua redução a uma tarefa subalterna” (GRAMSCI, 2011a:445).

não criando uma situação econômica para reabsorver os emigrantes que foram incorporados às nações estrangeiras em “funções subalternas” (GRAMSCI, 2011b:92). Gramsci também utilizará o termo subalterno referindo-se a um “plano subalterno” como no Cad. 4 §5 (Materialismo histórico e critérios ou cânones práticos de interpretação da história e da política).

Gramsci utilizará a expressão força subalterna em três notas dos *Cadernos*, duas delas relacionadas à Igreja Católica – Cad. 1 §139 (Ação Católica) e no Cad. 20 §2 (A ação Católica e os terciários franciscanos) –, nas quais afirma que a Igreja é somente uma força subalterna. A outra nota encontra-se no Cad. 22 §1 (Americanismo e fordismo), no qual Gramsci afirma que o americanismo e fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática, ressaltando a resistência das “forças subalternas” que deveriam ser “manipuladas” e racionalizadas de acordo com as novas metas produtivas próprias do sistema fordista de produção.

Ao analisar a diplomacia em três ocasiões distintas, Gramsci a indica como uma atividade subordinada e subalterna, por estar sempre submetida às forças exteriores e estrangeiras.

No Cad.6 §86 (Fase econômica corporativa do Estado) e §89 (Política e Diplomacia), Gramsci se refere à diplomacia como uma “atividade subalterna e subordinada”, pois o diplomata para ele não cria, apenas ratifica o que o político criou, devendo por isso aceitar uma vontade estranha. Esta posição será retomada no Cad. 8 §20 (Risorgimento: os moderados toscanos), em que Gramsci se refere ao receio dos moderados toscanos de que as classes se pusessem em movimento, e compara esse receio ao medo do corpo diplomático, questionando se este medo não significaria a “consciência de estar subordinado ao estrangeiro, deixando as exigências nacionais em favor das pretensões estrangeiras?” (GRAMSCI, 2011e:281).

Gramsci em duas notas dos *Cadernos* fará menção ao termo subalterno, ao discutir a questão das concordatas, que consistem para ele no reconhecimento público de determinados privilégios políticos para uma casta de cidadãos (católicos), principalmente na questão da educação.

No Cad. 4 §53⁶⁴ (Concordatas e tratados internacionais), Gramsci analisa a questão da relação entre Estado e Igreja a partir das concordatas⁶⁵, que segundo ele “ferem de modo essencial o caráter de autonomia da soberania do Estado moderno” (GRAMSCI, 2007:43). Nesse sentido, ele ressalta a fraqueza da Igreja, que não dava muitas possibilidades de carreira fora da eclesiástica, sendo o clero deteriorado qualitativamente pela falta de vocações, ou ainda por vocações unicamente de “elementos intelectualmente subalternos” da sociedade. No Cad. 10, §14 (Pontos de referência para um ensaio sobre B. Croce), Gramsci reflete sobre a mudança da posição de Croce na hierarquia intelectual da classe dominante depois da concordata, afirmando que era necessária uma dupla obra de educação: educação do novo pessoal dirigente que deve ser “transformado” e assimilado, e educação da parte católica que deverá ser subordinada, afirmando que “em certas condições também subordinar é educar” (GRAMSCI, 2011a:321).

Gramsci usará o termo “subalterno” em relação ao Estado no Cad. 15 §5 (Passado e presente: a crise), ao afirmar que em certo sentido, num determinado Estado, “a história é a história das classes dirigentes, assim também no mundo, a história é a história dos Estados hegemônicos. A história dos Estados subalternos se explica através da história dos Estados hegemônicos” (GRAMSCI, 2007:320). Esta nota já aponta para as discussões presentes no pensamento de Gramsci sobre a hegemonia, que será retomada no Caderno 25 dedicado à história dos grupos subalternos.

Gramsci exemplifica este ponto a partir da queda do Império Romano, pois sua história se explica pelo seu próprio desenvolvimento, mas isso sugere que na própria história do Império Romano faltam certas forças, caracterizando-se em uma história negativa, e insatisfatória, sua história deve ser buscada no desenvolvimento das populações bárbaras. Gramsci conclui sua análise apontando para o enigma da queda do Império Romano, devido ao não reconhecimento de que as forças decisivas da história mundial não estavam no Império Romano, e para a indisponibilidade de documentos históricos de tais forças, não se tratando de coisas incognoscíveis, mas segundo ele desconhecidas por falta de documentos, devendo também se constituir em fonte de análise os elementos ideológicos e as vaidades que não podem ser desprezadas.

⁶⁴ Texto retomado e ampliado no Cad. 16 §11 (Relações entre Estado e Igreja).

⁶⁵ Dá-se o nome de concordata ao tratado internacional celebrado entre a Santa Sé e um Estado, normalmente com a finalidade de assegurar direitos dos católicos ou da Igreja Católica naquele Estado.

Em quatro parágrafos distintos, Gramsci usará o termo “subalterno” também em relação à literatura, ao se referir a escritos subalternos, as formas literárias subalternas, e também ao analisar as expressões literárias do historicismo, com especial atenção ao sarcasmo. Gramsci irá fazer menção a expressões humanas subalternas em relação às novas concepções adquiridas através do desenvolvimento histórico.

No Cad.3 §53 (Passado e Presente. Influência do romantismo francês de apêndice), o autor se refere aos folhetins como manifestações intelectuais subalternas. No Cad. 8 §9 (Ausência de um caráter nacional na literatura italiana), Gramsci analisa a forma com que Verga e Manzoni retratam os personagens populares⁶⁶. Como aponta GREEN (2007:218), Alessandro Manzoni em seus romances, apesar de atribuir um papel de protagonistas às pessoas comuns, as classes humildes referindo-se aos camponeses, os artesãos e os servidores as retratava em suas obras como privados de vida interior e mesquinhas.

No Cad. 15 §14 (Caráter não popular-nacional da literatura italiana), Gramsci faz um paralelo entre a literatura italiana e a francesa. Para ele, o italiano estuda como dominar, como ser mais forte, mais hábil, mais astucioso, ao passo que o francês estuda como dirigir, como compreender para influenciar e obter um consenso espontâneo e ativo. Essa atitude segundo Gramsci se reproduz na literatura italiana, em que existe uma abundância de livros que dão atenção ao comportamento exterior das classes altas, mas nenhum livro como dos franceses (ou de ordem subalterna⁶⁷). Por isso, afirma que o “romance na Itália é mais exterior, tosco, e sem conteúdo nacional-popular ou universal” (GRAMSCI, 2011e:255).

No Cad. 26 §5 (“Contradições” do historicismo e suas expressões literárias (ironia, sarcasmo)), Gramsci inicia sua análise fazendo a crítica do filósofo italiano Adriano Tilgher, que afirma que um homem pode “ser crítico e homem de ação ao mesmo tempo” (Tilgher apud GRAMSCI, 2007:81), o que significa uma separação dos termos da personalidade humana, quando na verdade os dois termos se combinam, seja nos indivíduos, seja nos grupos sociais. Também critica Croce quando este pretende determinar o conceito de política = paixão, pois segundo ele a característica do líder não é a passionalidade, mas o cálculo frio, preciso, objetivamente quase impessoal, das forças em luta e de suas relações. Nesse sentido,

⁶⁶ Para Gramsci, a atitude de Verga é marcada por uma “fria impassibilidade científica e fotográfica” (GRAMSCI, 2011e:212), ao passo que em Manzoni “há um paternalismo católico, uma ironia subentendida, indício de ausência de profundo amor instintivo por aqueles personagens; trata-se de uma atitude ditada por um sentimento exterior de dever abstrato ditado pela moral católica, que é corrigido e vivificado precisamente pela ironia difusa” (idem).

⁶⁷ Gramsci utiliza o termo “subalterno” nesta nota (GRAMSCI, 2007:1572). (Tradução minha)

o comportamento “irônico” “não pode ser o do líder político ou militar, em relação às paixões e sentimentos dos seguidores e dirigidos” (GRAMSCI 2007:83). Na ação histórica, o elemento estilístico mais adequado é o sarcasmo, este que segundo ele é encontrado nos fundadores da filosofia da práxis (como se referia ao marxismo), como um sarcasmo apaixonado.

Como se observa, a referência de Gramsci a elementos e a estrutura militar deve-se, entre outros fatores, ao próprio momento histórico no qual Gramsci vive, presenciando a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a ascensão do fascismo. Tais acontecimentos influenciaram seu pensamento e militância política, de modo que a estrutura militar adquire relevância em suas análises, uma vez que seus escritos se destinavam à elaboração de uma estratégia revolucionária (SECCO, 2006).

Partindo da estrutura militar, Gramsci emprega o termo subalterno na comparação com os intelectuais e com os diplomatas, que exercem funções intelectuais subalternas, como executores, sem autonomia em relação às classes dominantes.

O termo subalterno ou subordinado e seus respectivos sinônimos são utilizados por Gramsci ao se referir a uma relação de dependência a alguém ou a alguma coisa, no sentido de subordinação, ser e/ou estar submetido, submisso.

2.2. As características das classes e grupos subalternos

Na pesquisa realizada nos *Cadernos do Cárcere* sobre o uso do termo subalterno, encontramos um grupo de notas nas quais Gramsci emprega o termo em sentido figurativo, relacionadas a classes e grupos sociais⁶⁸, e ainda um grupo de notas em que o termo comparece consistindo apenas em indicações bibliográficas para seu estudo⁶⁹.

⁶⁸ Classes e grupos subalternos nos *Cadernos do Cárcere*: Cad. 1§48; Cad. 3 §48; Cad. 4 §38; Cad. 4 §87; Cad. 6 §98; Cad. 6§125; Cad. 7 §22; Cad 7 §51; Cad. 8 §153; Cad. 8 §205; Cad. 9 §64; Cad. 9 §67; Cad. 9 §68; Cad. 10 §41; Cad. 10 §56; Cad. 11 §12; Cad. 11§ 15; Cad. 11 §16; Cad. 11 §70; Cad. 13 §18; Cad. 13; 23; Cad. 13 §31; Cad. 13 §36; Cad. 13 §37; Cad. 14 §10; Cad. 14 §34; Cad. 14 §39; Cad. 15 §66; Cad. 15 §74; Cad. 16 §9; Cad. 16 §12; Cad. 27 §1; Cad. 29 §2.

⁶⁹ Cad. 4 §59; Cad. 4 §95; Cad. 6 §132; Cad. 6 §158; Cad. 7 §70; Cad. 8 §66; Cad. 8 §70; Cad. 8 §127; Cad. 9 §4; Cad. 9 §92; Cad. 15§28.

Observamos algumas notas em que o termo é empregado por Gramsci fazendo referência às características das classes e grupos subalternos, como a espontaneidade, a desagregação, a confusão entre política e paixão e apoliticismo.

O que estamos denominando de características das classes e grupos subalternos não foram nominadas dessa forma por Gramsci em nenhuma das notas dos *Cadernos do Cárcere*, no entanto, tendo em vista que o problema central para Gramsci se constitui em como colocar fim na subalternidade, ou seja, na subordinação de uma maioria por uma minoria, optamos por agrupar essas notas, buscando compreendê-las enquanto marcas constitutivas da subalternidade de algumas classes e grupos sociais.

No Cad. 3 §48 (Passado e presente. Espontaneidade e direção consciente), Gramsci analisa a espontaneidade enquanto elemento característico da história das classes subalternas, que se materializa como expressão exterior sobre as condições de sua existência que toma a forma de rebeliões espontâneas.

Não existe na história a espontaneidade pura, uma vez que para Gramsci “no movimento ‘mais espontâneo’, os elementos de ‘direção consciente’ são simplesmente impossíveis de controlar, não deixam nenhum documento comprovável” (GRAMSCI, 2011c:194).

Nesta nota, pela primeira vez Gramsci chama a atenção para a diversidade e a heterogeneidade dos subalternos, enfatizando que o elemento de espontaneidade não é característico somente da história das classes subalternas, mas dos “elementos mais marginais e periféricos destas classes, que não alcançaram a consciência de classe ‘para si’, e que por isto, sequer suspeitam que sua história possa ter alguma importância e que tenha algum valor deixar traços documentais delas” (Idem).

A diferenciação feita por Gramsci entre as classes subalternas e os seus elementos mais marginais e periféricos, indica para uma multiplicidade de elementos de direção consciente, onde nenhum deles é predominante ou ultrapassa o nível do senso comum de um determinado estrato social. A concepção de mundo tradicional desse estrato também não é única, por isso, a importância e necessidade de estudar e elaborar os elementos da psicologia popular historicamente e não sociologicamente, para transformá-los, através educação, numa mentalidade moderna.

A existência de correntes que defendem a espontaneidade como método demonstra, segundo Gramsci, que em todo o movimento espontâneo existe um elemento de direção consciente, de disciplina, daí a importância de distinguir entre elementos puramente ideológicos e os elementos de ação prática, uma vez que alguns estudiosos, partindo de uma concepção errada, sustentam a espontaneidade como método imanente ao objetivo do devir histórico, e politiqueros a sustentam como método político pautada na vontade de substituir uma determinada direção por outra.

Os elementos de direção consciente e disciplina, que existem em todo movimento espontâneo, são justificados por Gramsci por meio da análise de movimentos sociais considerados como espontâneos⁷⁰ de sua época, mostrando que estes movimentos tinham uma direção, que não era abstrata, aplicando-se a homens reais, formados em determinadas relações históricas, com determinados sentimentos, modos de ver, fragmentos de concepções de mundo, que resultam de combinações “espontâneas de um dado ambiente de produção material, com a junção de elementos sociais diferentes” (GRAMSCI, 2011c:196), no entanto, o elemento da espontaneidade não foi negligenciado, ao contrário “a espontaneidade foi educada, orientada, purificada de tudo que de estranho que poderia afetá-lo, para que o mesmo fosse homogêneo em relação à teoria moderna, de modo vivo, ‘historicamente eficiente’” (Idem), o que para Gramsci é uma tarefa do partido político.

A unidade entre espontaneidade e direção consciente para Gramsci é a disciplina, “é exatamente a ação política real das classes subalternas como política de massas e não simples aventura de grupos que invocam as massas” (Ibidem).

Não pode haver oposição entre teoria moderna e sentimentos espontâneos, estes que não são formados a partir de uma atividade educadora por um grupo dirigente, mas sim da “experiência cotidiana iluminada pelo senso comum” (GRAMSCI 20011c:196-197). Para Gramsci, existe sim uma diferença quantitativa de grau, mas não de qualidade, devendo ser possível uma passagem da teoria para os sentimentos e vice-versa.

A negligência e o desprezo aos movimentos “espontâneos”, renunciando dar-lhes uma direção consciente, elevando-o a um plano superior, inserindo-os na política poder ter consequências graves, por isso Gramsci observa que existe uma relação entre os movimentos

⁷⁰ Gramsci se refere ao movimento dos sindicalistas franceses, movimento catalão e movimento turinense.

espontâneos das massas e os movimentos reacionários de direita, pois aos movimentos espontâneos das massas segue um outro movimento reacionário, ponto este que se liga ao Cad.25 §2, ao afirmar que a existe uma tendência à unificação das classes subalternas, mas esta tendência é sempre rompida pelos grupos dominantes (GRAMSCI, 2004b).

Gramsci observa que a história é rica de exemplos de revoluções passadas, em que, apesar de as classes subalternas serem numerosas e hierarquizadas por sua posição econômica e sua homogeneidade, “os movimentos ‘espontâneos’ dos estratos populares mais amplos tornaram possível o advento ao poder da classe subalterna mais avançada em razão do enfraquecimento objetivo do Estado” (GRAMSCI, 2011c:197). Este exemplo é para Gramsci progressista, apesar de serem mais frequentes os exemplos regressivos.

Gramsci finaliza esta nota sobre a espontaneidade e direção consciente criticando a concepção histórico-política escolástica e acadêmica, para a qual só é valioso o movimento cem por cento consciente, ou seja, determinado por um plano traçado com antecedência ou correspondente a uma teoria abstrata. Para Gramsci, a realidade é “rica das mais bizarras combinações e é o teórico que, nesta bizzaria, deve rastrear e comprovar sua teoria, ‘traduzir’ em linguagem teórica os elementos da vida histórica” (GRAMSCI, 2011c:198) e não ao contrário, com a realidade se apresentando segundo um esquema abstrato.

A espontaneidade e a direção consciente são de fundamental importância para a compreensão da categoria gramsciana das classes e grupos subalternos, sendo retomada por Gramsci em suas reflexões sobre diversas temáticas, evidenciando a centralidade no que se refere à superação da subalternidade através da conquista da hegemonia.

Mondonesi (2010) ressalta que o conceito de subalterno “se coloca entre o ser social e a consciência social, alude a uma experiência desde a subordinação, a uma combinação de espontaneidade e consciência que se manifesta tendencialmente e progressivamente” (MONDONESI, 2010:37) (Tradução minha)

Para Mondonesi (2010), Gramsci reconhece “embrionários elementos de direção consciente” (MONDONESI, 2010:37) (Tradução minha) no senso comum, o que segundo o autor levará Gramsci a investigar a cultura popular, a linguagem e o folclore com uma “declarada intenção de traduzir em linguagem teórica os elementos da vida histórica” (Idem).

A desagregação é outra característica das classes e grupos subalternos, se constituindo em uma preocupação de Gramsci desde o ensaio de 1926 (“Alguns temas da questão meridional”), no qual o Mezzogiorno é definido como uma grande desagregação social. Este conceito será ampliado por Gramsci, sendo um traço fundamental das classes subalternas presentes nos *Cadernos do Cárcere*, como expresso na nota do Cad. 6 §125, ao considerar a existência de uma proximidade das classes dominantes através da cultura e costumes, o que não ocorre com as classes subalternas, mesmo que elas sejam “cosmopolitas” por programa e destino histórico, pois, como afirma, “um grupo social pode ser ‘cosmopolita’ por sua política e sua economia, mas pode não sê-lo pelos costumes e também pela cultura (real)” (GRAMSCI, 2011c:252).

A desagregação das classes e grupos subalternos é retomada por Gramsci no Cad. 8 § 153⁷¹ (Argumentos de cultura), ao discutir o conceito de natureza, que para ele não pode ser referido como algo fixo, imutável e objetivo, já que “natural” segundo nossa consciência histórica atual significa “justo”, no entanto, nem todos têm a clareza de que esta consciência é determinada historicamente, e por isto, consideram seu modo de pensar como eterno e imutável.

Para Gramsci, a natureza do homem é o conjunto das relações sociais, e determina uma consciência historicamente definida, natureza esta que não é algo homogêneo para todos os homens em todos os tempos, e por isso suas consciências não podem deixar de ser contraditórias e manifestar-se em todo o corpo social, “com a existência de consciências históricas de grupo” que se manifesta nos indivíduos particulares como reflexo de uma tal desagregação “vertical e horizontal” (GRAMSCI, 2007:52).

A desagregação, observa Gramsci, é mais grave nos grupos subalternos, devido à ausência de autonomia na iniciativa histórica, devendo ser mais forte a luta para se libertarem dos princípios impostos, e para obterem uma consciência histórica autônoma, por isso, “é preciso convencer-se de que não só é “objetivo” e necessário (...) um certo modo de comportar-se, uma certa educação, um certo modo de convivência, etc.” (Idem)

Outra característica das classes subalternas, observada por Gramsci no Cad. 10 §56 (pontos para um ensaio sobre B. Croce: Paixão e política), é que estas confundem política

⁷¹ Texto retomado e ampliado no Cad. 16.12 (Natural, contranatural, artificial)

com paixão. Esta confusão feita pelas classes subalternas é explicada, uma vez que “‘estando coagidas’, ‘na defensiva’, frente a uma força maior, buscando libertar-se de um mal presente (ainda que apenas presumido, etc.) realmente confundem inclusive no sentido etimológico política com paixão”(GRAMSCI, 2011a:417).

Para Gramsci, a ciência política deve explicar a ação política, “seja ela ‘defensiva’ e portanto ‘apaixonada’, seja ‘ofensiva’, isto é, não voltada para evitar um mal presente (ainda que presumido, já que também o mal presumido faz sofrer e, enquanto faz sofrer, é um mal real” (Idem). Por isso, o conceito crociano de paixão, segundo Gramsci, exige para ser justificado o conceito de luta permanente, pois “a iniciativa é sempre ‘apaixonada’, já que a luta é incerta e se ataca sempre para se evitar ser derrotado” e também para “manter subjugado o adversário que ‘poderia vencer’ se não fosse continuamente persuadido de ser mais fraco, isto é, se não fosse continuamente derrotado” (Ibidem).

Por fim, o apoliticismo como outra característica das classes subalternas, enquanto um alheamento ao político é apresentado no Cad. 14 §10 (Passado e presente), em contraposição ao corporativismo das classes dominantes. Para Gramsci, o apoliticismo é próprio das massas populares, das classes subalternas italianas, e não se baseia em princípios, mas em paixões, e apresenta uma relação com as formas representativas, explicando a deteriorização dos partidos políticos, que não se constituíram como uma fração das classes populares, mas sim como manipuladores e cabos eleitorais, um ajuntamento de pequenos intelectuais da província.

Nas classes dominantes, para Gramsci, prevalece “um modo de pensar que se pode chamar de ‘corporativo’ econômico, de categoria, e que, de resto, foi registrado na nomenclatura política italiana com o termo consorceria (...) na Itália, o termo indica algo mais ligado a interesses econômicos (especialmente agrários e regionais)” (GRAMSCI, 2011d:310).

Como se observa, esses pontos agrupados como características das classes subalternas para Gramsci não se configuram como eternas e imutáveis.

A espontaneidade das classes subalternas é contraposta à direção consciente, diante da desagregação das classes e grupos subalternos se coloca a necessidade de sua unificação, a confusão entre política e paixão se coloca a organização, e ao apoliticismo a participação, a

tomada de consciência, de modo que estas características das classes subalternas são retomadas de forma explícita ou mesmo implícita em diversas outras notas, relacionadas com outras categorias do seu pensamento, demonstrando a sua importância para as demais formulações gramscianas.

2.3. Estado ampliado e hegemonia

Para a compreensão do pensamento de Gramsci e de suas categorias, é de fundamental importância analisá-las levando em conta o arcabouço teórico marxista, bem como a luta revolucionária na qual Gramsci estava imerso, que não estava restrita à Itália, mas ao mundo de sua época marcada pela crise do Estado liberal, o fortalecimento da sociedade capitalista e a ampliação da sociedade civil, o que leva Gramsci, partindo do marxismo clássico, a reinterpretar as configurações do capitalismo a partir da sua teoria do Estado ampliado e da hegemonia.

A categoria hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci, articulada com as demais categorias como Estado integral, intelectuais, filosofia da práxis e cultura, é fundamental para compreender a concepção de classes e grupos subalternos.

Como observa Buttigieg (2003), “não há termo mais estreitamente associado à figura de Antonio Gramsci do que “hegemonia” (BUTTIGIEG, 2003:39) (Tradução minha), no entanto, “se se pedir a alguém que identifique uma passagem ou trecho específico no vasto opus de Gramsci, em que ele sucinta e esquematicamente exponha seu conceito de hegemonia (...), este seria um pedido impossível de atender” (Idem), pois como prossegue o autor, essa categoria não é apresentada nos *Cadernos do Cárcere* “como uma teoria ou conceito pronto e acabado” (Ibidem), mas é através das análises feitas por Gramsci de fenômenos específicos – como o Renascimento, a Revolução Francesa, a Revolução Russa e Risorgimento Italiano, etc. – que o leva a considerar o emprego do termo hegemonia.

Gramsci elabora seu conceito de hegemonia, mas essa elaboração nunca toma a forma de uma sistemática e abrangente exposição teórica. De seu ponto de vista, o conceito de hegemonia leva em conta “o exame crítico de uma ampla variedade de questões e contribuem

para a compreensão destas mesmas questões e problemas e lhe possibilita obter originais insights a respeito deles” (BUTTIGIEG, 2003:40) (Grifos do autor) (Tradução minha).

Tendo em vista a centralidade da categoria da hegemonia enquanto direção intelectual e moral, a luta revolucionária não pode ser travada apenas ao nível das instâncias econômicas e políticas, mas se estende para a esfera da cultura, por isso neste item analisaremos a teoria do Estado ampliado, fundamento da categoria da hegemonia em relação ao uso do termo subalterno relacionado às classes e grupos sociais buscando precisá-los a partir do pensamento de Antonio Gramsci.

O conceito de Estado presente nos escritos do período pré-carcerário, segundo GREEN (2007), não se contrapõe à concepção de Estado Integral elaborado por Gramsci nos *Cadernos*, pois a ideia de Estado Integral é uma extensão da sua primeira análise, em que ele considerava o Estado protagonista da história e instrumento da luta de classes, na qual os grupos sociais dirigentes formavam uma unidade na tentativa de salvaguardar o próprio poder e a própria supremacia através dos organismos coercitivos do Estado.

Na concepção de Estado Integral, a sociedade civil absorve a mesma função por meio da hegemonia e do consenso, nesse sentido o poder político não é somente coerção, mas coerção + consenso, é a unidade da sociedade política e sociedade civil, como demonstrado por Gramsci no Cad. 25 §6 ao afirmar que “A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados (...) é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’” (GRAMSCI, 2011d:139).

Gramsci concebe a ideia de ampliação do Estado na sociedade capitalista moderna, onde os problemas relativos ao poder se complexificaram na trama da sociedade, fazendo emergir uma nova esfera social que é a sociedade civil. Essa perspectiva analítica de Gramsci com relação à ampliação do conceito de Estado foi possível e necessária diante da realidade do Estado na Rússia de 1917 – e sua distinção entre as sociedades ocidentais e orientais – em comparação aos demais países. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, “a esfera política ‘restrita’ (...) cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública ‘ampliada’, caracterizada pelo protagonismo político de amplas e crescentes organizações de massa” (COUTINHO, 1987:65).

Através da análise do Estado Integral presente nos *Cadernos*⁷², delineiam-se conceitos-chaves, entre eles o de hegemonia e subalternidade, daí ser evidenciado a estreita vinculação entre a definição e interpretação gramsciana de subalternidade e a concepção de hegemonia, Estado e sociedade civil, isto é, do Estado ampliado (GREEN, 2007).

A recusa de separação entre Estado e sociedade, como observado por Gramsci no Cad. 13 §17 (Análise das situações de força), pode ser superada através de uma “unidade dos fins econômicos e políticos e uma unidade intelectual e moral, (...) criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (GRAMSCI, 2011c:41).

Para Gramsci, as reflexões sobre o Estado não se restringem às relações econômicas, mas se ampliam na relação entre sociedade política e sociedade civil, pois também estas são constitutivas da realidade social.

A relação entre Estado e classe economicamente dominante não é simples nem linear, ao contrário, “a forma concreta do Estado nasce do modo pelo qual as classes fundamentais conseguem organizar a inteira trama das relações entre governantes e governados e este conjunto particular constitui o Estado em carne e osso” (VACCA, 1977:132 apud SIMIONATTO, 2011:74).

Simionatto (2011) destaca a relação entre Marx e Gramsci ao afirmar que “se Marx preocupou-se em apontar o caráter de classe do Estado, Gramsci buscou desvendar as mediações que esclarecem essa dominação” (SIMIONATTO, 2011:74), e prossegue a autora: “é a partir desse polo de referências que se iluminam as relações sociais, que se redimensionam, relações entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos – princípio inspirador da teoria gramsciana” (Idem).

Na sociedade moderna, o domínio político é exercido de modo a “salvaguardar o poder dos grupos sociais dirigentes que controlam a sociedade política” (GREEN, 2007:207) (Tradução minha), e por isso “devem também exercitar um certo grau de hegemonia no

⁷² Nos *Cadernos do Cárcere* após 1930, como chama a atenção Christine Buci-Gluksmann (1980:128), observam-se dois momentos de articulação do campo estatal para Gramsci: o Estado em sentido “restrito” e o Estado em sentido “amplo”, também denominado de Estado Integral.

interior da sociedade civil (...), de modo que os grupos subalternos consintam sua posição subordinada e a autoridade do grupo dirigente” (Idem).

A vida estatal para Gramsci (2011a:42) é uma “contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (...) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados”, interesses estes que se implicam reciprocamente, por isso ao conceber o Estado moderno como um Estado Integral, Gramsci afirma que este consiste em “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com os quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2011a, p.331).

O Estado para Gramsci “anula muitas autonomias das classes subalternas” (GRAMSCI, 1977, p.303), pois a ditadura moderna ou contemporânea, ao mesmo tempo em que suprime algumas “formas de autonomia de classe, empenha-se em incorporá-las na atividade estatal: isto é, a centralidade de toda a vida nacional nas mãos das classes dominantes torna-se frenética e absorvente” (Idem). Nesse processo, torna indistintas as diferenças de classe, fortalecendo a subalternidade. Este poder desmobilizador do Estado “bloqueia as iniciativas da sociedade civil na articulação de interesses e propostas voltadas à luta pela superação entre ‘governantes e governados’, dirigentes e dirigidos” (SIMIONATTO, 2009:42).

O Estado Integral gramsciano é composto pela sociedade política e pela sociedade civil. Como ressalta GREEN (2007), “em termos metafóricos, as relações econômicas são estruturais e políticas enquanto a sociedade civil é superestrutural, mas na opinião de Gramsci a superestrutura é determinada por forças sejam econômicas, sejam políticas” (GREEN, 2007:207) (Tradução minha).

Em 1932, no Cad. 12 §1, Gramsci fixa dois planos superestruturais: o plano da sociedade civil (formado pelo conjunto dos organismos privados) e a sociedade política ou Estado (domínio direto ou de comando que se exprime no Estado e no governo jurídico). A estes planos correspondem a função de hegemonia exercida pelo grupo dominante em toda sociedade, constituindo-se em funções organizativas e conectivas na sociedade.

A diferenciação entre a esfera da sociedade civil e a sociedade política pode ser estabelecida, segundo COUTINHO (1989:77), a partir de dois critérios: o primeiro que diz

respeito à “função que exercem na organização da vida social, através da articulação e reprodução das relações de poder”, e o segundo se refere à materialidade (socioinstitucional) própria de cada uma das esferas, como os aparelhos repressivos do Estado, controlados pelas burocracias executiva e policial-militar, que se materializam na sociedade política, e os aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil, que possuem uma relativa autonomia em relação à sociedade política.

Com relação ao primeiro critério, o exercício do poder na sociedade política é manifestado sempre por meio da ditadura, ou seja, “de uma dominação mediante coerção” (SIMIONATTO, 2009:72). Na sociedade civil, “esse exercício do poder ocorre através da direção política e do consenso” (Idem), o que indica a possibilidade desta esfera poder se tornar o campo para uma ação transformadora, ou mesmo de uma ação conservadora.

Quanto à materialidade socioinstitucional, é “essa independência material que marca o fundamento ontológico da sociedade civil e que, ao mesmo tempo, a distingue como uma esfera com estrutura e legalidade própria e mediadora entre a estrutura econômica e o Estado-coerção” (SIMIONATTO, 2011:72).

A sociedade política para Gramsci compreende todos os elementos do Estado, correspondentes ao conceito de Estado jurídico administrativo: o governo, as forças armadas, a polícia e o sistema judiciário, por isso, a sociedade política deve ser entendida como o conjunto dos aparelhos de dominação através da coerção estatal e que “assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos nem ativa nem passivamente, mas que é constituído por toda a sociedade, aparelhos estes fundamentais nos períodos de crise de hegemonia, nos quais não se obtém o consenso espontâneo das massas” (GRAMSCI, 2011b:21).

Gramsci amplia a concepção marxiana de sociedade civil considerada como o conjunto da estrutura econômica e social de um determinado período histórico, a base material ou infraestrutura. Para ele, a sociedade civil é a base da superestrutura ideológica-política, composta pelas organizações voluntárias da sociedade, isto é, da junção de organismos vulgarmente ditos privados, que formam a opinião pública e se constituem em uma só força compondo uma rede articulada de instituições como a Igreja, a escola, os jornais, os partidos, os meios de comunicação de modo geral, que Gramsci denomina como os aparelhos privados de hegemonia.

São esses aparelhos que têm como função “inculcar nas classes exploradas a subordinação passiva através de um complexo de ideologias formadas historicamente” (SIMIONATTO, 2011:49). Esta submissão não se caracteriza pelo uso da força, mas pelas ideias, por isso Gramsci afirma que quando quer realizar uma ação pouco popular, o Estado cria preventivamente uma opinião pública adequada, organizando e centralizando certos elementos da sociedade civil, onde “ocorre a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública (...) de modo que só uma força modele a opinião e, portanto, a vontade pública nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica” (GRAMSCI, 2011c:265).

É examinada por Gramsci no Cad. 8 §179 a complexidade dos aparelhos privados de hegemonia e suas funções, como a escola que tem uma função educativa positiva, os tribunais que, além de uma função educativa, têm como base a repressão, estas que são para ele as funções estatais mais importantes para obter a hegemonia, ao lado de outras iniciativas “chamadas privadas que formam o aparelho da hegemonia cultural das classes dominantes” (GRAMSCI, 2011c:284).

Dessa forma, para Gramsci a sociedade civil é o âmbito do Estado Integral no qual os grupos dirigentes e dominantes produzem a própria hegemonia, através de sua ideologia, sua filosofia, seu estilo de vida e seus valores difundidos capilarmente em toda sociedade por meio das atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais.

Green (2007) observa que Gramsci atribui à sociedade civil uma natureza política igual àquela da sociedade política, referenciando-se no Cad. 13 §7, em que a sociedade civil: “opera sem ‘sanção’ e sem ‘obrigações’ taxativas, portanto não exercita uma pressão coletiva e obtém resultados objetivos de elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de operar, na moralidade, etc.” (GRAMSCI, 2011c:23).

Ao contrário da teoria liberal, Gramsci não define a sociedade política como Estado e a sociedade civil como não Estado, mas considera ambos como elementos constitutivos de uma unidade orgânica constitutiva da sociedade moderna, como observa no Cad. 4 §38: “a distinção entre sociedade política e sociedade civil (...) é puramente metódica, não orgânica e na vida concreta sociedade política e a sociedade civil são uma mesma coisa” (GRAMSCI, 2007: 460).

Por isso, para Gramsci a hegemonia (na sociedade civil) e domínio (na sociedade política) andam juntos, de modo que “um grupo social que busca conquistar um pouco de autonomia na esfera da sociedade civil, enquanto permanece sujeito a direção ético-política e intelectual do grupo dominante na sociedade política, condena-se a si mesmo a uma posição de subalternidade” (BUTTIGIEG, 2009:36). (Tradução minha)

Esta ligação entre o conceito de sociedade civil e sociedade política é “um problema-chave para a fixação de uma estratégia revolucionária para o Ocidente” (SIMIONATTO, 2011:70), que no caso da Itália era marcado pela crise do Estado liberal italiano e ascensão do fascismo.

A relação dialética entre sociedade civil e sociedade política para Gramsci se manifesta de forma diversa em cada formação social, e principalmente nos momentos de crise, em que o Estado pode assegurar a ordem pela força, pela coerção, ou buscando obter o consenso acerca de seus atos lançando mão dos aparelhos privados de hegemonia. Esta relação dialética entre a sociedade civil e a sociedade política é explicitada no Cad. 19 §24 ao afirmar que a supremacia de um grupo social pode se manifestar de duas maneiras: como domínio e como direção intelectual e moral, pois: “um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou submeter inclusive também com a força armada, e também dirigente dos grupos afins e aliados” (Gramsci 2011d:62).

Entre a sociedade civil e a sociedade política existe uma relação reciprocidade, pois “a hegemonia exercitada na sociedade civil apoia a autoridade do grupo dirigente sobre a sociedade política e os aparatos jurídicos da sociedade política protegem a hegemonia dos grupos dominantes no âmbito da sociedade civil através de medidas coercitivas” (GREEN, 2007:204) (Tradução minha). Os aparatos de coerção da sociedade política, como o direito, os tribunais e a polícia, “podem impor a disciplina aos grupos que, de modo passivo ou ativo, não exprimem consenso nas preocupações do poder e da hegemonia dos grupos dirigentes” (Idem).

Gramsci por isso, ao refletir sobre os direitos e sobre os costumes, chama a atenção para a ideologia liberal, que encobre o fato de o direito ser um instrumento de dominação ao exprimir os interesses e as aspirações da classe dirigente sobre as classes subalternas, conformando-se com seus ditames e com a aparência de igualdade implícita na própria utopia

democrática. Este conformismo, que poderíamos nos referir como um enquadramento dos subalternos com o surgimento das desigualdades, amplia a zona de intervenção do Estado.

Além do caráter de domínio presente no direito, Gramsci destaca o seu caráter educativo e formativo. Sobre esse aspecto, a diversidade das classes subalternas já é apontada, uma vez que para ele existe uma diferenciação entre os níveis de intervenção jurídica nas quais as classes subalternas devem ser submetidas. Deste modo, o direito é apresentado como instrumento de hegemonia, marcado tanto pelo domínio como pelo consenso (GRAMSCI, 2011c: 248). O direito nesse sentido deve ser entendido como um instrumento coercitivo direcionado “a criar um conformismo social que seja útil a linha de desenvolvimento do grupo dirigente” (GRAMSCI, 2011c:240).

Para Gramsci, o Estado através dos aparelhos privados de hegemonia educa o consenso, caracterizando-se desta forma como “um instrumento de aceleração e taylorização (...) opera segundo um plano, pressiona, incita, solicita e pune” (GRAMSCI, 2000c:28).

Apesar de o conceito de hegemonia ter sido formulado por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, os seus fundamentos já se encontravam presentes em seus textos políticos, artigos e cartas do período pré-carcerário, na busca da vitória da classe operária que “se constituem em etapas diversas de uma mesma atividade política” (SIMIONATTO, 2011:44).

As discussões da III Internacional Comunista⁷³, em especial aquelas sobre a política de frente única pautadas na necessidade do estabelecimento de alianças dos comunistas com as demais forças operárias, levam Gramsci a diferenciar as sociedades orientais e ocidentais, o que na verdade indicava o modo de ser de diferentes formações nos níveis político, econômico e social, como expresso no Cad. 7 §16: “no Oriente, o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e a sociedade civil havia uma relação equilibrada: a um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura da sociedade civil” (GRAMSCI, 2011c:262).

As condições que possibilitaram um assalto ao poder na Revolução Russa de 1917 – em termos gramscianos, a guerra de movimento – não eram as mesmas nos países da Europa

⁷³ Em 1919, o Partido Bolchevique funda a III Internacional. A III Internacional realizou sete Congressos Mundiais, com Lênin cinco congressos anuais de 1919 a 1923, e com Stalin realizaram-se dois congressos: o VI em 1928 e o VII e último Congresso em 1935, antes da sua dissolução em 1943.

Central e Ocidental, de modo que esta tática não seria adequada aos demais países com a ampliação das superestruturas políticas e onde o capitalismo já havia alcançado outro estágio de desenvolvimento, pois “o Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (Idem).

Nesse sentido, Gramsci observa que nas sociedades ocidentais, a sociedade civil havia se tornado uma “estrutura muito complexa e resistente às ‘erupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.)” (GRAMSCI 2011c:263), desse modo, a estratégia revolucionária deveria ser modificada qualitativamente, devendo predominar o consenso sobre as forças coercitivas, através de rupturas que se acumulariam progressivamente. Fazia-se necessário uma nova estratégia revolucionária, a guerra de posição, enquanto conquista da hegemonia a ser obtida no âmbito da sociedade civil, a conquista da direção político-ideológica e do consenso dos setores mais expressivos da população como caminho para a conquista e conservação do poder.

A guerra de posição “traz a hegemonia e a alianças de classes (proletariado industrial e camponeses) como ideia fundamental e estratégia da luta contra o capitalismo, que estarão no “epicentro das reflexões gramscianas de todo o período carcerário” (SIMIONATTO, 2011:45).

No Cad. 1 § 48⁷⁴, (O Jacobinismo ao revés de Charles Mauras⁷⁵), Gramsci faz a distinção entre a forma hegeliana de hegemonia, que é fundada no consenso permanente e organizado pela iniciativa privada, “sendo, portanto de caráter moral ou ético” (GRAMSCI, 2011c:93-94), tratando-se de um consenso voluntário. O que ele chama de exercício “normal” da hegemonia, ou hegemonia clássica no regime parlamentar, é caracterizado pela combinação da força e do consenso: “que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso (...), tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (GRAMSCI, 2011c:95). A hegemonia desse modo é entendida enquanto direção intelectual e moral obtida no campo das ideias e da cultura através da

⁷⁴ Texto retomado e ampliado por Gramsci no Cad. 13. §37 (Notas sobre a vida nacional francesa).

⁷⁵ Nesta nota, Gramsci irá utilizar o termo subalterno ligado à estrutura militar, apontando para a superioridade destes para as funções de comando imediato das tropas da França, “pois os oficiais subalternos e os suboficiais eram talvez os mais selecionados do mundo e os mais bem treinados para as funções de comando imediato das tropas. (GRAMSCI, 2011c:97-98). Analisando as condições da infantaria francesa, formada em sua maioria por lavradores, Gramsci a compara às condições encontradas na Itália, pois na França “até mesmo nas classes subalternas; cidadão no duplo sentido: não só o homem do povo se considerava algo, mas era considerado algo até mesmo pelos superiores, pelas classes dirigentes (GRAMSCI, 2011c:98) e chama a atenção para o caráter relacional presente na categoria classes subalternas.

conquista do consenso das massas, criando uma base social para o exercício do poder pelas classes dominantes.

Para Gramsci, *toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica*, pois o momento cultural na atividade prática coletiva tem uma grande importância, o ato histórico deve ser realizado pelo homem coletivo, o que pressupõe a unidade cultural-social de uma “multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, (...) na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção de mundo” (GRAMSCI, 2011a:399).

Para Gramsci, a relação pedagógica não é restrita apenas ao interior de uma nação, mas abrange o campo internacional: “existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camada de intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos” (Idem).

No Cad. 68 §88, Gramsci reflete sobre a identificação entre Estado e Governo, como uma confusão entre sociedade civil e sociedade política: “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2011c:244).

O esgotamento do Estado-coerção é apontado por ele na “medida que se afirmam elementos da sociedade regulada (Estado Ético ou sociedade civil)”, de modo que na sociedade regulada, o Estado será igual a Governo e se identificará com a sociedade civil, substituindo o “Estado guarda-noturno”, reduzindo gradualmente suas intervenções autoritárias e coativas, ou seja, com o predomínio do consenso em detrimento da coerção.

Nesta mesma linha, Gramsci observa que o Estado consiste em força e consenso, por isso, para a vida de um Estado, duas coisas são absolutamente necessárias: as armas e a religião. Esta fórmula segundo ele pode ser colocada também de diversas formas, como: “força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil, política e moral (...), direito e liberdade, ordem e disciplina, ou, com um juízo implícito de sabor libertário, violência e fraude (GRAMSCI, 2011c:243).

Ao analisar a dupla perspectiva da ação política na vida estatal no Cad 13 §14, Gramsci aponta para a existência de vários graus desta ação, mas podem ser teoricamente reduzidos a dois graus fundamentais em suas palavras, “força e do consenso, da autoridade e

da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da ‘Igreja’ e do ‘Estado’), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc.” (GRAMSCI, 2011c:33), estes que compõem a dialética subalternidade e hegemonia.

O processo de dominação através do consenso, para Gramsci, não é estanque e perpétuo, mas dialético e permeado por tensões que se manifestam no processo de constituição das classes através da relação entre subalternidade e hegemonia, por isso, apresentando a possibilidade da passagem da classe subalterna à classe hegemônica. Por meio da correlação de forças sociais, políticas e militares, ou seja, na “relação entre estrutura e superestrutura, objetividade e subjetividade, singularidade e universalidade” (SIMIONATTO, 2011:50). Desse modo, a relação entre as classes sociais é marcada, pela oposição que as forças dominantes sofrem das forças emergentes e dominadas, “em um processo de luta pelo encaminhamento de uma nova ordem social” (SIMIONATTO, 2011:48).

Para Gramsci, alguns momentos são caracterizados como períodos de crise de hegemonia⁷⁶, como observado no Cad.3 §34⁷⁷, em que “a crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer” (GRAMSCI, 2011c:184). Nessa crise, a classe dominante perde o consenso sobre as massas e “não é mais ‘dirigente’, porém, unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isso significa precisamente que as grandes massas se separam das ideologias tradicionais, que não creem mais no que antes criam etc.” (Idem).

Esta temática é retomada por Gramsci no Cad. 13 §23 (Observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica), no qual afirma que em certos momentos históricos ocorre uma separação dos grupos sociais de seus partidos, estes que não são mais reconhecidos, “o que abre um campo para a ação de potências ocultas representadas por homens providenciais ou carismáticos” (GRAMSCI, 2011c:60). Esta separação entre representantes e representados no terreno dos partidos, se reflete em todo o organismo estatal, o que reforça a posição de relativa independência da burocracia civil e militar, da alta finança, da Igreja e de todos os organizadores relativamente independentes da opinião pública.

⁷⁶ Discussão retomada no Cad. 13 §37.

⁷⁷ Este parágrafo é retomado no Cad. 13 §34.

Apesar de se manifestar em cada país de formas diferentes, seu conteúdo é o mesmo, a crise de hegemonia da classe dirigente, que não obteve êxito em algum grande empreendimento político como a guerra, para o qual impôs pela força o consenso das massas, ou porque as massas, em especial os camponeses e pequenos-burgueses intelectuais, passaram da “passividade política para a atividade e apresentam reivindicações que em seu conjunto desordenado constituem uma revolução” (GRAMSCI, 2011c:60).

Esta crise, segundo Gramsci, é perigosa, uma vez que os estratos da população não possuem a mesma capacidade de orientação e organização, que a classe dirigente tradicional, que possui pessoal treinado em maior número e mudando homens e programas, retoma o controle com maior agilidade do que as classes subalternas, através de sacrifícios e promessas demagógicas, mas mantendo o poder e reforçando-o e dele se servindo para “esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados” (GRAMSCI, 2011c:61).

Nesses momentos de crise, por outro lado as classes subalternas podem ampliar sua articulação e o consenso, e “reverter as relações hegemônicas a seu favor, ocupando espaços, para se tornar classe dirigente (através do consenso) e dominante (isto é, condutora do poder)” (SIMIONATTO 2011:48).

A passagem da estrutura à superestrutura, do momento corporativo ao momento ético-político, no qual o proletariado deixa de ser classe em si e torna-se classe para si, é denominado por Gramsci no Cad. 10§6 como catarse, como a “passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 2011a:314). Para ele, a catarse significa a “passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’, de modo que a estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas” (Idem).

Ainda relacionado às articulações entre estrutura e superestrutura, Gramsci faz a distinção entre o livre-cambismo e o sindicalismo teórico na Itália no Cad.4 §38⁷⁸ (Relações entre estrutura e superestrutura). O livre-cambismo é próprio do grupo social dominante e

⁷⁸ Texto retomado e ampliado no Cad. 13§18 (Alguns aspectos teóricos e práticos do “economicismo”).

dirigente, e o sindicalismo-teórico é próprio de um grupo ainda subalterno, “que não adquiriu ainda consciência de sua força e de suas possibilidades e modos de desenvolvimento e, por isso, não sabe sair da fase primitiva” (GRAMSCI, 2011c:47).

Gramsci apresenta as incongruências do livre-cambismo⁷⁹, formulado pelos economistas liberais que distinguem o Estado e sociedade civil, não como uma distinção metodológica, mas como uma distinção orgânica, afirmando que a atividade econômica é própria da sociedade civil, não devendo o Estado intervir na sua regulamentação⁸⁰. No liberalismo, a fração do grupo dirigente não quer modificar a estrutura do Estado, mas a orientação governamental, reformando a legislação comercial e só indiretamente a industrial, tratando-se de uma alternância dos partidos dirigentes no governo e não na fundação de uma nova sociedade política, e muito menos de uma nova sociedade civil.

Nesse sentido, o sindicalismo teórico se constitui em um aspecto do liberalismo, “justificado com algumas afirmações mutiladas e, por isso, banalizadas da filosofia da práxis”. O grupo subalterno, por meio do sindicalismo teórico, é impedido de tornar-se dominante e de desenvolver-se para além da fase econômica corporativa. Desse modo fica também impedido de alcançar a hegemonia ético-política na sociedade civil e tornar-se dominante no Estado. A independência e autonomia do grupo subalterno que o sindicalismo teórico pretende exprimir é sacrificada pela hegemonia intelectual do grupo dominante. Este sacrifício é verificado com a exclusão do grupo subordinado (GRAMSCI, 2011c:).

Para Gramsci, a hegemonia pressupõe que os interesses e tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercitada sejam levados em consideração, formando um equilíbrio de compromissos, para isso, o grupo dirigente faz sacrifícios de ordem econômico-corporativa, no entanto, esses sacrifícios não podem envolver o essencial, “dado que a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2011c:48).

⁷⁹ Livre-cambismo no qual as mercadorias são trocadas sem a intervenção estatal, também conhecido como livre-comércio atualmente dos economistas liberais ingleses Ricardo e Adam Smith contra os quais Marx elaborou a crítica à economia política.

⁸⁰ O liberalismo para Gramsci “é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico (GRAMSCI, 2011c:47).

Gramsci, partindo do conceito de bloco histórico do teórico francês do sindicalismo revolucionário George Sorel, amplia-o atribuindo a este a noção de articulação entre infraestrutura e superestrutura, empregando-o para indicar a aliança de classes e principalmente no que se refere ao bloco intelectual-agrário no ensaio “Alguns Temas da questão meridional”, e posteriormente ampliando-o mais uma vez nos *Cadernos do Cárcere*, incluindo o partido, o Estado, bem como o nexos filosófico-histórico entre a estrutura e superestrutura, de modo que a “concepção gramsciana de hegemonia remete às relações entre infraestrutura e superestrutura, enquanto a forma como as classes sociais se relacionam e exercem suas funções no interior do bloco histórico (SIMIONATTO, 2011:47).

A passagem do proletariado de classe em si tornando-se classe para si, “elaborando um projeto para toda a sociedade através de uma ação coletiva, com o objetivo de criar um novo bloco histórico, e conquistar a hegemonia na sua plenitude” (SIMIONATTO 2011:55), deve incluir a esfera econômica, enquanto função decisiva que o grupo dirigente exerce nessa esfera, de modo que “(...) se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica” (GRAMSCI, 2011c:48), o que para Gramsci evidencia a passagem do ser social do reino da necessidade à liberdade, ou seja, a hegemonia é a síntese da esfera econômica e da consciência crítica.

Para Gramsci, pode ocorrer uma contradição entre a consciência e o agir, “isso conduz à existência de duas consciências teóricas: uma implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica” (GRAMSCI, 2011a:103).

Esta última liga o indivíduo a um grupo social determinado e “influiu sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa” (Idem), produzindo um estado de passividade moral e política. A contraposição dessa consciência que leva à passividade é possível através da compreensão crítica de si mesmo, e ocorre por meio de “uma luta de hegemonias, primeiro no campo da ética, depois, da política, atingindo finalmente uma elaboração superior da própria concepção do real” (Ibidem).

A consciência política, enquanto consciência de fazer parte de uma força hegemônica, para Gramsci é a fase ulterior e progressiva da autoconsciência, na qual teoria e prática se unificam, não sendo um fato mecânico, mas um devir histórico, “que tem a sua fase elementar

e primitiva no sentimento de ‘distinção’, de ‘separação’, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária” (Ibidem),

Nesse sentido, o desenvolvimento do conceito de hegemonia representa um avanço político-prático e filosófico, uma vez que implica e supõe necessariamente uma “unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda mais restritos” (GRAMSCI, 2011a:104).

Gramsci aborda o tema do trabalhador coletivo da fábrica no Cad. 9 §67⁸¹ (Passado e presente), contrapondo os movimentos de fábrica à organização sindical, ressaltando que a divisão do trabalho e sua especialização faz com que escape a cada indivíduo a complexidade da obra comum e mesmo em sua consciência. Para Gramsci, o pressuposto do movimento de fábrica, que tende a fazer com que se torne subjetivo o que está dado objetivamente, é que o conjunto desses trabalhadores deve ser concebido como um trabalhador coletivo (GRAMSCI 2007).

Para o trabalhador individual, o “objetivo” é o “encontro das exigências do desenvolvimento técnico com os interesses das classes dominantes” (Idem). No entanto, esse encontro é somente uma fase histórica do desenvolvimento industrial, portanto, é transitório, pois essa conexão pode dissolver-se, podendo a conexão ser concebida como algo ligado aos interesses da classe ainda subalterna. Tal processo é compreendido pela classe subalterna, que precisamente por isso não é mais subalterna, ou seja, demonstra que tende a sair de sua condição subordinada. O trabalhador coletivo compreende essa sua condição, e não só em cada fábrica, mas em esferas mais amplas da divisão do trabalho, “esta consciência tem uma manifestação externa, política, nos organismos que representam a fábrica como produtora de objetivos reais e não de lucro” (GRAMSCI, 2007:313).

A elevação ao nível ético-político apresenta-se para Gramsci “vinculado à base econômica, ou seja, é um momento em que estrutura e superestrutura apresentam-se interligadas, reconhecendo a historicidade do modo de produção” (SIMIONATTO, 2011:51). Por isso, “a atividade cultural aparece como necessária, assim como a econômica e a política” (Idem). Nesse sentido, é fundamental reconhecer os valores próprios da hegemonia em sua

⁸¹ Esta é a primeira ampliação do termo “classe subalterna” ligado ao proletariado industrial, ponto este que aprofundaremos no momento oportuno.

perspectiva de totalidade. Desse modo, a “hegemonia como totalidade, significa a unificação da estrutura e superestrutura, da atividade de produção e de cultura, do particular econômico e do universal político” (SIMIONATTO. 2011:52).

Daí ser a correlação de forças analisada no Cad. 13 §17 (Análise das situações: relações de força), compondo as relações entre estrutura e superestrutura e as forças que atuam na história de um determinado período, com vistas ao processo revolucionário.

A primeira distinção feita por Gramsci diz respeito aos movimentos orgânicos e de conjuntura que é fundamental para se estudar um processo histórico, pois se constitui fonte de erro não se estabelecer a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional⁸².

Gramsci estabelece três graus das relações de força: (i) as relações de força ligada à estrutura, (ii) as relações das forças políticas e (iii) as relações das forças militares.

A análise das relações de força ligada à estrutura possibilita o reconhecimento das condições necessárias ou suficientes para a sua transformação, e tem como base o grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, onde os agrupamentos sociais representam uma função e ocupam uma determinada posição⁸³ (GRAMSCI, 2011c).

O exame das relações das forças políticas possibilita verificar o “grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais” (GRAMSCI, 2011c:36). Tal grau de organização corresponde, por sua vez, a três momentos da consciência política coletiva e ideológica das forças sociais: o primeiro econômico-corporativo (pautado na solidariedade, não alcançando porém uma unidade de grupo social mais amplo, permanecendo restrita aos grupos profissionais). O segundo momento caracterizado pela consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas apenas no campo econômico. Nesse momento, já se coloca o problema do Estado, mas apenas buscando uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, reivindicando a participação na administração e legislação. E por fim o terceiro momento: a fase política, ou da hegemonia, marcado pela “consciência de que os próprios interesses

⁸² Para Gramsci, os movimentos orgânicos são relativamente permanentes e envolvem grandes agrupamentos, ao passo que os movimentos de conjuntura se caracterizam por movimentos ocasionais, imediatos, quase que acidentais, sem amplo alcance histórico, pautados em uma crítica miúda do cotidiano (GRAMSCI, 2011c).

⁸³ Como observa Gramsci: “ninguém pode modificar o número das empresas e de seus empregados, o número das cidades com uma dada população urbana” (GRAMSCI, 2011c:37).

corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo de um grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados” (GRAMSCI, 2011c:41).

A passagem da estrutura para a superestrutura é a fase em que “as ideologias germinadas anteriormente se tornam ‘partido’, entram em confrontação e lutam, até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social determinada” (GRAMSCI, 2011c:41).

A unidade (estrutura e superestrutura) para Gramsci não está restrita à economia e à política, mas remete também a “unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (Idem)

Já as relações das forças militares são caracterizadas por dois níveis: o militar propriamente dito, ou técnico-militar, e o sentido político-militar. Gramsci exemplifica esses dois níveis através da relação de opressão militar de um Estado sobre uma nação que busca alcançar sua independência, uma vez que esta relação não é puramente militar, mas político-militar, pois “este tipo de opressão seria inexplicável sem o estado de desagregação social do povo oprimido e a passividade de sua maioria. Portanto, a independência não poderá ser alcançada com forças puramente militares, mas com forças militares e político-militares” (GRAMSCI, 2011a:43).

Gramsci, ao concluir esta nota, retoma o fio condutor de toda a sua análise, ou seja, a luta revolucionária para a vitória da classe operária, ao afirmar que a observação mais importante a ser feita sobre qualquer análise de relações é que: “tais análises não podem e não devem ser fins em si mesmas (...), mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa da vontade” (GRAMSCI, 2011a:45-46).

Dessa forma, através da análise da relação de forças evidenciam-se os pontos de menor resistência “nos quais a força da vontade pode ser aplicada de modo mais frutífero, sugerem operações táticas imediatas, indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será mais compreendida pelas multidões (Idem).

A passagem da passividade à ação consciente, do consenso passivo ao consenso ativo, “significa também buscar uma nova articulação de teoria e prática, combatendo a subalternidade mediante a superação das concepções mecanicistas e particularistas que encobrem o ser social” (SIMIONATTO, 2011:52). Não se trata de uma universalidade ideológica, mas concreta, tendo em vista que os “interesses particulares passam a se articular com os interesses universais. O grupo social se universaliza porque absorve, num projeto totalizador, a vontade dos grupos subalternos” (Ibidem).

O processo de construção da hegemonia, que deve elevar a universalidade, de modo que os grupos subalternos, elevando estratos populares mais amplos, e dando personalidade ao “amorfo elemento da massa, o que significa suscitar elites intelectuais de um tipo novo, que surjam diretamente das massas e permaneçam em contato com elas” (SIMIONATTO, 2011:53).

A teoria do Estado ampliado gramsciano é o ponto de partida para a apreensão da categoria da hegemonia e classes e grupos subalternos.

Para Gramsci, na sociedade moderna o domínio político salvaguarda o poder das classes dominantes que controlam a sociedade política e conquistam o consentimento dos subalternos.

A vida estatal se constitui a partir de equilíbrios instáveis entre os interesses das classes subalternas e dominantes, por isso o Estado suprime as autonomias dos grupos subalternos, ao mesmo tempo em que as incorpora, fortalecendo a subalternidade ao tornar indistintas as diferenças de classe.

As funções organizativas e conectivas de toda a sociedade são materializadas através da sociedade civil, da sociedade política ou Estado, que para Gramsci constituem os dois planos superestruturais com a função de hegemonia.

A diferenciação entre a sociedade civil e a sociedade política é estabelecida, para Gramsci, com base nas funções que exercem na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder e na sua materialidade socioinstitucional.

Na sociedade política, a dominação se dá através da coerção por meio dos aparelhos repressivos do Estado, e na sociedade civil através da direção política e do consenso, por meio

dos aparelhos privados de hegemonia (Igrejas, escolas, meios de comunicação partidos, etc.), que formam a opinião pública e inculcam a subordinação através de suas ideologias, da filosofia, estilo de vida e valores.

Para Gramsci, a distinção entre sociedade civil e sociedade política é metódica, pois na realidade concreta, sociedade civil e sociedade política são a mesma coisa, a hegemonia na sociedade civil e o domínio na sociedade política andam juntos, de modo que a supremacia de um grupo sobre outro se manifesta como domínio e como direção intelectual e moral.

A hegemonia na sociedade civil ampara o grupo dirigente na sociedade política, e os aparatos jurídicos da sociedade política protegem a hegemonia através de medidas coercitivas impostas pelos aparatos de coerção como o direito, os tribunais que podem impor a disciplina e educam os subalternos.

A hegemonia articulada com outras categorias gramscianas é fundamental para a compreensão da categoria classes e grupos subalternos. Sua origem remete aos escritos pré-carcerários, para as discussões sobre a frente única e a diferenciação entre as sociedades ocidentais e orientais, onde a guerra enquanto conquista da hegemonia se constitui como ideia central para a luta contra o capitalismo.

A hegemonia clássica ou no regime parlamentar é entendida como direção intelectual e moral obtida no campo das ideias e da cultura, criando uma base social para o exercício do poder, a partir da combinação e equilíbrio entre força e consenso, pressupondo uma unidade cultural e social de uma multiplicidade de vontades desagregadas, por isso, para Gramsci, toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica.

O Estado para Gramsci é constituído pela sociedade política e sociedade civil, em que a força e o consenso se constituem em elementos fundamentais para o processo de dominação. No entanto, esta dominação não é estanque e perpétua, carrega em si a possibilidade de rompimento e da passagem da classe subalterna a classe hegemônica através da correlação de forças sociais, política e militares.

Os períodos de crise de hegemonia para Gramsci se caracterizam pela perda do consenso pelas classes dominantes e da separação das classes subalternas de seus partidos. Apesar das várias manifestações possíveis, o seu conteúdo é o mesmo, o fracasso de algum empreendimento das classes dirigentes, ou porque as massas saíram da passividade e

apresentam suas reivindicações. Nesses momentos, as classes subalternas, por não possuírem a mesma capacidade de organização que as classes dirigentes, são controladas por elas, que por meio de sacrifícios e promessas demagógicas retomam o poder e esmagam seus adversários. É nesses períodos que as classes subalternas podem ampliar sua articulação e seu consenso e tornar-se classe dirigente e dominante.

A passagem da estrutura para a superestrutura, do momento econômico corporativo ao momento ético político, em que o proletariado deixa de ser classe em si e passa à classe para si, é denominado por Gramsci de catarse.

Na concepção gramsciana de hegemonia, estrutura e superestrutura se relacionam no interior do bloco histórico, onde a passagem do proletariado de classe em si à classe para si inclui a criação de um bloco histórico necessário para a conquista da hegemonia, ressaltando que se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser econômica, ou seja, a hegemonia é a síntese da esfera econômica e da consciência crítica.

É esta elevação ao nível ético e político vinculado à base econômica, ao momento em que a estrutura e superestrutura apresentam-se interligadas, que a atividade cultural aparece como necessária, assim como a econômica e a política, remetendo desse modo à perspectiva da totalidade da hegemonia.

A correlação de forças para Gramsci que compõem as relações entre estrutura e superestrutura que atuam na história de determinado período se pauta na distinção entre os movimentos orgânicos de conjuntura, e em três momentos de relações de força ligadas à estrutura, à política e às forças militares. Para Gramsci, tais análises mostram os pontos de menor ou maior resistência e não se constituem em fim em si mesmas, só adquirindo significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa da vontade.

A passagem da passividade para a ação consciente significa uma nova articulação entre teoria e prática e a superação das concepções mecanicistas e particularistas, a partir da qual um grupo social se universaliza absorvendo em um projeto totalizante a vontade dos subalternos.

Este processo de construção da hegemonia das classes subalternas pressupõe a elevação da universalidade, sendo necessário o desenvolvimento de intelectuais ligados às

classes subalternas, desse modo, para Gramsci a luta revolucionária não pode ser travada apenas ao nível das instâncias econômicas e políticas, mas remete à esfera da cultura.

CAPÍTULO 3

A CULTURA, A FILOSOFIA DA PRÁXIS E A SUPERAÇÃO DA SUBALTERNIDADE

A categoria classes e grupos subalternos para Gramsci está relacionada à questão da cultura, dos intelectuais e do partido político. A superação da subalternidade exige a realização de uma reforma intelectual e moral tendo como fundamento a filosofia da práxis.

Neste capítulo abordamos a questão da cultura, que ocupa um papel fundamental nas análises gramscianas acerca dos processos de hegemonia e de subalternização das classes e grupos sociais, relacionado ao conceito de ideologia, filosofia, senso comum e ao folclore.

Abordamos também as formulações de Gramsci sobre os intelectuais e suas funções, e a relação com a concepção gramsciana de partido político.

A reforma intelectual e moral e a filosofia da práxis são fundamentais para a construção de uma vontade coletiva e superação da subalternidade, que são apresentadas no final deste capítulo.

3.1. Cultura ideologia e concepções de mundo

A concepção de cultura para Gramsci se faz presente em várias temáticas ao longo dos *Cadernos*, combinando-se dinamicamente com outros conceitos como língua, intelectuais, sociedade civil, hegemonia, filosofia, senso comum, política, produção e economia, literatura, arte e educação. De certo modo, tudo nos *Cadernos* é ou se torna cultura, uma vez que “tudo

que pertence à esfera da cultura remete a algo que reaparece em outras esferas, em particular do mundo produtivo e do político” (BARATTA, 2011:86) (Tradução minha).

A preocupação de Gramsci com a questão da cultura já se fazia presente nos escritos pré-carcerários, como no artigo de 1916, “Socialismo e Cultura”. As características essenciais que Gramsci atribui nesse artigo à cultura como a organização e a disciplina do próprio eu interior podem ser encontradas nas páginas dos *Cadernos*.

Para Gramsci, a cultura tem um duplo aspecto, como um campo, uma esfera de atividade intelectual diversa, mas não separada da atividade (re)produtiva, não realizada especificamente por aqueles que no âmbito da divisão do trabalho são considerados intelectuais tradicionais, os portadores da alta cultura. E também como um sistema de vida e de valores, e desse ponto de vista se aproxima às vezes do conceito de civilização, com um forte acento ético ou moral-intelectual.

A cultura é concebida por Gramsci como expressão da sociedade, no entanto, para ele “toda expressão tem uma ‘língua’ historicamente determinada” (GRAMSCI, 2011e:71), por isso, a concepção gramsciana de cultura é inseparável da concepção de língua e linguagem, constituindo-se no fundamento material da cultura e da luta pela hegemonia cultural. Toda vez que a questão da língua aflora, significa que uma série de outros problemas referentes à reorganização da hegemonia cultural estão se colocando.

Cultura e linguagem são consideradas sempre com atenção capilar, e para Gramsci a língua é e também produz cultura, e nesse movimento, é novamente absorvida ou comprimida na cultura, de modo que todo fenômeno cultural é um fato linguístico porque a língua é um momento de “expressão e contato recíproco” entre indivíduos, grupos sociais e povos-nação (BARATTA, 2011:87) (Tradução minha). Enquanto raiz de qualquer atividade cultural, a linguagem aproxima a cultura daquela dimensão do cotidiano (...) (Idem:112)

Como toda linguagem implica uma concepção de mundo, a cultura indica a relação com a política, a linguagem “tanto dos intelectuais como da população, por seu poder de interpretar as lutas e dar visibilidade as suas concepções de mundo” SIMIONATTO (2009:47).

A relação entre linguagem e política se constitui em uma relação hegemônica, na medida em que esta se materializa na sociedade capitalista como o domínio dos mais cultos

sobre os menos cultos, de uma nação sobre outra, dos grupos dominantes sobre as classes dominadas, diferenciando o nível e a estratificação social – local, regional, nacional, continental – enquanto portadoras de uma cultura e linguagem determinadas.

A gramática entendida como estrutura fundamental que torna possível a linguagem constitui para Gramsci um problema político vinculado à questão da hegemonia, por isso Gramsci nos *Cadernos* discute o problema da gramática ligada à questão da educação, sua relação com a razão e a lógica, com a literatura nacional e popular e com a cultura, e dedica o Caderno especial Cad. 29 §2. (Quantas formas de gramática podem existir) a esta temática, e ao discutir sobre a questão da gramática utiliza o termo “classes subalternas”.

Nesse sentido, para Gramsci, existem várias formas de gramáticas, além da gramática imanente ou espontânea a toda língua, como as gramáticas normativas que não são escritas, mas são constituídas por ensinamentos recíprocos, e “censura” recíproca (GRAMSCI, 2011e), assim como determinam um conformismo gramatical, ao estabelecer “normas” e juízos de correção e de incorreção, e limitadas a estratos sociais locais ou a centros locais⁸⁴, afirmando que “as classes subalternas buscam falar como as classes dominantes e os intelectuais, etc.” (GRAMSCI, 2011e:142-143).

Gramsci acena para a possibilidade de construção de uma gramática normativa que opere espontaneamente em uma sociedade determinada, a qual tende a se unificar seja como território, seja como cultura, “na medida em que existe nesta sociedade uma camada dirigente cuja função é reconhecida e seguida” (GRAMSCI, 2011e:143).

Nesta nota, a relação entre a gramática e a desagregação é evidenciada por Gramsci, já que existe um incalculável número de gramáticas espontâneas ou imanentes, podendo-se por isso afirmar que cada pessoa tem sua própria gramática. Quanto à desagregação, Gramsci observa os movimentos unificadores de maior ou menor amplitude enquanto território ou como volume linguístico, pois as “gramáticas normativas” tendem a abranger todo o território nacional, criando um conformismo linguístico nacional e unitário.

As gramáticas para Gramsci são históricas e não só normativas, não sendo possível propor uma unificação da língua a partir de uma gramática normativa ignorando “a história da

⁸⁴ Para Gramsci, “um camponês que vai para a cidade termina, graças à pressão do ambiente urbano, por conformar-se ao modo de falar da cidade, no campo, busca-se imitar o modo de falar da cidade” (GRAMSCI, 2011e:142-143).

língua da qual pretende propor uma ‘fase exemplar’ como a ‘única’ digna de se tornar ‘orgânica’ e ‘totalizante’ (GRAMSCI, 2011e:143), uma vez que ela entrará em concorrência com as outras gramáticas já existentes. A gramática histórica não pode deixar de ser comparativa, indicando a consciência de que não há fronteiras nacionais definidas, sendo o fato linguístico como qualquer outro fato histórico, “e que a história está sempre relacionada à história mundial na vinculação entre e as histórias particulares, as quais vivem somente no quadro a história mundial (GRAMSCI, 2011e:143).

Gramsci finaliza esta nota ressaltando que a gramática normativa escrita é um ato de política cultural-nacional, pressupondo sempre uma “escolha”, uma orientação cultural, o que o leva a questionar sobre a natureza deste ato político, pois a oposição já existe na resistência das massas em se desvencilharem de hábitos e psicologias particularistas, “nesta ordem de problemas, não pode ser discutida a questão da luta nacional de uma cultura hegemônica contra outras nacionalidades ou resíduos de nacionalidades” (GRAMSCI, 2011:144)

Ainda sobre cultura e política, a contribuição de Gramsci como um pensador dialético marxista pode ser apreendida conforme Baratta (2011), a partir do triângulo categorial: hegemonia-cultura-sociedade civil. No entanto, tais categorias também foram interpretadas e usadas como expressão de uma ideologia social-democrata, senão até liberal. Na verdade, para o autor essa articulação gramsciana é parente próxima e consciente daquela apresentada por Frosini (2003) entre cultura, política e hegemonia.

O nexó entre cultura e política, e também entre cultura e produção, é a organização que se constitui como fio condutor do pensamento de Gramsci, pois à medida que a cultura assume uma função organizativa, ela “assume características que determinam (...) os contornos estruturais das superestruturas” (BARATTA, 2011:92-93). (Tradução minha).

A cultura enquanto função organizativa da sociedade será trabalhada por Gramsci também relacionada às discussões sobre o americanismo e fordismo, presentes no Caderno 22, no qual Gramsci analisa o desenvolvimento da indústria nos Estados Unidos a partir da aplicação do sistema fordista de produção (Taylorismo) como uma nova proposta de revitalização do capitalismo que não estava restrita às relações de produção, mas se estendiam ao chamado americanismo: “na racionalização do trabalho e nos seus pressupostos mentais e sociais, para obter adesão voluntária do trabalhador” (SIMIONATTO, 2011:85).

A ideologia fordista não se limita à política econômica, mas incide na produção de valores, abrangendo a ética do trabalho, determinando a criação de um novo tipo humano, de acordo com o novo tipo de trabalho e do processo produtivo, incidindo desde a vida sexual do trabalhador, as relações familiares, disciplinando os instintos e direcionando seu comportamento às necessidades da produção (SIMIONATTO, 2011).

Gramsci intui e antecipa ainda um processo destinado a tornar-se histórico, ou seja, a transformação da cultura em força produtiva. Para Baratta (2011), “é uma enxurrada que vê os rios da cultura e da língua (linguagem) desembocarem no oceano onde confluem os grandes mares da produção (economia) e do poder” (BARATTA, 2011:93) (Tradução minha). A articulação primária que se verifica na totalidade é entre “produção” e “cultura”, ou seja, entre estrutura e superestrutura (BARATTA, 2011:105) (Tradução minha).

O conceito de cultura está estreitamente ligado à reflexão gramsciana, da política e da esfera ideológica, uma vez que a cultura é “expressão da sociedade”, ou da natureza e articulação da sociedade civil, “a cultura é entendida como forma de organização da luta pela hegemonia” (BARATTA, 2011:113) (Tradução minha).

Gramsci é um dos primeiros pensadores a trabalhar a temática da ideologia de forma sistematizada no âmbito do marxismo⁸⁵. Para ele, as ideologias não são meras aparências e ilusões, mas compõem a realidade objetiva, isto significa que “não são as ideologias que criam a realidade social, mas é a realidade social, na sua estrutura produtiva, que cria as ideologias (...)” (GRAMSCI, 1977:1595). Diferente da tradição marxista que considera a ideologia como uma “falsa consciência”, para Gramsci a ideologia “é verdadeira quando incide diretamente sobre a vida na sua concretude” (Idem).

A objetivação da ideologia na realidade social, histórica e concreta, tem um “peso decisivo na organização da vida social e se torna força material quando ganha a consciência das massas” (SIMIONATTO, 2011:76).

Para Gramsci, a afirmação de Marx de que os homens tomam consciência dos conflitos no terreno ideológico das superestruturas não significa “uma simples afirmação da realidade; a sua teoria direciona-se a uma tomada de consciência das próprias

⁸⁵ Gramsci leu a *Ideologia Alemã*, que foi publicada nos anos 1920, em que a ideologia é considerada como falsa consciência.

responsabilidades, da própria força, do próprio devir de um determinado grupo social” (GRAMSCI, 1977:1595),

As ideologias para Gramsci encontram sua expressão historicamente nos comportamentos sociais e resultam dos movimentos da estrutura com certa permanência no tempo e no espaço, seja das ideias ou das práticas em que se manifestam, nesse sentido as ideias podem assumir solidez de crenças populares.

A importância das ideologias para Gramsci se fundamenta na função organizativa que estas assumem junto às massas, dando “o cimento mais íntimo a sociedade civil, e enfim ao Estado” (GRAMSCI, 2007: 1306). (Tradução minha)

A luta pela hegemonia também se constitui em uma luta pelas ideologias, não se tratando de uma pura batalha de ideias, pois como observamos no Cad. 3 §49, estas ideias têm uma estrutura material que se articula em aparatos, uma vez que as classes dominantes possuem organizações materiais destinadas à criação, difusão e defesa do fronte teórico e ideológico. Os jornais adquirem para Gramsci uma grande relevância, e também todos os organismos e instrumentos que influem ou interferem na opinião pública, como “as bibliotecas, as escolas, os círculos e clubes de vários gêneros, até a arquitetura, a disposição das ruas e os nomes destas” (GRAMSCI, 2011b:78).

A classe inovadora contrapõe a este “complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante” (GRAMSCI, 2011b:79) com o espírito de cisão, com um complexo trabalho ideológico, em busca de dar consciência histórica a classes dominadas. A ideologia enquanto o “lugar de constituição da subjetividade coletiva” (LUGUORI, 2009:401) (Tradução minha), ao mesmo tempo em que cumpre um papel importante para Gramsci no processo de convencimento, traz em si a possibilidade de o sujeito tornar-se consciente de si, contrapondo-se à hegemonia da classe dominante.

Gramsci faz distinção entre as ideologias: a ideologia dos pequenos grupos, arbitrárias, que possuem pouca interferência na ação humana, não criando senão movimentos restritos e polêmicas individuais, e as ideologias orgânicas, que se apresentam como “uma concepção de mundo e se manifestam implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva” (GRAMSCI, 1977:1380).

As ideologias orgânicas, por possuírem maior expressividade no movimento histórico social, podem possibilitar o encaminhamento de processos revolucionários por parte dos grupos e classes sociais, pois “enquanto historicamente necessária (...) elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movem, e conquistam consciência da sua própria posição, lutam, etc. (GRAMSCI, 2011a:237).

Ao lado da ideologia no sentido político está presente nos *Cadernos* a concepção de ideologia como uma concepção de mundo em sentido ampliado, de um determinado sujeito coletivo ou mesmo individual.

Para Gramsci, não existe homem que não participa de uma concepção de mundo, mesmo que seja inconscientemente. A ideologia se manifesta de diferentes formas, com níveis e graus diversificados, por isso Liguori (2009) adota o conceito de ideologia de Gramsci como uma família de conceitos, que se articulam dialeticamente com outros conceitos, como a filosofia, religião, senso comum, folclore, linguagem, os quais não são coincidentes, pois diferem segundo os graus de consciência e funcionalidade, mas sim correlatos, e juntos desenharam sua concepção de ideologia.

Gramsci analisa tais conceitos e também os romances de apêndice nos *Cadernos*, enfatizando o processo de formação das ideologias difusas, e não somente nas ideologias políticas, uma vez que elas são essenciais para a conquista e manutenção do poder.

A ideologia define cada concepção particular e os problemas imediatos de diferentes grupos sociais, portanto, não existe para Gramsci uma filosofia em geral, mas “diversas filosofias ou concepções de mundo e se faz sempre uma escolha entre elas”. Tais ideologias, portanto, não resultam somente de um fato intelectual, mas também da atividade dos homens e da concepção que está implícita em seu operar, refletindo-se mesmo que inconscientemente em uma opção política (SIMIONATTO, 2011:79).

Em relação à filosofia que pertence à mesma família de conceitos gramscianos, liga-se não somente à questão da ideologia, como também da cultura, uma vez que todo fenômeno cultural está sempre impregnado de filosofia em sentido amplo, como concepção de mundo implícita ou espontânea de indivíduos ou grupos sociais, sendo esta concepção de mundo ideológica, pois define um lugar e uma função na sociedade, bem como um papel histórico, apresentando-se como um fato cultural mais rico e coerente (SIMIONATTO, 2011:79).

Nesse sentido, é filosofia a concepção de mundo que representa a vida intelectual e moral de uma classe, pautada não apenas em seus interesses imediatos, mas também por suas aspirações a longo prazo (GRAMSCI, 2011a).

Nos *Cadernos do Cárcere* permanecem a importância e a centralidade da filosofia no âmbito do marxismo na perspectiva do confronto político no mundo moderno. A parte essencial do marxismo para Gramsci é a superação das velhas filosofias e o modo de conceber a filosofia. Nessa perspectiva, o marxismo para Gramsci não se confunde e não se reduz a nenhuma outra filosofia, supera as filosofias precedentes e ressalta sua originalidade, “especialmente enquanto abre uma estrada completamente nova, isto é, renova de cima a baixo o modo de conceber a filosofia” (GRAMSCI, 2011e),

Segundo Frosini (2009), Gramsci engendra esforços para “delinear a razão da autonomia e independência filosófica do marxismo, e de construir um conceito de filosofia suficientemente geral, de modo a abarcar tanto a filosofia tradicional quanto o marxismo, articulando-as em suas diferenças” (FROSINI, 2009:306) (Tradução minha).

No que se refere à história da filosofia, Gramsci a trata como história dos filósofos que se constitui nas “tentativas e das iniciativas ideológicas de uma determinada classe de pessoas para mudar, corrigir, aperfeiçoar a concepção de mundo existente em uma determinada época” (GRAMSCI, 2011a:325). Desse modo, Gramsci ressalta a importância de outras partes da história da filosofia, como as concepções de mundo das massas e dos grupos dirigentes e para a ligação destas com os vários complexos culturais e as filosofias específicas de cada filósofo.

A filosofia de uma época, portanto, não se restringe à filosofia de filósofos específicos, de determinados grupos de intelectuais, ou mesmo de parcelas das massas populares, mas se constitui a partir de “uma combinação de todos estes elementos que culminam em uma determinada direção, na qual o seu culminar torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se “história” concreta e completa (integral)” (GRAMSCI, 2011a:326).

Por isso, para ele “não se pode destacar a filosofia da política e pode-se mostrar, ao contrário, que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são também um fato político” (SIMIONATTO, 2011:83).

Outro conceito que se destaca em Gramsci é o senso comum, o qual se relaciona dialeticamente com a filosofia, enquanto um seguimento mais elaborado da ideologia, próprio dos grupos dirigentes tornado-se uma força política (LIGUORI, 2009).

O senso comum para Gramsci se constitui em uma concepção de mundo mais difusa, e mesmo implícita, de um estrato social, caracterizado pela recepção passiva frente à elaboração ativa de um grupo dirigente intelectual. Assim, “não é uma coisa rígida e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se de noções científicas e opiniões filosóficas que entram no costume” (GRAMSCI, 2011b:209).

A concepção de senso comum será retomada em outras passagens, como no Cad. 8 §78, evidenciando a visão atrasada e retrógrada, dessa forma, o senso comum tem aversão ao novo ou àquilo que representa uma mudança ou transformação, sendo portanto conservador, levando a crer “que isto que hoje existe sempre existiu” (GRAMSCI, 2011d:246).

Ao relacionar a atitude de Croce e Gentile no Cad. 8 §175 e o senso comum, Gramsci afirma que “o senso comum é um agregado caótico de concepções disparatadas e nele se pode encontrar tudo o que se queira” (GRAMSCI, 2011a:117). Ao retomar posteriormente esta nota, Gramsci acrescenta uma importante consideração, reconhecendo que pode haver verdades no senso comum, mas isso “significa que o senso comum é um conceito equívoco, contraditório, multiforme, e que se referir ao senso comum como prova de verdade é um contra senso” (GRAMSCI, 2011a:118),

Ao indicar que o senso comum já é uma filosofia, mesmo incipiente e fragmentária, Gramsci enfatiza: “todos os homens são filósofos” (GRAMSCI, 2011a:325), por isso “opinam sobre o mundo, formulam juízos de valor de caráter geral, os quais, tomados em conjunto, apresentam uma certa organização intelectual e moral da experiência individual e coletiva” (SIMIONATTO, 2011:83).

Na ação prática dos homens, para Gramsci está contida implicitamente uma concepção de mundo, uma filosofia, assim como “o conhecimento do mundo das classes subalternas representa o patamar através do qual se vai dar unidade ao movimento espontâneo e a direção consciente” (Idem).

O senso comum não é restrito à concepção de mundo das classes populares, mas permeia a cultura e a política de todos os grupos e camadas de classes, podendo ser

identificado em diversos níveis socioculturais, de tal modo que “estamos sempre imersos em alguma forma de senso comum, que contribuímos constantemente para modificar” (FROSINI, 2003:173. apud SIMIONATO, 2009:43). No entanto, para as classes dominadas, o senso comum “atua como força ideológica desmobilizadora das iniciativas das críticas advindas das classes subalternizadas” (Idem), pois “é no terreno do senso comum, que as classes subalternas incorporam as ideologias dominantes, cuja pretensa verdade se impõe às classes subalternas como única, como superstição” (SIMIONATTO, 2011:81).

O senso comum tem uma grande influência para a passividade das massas populares, bloqueando e dificultando a assimilação das classes subalternas de uma filosofia superior.

A relação entre senso comum e ideologia é pautada por duas possibilidades analíticas: a primeira, que indica para a existência de expressões do senso comum em permanente transformação e definição, e a outra que considera o senso comum como elemento unificador de um grupo social, podendo oscilar entre uma completa unidade ou entre a completa desagregação. A desagregação é própria das classes subalternas, que como ressalta SIMIONATTO (2009:44), “caracterizada por um senso comum e uma linguagem formada de modo desordenado, de forma espontânea (...)”, por isso, o senso comum está ligado ao conceito de conformismo, “representando a recepção passiva das ideias e modos de pensar do grupo dominante” (Idem).

Para Gramsci, a desagregação se deve ao fato de que uma classe social, mesmo tendo uma concepção de mundo embrionária e desarticulada, toma emprestada de outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha, e a segue, não tanto porque acredita nela, mas porque a sua conduta não é independente e autônoma. Como observa Simionatto, isto não significa que as classes subalternas sejam passivas e que suas práticas devam ser negadas, mas como lembra Gramsci, existe um contraste entre o pensar e o operar que é próprio das classes subalternas, caracterizado pela existência simultânea de duas concepções de mundo, uma que se manifesta através do pensar, e outra através do operar “não se trata de má-fé, principalmente quando essa contradição está presente entre grandes massas” (SIMIONATTO, 2011:82).

As concepções implícitas em determinados estratos da sociedade se “contrapõem às concepções de mundo “oficiais” que se sucederam no desenvolvimento histórico (daí a estreita relação entre folclore e “senso comum”, que é o folclore filosófico)” (GRAMSCI,

2011e:133-134). É na perspectiva de concepções de mundo e de vida que Gramsci estuda o folclore⁸⁶.

A multiplicidade das concepções do mundo não se restringe a algo diversificado, mas também no sentido de algo estratificado, pois se constituem em “um aglomerado indigesto de fragmentos de todas as concepções do mundo e da vida que se sucederam na história”, mas somente no folclore “é que podem ser encontrados os documentos mutilados e contaminados que sobreviveram” (GRAMSCI, 2011e:135).

Ao estabelecer a relação entre senso comum e folclore, Gramsci afirma que o senso comum “é o folclore da ‘filosofia’ e está entre o folclore verdadeiro e próprio (...) e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas”, em outras palavras, “o senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase mais ou menos rígida de um certo tempo e lugar” (GRAMSCI, 2011b:209).

Sendo o folclore uma variante mais rígida do senso comum, como “um mundo de fragmentos de todas as concepções de mundo”, este pode ser considerado como “uma espécie de grau intermediário entre a filosofia e o folclore” (SIMIONATTO, 2011:83).

No Cad. 27 §1. (Giovanni Crocioni)⁸⁷, Gramsci chama a atenção para o fato de que o folclore foi estudado sempre como elemento “pitoresco”, consistindo a ciência do folclore apenas em estudos sobre o método da coleta, seleção e classificação de materiais. Para Gramsci, o folclore deve ser estudado como uma concepção “do mundo e de vida”, concepção esta implícita de determinados estratos da sociedade que se contrapõem às concepções de mundo oficiais. Segundo Gramsci, esta concepção do mundo, além de não elaborada e assistemática, é também múltipla.

⁸⁶ Apesar de a questão do folclore ter sido uma grande preocupação de Gramsci, suas principais referências aparecem após a sua prisão. Em suas cartas encontramos diversas referências ao folclore, como ao relatar sua vida na prisão, com presos de toda a Itália, com suas diversas culturas. As referências à cultura sarda também se fazem presentes em algumas de suas cartas, como também as correspondências que ele remete ao filho são ricas de histórias e tradições populares. Nos *Cadernos* encontramos provérbios, máximas, fábulas, cânticos populares, referências ao teatro, bem como aspectos da literatura popular, o tema constitui-se ainda, e em um dos Cadernos especiais de Gramsci, o Cad. 27 de 1935 intitulado *Algumas Observações sobre o “folclore”*, composto por duas notas, compiladas de *Cadernos* anteriores.

⁸⁷ Gramsci se refere às classes subalternas como sinônimo de povo, afirmando que “o povo (isto é, o conjunto das classes subalternas e instrumentais de toda forma de sociedade que existiu até agora) não pode, por definição, ter concepções elaboradas, sistemáticas e politicamente organizadas e centralizadas em seu (ainda que contraditório) desenvolvimento” (GRAMSCI, 2011e:134).

O pensamento e a ciência moderna fornecem novos elementos ao folclore, uma vez que há certas noções científicas e opiniões, o que também ocorre em relação ao direito⁸⁸, que tiradas de seu contexto, caem no domínio popular, sendo incorporadas pela tradição.

Gramsci observa ainda a proximidade entre folclore e religião, pois existe uma religião do povo nos países católicos e ortodoxos, bastante diferente da religião dos intelectuais, e daquela sistematizada pela hierarquia eclesiástica⁸⁹, afirmando que “todas as religiões são ‘folclore’ com relação ao pensamento moderno” (GRAMSCI, 2011e:134).

A moral do povo para Gramsci enquanto “conduta prática e de costumes”, como também a superstição, estão ligadas às crenças religiosas, por isso alguns de seus imperativos são muito mais fortes do que a moral oficial, sendo necessário distinguir entre os estratos fossilizados da moral do povo, “que refletem condições de vida passada e que são, portanto, conservadores e reacionários” (GRAMSCI, 2011e:135), e aquelas que se constituem em inovações, criadoras e progressistas, que “estão em contradição com a moral dos estratos dirigentes, ou são apenas diferentes dela” (Idem).

Sobre o ensino do folclore nas escolas, Gramsci discute a atividade formativa do Estado, que se expressa “particularmente na escola contrastando com a atividade política geral” (GRAMSCI, 2011e:136). A educação em concorrência e em contradição com outras concepções do mundo inclui o folclore, daí a influência do professor que ao “conhecer quais são as outras concepções do mundo e da vida que atuam de fato na formação intelectual e moral das gerações mais jovens, a fim de extirpá-las e substituí-las por concepções consideradas superiores (Idem).

Por isso, para Gramsci, a educação tem papel fundamental para a luta política, que não se baseia na destruição do senso comum, mas a sua substituição por uma concepção mais coerente, transformação esta que não é possível através de uma educação verbal e livresca, mas que deve estar imbricada com a luta política de uma classe, em suas palavras devendo

⁸⁸ No folclore também são encontrados elementos do direito, designado por Gramsci no Cad. 27 §2 de folclore jurídico, isto é “aquele cheio de opiniões e de crenças sobre seus “próprios” direitos que circulam ininterruptamente nas massas populares, que se renovam de conteúdo sobre os impulsos das condições reais de vida e do espontâneo confronto entre o modo de ser das diversas classes” (GRAMSCI, 2011e:138).

⁸⁹ No Cad. 11 §13, Gramsci distingue entre “um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequenos burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo” (GRAMSCI, 2011a:115).

“apresentar-se imbricada com um programa político e uma concepção da história que o povo reconheça como expressão das suas necessidades vitais” (GRAMSCI, 1977:882).

Ao contrastar a educação e a espontaneidade enquanto característica das classes subalternas no Cad.3 §48, Gramsci ressalta que esta pode e deve ser educada, e purificada, transformada e substituída por um novo senso comum, uma nova cultura que adquira a forma das crenças populares, uma nova filosofia (GRAMSCI, 2011a).

Deste modo, para Gramsci o “folclore não deve ser concebido como uma bizarria, mas como algo muito sério, e que deve ser levado muito a sério” (GRAMSCI, 2011e:136), pois somente assim o ensino poderá ser determinante para a construção de uma nova cultura entre as massas populares, desaparecendo a separação entre a cultura moderna e a cultura popular ou folclore.

Ao criticar o Ensaio Popular, Gramsci articula o conceito de filosofia, senso comum e folclore no Cad. 8 §173, afirmando que um livro “destinado a uma comunidade de leitores que não são intelectuais de profissão, deveria partir da análise e da crítica da filosofia dos não filósofos”⁹⁰ (GRAMSCI, 2011a:114).

Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente como aquelas que derivam do folclore e do senso comum, a personalidade é composta de modo bizarro, liga-se a uma multiplicidade de homens massa. Em todo o caso, para Gramsci, “o conformismo sempre existiu: se trata hoje da luta entre ‘dois conformismos’, isto é, de uma luta pela hegemonia” (GRAMSCI, 2011c:260).

Gramsci defende a importância de um novo senso comum, uma nova cultura e uma nova filosofia “que se enraízem na consciência popular com a mesma solidez e imperatividade das crenças tradicionais” (GRAMSCI, 2011a:118), estas que podem ser transformadas em bom senso, uma vez que “as classes subalternas afirmem-se enquanto coletividades e sejam capazes de reelaborar sua visão de mundo a partir de uma cultura forjada na “disciplina interior”, e não imposta de forma externa e mecânica (SIMIONATTO, 2009:43-44).

⁹⁰ Temática presente também no Cad. 8 §173 e Cad. 11 §13.

Como observado, a cultura para Gramsci se faz presente nos *Cadernos do Cárcere* relacionada a outras temáticas, sendo considerada como organização e disciplina interior, e como potência fundamental de pensar e saber orientar-se na vida, e também como um sistema de valores e crenças aproximando-se do conceito de civilização com um acento ético ou moral intelectual.

A noção de cultura é inseparável da noção de língua e linguagem enquanto fundamento material da cultura e da luta pela hegemonia cultural. Todo fenômeno cultural para Gramsci é um fato linguístico, e toda linguagem pressupõe uma concepção de mundo, dessa forma a relação entre linguagem e hegemonia na sociedade capitalista se materializa na diferenciação do nível de cultura e expressa uma estratificação social.

A cultura desempenha uma função organizativa que determina os contornos estruturais das superestruturas, relacionando-se desse modo à política e remetendo à questão da ideologia, que para Gramsci não são meras aparências e ilusões, mas compõem a realidade objetiva e incidem diretamente sobre a vida, tendo um peso na organização da social, tornando-se força material quando ganha a consciência das massas, expressando-se nos comportamentos, de modo que a luta pela hegemonia também é a luta pelas ideologias.

A ideologia se articula dialeticamente com outros conceitos, como filosofia, religião, senso comum, folclore e a linguagem que expressam uma concepção de mundo formando uma família de conceitos correlatos.

A filosofia liga-se à ideologia e à cultura uma vez que todo fenômeno cultural está impregnado de filosofia, de uma concepção de mundo ideológica e que define um lugar e uma função na sociedade, representando a vida intelectual e moral: não se pode para Gramsci separar a filosofia da política, assim como a escolha e a crítica de uma concepção de mundo que são históricos.

A filosofia se relaciona dialeticamente com o senso comum enquanto uma concepção de mundo mais difusa e implícita de um estrato social, marcada pela recepção passiva frente à elaboração ativa de um grupo dirigente. Para Gramsci, o senso comum é uma filosofia, pois sua ação prática contém uma concepção de mundo que, ao opinar sobre o mundo, os homens formulam juízos de valor que, tomados em conjunto, apresentam uma certa organização intelectual e moral.

O senso comum para as classes dominadas atua como força ideológica desmobilizadora, o terreno onde as classes subalternas incorporam as ideologias dominantes, que levam à passividade.

O folclore para Gramsci se constitui em um aglomerado de todas as concepções de mundo que se sucederam na história, por isso deve ser estudado como uma concepção de mundo e de vida implícita de determinados estratos da sociedade que se contrapõem às concepções de mundo oficiais.

Todas as religiões para Gramsci são folclore em relação ao pensamento moderno, a conduta prática, os costumes e a superstição estão ligados à religião, sendo seus imperativos mais fortes que a moral oficial.

A educação tem um papel fundamental para a luta política e para a construção de uma concepção de mundo crítica e coerente, de modo que a espontaneidade seja educada e transformada em uma nova cultura para o processo revolucionário.

3.2. Os intelectuais e partido político

A temática dos intelectuais ocupa um lugar importante para o pensamento de Gramsci, desde o seu período de militância política, que deve ser entendida como uma tentativa de Gramsci de “elaborar a teoria da revolução proletária” (SIMIONATTO, 2011:57).

Como já referido, Gramsci em sua produção do período pré-carcerário notava a importância da questão dos intelectuais diante do papel que estes desempenham na sociedade, preocupação esta explicitada no ensaio “Alguns temas da questão meridional”, no qual define o Mezzogiorno como um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a massa camponesa amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural; os grandes proprietários de terras e os grandes intelectuais.

Os grandes intelectuais são a base de sustentação de todo sistema meridional, impedindo que as fissuras do bloco agrário se tornassem perigosas e separando os intelectuais do Sul das massas camponesas, “levando-os a participarem da cultura nacional europeia,

sendo absorvidos pela burguesia nacional e pelo bloco agrário”. (GRAMSCI, 2004b). Dessa forma, a ligação do campesinato meridional aos grandes proprietários de terras era realizada pelos intelectuais. Gramsci chama a atenção para a psicologia dos intelectuais meridionais, que formam a maioria dos quadros burocráticos da Itália, e principalmente para a criação de um novo tipo de intelectual com o desenvolvimento do capitalismo, enquanto organizador técnico, especialista da ciência aplicada. No entanto, no Mezzogiorno prevalecia o velho intelectual, que se originava da burguesia rural, marcada pela aversão ao camponês.

Para Gramsci, o estrato dos intelectuais se desenvolve lentamente, sendo que o proletariado enquanto classe é pobre de elementos organizativos, pois “não tem e não pode formar um estrato próprio de intelectuais, a não ser lentamente, de modo trabalhoso e só depois da conquista estatal” (GRAMSCI, 2004b:434).

A concepção de intelectuais para Gramsci está pautada na distinção das diversas e variadas atividades intelectuais, sendo um erro buscar somente nessas atividades este critério de distinção, que na verdade deve ser buscado “no conjunto do sistema de relações no qual essas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais” (GRAMSCI, 2011b:18).

Nesse sentido, exemplifica que a atividade realizada pelo operário ou proletário “não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais” (Idem).

Na crítica a Taylor, que afirma que o proletariado é um gorila amestrado, Gramsci faz o contraponto afirmando que não existe trabalho puramente físico, “mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora” (Ibidem).

Desse modo, para Gramsci “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais⁹¹” (Ibidem).

Ao levar em conta não somente as camadas que tradicionalmente são denominadas de intelectuais, Gramsci amplia essa concepção e afirma que por intelectuais devem ser

⁹¹ Gramsci exemplifica deste modo: “o fato de que alguém possa em determinado momento fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó, não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates” (GRAMSCI, 2011b:18).

entendidos como “todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no campo da cultura e no político-administrativo” (GRAMSCI, 2011d:93) .

A análise de Gramsci sobre os intelectuais trilha as reflexões de Marx em relação à estrutura e superestrutura, uma vez que “as classes sociais nascem e se constituem no terreno da produção econômica e dão origem a grupos de intelectuais que se vinculam desde a economia até outros aspectos da vida social estatal” (SIMIONATTO, 2011:57).

Gramsci abre o Caderno 12⁹² chamando a atenção para a complexidade do problema dos intelectuais, principalmente no que se refere a sua autonomia e independência, estabelecendo dois critérios para distingui-los, pautados no lugar e função que exercem na estrutura social e no lugar e função que desempenham em determinado processo histórico.

Gramsci observa que o surgimento de um novo grupo social ligado a uma função essencial no mundo da produção “cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no campo social e político (...)” (GRAMSCI, 2011b:15). Este grupo de intelectuais é designado por Gramsci como intelectuais orgânicos⁹³, constituído pelos técnicos da indústria, o cientista da economia, criados pelo empresário capitalista.

O conceito de intelectual orgânico aponta para as relações estabelecidas pelos intelectuais com as classes fundamentais e para as funções que exercem, de modo a participar efetivamente de um projeto junto à burguesia ou ao proletariado. Desse modo, “a concepção de organicidade é inerente à formação mesma das suas competências e das formações que desenvolvem no interior do modo de produção capitalista, inclusive o encaminhamento das lutas junto à classe a que está vinculado” (SIMIONATTO, 2011:63).

⁹² Um de seus cadernos especiais, dedicado à história dos intelectuais italianos datado de 1932 (Apontamento e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais).

⁹³ O intelectual orgânico “não é aquele que se justapõe a uma classe, a um grupo ou a uma empresa; a empresa, o grupo, a classe é que criam os seus intelectuais, isto é, esses grupos, essas instituições vivem situações, se defrontam com realidades que exigem desempenho de atividades intelectuais” (SIMIONATTO, 2011:62), sejam estas atividades ligadas à produção ou à coesão social, ou seja, a função de hegemonia.

Entretanto, a origem de classe do intelectual pode ser diversa da classe a que está vinculado, uma vez que “um intelectual orgânico da classe trabalhadora pode chegar a ser um intelectual orgânico da burguesia ou vice-versa” (Idem).

Os intelectuais tradicionais⁹⁴ são categorias de intelectuais preexistentes, representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (GRAMSCI, 2011b:16).

O clero é a mais típica das categorias dos intelectuais tradicionais, que durante muito tempo monopolizaram “alguns serviços importantes: como a ideologia religiosa, isto é, a filosofia, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc.” (Ibidem).

A autonomia dos intelectuais não é uma característica só do clero, mas de todos os intelectuais tradicionais como categoria autônoma, que “sentem com ‘espírito de grupo’ sua ininterrupta continuidade histórica e sua qualificação”, considerando-se “autônomos e independentes do grupo social dominante (...) revestidos de características próprias” (GRAMSCI, 2011b:17)⁹⁵.

A ampliação do conceito de intelectual tradicional, utilizado por Gramsci, permite analisar nas diferentes configurações históricas como os intelectuais se apresentam. O termo tradicional para Simionatto (2009) serve para “designar as camadas intelectuais que a classe historicamente progressista deve assimilar para exercer a hegemonia sobre o conjunto das classes sociais constitutivas da sociedade como um todo” (SIMIONATTO, 2009:60).

Para Gramsci, o intelectual orgânico forjado pela classe no seu desenvolvimento tanto pode ser burguês ou proletário, como um administrador de empresas (intelectual orgânico da burguesia) ou um dirigente sindical (intelectual orgânico da classe operária). Entretanto, o intelectual tradicional, por sua vez, pode ser um intelectual conservador ou revolucionário, por exemplo, um professor universitário, uma vez que está vinculado a um aparelho de hegemonia, mas não necessariamente a uma classe social (COUTINHO, 1990). Os intelectuais tradicionais podem para Gramsci ser revolucionários, “na medida em que na

⁹⁴ Benedetto Croce, o grande intelectual tradicional do Mezzogiorno, que juntamente com a Igreja desempenhou um papel fundamental no “apaziguamento das massas camponesas meridionais” (SIMIONATTO, 2011:59), produzindo a “argamassa que articula e favorece, uma circulação de intelectuais oriundos do meio agrário para a esfera do poder” (Idem).

⁹⁵ A autonomia dos intelectuais tradicionais está vinculada à formação de um novo bloco histórico, pois estes intelectuais “perderam a base social à qual estavam organicamente vinculados, e ainda que se proclamem autônomos porque se sentem fortemente organizados, esses intelectuais possuem “espírito de corpo”, formando uma casta (SIMIONATTO, 2009:58-59)

passagem de uma formação histórica a outra, passe a defender os interesses da classe subalterna” (SIMIONATTO, 2011:59).

Daí a importância da cooptação dos intelectuais pela classe dominante, esta que para Gramsci é uma característica marcante para a obtenção do domínio sobre outras classes, pautada na “luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais” (GRAMSCI, 2011b:119).

A cooptação e assimilação dos intelectuais das classes subalternas fortalece a dominação e é uma ação realizada com eficiência pelas classes dominantes, uma vez que têm “força política, econômica e às vezes até cultural e possuem uma imensa capacidade de atrair intelectuais” (SIMIONATTO, 2011:59).

Para Gramsci, a assimilação e conquista de intelectuais está ligada diretamente à questão da formação de seus próprios intelectuais orgânicos, tarefa esta realizada pela escola, enquanto um instrumento para elaboração de intelectuais (GRAMSCI, 2011b).

Os intelectuais, além da função de organizadores da economia, também desempenham a função de organizadores da hegemonia que a classe dominante exerce na sociedade civil, como tarefa de construção, da criação e da transmissão da cultura, bem como da conquista do “consenso espontâneo” das grandes massas através da ação cultural, para conduzir a vida social e política pelo grupo economicamente dominante” (GRAMSCI, 1977:1519),

Os intelectuais organizam ainda a coerção exercida pela classe dominante, pois “cabem também construir o aparato de coerção (aparato jurídico), necessário para garantir legalmente a disciplina dos grupos que não consentem” (Idem). Desse modo, os intelectuais são chamados por Gramsci de “os comissários do grupo dominante” (Idem), tanto ao nível da coerção através da sociedade política, como do consenso por meio da sociedade civil.

Isso significa que não existe “uma independência dos intelectuais, na medida em que estes estão conectados com as forças no poder ou em luta pelo poder” (SIMIONATTO, 2011:62)

Para Gramsci, a relação entre os intelectuais e o mundo da produção “se desenvolve em diferentes graus por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’” (GRAMSCI, 1977:1518).

A hegemonia de um centro diretivo sobre os intelectuais se afirma através da concepção geral de vida que ofereça aos seus seguidores uma “dignidade” intelectual, possibilitando um princípio de diferenciação e um elemento de luta contra as velhas ideologias dominantes, e se afirma também através de um programa escolar com um princípio educativo e pedagógico original, “que alcance e dê uma atividade própria em seu campo técnico, àquela fração dos intelectuais que é a mais homogênea e a mais numerosa (os educadores, desde o professor primário até os da universidade)” (GRAMSCI, 2011d:99).

Gramsci aborda o problema dos intelectuais como uma categoria social cristalizada, pois para ele os intelectuais se concebem como continuação ininterrupta da história, independente da luta dos grupos sociais, “e não como expressão de um processo dialético, pelo qual todo grupo social dominante elabora uma categoria de intelectuais própria” (GRAMSCI, 2011a:125).

Para Gramsci, toda sociedade cria uma nova superestrutura, sendo os intelectuais seus representantes e porta-vozes, e por isso só podem ser concebidos como novos intelectuais, “surgidos da nova situação, e não como a continuação da intelectualidade precedente” (GRAMSCI, 2011a:125). Ao se colocarem como uma continuação da intelectualidade precedente, esses intelectuais são apenas “um rebotinho conservador e fossilizado do grupo social historicamente superado (GRAMSCI, 2011a:125)

Segundo Gramsci, uma classe, mesmo atrasada ideologicamente no que diz respeito a sua concepção de mundo, pode ser representante de uma situação histórica muito avançada na função econômica e política, como no caso o proletariado.

A reforma moral e intelectual se constitui na tarefa dos intelectuais, no entanto, os intelectuais cristalizados são conservadores e reacionários, o que é demonstrado pela forma como o termo materialismo “foi acolhido com o conteúdo passado” (GRAMSCI, 2011a:127).

De acordo com Gramsci, o grande intelectual deve inserir-se na vida prática, tornado-se “um organizador prático da cultura, se quer continuar a ser dirigente, deve democratizar-se, ser mais atual” (GRAMSCI, 2011a:434).

Para enfrentar os problemas de cada situação histórica, os intelectuais devem, portanto, mudar a sua relação com as massas. SIMIONATTO (2011:65) observa que “o intelectual precisa provocar, no seio da classe a que está vinculado organicamente, uma

tomada de consciência dos seus interesses, bem como participar na formação de uma concepção de mundo mais homogênea e autônoma”.

No que diz respeito ao proletariado, este não consegue encaminhar seu projeto de classe, uma vez que sua concepção de mundo é permeada pela ideologia de outras classes sociais, por isso a importância dos intelectuais na “elaboração de uma nova concepção de mundo, no esclarecimento das relações antagônicas e das contradições profundas que perpassam a sociedade, bem como das formas possíveis para a sua superação” (Idem).

Para Gramsci, existe uma diferença na ligação dos intelectuais (orgânicos e tradicionais) ao partido e ao Estado, uma vez que o partido “desempenha a função muito mais completa e organicamente do que num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua” (GRAMSCI, 2011b:24). O intelectual que passa a fazer parte de um partido ligado ao um grupo social acaba por confundir-se com os intelectuais orgânicos desse grupo, o que não ocorre da mesma forma com a participação dos intelectuais no mundo estatal, a não ser “de forma medíocre ou mesmo nunca” (Idem).

Segundo Gramsci, o proletariado pode e deve produzir os intelectuais necessários para a construção de sua hegemonia, no entanto, para ele não são os intelectuais, individualmente, que possibilitam às classes dominadas – subalternas – alcançarem a hegemonia, mas sim o partido político.

Desse modo, o partido é concebido como o “moderno príncipe, propagandista e organizador de uma reforma intelectual e moral, que cria condições para o desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular” (GRAMSCI, 2011c:59).

O partido para Gramsci deve participar da formação de uma nova concepção de mundo, elaborando uma proposta transformadora de sociedade a partir de “baixo”, fazendo com que toda a classe “participe de um fato histórico radical que envolva toda a vida do povo e ponha cada qual, brutalmente, diante das próprias responsabilidades inderrogáveis” (GRAMSCI, 2011d:268).

No Cad. 9 §64 (Maquiavel – (História das classes subalternas)). (Importância e significados dos partidos), ressaltando que a história de um partido resulta da totalidade do conjunto social, de modo que escrever a história de determinado partido é escrever a história

geral de um país, assim como a relevância de um partido estará associada ao peso que sua atividade particular tiver na determinação da história deste país.

Para Gramsci, é difícil não encontrar um partido político, seja dos grupos dominantes ou dos grupos subalternos, que não exerça também uma função de polícia⁹⁶, como observado no Cad. 14 §34 (Maquiavel. Partidos políticos e funções de polícia). Esta função de polícia pode ter um caráter repressivo reacionário voltado para a conservação da ordem externa, freando as forças vivas da história ou progressista, no sentido de levar o povo a um novo modo de civilização.

Um partido é progressista quando funciona democraticamente, e é reacionário quando funciona burocraticamente, constituindo-se em puro executor, não deliberante, sendo tecnicamente um “órgão de polícia e seu nome de partido político é uma pura metáfora de caráter mitológico” (GRAMSCI, 2011c:307-308).

No Cad. 9 §68⁹⁷ (Maquiavel. Centralismo orgânico e centralismo democrático), Gramsci apresenta de modo novo o problema da relação entre um centro organizador do processo político e a “espontaneidade, a criatividade e a autonomia das classes implicadas na subversão da apropriação capitalista” (ACANDA, 2006:211).

Para Gramsci, o centralismo é democrático quando o partido é progressista, funcionando democraticamente, o termo centralismo indica a forma de regulação da vida interna dos partidos comunistas, uma vez que “todo membro do partido, seja qual for a posição ou cargo que ocupe, é sempre um membro do partido e está subordinado a sua direção” (GRAMSCI, 2011c:187).

A organicidade só pode ser a do centralismo democrático, que diz respeito à organização e ao movimento real como “um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo

⁹⁶ Para Gramsci, o conceito de polícia não é apenas aquele “serviço estatal destinado à repressão da delinquência”, mas cada vez mais se torna um “conjunto de forças organizadas pelo Estado e dos ‘setores privados’ para tutelar o domínio (político e econômico) da classe dirigente” (LIGUORI, 2009:651), ou seja, exercendo uma função “de defesa de uma determinada ordem política e legal” (GRAMSCI, 2011c:307). Liguori (2009) observa ainda que o conceito de polícia apresenta uma outra ampliação para Gramsci, mas é uma organização mais vasta da qual não somente os partidos participam, mas de certo modo “uma grande parte da população” a ser considerada como polícia em sentido amplo, não como “polícia política”, mas massa ativamente partícipe, sobre a qual se funda a coesão social e a campanha estatal, esta que não se restringe somente na função repressiva, mas também a função hegemônica que, portanto, tendencialmente concorre para defender a realidade dada, ao menos nos períodos históricos não revolucionários (LIGUORI, 2009:652). (Tradução minha)

⁹⁷ Texto retomado ampliado no Cad. 13 §36 (Sobre a burocracia).

com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção” (GRAMSCI, 2011c:91).

Assim como o partido não se enrijece com a burocracia ao mesmo tempo em que é relativamente estável e permanente, sendo que “este elemento de estabilidade no Estado encarna-se no desenvolvimento orgânico do núcleo central do grupo dirigente, tal como ocorre em escala restrita na vida dos partidos” (Idem Ibidem).

Para Gramsci, o predomínio do centralismo burocrático no Estado significa que o grupo dirigente está saturado, pois o aparato organizativo se autonomiza em relação às classes em luta, constituindo-se em um pequeno grupo “que tende a criar seus mesquinhos privilégios, regulamentando ou mesmo sufocando o surgimento de forças contrastantes” (GRAMSCI, 2011c:91).

Nos partidos que representam grupos socialmente subalternos, Gramsci ressalta a estabilidade que garante a hegemonia aos elementos progressistas, os quais “em relação a outras forças afins e aliadas, mais heterogêneas e oscilantes, expressam-se como organicamente progressistas sem privilégios” (Idem).

O centralismo democrático, ao contrário do burocrático, oferece uma fórmula elástica, buscando criticamente aquilo que é igual na aparente diversidade, e o diferente e mesmo antagônico na aparente uniformidade, para organizar e conectar o que é semelhante e levar em conta a organização e a conexão como uma necessidade prática e indutiva que contrasta com um processo racionalista, dedutivo e abstrato (GRAMSCI, 2011c:92).

Somente a ação política concreta pautada na distinção entre o elemento internacional e unitário na realidade nacional e local produz para Gramsci o progresso histórico, e requer a “unidade orgânica entre teoria e prática entre camadas intelectuais e massas populares, entre governantes e governados” (GRAMSCI, 2011:92).

Para Gramsci, a “tarefa dos intelectuais é de adequar a cultura a função prática” (GRAMSCI, 2011a:126), ou seja, determinar e organizar a revolução cultural, isto significa que a reforma moral e intelectual aparece nos *Cadernos* como uma revolução cultural.

Destacamos que a questão dos intelectuais já era presente para Gramsci em seus escritos pré-carcerários, pois estes davam sustentação a sistema meridional.

Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, sua concepção se funda na distinção das atividades desenvolvidas, que devem ser buscadas no conjunto das relações sociais.

As classes sociais nascem e se constituem no terreno da produção econômica, dando origem a grupos de intelectuais; a distinção entre os intelectuais orgânicos e tradicionais se pauta no lugar e função que exercem na estrutura social e no lugar e função que desempenham em determinado processo histórico.

Os intelectuais são os organizadores da hegemonia na sociedade civil com a criação e transmissão da cultura e conquista do consenso, como também organizam a coerção através dos aparatos do Estado, de modo que para Gramsci não existe independência dos intelectuais, uma vez que eles ou estão conectados com as classes dominantes ou com as classes subalternas.

Ressaltamos a importância dos intelectuais para Gramsci na elaboração de uma nova concepção de mundo das classes e grupos subalternos, para a construção da hegemonia e superação da subalternidade. No entanto, para Gramsci o que permite às classes subalternas alcançar a hegemonia não são os intelectuais individualmente, mas o partido político, que é concebido como o organizador da reforma intelectual e moral, e da construção de uma vontade coletiva fundada em uma nova concepção de mundo e uma proposta de transformação.

Para Gramsci, o partido realiza uma função de polícia, podendo ter um caráter repressivo e reacionário (funcionando burocraticamente) ligado à conservação da ordem estabelecida ou uma um caráter progressista (funcionando democraticamente), levando o povo a um novo modo de civilização.

Os intelectuais e partido político para Gramsci podem purificar o senso comum, construindo uma nova consciência crítica e histórica, tendo o senso comum como ponto de partida para uma reforma intelectual e moral e a formação de uma nova cultura que permita às classes subalternas realizar a crítica às ideias e valores da hegemonia das classes dominantes. A transformação do senso comum em bom senso para Gramsci é possível através da filosofia da práxis com a superação do modo de pensar precedente, como aprofundaremos.

3.3. Reforma intelectual e moral e filosofia da práxis

A transformação do senso comum em uma nova concepção de mundo só pode ocorrer para Gramsci com a formação de uma nova cultura, que possibilite às classes subalternas realizar a crítica às ideias, valores difundidos pelas classes dominantes, fazendo-se necessário nas palavras de Gramsci uma reforma intelectual e moral das classes subalternas que historicamente foram e estão submetidas à hegemonia das classes dominantes.

A cultura popular e o senso comum se constituem para Gramsci no ponto de partida imprescindível para uma análise cultural-filosófica do materialismo histórico ou da filosofia da práxis.

Da mesma forma que através da cultura se dá a dominação e do consenso das classes subalternas, através da mesma cultura, mas entendida de forma crítica, que para Gramsci é possível aos subalternos construir uma contra-hegemonia. A cultura, portanto, ocupa um papel central, “capaz de romper com a sua desagregação e abrir caminhos para a construção de uma vontade coletiva, contrapondo-se às concepções de mundo oficiais” (SIMIONATTO, 2009:45).

A política para Gramsci assegura a relação entre filosofia superior e o senso comum, sendo que a superação tanto do senso comum quanto do modo de pensar corporativo redireciona a práxis política, bem como também fortalece os projetos e ações na construção de uma contra-hegemonia “no sentido de propiciar às classes subalternas a libertação das formas de pensar homogêneas pelo pensamento liberal” (Idem). O fortalecimento desse movimento pressupõe a superação do senso comum, o modo de pensar desorganizado e folclórico, alcançando um pensamento “crítico e histórico que se constrói através da luta, a partir dos problemas práticos vividos pelas classes subalternas” (SIMIONATTO, 2009:47).

Para Gramsci, a valorização do fato cultural é necessária ao lado das frentes econômicas e políticas para criar uma nova cultura, o que “não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ (...) transformá-las em base de ações vitais, um elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. (GRAMSCI, 2011a:96),

Nesse sentido, para Gramsci é mais importante que “uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente (...) do que a descoberta de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos de intelectuais” (Idem).

Para a construção da hegemonia das classes subalternas, a batalha cultural é fundamental para a conquista do consenso e da direção político-ideológico dessas classes, possibilitando a construção de uma nova visão de mundo e uma proposta transformadora de sociedade a partir de “baixo” que “envolva toda a vida do povo e ponha cada qual brutalmente diante das próprias responsabilidades inderrogáveis” (GRAMSCI, 2011d:268).

A hegemonia entendida enquanto totalidade significa articular o particular econômico e universal político na unidade da estrutura e superestrutura; isto significa superar os interesses particulares, forjando um projeto cuja expressão é a vontade coletiva nacional-popular, bem como “elevar ao máximo de universalidade possível o ponto de vista dos grupos subalterno” (SIMIONATTO, 2009:46),

Desse modo, fica evidenciado que o cerne das preocupações de Gramsci se encontra na “articulação entre subjetividade e objetividade, entre particularidade e universalidade” uma vez que para ele a “economia não se reduz à produção de objetos e mercadorias, mas sim ao modo como os homens estabelecem suas relações sociais, transformando a si e a própria sociedade” (COUTINHO, 2003 apud SIMIONATTO, 2009:46).

A luta pela hegemonia, portanto, não se trava apenas nas instâncias econômicas, mas também na esfera da cultura, com a elevação cultural das massas, que tem para Gramsci uma importância decisiva nesse processo de libertação das classes subalternas da pressão ideológica das classes dirigentes.

A contra-hegemonia se funda na elaboração crítica do sistema de crenças e valores que consistem em uma visão fragmentada e sem coerência da realidade através da filosofia da práxis, que para Gramsci é uma ideologia orgânica, uma superestrutura “é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir” (SIMIONATTO, 2011:78).

Para Gramsci, a filosofia da práxis apresenta-se como uma filosofia integral e original, marcando uma nova fase na história do pensamento, superando o idealismo e o materialismo

tradicional, de modo que “o marxismo significa, assim, um salto qualitativo em relação a outras concepções filosóficas (...), uma nova maneira de pensar o real” (SIMIONATTO, 2011:79), contrapondo-se “à visão especulativa e teológica, própria do idealismo, uma concepção verdadeiramente imanentista, cuja base está no conceito de estrutura e na sua relação dialética com a superestrutura” (Idem).

A filosofia da práxis, na unidade entre teoria e prática, se coloca “como expressão necessária de uma determinada ação histórica” (GRAMSCI, 2011a:120), de modo que para Gramsci o marxismo é historicismo absoluto, “o que significa entender o historicismo de forma consequente, imanente ao processo histórico, desvinculado de qualquer resíduo de transcendência” (SIMIONATTO, 2011:80). Por isso, “falar de historicismo no pensamento gramsciano significa aprofundar o sentido da historicidade e da totalidade, pressupõe entendê-lo como unidade dialética entre teoria e prática, entre ação e pensamento” (Idem).

Para Gramsci, a filosofia da práxis – o marxismo – é uma ideologia diferente das demais ideologias, pois “não tende a resolver pacificamente as contradições (...) assim é a própria teoria das contradições” (GRAMSCI, 2011a:388), enquanto as ideologias inorgânicas são contraditórias e direcionadas à conciliação de interesses.

Gramsci aponta para o ensinamento prático de ciência política que a filosofia da práxis deu aos próprios adversários, pois Marx analisou e sistematizou de forma racional e coerente o que os agentes históricos dessa realidade sentiam confusa e instintivamente, esses adversários ampliaram sua consciência depois da crítica de Marx.

As ideologias não são em si negativas, mas nem todas as ideologias são iguais, “a superioridade da ideologia marxista é dada da percepção do próprio caráter não absoluto e não eterno: consciência de parcialidade, ligada a uma classe e a um momento histórico” (AGOSTINO, 2009:401).

Gramsci aborda a filosofia de Labriola ⁹⁸, no Cad. 11 §70 (Antonio Labriola⁹⁹), que segundo ele, foi o único a procurar construir cientificamente a filosofia da práxis ao afirmar

⁹⁸ Daí para ele a necessidade de retomar os trabalhos de Labriola e sua colocação do problema filosófico, propondo uma luta por uma cultura superior e autônoma.

⁹⁹ Antonio Labriola, nascido em julho de 1843, formado em filosofia na Universidade de Nápoles, é professor primário até ser nomeado para a Cátedra de Filosofia em Roma em 1874, tornando-se marxista em fins da década de 1880. Sua obra mais conhecida foi *Saggi sul materialismo storico* (1895-1896) em quatro volumes. Labriola introduziu o marxismo no movimento

que a filosofia da práxis é independente de qualquer outra teoria, ao contrário de tendência intelectuais dominantes na época que recaem no materialismo vulgar, ou um conjunto de todas as tendências que não aceitam a chamada “ortodoxia” do pedantismo alemão¹⁰⁰.

No Cad. 10 §41 (Sem título), Gramsci faz a distinção entre a filosofia da práxis e as demais filosofias, criticando as doutrinas de Croce sobre as ideologias políticas, afirmando que elas são uma derivação da filosofia da práxis, uma vez que se constituem em “instrumentos de direção política”, apresentando um caráter contraditório, já que “as ideologias são meras ilusões para os governados, um engano sofrido, enquanto para os governantes um engano desejado e consciente” (GRAMSCI, 2011a:387).

Gramsci retoma a sua análise precedente nos *Cadernos* sobre as ideologias, ressaltando que para a filosofia da práxis as ideologias não são arbitrárias, mas sim fatos históricos reais que “devem ser combatidos e revelados em sua natureza como instrumentos de domínio (...), para destruir uma hegemonia e criar uma outra” (Idem).

Como as demais filosofias, a filosofia da práxis também é uma superestrutura, mas é a partir dela que “determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir” (GRAMSCI, 2011a:387-388).

Desse modo, a filosofia da práxis não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ela “é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas” (GRAMSCI, 2011a:388). A filosofia da práxis “é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas” (Idem).

socialista italiano, originalmente sindicalista, exercendo forte influência sobre Benedetto Croce e sobre Gramsci. Gramsci se refere pouco a Labriola nos *Cadernos*, mas estas referências são positivas. “Labriola é para Gramsci o único filósofo marxista italiano que abraçou esta teoria para desenvolvê-la internamente e não para neutralizá-la com base em interesses a esta estranhos, e também é o proponente de uma versão não fatalista do materialismo histórico, que torna possível pensar com coerência a ação política (FROSINI, 2009: 447-448) (Tradução minha), (BOTTOMORE, 2012:309).

¹⁰⁰ Ao questionar por que Labriola e sua colocação do problema filosófico tiveram tão pouca sorte, afirma que a partir do momento em que um grupo subalterno torna-se autônomo e hegemônico “suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas (GRAMSCI, 2011a:225), daí para ele a necessidade de retomar os trabalhos de Labriola e sua colocação do problema filosófico, propondo uma luta por uma cultura superior e autônoma.

Para Gramsci, a filosofia da práxis tem como fundamento a unicidade entre teoria e prática, em oposição à concepção mecanicista, que considera a teoria como “ ‘complemento’ e ‘acessório’ da prática, da teoria como serva da práxis” (GRAMSCI, 2011a:104). Este problema deve ser colocado historicamente e ligado à questão política dos intelectuais e à função de organizadores e dirigentes da massa humana que estes devem exercer, ou seja, “sem que o aspecto teórico da ligação teoria e prática se distingam concretamente um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica” (Idem).

Os momentos de separação entre a massa e os intelectuais produzem “uma separação, uma perda de contato” (Ibidem), o que cria a impressão da teoria como acessório, complemento, e mesmo como algo subordinado¹⁰¹.

A importância dos partidos políticos na elaboração e difusão de concepções de mundo é observada por Gramsci, pois eles devem elaborar a ética e a política adequadas a elas, funcionando como “experimentadores históricos de tais concepções” (GRAMSCI, 2011a:105), os partidos selecionam a massa atuante, tanto no campo teórico como prático, “com uma relação mais estreita entre teoria e prática, quanto mais seja inovadora e antagônica a nova concepção aos antigos modos de pensar” (Idem).

A concepção mecanicista¹⁰² com o elemento determinista, fatalista, tornou-se um aroma ideológico da filosofia da práxis, constituindo-se em “uma forma de religião tornada necessária, justificada historicamente pelo caráter subalterno de determinados estratos sociais” (GRAMSCI, 2011a:106), o que se explica tendo em vista que a falta de iniciativa na luta, ou quando a luta é marcada por uma série de derrotas “o determinismo mecânico transforma-se em uma força formidável de resistência moral, de coesão, perseverança paciente e obstinada. “Eu estou momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha por mim a longo prazo, etc.” (Idem).

Por isso, para Gramsci “a vontade real se disfarça em um ato de fé” através de uma racionalidade da história em forma empírica e primitiva de finalismo apaixonado, substituindo

¹⁰¹ Gramsci ressalta a dificuldade de criação de intelectuais, pois este processo é cheio de contradições, marcado por avanços e recuos, onde a fidelidade e a disciplina se constituem na forma de adesão da massa e sua colaboração no desenvolvimento cultura como um todo são submetidas a duras provas, e estando ligado à dialética intelectuais – massa, pois existe uma relação entre o desenvolvimento dos intelectuais (quantitativa e qualitativamente) e a elevação do nível cultura e ampliação do círculo de influência da “massas dos simples (...) com a passagem de indivíduos ou grupos para o estrato dos intelectuais especializados” (GRAMSCI, 2011a:105).

¹⁰² A partir deste ponto, Gramsci retoma a nota do Cad. 8 §205¹⁰² (Determinismo mecânico e atividade da vontade).

a predestinação ligadas às religiões confessionais. Para ele, também nesse caso existe uma atividade da vontade, “uma intervenção direta sobre a força das coisas” (GRAMSCI, 2011a:106), implícita e de forma velada, “que se envergonha de si mesma”, expressando uma coerência contraditória sem uma unidade crítica.

O mecanicismo pode se tornar um perigo iminente “quando o subalterno torna-se dirigente e responsável pela atividade econômica da massa” (Idem), pois opera-se uma mudança em todo o seu modo de ser e de pensar:

“se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não o é mais: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; se ontem era irresponsável, já que era ‘resistente’ a uma vontade estranha, hoje sente-se responsável, já que não é mais resistente, mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor”. (Ibidem)

Gramsci contrapõe a esta “resistência” a “irresponsabilidade” dos subalternos, afirmando que se deve atentar que o fatalismo é uma maneira de os fracos se revestirem de uma “vontade ativa e real”, por isso sendo necessário demonstrar sempre a futilidade do determinismo mecânico, que se explica como uma “filosofia ingênua da massa, e somente enquanto tal, elemento intrínseco de força, torna-se causa de passividade, e imbecil autossuficiência” (GRAMSCI, 2011a:107).

Para Gramsci, existe uma relação entre a concepção mecanicista como uma forma de religião dos subalternos e a religião cristã¹⁰³, que em certo período e condições históricas determinadas “foi e continua a ser uma ‘necessidade’, uma forma necessária da vontade das massas populares, uma forma determinada de racionalidade do mundo e da vida, fornecendo os quadros gerais para a atividade prática real” (GRAMSCI, 2011a:107).

Segundo Gramsci, é clara a diferença entre a religião popular e a religião oficial dos intelectuais, que tentam impedir a formação de duas religiões distintas, para não se separarem das massas, e “para não se tornar oficialmente, como é realmente, uma ideologia de grupos restritos” (GRAMSCI, 2007:38-39). A atitude da filosofia da práxis por buscar elevar a massa

¹⁰³ Gramsci exemplifica sua afirmação sobre a função do cristianismo, apresentando um trecho de um artigo da *Civiltà Cattolica*¹⁰³ (Individualismo pagão e individualismo cristão): “A fé em um porvir seguro, na imortalidade da alma destinada à beatitude, na certeza de poder atingir o eterno gozo, foi a mola propulsora para um trabalho de intenso aperfeiçoamento interno e de elevação espiritual. O verdadeiro individualismo cristão encontrou nisso o impulso para suas vitórias. Todas as forças do cristão foram concentradas em torno a este nobre fim. Libertado das flutuações especulativas que lançam a alma na dúvida, e iluminado por certos princípios imortais, o homem sentiu renascer as esperanças; certo de que uma força superior o sustentava na luta contra o mal, ele fez violência a si mesmo e venceu o mundo” (GRAMSCI, 2011:107).

a uma vida cultural superior é diversa do catolicismo, pois este “tende a manter um contato puramente mecânico, uma unidade exterior, baseada especialmente na liturgia e no culto mais aparatosamente sugestivo sobre as grandes multidões (GRAMSCI, 2007:38).

Para Gramsci, a originalidade da filosofia da práxis “é a afirmação de independência e originalidade de uma nova cultura em preparação, que se desenvolverá com o desenvolvimento das relações sociais (Idem), por isso, a atitude anterior à formação do Estado não pode deixar de ser crítico-polêmica, e nunca dogmática.

Para Gramsci, a filosofia da práxis é o coroamento do movimento da reforma intelectual e moral, dialetizado no contraste entre a cultura popular e a alta cultura, “é uma filosofia que é também uma política e uma política que é também uma filosofia” (GRAMSCI, 2007:36).

De acordo com Gramsci, o senso comum é o ponto de partida para a reforma intelectual e moral e a formação de uma nova cultura que permita às classes e grupos subalternos realizar a crítica as ideias e valores da hegemonia das classes dominantes.

A cultura adquire um papel central na construção da vontade coletiva, uma vez que através da cultura se dá a dominação e o consenso, mas a cultura entendida de forma crítica possibilita construir a contra-hegemonia.

A relação entre a política e a superação do senso comum para Gramsci indica para mudança da práxis política e fortalece projetos e ações na construção da contra-hegemonia pelas classes e grupos subalternos, de modo que a valorização do fato cultural é necessária em conjunto com as frentes econômicas e políticas para criar uma nova cultura.

A batalha cultural é fundamental para a construção da hegemonia das classes subalternas com a conquista do consenso e da direção político-ideológica e construção de uma nova visão de mundo e uma nova proposta transformadora.

O cerne das preocupações de Gramsci encontra-se na articulação entre subjetividade e objetividade, pois a economia remete ao modo como os homens estabelecem as relações sociais, por isso, a luta pela hegemonia não se trava apenas na esfera econômica, mas também na esfera da cultura, a contra-hegemonia se constitui na elaboração crítica das crenças e valores através da filosofia da práxis.

Para Gramsci, a filosofia da práxis é um instrumento pela qual as classes e grupos subalternos tomam consciência do seu próprio ser social, da sua própria força, constituindo-se em uma filosofia integral e original, uma nova fase do pensamento, uma nova maneira de pensar o real.

A filosofia da práxis é considerada por Gramsci a expressão das classes subalternas que querem se educar na arte de governo e que têm interesse de conhecer todas as verdades, tendo como fundamento a unidade teoria e prática ao contrário do mecanicismo que considera a teoria como complemento e acessório da prática.

Através da filosofia da práxis, para Gramsci é possível elevar a cultura das classes e grupos subalternos, constituindo-se no coroamento da reforma intelectual e moral, uma filosofia que é política e uma política que também é filosofia.

CAPÍTULO 4

PARA UMA HISTÓRIA DAS CLASSES E GRUPOS SUBALTERNOS

Diante das análises realizadas ao longo dos *Cadernos*, a formulação de uma estratégia revolucionária para a Itália passava pelo reconhecimento de toda a diversidade de seu povo, de sua história, de seus costumes, de modo que Gramsci dedica o Caderno 25 à história dos grupos sociais subalternos.

A categoria “classes e grupos subalternos” para Gramsci é uma categoria histórica e política, ligada à necessidade do estabelecimento da aliança entre proletariado e camponeses para o êxito da luta revolucionária na Itália, e que tem sua origem nos escritos do período pré-carcerário, mas que toma a forma definitiva ao longo dos *Cadernos*, recebendo uma maior atenção nas últimas décadas, muitas vezes com um uso contrário ao pensamento de seu pensamento.

Neste capítulo, analisamos o Caderno 25, *Às margens da história*. (História dos grupos sociais subalternos), destacando algumas reflexões sobre uma historiografia das classes e grupos sociais subalternos. Abordamos também os usos dessa categoria nos *Cadernos do Cárcere*, explicitando sua relevância para seu pensamento e para sua proposta revolucionária, e ainda as principais discussões acerca dessa categoria pela tradição gramsciana.

4.1. As classes e grupos subalternos à margem da história: o Caderno 25

O período de 1933 a abril de 1935 é a última fase da produção intelectual de Antonio Gramsci, quando ele se encontrava na clínica de Formia, período em que redige 12 cadernos¹⁰⁴: as condições de saúde de Gramsci têm reflexos no ritmo e na sua produção.

Em 1934, Gramsci inicia o Caderno 25 dedicado exclusivamente aos subalternos intitulado *À margem da história (História dos grupos sociais subalternos)*, composto por 8 notas¹⁰⁵, onde ele agrupa somente uma parte das notas escritas com o título “História das classes subalternas (ou similares)”, algumas notas bibliográficas e notas que não fazem menção às classes ou grupos subalternos em seu título, mas que tratavam desta temática¹⁰⁶.

O Caderno 25 é o único dos Cadernos Especiais cujo tema não aparece entre os argumentos anunciados por Gramsci em seu plano de estudos da primeira página do Caderno 1¹⁰⁷, ou ainda nos argumentos elencados no Caderno 8¹⁰⁸, indicando que Gramsci havia reconhecido mais tarde no curso de seu trabalho a importância do estudo das características específicas da subalternidade na ordem social e política (BUTTIGIEG, 2009).

Entendemos que o objetivo desse caderno para Gramsci não era sistematizar uma teoria da subalternidade, mas indicar os critérios que devem ser adotados para uma história

¹⁰⁴ Os Cadernos especiais são: “Risorgimento italiano” (Cad. 19), “Ação Católica” (Cad. 20), “Problemas da cultura nacional italiana” (Cad. 21), “Americanismo e fordismo” (Cad. 22), “Crítica literária” (Cad. 23), “Jornalismo” (Cad. 24), “História dos grupos sociais subalternos” (Cad. 25), “Temas de cultura 2” (Cad. 26), “Folclore” (Cad. 27), “Lorianismo” (Cad. 28), “Gramática” (Cad. 29).

¹⁰⁵ §1 David Lazaretti; §2 Critérios metodológicos; §3 Adriano Tilgher, *Homo faber. Storia del concetto del lavoro nella civiltà occidentale*; §4 Algumas notas gerais sobre o desenvolvimento histórico dos grupos sociais subalternos na Idade Média e em Roma; §5 Critérios de método; §6 Os escravos em Roma; §7 Fontes indiretas. As “utopias” e os chamados “romances filosóficos”; §8 Cientificismo e sequelas do baixo romantismo.

¹⁰⁶ O Caderno 25 reproduz com alguma ampliação 13 notas dos Cadernos anteriores: duas notas do Cad. 1, dez notas do Cad. 3 (1930) e uma nota do Cad. 9 (primavera de 1932).

¹⁰⁷ 1) Teoria da história e da historiografia; 2) Desenvolvimento da burguesia italiana até 1870; 3) Formação dos grupos intelectuais italianos: desenvolvimento, atitudes; 4) A literatura popular dos romances de folhetim e as razões de sua permanente influência; 5) Cavalcante Cavalcanti: a sua posição na estrutura e na arte da *Divina Comédia*; 6) Origens e desenvolvimento da Ação Católica na Itália e na Europa; O contexto de folclore; 8) Experiências da vida no cárcere; 9) A “questão meridional” e a questão das ilhas; 10) Observações sobre a população italiana: sua composição, função da emigração; 11) Americanismo e fordismo; 12) A questão da língua na Itália: Manzoni e G.I. Ascoli; 13) O senso comum; 14) Tipos de revista: teórica, crítico-histórica, de cultura geral (divulgação); 15) Neogramáticos e neolinguistas (“essa mesa redonda é quadrada”); 16) Os filhotes de Padre Bresciani (GRAMSCI, 2011a:78).

¹⁰⁸ 1º Intelectuais. Questões escolares; 2º Maquiavel; 3º Noções enciclopédicas e temas de cultura; 4º Introdução ao estudo da filosofia e notas críticas a um ensaio popular de sociologia; 5º História da Ação Católica. Católicos integristas – jesuíta – modernistas; 6º Miscelânea de notas variadas de erudição (Passado e presente); 7º Risorgimento italiano (no sentido da *Età Del Risorgimento italiano* de Omodeo, mas insistindo sobre os motivos mais estritamente italianos); 8º Os filhotes do Padre Bresciani. A literatura popular (Notas de Literatura); 9º Lorianismo; 10º Apontamentos sobre jornalismo (GRAMSCI, 2011a:80).

das classes e grupos subalternos, ao mesmo tempo exemplificar através de registros existentes a história das classes e grupos subalternos.

As notas presentes no Caderno 25 foram agrupadas em dois grandes blocos¹⁰⁹: o método e a metodologia para uma história das classes e grupos subalternos (§2 e §5) e Fontes para uma história dos grupos sociais subalternos (§1, §4, §6, e §7).

Gramsci inicia o §2¹¹⁰ do Cad. 25 (Critérios metodológicos) afirmando que “a história dos grupos subalternos é necessariamente desagregada e episódica” (GRAMSCI, 2011d:135). A desagregação não diz respeito apenas aos aspectos relacionados à sua história, mas se constitui em um dos elementos distintivos destes grupos, como observado no ensaio de 1926 (Alguns temas da questão meridional), no qual define o Mezzogiorno como “uma grande desagregação social”, composta de uma “grande massa camponesa amorfa e desagregada” (GRAMSCI, 2004b:423). Para Gramsci, a falta de coesão e de organização tornava os subalternos politicamente impotentes e suas rebeliões eram destinadas a falir, pois eram “incapazes de dar uma expressão centralizada as suas aspirações e as suas necessidades” (Idem).

Nos *Cadernos do Cárcere*, conceito de desagregação como uma característica dos camponeses meridionais é ampliada para as classes e grupos subalternos, transformando-se em uma questão nacional, extrapolando o âmbito e os limites territoriais da questão meridional.

Em que pese a desagregação ser uma das características da história das classes subalternas, para Gramsci existe “na atividade histórica destes grupos uma tendência a unificação mesmo em plano provisório” (GRAMSCI, 2011d:135), o que pode ser observado pelos movimentos e revoltas espontâneas dos grupos subalternos. No entanto, esta tendência à unificação “é sempre é rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso” (Idem).

¹⁰⁹ O §3 do Cad. 25 traz indicação bibliográfica do livro de Adriano Tilgher, *Homo faber. Storia del concetto del lavoro nella civiltà occidentale*, §8 (Cientificismo e sequelas do baixo romantismo) Gramsci apresenta alguns questionamentos sobre a tendência da sociologia da esquerda, na Itália, para ocupar-se intensamente do problema da criminalidade, questionando se esta tendência da esquerda estava ligada a uma adesão a Lombroso, se se tratava de uma sequela do baixo romantismo, ou ainda se isto estaria ligado ao fato do grande número de crimes de sangue existentes na Itália (GRAMSCI, 2004b).

¹¹⁰ O Cad. 25 §2 é uma compilação do Cad. 3 §14 (História da classe dominante e história das classes subalternas) de 1930.

Mesmo quando se rebelam e insurgem, “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes” (Ibidem), por isso, “só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta” (Ibidem).

Por isso, segundo Gramsci, “todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral” (GRAMSCI, 2011d:135-136), mas tal história somente pode ser trabalhada através de monografias, e cada uma delas demandando um acúmulo muito grande de materiais, estes que são difíceis de serem recolhidos, uma vez que as classes subalternas não deixam traços de sua história.

Liguori (2012) observa que Gramsci instaura neste parágrafo um forte nexos entre reconhecimento histórico, teoria e política relacionado às classes subalternas, por isso “é importante saber que as classes subalternas se rebelam” (LIGUORI, 2012:38) (Tradução minha). Para ele, “Gramsci valoriza um núcleo restrito de autonomia, por saber que “sozinho não basta”, somente a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente a subordinação (Idem).

Mondonesi (2010) destaca que na afirmação de Gramsci acerca da influência dos grupos dominantes sobre os grupos subalternos, mesmo quando estes se rebelam revela-se a “imposição violenta e assimilação da subordinação, ou seja, a internalização dos valores propostos por aqueles que dominam ou conduzem moral e intelectualmente o processo histórico” (MONDONESI, 2010:33) (Tradução minha). Para o autor, “os sujeitos reais são subalternos até na rebelião” (Idem), sua autonomia se encontra nas fronteiras da dominação.

Mondonesi (2010) observa ainda que, ao retomar a nota 14 do Cad. 3, que compõe o Cad. 25 §2, Gramsci reforça a ideia de subordinação nesta nova redação, incorporando a noção de quebra e rompimento, ou seja, “a derrota ou a vitória como momentos últimos e definitivos do conflito entendido como processo” (MONDONESI, 2010:33) (Tradução minha). Esta análise indica que Gramsci pensou até as últimas notas dos Cadernos na “revolução como acontecimento político e não somente sócio-cultural e o enfrentamento militar como um momento e forma específica e determinada de conflito” (Idem).

As noções de quebra e rompimento, portanto, “reforçam o peso da subalternidade, na medida em que Gramsci absolutiza as amarras da subordinação que havia estabelecido em

1930 com a inclusão na segunda elaboração dos termos: “*continuamente*” e “*sempre*”, “*inclusive* quando parecem triunfantes” (MONDONESI, 2010:33) (Grifos do autor) (Tradução minha).

Gramsci inicia o §5¹¹¹ (Critérios de método) contrapondo a categoria classes e grupos subalternos às classes dirigentes e dominantes, ao Estado e à Sociedade Civil. Gramsci evidencia a importância de o historiador integral pautar sua análise a partir da premissa que “a unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados” (GRAMSCI, 2011d:139).

Esta unidade histórica não é meramente jurídica e política, apesar de esta forma ter sua importância, pois “a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil” (Idem).

Gramsci ressalta a desagregação das classes subalternas, as quais não podem se unificar enquanto não se fizerem Estado: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da sociedade civil e, por esse caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados”¹¹² (GRAMSCI, 2011d:139-140).

Por sua vez, Mondonesi (2010) observa que diferentemente das concepções liberais, Gramsci “situa hierarquicamente as classes subalternas na periferia da sociedade civil, ou seja, como partes integrantes, porém não totalmente integradas, da relação de dominação que ali se gesta, integrantes, porém subordinados e desagregados” (MONDONESI, 2010:35).

Gramsci prossegue esta nota apontando para seis pontos que devem ser estudados:¹¹³

¹¹¹ Gramsci compila com algumas alterações o § 90 do Cad. 3 (História das classes subalternas) redigido em 1930.

¹¹² Liguori (2011) comenta esta passagem, afirmando que para Gramsci “as classes são subalternas também porque não se ‘fazem Estado’” (LIGUORI, 2011:38) (Tradução minha), argumentando que esta é uma prova de que Gramsci não era o teórico da sociedade civil, como apontado por algumas leituras equivocadas de seu pensamento, pois “se permanece ao nível da sociedade civil, permanece subalterno. Quem não consegue elaborar uma proposta de reorganização de inteira campanha nacional, que é enfim uma nova proposta de Estado, não consegue lançar o desafio da hegemonia” (Idem), de modo que a partir da teoria gramsciana de Estado integral, “permanecer ao nível da sociedade civil é sinal de subalternidade política e cultural” (Ibidem).

¹¹³ Green exemplifica as fases apontadas por Gramsci do seguinte modo: 1) “Mudança da esfera econômica – relação de propriedade, altera a organização da sociedade – colocando um grupo social em uma posição subordinada; 2) O grupo subalterno adere (ativa ou passivamente) à nova formação política dominante, ainda tenta influenciar as novas formações com suas reivindicações; 3) Os grupos sociais dominantes criam novos partidos ou programas de governo para manter o controle sobre os grupos subalternos; 4) Os grupos subalternos levam em conta que as novas formações sociais, novos partidos e novas instituições não levam em conta suas necessidades e, enfim, constituem suas próprias organizações como os sindicatos; 5) O grupo subalterno organiza uma formação política que representa os seus interesses e exprime a sua autonomia e a sua vontade de participar no contexto político instituído (ex. partidos políticos que operam dentro do quadro

- 1) A formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir dos grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo.
- 2) Sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renovamento ou de nova formulação.
- 3) O nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos.
- 4) As formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial.
- 5) As novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros.
- 6) As formações que afirmam a autonomia integral, etc. (GRAMSCI, 2011d:140)

Segundo Gramsci, a estas fases podem ser acrescidas outras com fases intermediárias ou com combinações de várias fases.

Observamos diversas interpretações sobre tais pontos, entre as quais destacamos BARATTA (2011); MONDONESI (2010); BUTTIGIEG (1999); SIMIONATTO (2009); GREEN (2007), que se assemelham no entendimento da importância do estudo de tais pontos como um processo de conquista da hegemonia através do desenvolvimento da autonomia das classes e grupos subalternos.

Para Baratta (2007), o “etc.” no ponto 6 abre a possibilidade de outros níveis e outras fases, em que a autonomia indica a passagem entre a subalternidade e uma nova hegemonia-dominância, ou seja, a “autonomia é a condição para empreender uma luta pela hegemonia” (BARATTA, 2011:132) (Tradução minha).

Mondonesi (2010) se refere aos seis pontos como uma “tipologia processual” MONDONESI (2010:35) (Tradução minha), que segundo o autor, “parte da existência material dos subalternos, passa por distintas possibilidades e modalidades de afirmação de consciência por meio de avanços em sua autonomia” (Idem).

político institucional). 6) O grupo subalterno compreende que os próprios interesses não serão satisfeitos dentro do atual sistema sociopolítico e enfim organiza uma própria formação social e política que ao fim substituirá aquela existente (ex. partido revolucionário que tente transformar o Estado e as relações sociais a algo correlato) (GREEN, 2007:210) (Tradução minha)

Para Buttigieg (1999), os seis pontos “representam as fases que os grupos subalternos devem superar para chegarem a compreender que devem ter sua própria organização, articulada a sua própria posição (ao invés de deixar que outros falem em seu nome), saindo da mentalidade corporativa e crescerem a fim de tornarem-se ao menos potencialmente Estado” (BUTTIGIEG, 1999:36) (Tradução minha).

Para Green (2007), estas fases constituem os estados de desenvolvimento de qualquer grupo subalterno, de uma “primitiva” condição de subordinação a autonomia (GREEN, 2007:210) (Tradução minha), representando o “processo sequencial com o qual um grupo subalterno se desenvolve e se transforma em um grupo social dominante ou, em outros casos, estão presos na sua escalada ao poder dos grupos sociais ou das forças políticas dominantes (Idem).

O que importa reter no estudo desses seis pontos é que a subalternidade, para Gramsci, não é um processo homogêneo e se diferencia por níveis que se articulam pelo grau de desenvolvimento dos próprios grupos subalternos, pois alguns podem ter alcançado um nível significativo de organização, mas a outros falta coesão, de modo que entre os grupos podem existir vários níveis de subalternidade

Cabe ressaltar também que essas características já eram observadas por Gramsci no Cad. 3 §48, quando afirma que no interior dos próprios grupos sociais subalternos existem “os elementos mais marginais e periféricos desta classe” (GRAMSCI, 2011c:194), destacando que um exame das revoluções do passado poderia revelar que “as classes subalternas eram numerosas e hierarquizadas pela posição econômica e pela homogeneidade” (GRAMSCI, 2011c: 198).

Desse modo, o indicador da existência objetiva das classes subalternas, bem como sua autoconsciência política que se manifesta em diversos níveis de politização e organização, podem ser estudados em diferentes momentos singulares e históricos, no entanto, esta diferenciação tem reflexos na dificuldade de se estudar os grupos menos desenvolvidos “que não adquiriram consciência de classe ‘para si’ e que por isso não suspeitam que a sua história possa ter qualquer importância e que tenha algum valor deixar traços documentais dela”¹¹⁴

¹¹⁴ A falta de indícios documentais dos grupos menos organizados pode ser exemplificada comparando um grupo de trabalhadores agrícolas desorganizados, cujo desenvolvimento em geral será mais difícil de ser reconstruído, do que um grupo de trabalhadores sindicalizados ou de um partido político de proletários urbanos (GREEN, 2007).

(GRAMSCI, 2011c:194). Este grupo a que poderíamos nos referir como “os subalternos dos subalternos” não é menosprezado por Gramsci, uma vez que ele próprio afirma que “os movimentos ‘espontâneos’ dos estratos populares mais amplos tornaram possível o advento ao poder das classes subalternas mais avançadas, em razão do enfraquecimento do Estado” (GRAMSCI, 2011c: 198).

Segundo Mondonesi (2010), Gramsci pensava na graduação ou níveis de subalternidade em termos de “convergência e unificação subjetiva em função tanto do lugar que corresponde aos subalternos na relação de dominação como de margem de manobra” (MONDONESI, 2010:32-33) (Tradução minha). Nesse sentido, para o autor “o conceito de subordinação é construído tentando assim compreender tanto a subjetividade específica e seu potencial de transformação através da consciência e da ação política” (Idem).

A partir dessas reflexões, desvela-se por que Gramsci usa a categoria classes ou grupos subalternos sempre no plural, pois não é possível metodologicamente, muito menos politicamente, se referir a elas como um bloco homogêneo e muito menos uniforme.

Gramsci prossegue a nota afirmando que o desenvolvimento da autonomia integral a partir das fases mais primitivas deve ser o caminho a ser observado pelo historiador, por isso deve observar toda manifestação do espírito de cisão¹¹⁵ (GRAMSCI, 2011d:140).

Gramsci explicita a complexidade da história dos partidos dos grupos subalternos, que deve “incluir todas as repercussões das atividades de partido em toda a área dos grupos subalternos em seu conjunto e nos comportamentos dos grupos dominantes” (GRAMSCI, 2011d:140), e também “as repercussões das atividades dos grupos dominantes – bem mais eficazes, porque sustentadas pelo Estado – sobre os subalternos e seus partidos” (Idem).

Gramsci retoma a distinção entre os níveis de subalternidade e observa que um grupo subalterno exercerá ou tenderá a exercer uma certa hegemonia sobre outro grupo através de um partido. Para esta distinção, é necessário estudar “o desenvolvimento de todos os outros

¹¹⁵ Para Gramsci, este complexo formidável de trincheira e fortificações da classe dominante deve ser contraposto pelas classes subalternas através do espírito de cisão, ou seja, a tomada de consciência de sua personalidade histórica, esta que deve alargar-se da classe protagonista (proletariado industrial) para as classes aliadas, o que exige um complexo trabalho ideológico e apontando para a política da frente única. Nas palavras de Gramsci: “o espírito de exceção, isto é, a progressiva aquisição da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a alargar-se da classe protagonista a classes aliadas potenciais: tudo isto exige um complexo trabalho ideológico” (GRAMSCI, 2011b:79).

partidos, por incluírem elementos do grupo hegemônico ou dos outros grupos subalternos que sofrem tal hegemonia” (GRAMSCI, 2011d:140).

O estudo das forças inovadoras italianas que guiaram o Risorgimento Italiano é analisado por Gramsci para compreender o processo através do qual um grupo subalterno tornou-se grupo dirigente e dominante, pois por meio dessa análise pode-se construir muitas leis de investigação histórica.

Essas forças que tomaram o poder e se unificaram no Estado lutaram com outras forças, e ajudadas por aliados, mas para tornarem-se Estado, era necessário subordinar ou eliminar as primeiras e obter o consenso ativo ou passivo das demais forças, ou seja, tornando-se desse modo hegemônica (GRAMSCI, 2011d).

Assim, para o estudo do desenvolvimento dessas forças inovadoras do Risorgimento¹¹⁶, e sua passagem de grupos subalternos para grupos dirigentes e dominantes como fases necessárias para se unificarem no Estado, se “deve investigar e identificar as fases através das quais elas adquiriram a autonomia em relação aos inimigos a abater e a adesão dos grupos que as ajudaram ativa ou passivamente” (GRAMSCI, 2011d:140-141).

O grau de consciência histórico-político que as forças inovadoras do Risorgimento Italiano chegaram em suas várias fases, compreendendo o processo em sua totalidade, não deve ser medido “apenas com aquele de sua separação das forças anteriormente dominantes”, normalmente este é o critério utilizado, tendo-se apenas uma história unilateral” (GRAMSCI, 2011d:141).

A questão dos inimigos e da adesão dos grupos que contribuem passiva ou ativamente, utilizado como parâmetro, é para Gramsci um ponto fundamental e uma das causas das

¹¹⁶ Este ponto é aprofundado por Gramsci no Cad. 1 (§44), ponto de partida para sua elaboração do conceito de hegemonia, onde Gramsci questiona por que os moderados estavam em uma posição que lhes permitiu ascender ao poder depois do Risorgimento, e quais foram as causas da derrota do Partido da Ação, chegando a quatro conclusões, úteis para identificar o núcleo da estratégia político-cultural que o seu partido deveria adotar para poder guiar com sucesso todos os grupos sociais subalternos na luta pela hegemonia “A) Os moderados eram ligados organicamente à classe que representavam e eram a sua vanguarda intelectual; B) Até antes de conquistar o poder de governo, os moderados alcançaram a “hegemonia política”, colocando-se como líderes das classes aliadas, atraindo outros intelectuais de estratos diversos no campo da educação e da administração – obtendo este resultado sobre o terreno da sociedade civil; C) O partido da Ação faliu nessa construção de ligação orgânica com os grupos sociais que se mantinham representantes, e no fato de que “não se apoiavam especificamente a nenhuma classe histórica”, nem foi um grau de articulação de maneira satisfatória as aspirações das massas populares e, de modo particular, dos camponeses; D) Logo ao assumir o papel de direção, os “orgânicos dirigentes (do Partido da Ação) em última análise se compunham segundo os interesses dos moderados – um outro modo para dizer que ao Partido da ação faltava “o espírito de exceção” e, por este aspecto, assemelhava ao grupo subalterno que “sofriam (...) a iniciativa dos grupos dominantes” (BUTTIGIEG, 2009:829) (Tradução minha).

difficultades para fazer “a história dos grupos sociais subalternos e, portanto, a história pura e simples (passada) dos Estados” (Idem).

Como observamos, nestas duas importantes notas do Cad.25, Gramsci propõe a um método para a elaboração de uma história das classes e grupos subalternos pelo historiador integral e os critérios metodológicos para a sua realização. As demais notas a seguir apresentadas por ele não se limitam a tratar a história da luta dos grupos subalternos que se tornaram hegemônicos, mas seu interesse se estende à história da luta subalterna da antiguidade ao presente.

Para Gramsci, a história é escrita do ponto de vista dos vencedores, e raramente registra a história dos grupos subalternos, por isso seu alerta para o historiador integral de que todo traço de iniciativa e autonomia dos grupos subalterno deve ser de valor inestimável.

É imbuído deste princípio que Gramsci apresenta no Caderno 25 quatro notas que tratam da história dos grupos subalternos, a partir de fontes diretas e indiretas, sendo elas o §1 sobre David Lazzaretti e o movimento lazzaretista; o §4 sobre o desenvolvimento dos grupos sociais subalternos na Idade Média e em Roma, que entre outros diz respeito ao crescimento grupos subalternos nas Comunas medievais, o §6 sobre os Escravos em Roma (Cad.25 §6) e o §7 Fontes Indiretas: Utopias e Romances filosóficos.

Na abertura do Caderno 25, de 1934, Gramsci coloca duas notas escritas em primeira elaboração no Caderno 3 (de 1930), que tratam de notícias recolhidas no final dos anos 1920 e escolhe abrir o caderno com uma nota sobre David Lazzaretti e o movimento lazzaretista na Itália de 1800 (LIGUORI, 2011).

David Lazzaretti, nascido em 1834, foi o líder de uma “espécie de seita popular herética, com uma ideologia densa de elementos religioso-proféticos” (LIGUORI, 2012:35) (Tradução minha) no Monte Amiata, na Toscana. Tendo como base “confusos elementos visionários e supersticiosos” (Idem), preocupou o Estado Italiano e a Igreja Católica com suas afirmações de querer instaurar a República, e em 1878 foi fuzilado pelo exército real italiano.

O interesse de Gramsci não era somente sobre o movimento político de Lazzaretti, mas principalmente o modo como o movimento foi interpretado e representado pelos intelectuais italianos, pois “Lazzaretti e seu movimento representam a tentativa de um grupo

subalterno de constituir um novo Estado e uma nova concepção de mundo baseado sobre vários princípios religiosos, políticos e econômicos” (GREEN, 2007:217) (Tradução minha).

Gramsci critica a interpretação dada ao movimento lazzaretista e seu protagonista por dois importantes pensadores da época – Cesare Lombroso¹¹⁷ e Giacomo Barzellotti¹¹⁸ – e demonstra como os movimentos revolucionários eram tratados e abordados.

Para Lombroso, a criminalidade é determinada em nível biológico e considerava Lazzaretti um louco psicologicamente anormal, não um expoente de um grupo marginalizado. Para Gramsci, Lombroso é um positivista que, em vez de estudar as origens dos acontecimentos coletivos e sua difusão, como de costume na época isolava o protagonista e fazia apenas uma biografia patológica: “para uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo bárbaro ou patológico” (GRAMSCI, 2011d:131).

Barzellotti, ao contrário, considerava o lazzarismo como um movimento exclusivamente místico e não político. Esta análise para Gramsci não levava em conta as condições socioeconômicas, políticas e históricas, ocultando “as causas do mal-estar geral que existia na Itália depois de 1870, dando, para cada episódio de explosão deste mal-estar, explicações restritivas, individuais, folclóricas, patológicas, etc.” (GRAMSCI, 2011d:131-132).

A desqualificação das rebeliões e revoltas dos grupos subalternos para esconder o mal-estar social, econômico e político é observado por Buttigieg (2009), que ressalta a tendência de colocar os subalternos na “periferia da cultura e da política, classificando-os como bizarros, desequilibrados, atípicos, mera curiosidade” (BUTTIGIEG, 2009:830) (Tradução minha). Para Buttigieg (2009), esta nota coloca em realce uma das teses centrais de Gramsci: “a cultura dominante marginaliza os grupos sociais subalternos, cancelando o significado político e histórico dos seus pensamentos e das suas ações” (BUTTIGIEG, 2009:289)

¹¹⁷ Lombroso nasceu numa abastada família de Verona e formou-se em Medicina em 1858, partindo depois para Viena, onde aperfeiçoa seus conhecimentos, alinhando-se com o pensamento positivista. Lombroso se interessou pelo estudo sobre a loucura. Suas observações voltaram-se para a antropologia, quando passa a analisar as possíveis influências do meio sobre a mente. Dirige o manicômio de Pádua de 1871 a 1876, ano em que é aprovado para a cadeira de Higiene e Medicina Legal da Universidade de Turim. Em 1876, publicou sua primeira obra sobre criminologia: *O homem delinquente*. Suas obras abrangem diversas áreas como antropologia, sociologia criminal, psicologia, criminologia, filosofia e medicina. Os estudos por ele realizados ficaram conhecidos como antropologia criminal.

¹¹⁸ Historiador da filosofia italiano, nascido em Firenze em 1844, professor de filosofia, se interessou especialmente pela história da psicologia artística e religiosa. Suas principais obras foram: *A moral da filosofia positivista* (1871); *A nova escola de Kant e a filosofia científica contemporânea na Alemanha* (1880); *Davide Lazzaretti* (1885); *Do Renascimento ao Rissorgimento* (1909).

(Tradução minha). Nesse sentido, o autor observa ainda como uma das mais significativas intuições de Gramsci a percepção de que a maior dificuldade enfrentada pelos grupos subalternos para a conquista da hegemonia “é encontrar um caminho para serem escutados” (Idem).

No §4¹¹⁹ (Algumas notas gerais sobre o desenvolvimento histórico dos grupos sociais subalternos na Idade média e em Roma), Gramsci descreve o desenvolvimento das comunas medievais, citando o artigo de Ettore Ciccotti (Elementi di “verità” e di “certeza” nella tradizione storica romana).

Referenciando-se na formação das “Sociedades de Armas”¹²⁰, Gramsci aponta para a sua organização, que passaram a valer com o tempo além do âmbito dessas sociedades, sendo absorvidas na estrutura das Comunas italianas. À medida que este movimento se consolida, extrapola os limites e a forma dessas sociedades, criando uma organização paralela e que por vezes entrará em choque com a organização comunal¹²¹ (oficial). Este exemplo histórico ilustra de que modo um grupo subalterno no século XII pôde se tornar dominante e chegar ao poder.

Após apresentar o exemplo do desenvolvimento das “Sociedades de Armas”, Gramsci afirma que a maioria dos problemas da história romana analisados por Ciccotti se referem a eventos e instituições dos grupos sociais subalternos. Este método da analogia utilizado por ele “pode dar alguns resultados indiciários”, no entanto, Gramsci faz a crítica ao método da analogia, uma vez que não permite aprender a falta de autonomia dos grupos subalternos, suas iniciativas defensivas que estão submetidas às leis próprias de necessidade, deste modo, são mais simples e politicamente mais restritas em relação às leis de necessidade histórica, “que dirigem e condicionam as iniciativas das classes dominantes (GRAMSCI, 2011d:138).

¹¹⁹ O §4 do Cad. 25 é uma compilação de dois parágrafos do Cad. 3 de 1930, §16 (Desenvolvimento político das classes populares nas Comunas medievais) e §18 (História das classes subalternas).

¹²⁰ “As guerras recíprocas entre as Comunas estimularam a formação de grupos e de partidos. Os homens do povo tomavam consciência de sua força no armamento e na organização militar, a solidariedade permanecia até mesmo na paz para a prestação de serviços e para a obtenção de seus próprios fins, resultando nas “Sociedades de Armas” (em Bolonha por volta de 1230). Além de sua função política de defesa externa da Comuna, as sociedades tinham como fim assegurar a cada homem do povo a proteção necessária contra as agressões dos nobres e dos poderosos” (GRAMSCI, 2011d: 136).

¹²¹ “Quando o povo não consegue das autoridades comunais as reformas pretendidas, faz a secessão com o apoio dos homens eminentes da Comuna e, constituído em assembleias independentes, começa a criar magistraturas próprias à imagem das magistraturas gerais da Comuna, a atribuir jurisdição ao Capitão do Povo e a deliberar por autoridade própria, dando início (a partir de 1255) a toda uma obra legislativa. (...) O povo consegue, primeiro praticamente e depois também formalmente, introduzir nos estatutos gerais da Comuna disposições que, antes, só se aplicavam aos membros do “Povo” e era de uso interno. O povo chega em seguida a dominar a Comuna, submetendo a classe dominante precedente, como em Siena depois de 1270, em Bolonha com as Ordenações “Sagradas” e “Sagradíssimas”, em Florença com as “Ordenações de Justiça” (GRAMSCI, 2011d:137-138).

Gramsci analisa a questão dos escravos na antiguidade em relação ao grupo dominante, observando a origem diversa dos grupos subalternos, que são de outras raças (cultura e religião) ou mesmo uma mistura de raças. Observa ainda a importância das mulheres na história romana, que se assemelha à história dos grupos subalternos. No entanto, o machismo somente até certo ponto pode ser comparado com uma dominação de classe, tendo mais importância para a história dos costumes do que para a história política e social.

O método da analogia histórica como critério de interpretação apresenta para Gramsci alguns perigos, pois a centralização político-territorial e social era mínima no Estado antigo e medieval, sendo o Estado um “bloco mecânico de grupos sociais” (Gramsci, 2011d:138).

Para Gramsci, “o Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante” (Idem), abolindo algumas autonomias que renascem na forma “de partidos, sindicatos, associações de cultura (Ibidem). As ditaduras modernas “abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna “totalitária” (Ibidem).

No §6¹²² (Os escravos em Roma), Gramsci aborda a questão dos “escravos que se revoltaram com Espártaco, eram prisioneiros de guerra cimbricos: estes revoltosos foram aniquilados” (GRAMSCI, 2011d:141). Gramsci também comenta a proposta feita por um senador de Roma, para que os escravos tivessem roupas que os diferenciavam do resto da população. o Senado foi contra devido ao medo de que “os escravos se tornassem perigosos ao se darem conta de seu grande número” (GRAMSCI, 2011d:142). Nesse episódio, para ele “estão contidas as razões político-psicológicas que determinam uma série de manifestações públicas” (Idem) que apontam para a questão da relação, identificação dos subalternos entre si, enquanto elemento de identidade e reconhecimento, como “as procissões religiosas, as passeatas, as assembleias populares, as paradas de todo o tipo e também, em parte, as eleições (...) e os plebiscitos” (Ibidem).

¹²² Esta nota é uma compilação e ampliação feita por Gramsci de dois parágrafos do Cad. 3 de 1930, §98 (Espártaco) e §99 (A lei do número).

No §7¹²³ do Cad. 25 (Fontes Indiretas. As “utopias” e os “romances filosóficos”), Gramsci analisa a produção literária da época chamada de “utopias” e os romances filosóficos. Em que pese estes terem sido estudados para a história do desenvolvimento da crítica política, seu aspecto mais interessante consiste no fato de que eles refletem “inconscientemente as aspirações elementares e profundas dos grupos sociais subalternos, inclusive os mais baixos, ainda que através do cérebro de intelectuais dominados por outras preocupações” (GRAMSCI, 2011d:142).

É importante observar que para Gramsci a publicação deste tipo de literatura coincidia com determinados períodos históricos, que apresentavam sintomas de profundas perturbações sociais, e uma parte dessa literatura expressa os interesses dos grupos dominantes, tendo por isso um caráter retrogrado e reacionário.

Os livros denominados de “utopias” e “romances filosóficos”¹²⁴ eram “livros que atribuem a países longínquos e pouco conhecidos, mas existentes, determinados costumes e instituições que se querem contrapor aos do próprio país” (GRAMSCI, 2011d:142). Para Gramsci, alguns intelectuais “tentaram encontrar, através das utopias, uma solução para uma série de problemas vitais dos humildes, ou seja, tentaram um nexos entre intelectuais e povo (Idem).

Gramsci afirma que a obra de Shakespeare pode ser considerada uma fonte, um documento indireto do “modo de pensar do homem do povo de sua época” (GRAMSCI, 2011:145), pois ele não expressa nenhuma simpatia com o povo, com os trabalhadores: “Shakespeare estava claramente ao lado das classes altas e apresentava as pessoas comuns de “modo depreciativo ou repugnante” (GRAMSCI, 2011e:121).

Esta representação do “povo como humildes e os nobres como iluminados era sintomático da posição dos intelectuais (...) que se dissociavam do povo com superioridade e paternalismo” (GREEN, 2007:219) (Tradução minha).

¹²³ Esta nota é uma compilação dos parágrafos do Cad. 3, §69 (Utopia e romances filosóficos), §71 (Utopia e romances históricos), §75 (Utopia e romances filosóficos) e §113 (Utopia).

¹²⁴ Gramsci apresenta uma relação de livros da época considerados como utopias e romances filosóficos, entre eles destacamos: *Utopia* de T. Morus; *Nova Atlântida* de Bacon; *As viagens de Gulliver*, de Swift. Para ele, inclusive, *O Príncipe de Maquiavel* pode ser considerado uma utopia.

A relevância da literatura para Gramsci e a sua crítica se funda no fato de que ela consolida posições subordinadas das classes e grupos subalternos na sociedade. A análise literária de Gramsci se concentra sobre a crítica cultural, política e social, e “tenta destruir aquela convicção (...) que são apresentadas como verdade, mas que na realidade são fruto de uma concepção de mundo ‘estreita e mesquinha’” (Ibidem). A crítica de Gramsci em relação à literatura que representa os subalternos como passivos, humildes, é importante, uma vez que demonstra como essas obras “consolidam de fato a situação dos subalternos, contribuindo para uma anterior subordinação” (Ibidem), colaborando para a formação do senso comum das massas, a ponto de que “estas não colocam em discussão aquelas opiniões e as aceitam não enquanto tais, mas como dados de fato” (Ibidem).

Os textos ou monografias, por sua vez, para Gramsci, descrevem os subalternos de modo mais disparatado, por isso o historiador deve compreender as implicações de tais representações como aspectos capazes de influenciar suas próprias opiniões, não devendo o historiador integral observar apenas os acontecimentos históricos relacionados aos subalternos, mas como estes são percebidos e representados nos documentos literários e históricos, uma vez que “os subalternos podem também ser representados como humildes, passivos, ou ignorantes, mas a sua experiência concreta de vida pode demonstrar o contrário” (GREEN, 2007:220). (Tradução minha)

O Caderno 25, dedicado à História dos grupos sociais subalternos, compõe os cadernos especiais, e é o único cujo tema não aparece elencado em seu plano inicial de estudos, o que demonstra a importância do tema para Gramsci ao longo da elaboração dos *Cadernos do Cárcere*.

Este estudo evidenciou que o objetivo deste Caderno para Gramsci era indicar os critérios de método e metodológicos a serem adotados e aplicados para a realização de uma história das classes e grupos subalternos.

Observamos que a desagregação e o caráter episódico da história das classes e grupos subalternos são os pontos de partida a serem considerados para a historiografia dessas classes e grupos.

Destacamos que contraposta à desagregação existe uma tendência à unificação das classes e grupos subalternos, mas que esta para Gramsci é sempre rompida pela classe

dominante, uma vez que a unidade das classes dirigentes acontece no Estado, e sua história é essencialmente a história do Estado. A relação entre as classes dirigentes e o Estado ou sociedade política e sociedade civil para Gramsci é uma relação orgânica, de modo que a desagregação das classes subalternas só pode ser superada quando estas se fizerem Estado.

Os seis pontos apresentados por Gramsci indicam que a subalternidade não é um processo homogêneo, mas se diferencia por níveis, que se articulam pelo grau de desenvolvimento de autonomia e organização como condições para luta pela hegemonia dos grupos subalternos, níveis estes que podem ser estudados em diferentes momentos singulares e históricos, por isso ressalta que o historiador integral deve observar cada manifestação do espírito de cisão a partir das fases mais primitivas do desenvolvimento da autonomia e organização dos grupos sociais subalternos.

Para Gramsci, um grupo subalterno pode, através do partido, exercer uma certa hegemonia sobre outro grupo, por isso a importância do estudo do desenvolvimento de todos os outros partidos por incluírem elementos do grupo hegemônico ou de outros grupos que sofrem tal hegemonia.

Segundo Gramsci, a história é escrita do ponto de vista dos vencedores e raramente registra a história dos grupos subalternos, por isso a importância em se fazer uma história das classes e grupos subalternos.

Nas notas sobre David Lazzaretti e o movimento lazzaretista, o desenvolvimento histórico dos grupos sociais subalternos na Idade Média e em Roma e os escravos em Roma, Gramsci apresenta a tentativa de grupos subalternos para conquistarem o poder.

Ressaltamos a relação entre os intelectuais e os grupos subalternos, pois como observado no caso de Lazzaretti e o movimento lazzaretista, as rebeliões dos subalternos são desqualificadas para encobrir o mal-estar social econômico e político, e através da análise das “Utopias” e “Romances Históricos” Gramsci demonstra como as expressões literárias da época consolidam posições subordinadas das classes e grupos subalternos na sociedade, contribuindo para a passividade, conformismo e resignação por meio da formação do senso comum dessas classes.

Destacamos ainda a importante distinção feita ao abordar a questão das mulheres na história romana, pois Gramsci afirma que esta tem mais importância para a história dos

costumes do que para a história política e social das classes e grupos subalternos, o que pode ser estendido para muitas análises e usos do termo feitos na atualidade.

Por fim, no §6 do Cad. 25, ao tratar dos escravos em Roma, é evidenciado por Gramsci a identificação e o próprio reconhecimento dos grupos subalternos entre si, o que pode fazer com que estes se deem conta da sua maioria, colocando em perigo a dominação exercida pelas classes dominantes.

4.2. Alguns elementos para uma historiografia das classes e grupos subalternos

Gramsci analisa os subalternos no seu específico contexto histórico, buscando rastrear provas de determinadas normas, tendências e dinâmicas destes grupos, por isso no Cad. 3 §48 afirma que é a tarefa do teórico incluir e considerar no âmbito de seus estudos novas provas específicas, e se estas não se adequarem a sua teoria, esta deve ser modificada, por isso a tarefa do teórico “é traduzir em linguagem teórica os elementos da vida histórica” (GRAMSCI, 2011c:198).

O historiador integral “não documenta somente os desenvolvimentos da história de qualquer modo positivista, mas deve compreender as implicações socioeconômicas, políticas e culturais deste desenvolvimento e do modo específico que estes eventos históricos se colocam frente ao mais amplo contexto sociopolítico” (GREEN, 2007:210) (Tradução minha). Seu objetivo deve ser “analisar os eventos específicos a fim de conceituar os processos de desenvolvimento histórico e compreender de que modo os processos se ligam às experiência de vida dos indivíduos” (Idem), por isso “a teoria da historiografia integral colhe a totalidade e a complexidade da estrutura econômica das formas da cultura popular que plasmam (...) a consciência das massas” (MORERA, apud GREEN, 2007:210) (Tradução minha).

É fundamental compreender de que modo as condições e relações do passado influenciam o desenvolvimento presente e futuro da experiência vivida pelos subalternos, ou seja: “como eles vieram à luz, como alguns sobrevivem às margens e como outros têm

conseguido ascender de uma posição social subordinada a uma dominante (GREEN, 2007:210) (Tradução minha).

Para Green (2007), Gramsci tem um triplo interesse com a categoria das classes e grupos subalternos: a construção de uma metodologia de historiografia subalterna, a elaboração de uma história das classes subalternas e a formulação de uma estratégia da transformação fundada sobre o desenvolvimento e sobre a existência dos subalternos.

Gramsci em sua análise sobre as classes e grupos subalternos considera a história, a política, a crítica literária e a prática cultural da sociedade na qual estava imerso, dedica-se ao estudo da origem dos subalternos, das relações sociopolíticas e históricas do nascimento destas classes, do poder político que elas detêm, da sua representação na história e na literatura, e, fundamentalmente, sua atenção se volta sobre o modo pelo qual estas classes e grupos podem superar a sua condição de subordinação.

Desse modo, a importância de se fazer a história de modo integral, levando em conta também e sobretudo a situação das massas subalternas, está ligada a um fim político e a uma convicção já expressa em 1923 em seu artigo “Que fazer?”, no qual Gramsci questiona os motivos da derrota da classe operária (Movimento dos Conselhos de Fábrica) e da ascensão do fascismo, questões estas respondidas de modo categórico ao afirmar que “não conhecemos a Itália (...) não existe uma história da classe operária italiana. Não existe uma história das classes camponesas, etc.” (GRAMSCI, 2004b:233).

Esta reflexão gramsciana ao nosso entender se constitui em um exemplo de que sua pesquisa não se restringe a um caráter sociológico, mas tinha um fim político, de orientação e direcionamento dos subalternos contra o capitalismo. Desse modo, ressalta que para o êxito da luta revolucionária “nos faltam instrumentos para conhecer a Itália, assim como realmente e enfim estamos na quase impossibilidade de fazer previsões, de orientar-nos, de estabelecer as linhas de ações (Idem).

Os estudos gramscianos desdobram-se em várias categorias, entre as quais se destaca a centralidade da categoria da hegemonia, ao redor da qual Gramsci tece um conjunto de reflexões, como a questão dos intelectuais, Revolução passiva, Estado ampliado, americanismo, sociedade civil. Entre elas, a noção de subalterno ocupa um lugar importante e “permite centrar a atenção aos aspectos subjetivos da subordinação em um contexto de

hegemonia” (MONDONESI, 2010:37) (Tradução minha), ou seja, “a experiência subalterna, na incorporação e aceitação relativa da relação de mando-obediência e, ao mesmo tempo, sua contrapartida de resistência e de negação permanente” (Idem).

A grande intuição e mérito de Gramsci, fundamentada principalmente no seu conceito de Estado ampliado, hegemonia, e o nexos estrutura e superestrutura, indicam como consequência política que “as teias da hegemonia não podem ser desmanteladas por um simples e repentino ato voluntarista”, mas para que a estratégia revolucionária tenha êxito, estas teias devem ser “reconhecidas e destecidas, paulatinamente, da mesma maneira como foram tecidas, no mesmo terreno subjetivo” (Ibidem), indicando dessa forma a exigência de apreensão da realidade, a elaboração de uma história das classes subalternas, de forma a iluminar as estratégias e táticas revolucionárias.

Os elementos de caracterização da subalternidade propostos por Gramsci, ao mesmo tempo em que esboçam uma teoria de conformação política em um contexto de dominação e hegemonia, remetem a uma reflexão voltada para a autonomia, por meio da qual os subalternos podem superar a subordinação. Nesse sentido, a subalternidade se constitui em um processo contraditório entre subordinação e resistência, “evitando a rigidez dos esquemas dualistas que apareceram na tradição marxista: consciência / falsa consciência, racionalidade / irracionalidade, espontaneidade / direção consciente, classe em si / classe para si” (MONDONESI, 2010:38) (Tradução minha)

Observamos uma ampliação do campo de análise de Gramsci para a subjetividade, incluindo a cultura popular, os mitos, o folclore e todas as expressões populares suscetíveis de serem objeto de disputa entre projetos conservadores ou transformadores que possibilitam análises historiográficas voltadas ao “rastreamento dos movimentos subalternos e aos processos de subjetivação interna e nas relações de dominação fundados na experiência de dominação e nas dinâmicas de conscientização que lhes correspondam” (Idem).

O conceito de subalternidade carrega ambiguidades e contradições, oscilações e combinações na relativa aceitação da dominação hegemônica e seu rechaço por meio da resistência, uma experiência combinada da espontaneidade e consciência, por isso o conceito de subalternidade tornando-se relevante para Gramsci e para sua teoria revolucionária no terreno historiográfico, histórico e político (MONDONESI, 2010).

Como observado para a realização de uma História das classes subalternas para Gramsci, o teórico deve rastrear as provas de determinadas normas, tendências e dinâmicas dos grupos subalternos em seu específico contexto histórico, compreendendo a totalidade dos processos que se ligam ao desenvolvimento da experiência de vida dos subalternos, e as implicações das condições do passado no seu desenvolvimento presente e futuro.

O interesse de Gramsci sobre a categoria das classes e grupos subalternos está ligado a sua estratégia revolucionária para a superação da subalternidade, por isso suas análises consideram a história, a política, a literatura e a cultura em busca da elaboração de uma história integral com um fim político.

Ressaltamos ainda a centralidade da categoria da hegemonia e da noção de subalterno que permitem centrar a atenção nos aspectos subjetivos relacionados à subordinação, assim como a resistência e a superação da subalternidade em um contexto de hegemonia na sociedade capitalista.

Por fim, as reflexões de Gramsci, principalmente o conceito de Estado ampliado, hegemonia e o nexos entre estrutura e superestrutura, evidenciam que sua estratégia revolucionária exige o reconhecimento dos processos de dominação e subalternização. Por isso, todas as expressões populares suscetíveis de serem objeto de disputa política possibilitam análises historiográficas para apreender esses processos e iluminar a estratégia para o seu enfrentamento, e a luta pela superação da subalternidade por meio da organização e da conquista da autonomia,

4.3. Os subalternos para Gramsci

O uso da categoria classes e grupos subalternos por Gramsci envolve certa polêmica que gira em torno da questão da censura carcerária à qual estava submetido. Em duas entrevistas, Spivak, do *Subaltern Studies*, afirma que Gramsci usou o termo subalterno nos *Cadernos* como sinônimo de proletariado, para driblar a censura carcerária (Spivak apud GREEN, 2007) (Tradução minha). Tal afirmação é refutada por Green (2007), pois Gramsci utiliza esta categoria em muitos outros contextos históricos, posição esta também defendida

por Mondonesi (2010), porque para ele Gramsci não deixou de usar a noção de classe proletária em outras notas.

Em relação à discussão sobre quem são os subalternos para Gramsci, Baratta (2007) destaca que o conceito de subalterno abarca tanto os proletários como os subproletários, sustentando que o campesinato ocupa um lugar intermediário na estratificação interna dos subalternos. Para Buttigieg (2009:827) (Tradução minha) esta categoria engloba muitos outros componentes da sociedade, do que a “classe operária” ou “proletariado”.

Para compreender quem são os subalternos ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, é necessário estabelecermos como ponto de partida a nota 48 do Cad. 3, onde Gramsci evidencia a diversidade e heterogeneidade deste grupo e os “elementos mais marginais e periféricos destas classes, que não alcançaram a consciência de classe para si” (GRAMSCI, 2011c:194), ou como aquele “grupo ainda subalterno, que não adquiriu ainda consciência de sua força e de suas possibilidades e modos de desenvolvimento e, por isso, não sabe sair da fase primitiva” (GRAMSCI, 2011c:47).

Outro ponto importante para esta análise pode ser observado na nota 90 do Cad. 3, escrita em 1930 e retomada em 1934, ao elaborar o Cad. 25 § 5, pois Gramsci ao compilar esta nota muda o título de História das classes subalternas, para critérios de método; passa a usar o termo grupos em substituição a classes. Esta alteração, a nosso ver, demonstra a importância para o autor em precisar que, além das classes subalternas (proletariado), existiam também os grupos, entre os quais destaca os camponeses, que também não eram homogêneos.

Gramsci no Cad. 9 §67, ao usar o termo classe subalterna, faz referência ao proletariado industrial, afirmando que “para o trabalhador individual ‘objetivo’ é o encontro das exigências de do desenvolvimento técnico com os interesses da classe dominante” (GRAMSCI, 2007:313), no entanto, este é um momento transitório, podendo esta conexão se dissolver, e a exigência técnica pode ser concebida como “algo unido ao interesse da classe ainda subalterna” (Idem). E prossegue afirmando que “tal processo é compreendido pela classe subalterna, que precisamente por isto não é mais subalterna, ou seja, demonstra que tende a sair de sua condição subordinada” (Ibidem).

No Cad.11 § 12, ao abordar o mecanicismo, Gramsci afirma que “quando o subalterno torna-se dirigente e responsável pela atividade econômica da massa (...) tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; (...) hoje sente-se responsável, já que não é mais resistente, mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor” (GRAMSCI, 2011a:106), o que indica para um uso do termo como um substantivo, “o sujeito ao qual se atribui a característica de ‘subalterno’ não é mais enfim uma classe ou um grupo social, tornou-se um sujeito singular (o Subalterno)” (LIGUORI, 2012:39) (Tradução minha).

O termo subalterno, mesmo se referindo a um sujeito singular, carrega um grande significado político para Gramsci. É o subalterno que ao tornar-se dirigente e responsável, torna-se uma pessoa histórica, um protagonista, iniciando o seu longo caminho para a superação da subalternidade e conquista da autonomia, mas que coerentemente com a concepção gramsciana, não pode ser alcançado de forma individual, devendo se inserir na luta política coletiva através da mediação do partido político até a conquista do Estado, e sua transformação.

Nas notas presentes no Caderno 25, o termo subalterno é usado em relação a “uma parte da população ‘desagregada politicamente’ e também culturalmente marginal que Gramsci denomina ‘à margem da história’” (LIGUORI, 2012:40) (Tradução minha), e apresenta os subalternos como escravos, camponeses, grupos religiosos, mulheres, raças diversas, proletariado e também a burguesia como um grupo subalterno que transformou a sua própria condição de subordinação, tornando-se classe dominante.

Cabe neste ponto observarmos que o título do Caderno é muito claro em seus objetivos, e mesmo a quem Gramsci irá se referir, ou seja: História dos grupos sociais subalternos, apontando para as diversas formas e níveis de subalternidades que se distinguem pelo seu nível de conscientização política e organização como expresso no §5 Critérios metodológicos.

No Cad. 27 §1, Gramsci define o povo como o “conjunto de classes subalternas e instrumentais” (GRAMSCI, 2011e:134), no entanto, se observarmos a nota 156 do Cad. 5, veremos que para Gramsci a noção de povo é ampla e complexa, pois ele afirma que o povo “não é uma coletividade homogênea de cultura, mas apresenta estratificações culturais numerosas, combinadas de maneiras variadas, que em sua pureza nem sempre podem ser identificadas em determinadas coletividades populares históricas (GRAMSCI, 2011e:181).

Outro uso do termo subalterno observado por Liguori (2012) se encontra em uma correspondência de 1933 de Gramsci para sua esposa Giulia. No entanto, para melhor compreensão, se faz necessário atentarmos para o contexto em que esta carta está inserida, pois o período de 1931 a 1933 é marcado por acontecimentos delicados referentes à sua relação com Giulia e seu universo familiar, o agravamento de sua saúde e a possibilidade de uma tentativa de sua libertação. É deste período o interesse de Gramsci por Freud, e como observa Vacca (2012), que coincide com a busca de Giulia pela psicanálise em 1931, devido a uma depressão por que ela passava.

A posição de Gramsci em relação a Freud é crítica ao afirmar que a psicanálise cria “um novo tipo de ‘bom selvagem’ corrompido pela sociedade, isto é, pela história. Daí nasce uma nova forma de desordem intelectual muito interessante” (GRAMSCI, 2005:386). Gramsci compartilha a tese de Freud de que a origem das psicopatologias devia ser buscada no ambiente familiar e nas relações com os genitores.

Para Vacca (2012), esta aproximação com a psicanálise indica um certo alívio de Gramsci, “não só porque Giulia parecia reagir vigorosamente contra a depressão, mas também porque via confirmada sua tese de que ela sofria de um ‘complexo de inferioridade’¹²⁵” (VACCA, 2012:264).

No início de 1932, em um momento de recaída da depressão de Giulia, é notório um retrocesso no posicionamento de Gramsci frente à psicanálise e a reapresentação de seu diagnóstico sobre a esposa, como uma “inadaptação à realidade criada pela industrialização forçada” (VACCA, 2012:265). Nesse momento, suas críticas baseavam-se na convicção de que a psicanálise é “válida em geral e também no caso de Giulia para explicar a origem de sua síndrome depressiva, mas sob a condição de que fosse historicizada” (Idem: 266). Para Gramsci, era necessário:

“especificar o modo de operar do superego em relação às modalidades concretas da ação pedagógica-repressiva exercida pelo Estado para conformar a sociedade às tarefas estabelecidas pelas elites dominantes. Nesse contexto inseriam-se as

¹²⁵ Na pesquisa realizada, encontramos outra carta também endereçada a Giulia escrita em 31 de agosto de 1931, na qual Gramsci aponta para o complexo de inferioridade de Giulia: (...) Estava convencido de que você sofria daquilo que, acredito, os psicanalistas chamam de “complexo de inferioridade”, que leva à sistemática repressão dos próprios impulsos volitivos, isto é, da própria personalidade, e à completa aceitação de uma função subalterna na hora de decidir, mesmo quando se tem certeza de estar com a razão, com exceção das esporádicas explosões de irritação furiosa até por coisas insignificantes. (...) (GRAMSCI, 2005b:81).

psicopatologias individuais, naturalmente diferenciadas inclusive segundo a condição social e a bagagem cultural dos pacientes” (VACCA, 2012: 266).

Em 8 de agosto de 1933, Gramsci escreve em uma correspondência endereçada a Giulia:

Me parece que você se coloca (e não somente neste assunto) na posição do subalterno e não de dirigente, isto é, de quem não é capaz de criticar historicamente as ideologias, dominando-as, explicando-as e justificando-as como uma necessidade histórica do passado; coloca-se na posição de quem, posto em contato com um determinado mundo de sentimentos, sente por ele atração ou repulsa, mas permanece sempre na esfera do sentimento e da paixão imediata (GRAMSCI, 2005b:360).

Para Liguori (2012), esta é mais uma ampliação do uso do termo subalterno por Gramsci, indicando a condição subalterna de um sujeito singular e oposto a dirigente, não a dominante ou a uma classe dominante, com uma clara entonação cultural, de modo que Gramsci também considera como subalterna uma pessoa que não está submetida a uma opressão social, “mas parece não possuir os requisitos subjetivos para afrontar as ideologias, os sentimentos, as concepções de mundo, a cultura, com consciência, com capacidade de historização, contextualização, compreensão, e também com capacidade hegemônica (LIGUORI, 2012:39-40) (Tradução minha).

Liguori (2012) observa para o limite e validade das afirmações de Gramsci¹²⁶, pois a mesma se encontra em um contexto não formal de uma carta, endereçada a sua esposa, bem diferente do uso preponderante do termo feito nos *Cadernos* em relação a classes e grupos sociais subalternos, mas que para o autor se constitui em um indicador, “à luz de um deslize semântico extremamente significativo” (Idem).

É nesse contexto que Gramsci no ano de 1933 escreve a nota 74 do Cad. 15. (Freud e o homem coletivo), referindo-se a Freud e às classes subalternas. Gramsci afirma que o núcleo mais sadio do freudismo é “a exigência do estudo dos contra golpes mórbidos produzidos por

¹²⁶ Gramsci no Cad. 16§2 (Questões de método) adverte para alguns cuidados que o teórico deve ter quando se estuda a obra de um autor buscando compreender sua teoria, entre eles o cuidado no estudo das correspondências: “o estudo da correspondência deve ser feito com certas cautelas: uma afirmação incisiva feita numa carta talvez não fosse repetida num livro. A vivacidade estilística das cartas, embora muitas vezes artisticamente mais eficaz do que o estilo mais medido e ponderado de um livro, às vezes leva à deficiência de argumentação; nas cartas, como nos discursos e nos diálogos, verificam-se frequentemente erros lógicos; a maior rapidez do pensamento se dá muitas vezes em detrimento de sua solidez (GRAMSCI, 2007:21).

toda a construção de ‘homem coletivo’¹²⁷, de todo ‘conformismo social’¹²⁸, de todo nível de civilização, especialmente naquelas classes que ‘fanaticamente’ fazem do novo tipo humano a atingir uma ‘religião’, uma mística, etc.” (GRAMSCI, 2011a:265).

Para Gramsci, deve-se observar se o freudismo não deveria concluir o período liberal, caracterizado por uma maior responsabilidade de grupos selecionados na construção de “religiões” não autoritárias, espontâneas, libertárias, pois para ele:

Um soldado conscrito não sentirá em face das possíveis mortes cometidas na guerra o mesmo grau de remorso que um voluntário, etc.” (dirá: ordenaram-me que fizesse, eu não podia fazer diferente, etc.). O mesmo se pode observar para as diversas classes: as classes subalternas têm menos “remorsos” morais, porque o que fazem não lhe diz respeito senão em sentido lato, etc. Por isso o freudismo é mais uma ciência a ser aplicada às classes superiores, e se poderia dizer, parafraseando Bourget, que o “inconsciente” só começa depois de algumas dezenas de milhares de libras de renda (GRAMSCI, 2011a:265).

Gramsci também aponta para a religião como sendo menos fortemente sentida como causa de remorsos pelas classes populares e questiona a possibilidade de criação de um conformismo, um homem coletivo sem criar o fanatismo, tabus, ou seja, de modo crítico, uma consciência da necessidade aceita livremente, e reconhecida “através de um cálculo de meios e fins a adequar” (GRAMSCI, 2011a:265-266).

¹²⁷ O homem coletivo para Gramsci “pressupõe a conquista de uma unidade ‘cultural-social’ pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção de mundo (geral e particular, transitoriamente operante – por meio da emoção – ou permanentemente, de modo que a base intelectual esteja tão enraizada, assimilada e vivida que possa se transformar em paixão” (GRAMSCI, 2011a:399).

¹²⁸ No Cad. 6§61, Gramsci afirma que o conformismo significa “nada mais do que “sociabilidade”, mas cabe usar a palavra “conformismo” precisamente para chocar os imbecis.(GRAMSCI, 2011e:248). Segundo Liguori (2011), nos *Cadernos* o sentido de conformismo é oposto a “individualismo”, por isso Gramsci ao questionar sobre as relações entre indivíduos e grupos socioculturais, chega à conclusão expressa no Cad. 11 §12, de que “pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos. (...) Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado” (GRAMSCI, 2011a:94). Como se observa, conformismo se liga para Gramsci à família conceitual da ideologia como concepção de mundo. Gramsci também irá utilizar o termo conformismo se referindo ao Direito e sua função no Estado e na Sociedade, uma vez que, como observado no Cad. 6 §84, o direito tende a criar um conformismo social, assumindo o termo um significado próximo ao de ideologia, sendo reportado a luta pela hegemonia. No Cad. 13 §7, Gramsci afirma que a “tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade” (GRAMSCI, 2011c:23), o que para Gramsci remete também à tarefa do partido (O Moderno príncipe). Por fim, Gramsci irá também se referir ao conformismo gramatical no Cad. 29 §2, ao criar uma forma de homogeneizar os grupos e classes sociais.

Para Liguori (2012), uma das particularidades de Gramsci foi sua experiência de vida na Sardenha, “uma região extremamente atrasada e marginal e periférica” (LIGUORI, 2012:41) (Tradução minha), e em Torino, que era uma grande cidade industrial da Itália, observando estes dois mundos e teorizando-os, “seja o mundo atrasado do campo meridional, seja o mundo avançado da cidade que surge ao redor da fábrica fordista” (Ibidem). Através dessa vivência, Gramsci pôde oferecer a categoria subalterno.

Segundo Mondonesi (2010), para compreender a origem e o desenvolvimento do conceito de subalternidade é necessário compreender que as notas presentes nos *Cadernos do Cárcere* se constituem em um balanço das experiências políticas vividas ou presenciadas por Gramsci, como a Revolução Bolchevique, os Conselhos e ocupações de fábrica 1919-20, a fundação do PCI, a III Internacional e a ascensão do fascismo, de modo que os Cadernos para o autor são na verdade uma “revisão e desenvolvimento do conjunto de ideias que se forjaram no calor desses acontecimentos” (MONDONESI, 2010:27) (Tradução minha).

A noção de subalternidade adquire densidade teórica no pensamento de Gramsci em relação as suas reflexões sobre a hegemonia nos *Cadernos do Cárcere*, como um “correlato conceitual da alienação no terreno superestrutural, ou equivalente socio-político no plano da dominação, uma vez que esta indica o plano socioeconômico (...) e nasce para dar conta da condição subjetiva de subordinação no contexto da dominação capitalista” (MONDONESI, 2010:26) (Tradução minha).

Gramsci demonstra que a essência da história é um entrelaçamento social-cultural, extremamente variado entre governantes e governados, entre a elite, dominante e hegemônica, e os subalternos, a classe emergente, a grande massa, governada com a coerção, ou dominação ideológica do alto. Por isso todo esforço direcionado “a articular a história oculta ou suprimida dos grupos subalternos exige também dar conta da dominação – daquela operação político-cultural da hegemonia que oculta, suprime, cancela o marginalizado da história dos subalternos” (BUTTIGIEG, 1999:30) (Tradução minha).

Para Liguori (2012), é um equívoco considerar apenas a dimensão cultural da opressão e identidade dos subalternos, como também não distinguir entre os vários tipos de subalternidade, pois não são todas iguais, e Gramsci como um marxista considera que “a contradição principal de tipo ‘estrutural’ determina a subjetividade do subalterno e dos subalternos” (LIGUORI, 2012:41) (Tradução minha).

Para Liguori (2012), a riqueza com que a interpretação gramsciana trabalhou a relação estrutura/superestrutura de modo dialético, “colhendo a incidência que tem na subjetividade as ideologias sobre o plano da concreta realidade histórico-social” (LIGUORI, 2012:40) (Tradução minha), a ação consciente dos sujeitos na sociedade econômica, a estrutura e a divisão da sociedade em classe, é que fazem de Gramsci um marxista e através da dupla: hegemônicos-subalternos.

Dessa forma, Gramsci oferece uma categoria mais ampla daquela marxista clássica burguesia-proletariado, a categoria gramsciana de subalterno enriquece as categorias tradicionais do marxismo, pois ao falar de classes ou grupos sociais subalternos, Gramsci compreende uma grande diversidade, seja de grupos sociais mais ou menos desagregados e marginais, seja o proletariado das fábricas, seja os camponeses sardos e os operários torinenses (LIGUORI, 2012:41) (Tradução minha).

Gramsci demonstrou que é possível “manter juntos os explorados e oprimidos em um senso mais compreensivo das tradicionais categorias marxistas” (Idem).

A categoria classes e grupos subalternos adquiriu um “crescente sucesso na ‘periferia’ capitalista, na qual a contradição capital/trabalho se enriquece de muitas determinações” (Ibidem).

O autor recorda que Marx “deixou no coração da problemática marxista a necessidade de caracterizar a subordinação como relação, como experiência, como condição social e política subjetiva” (MONDONESI, 2010:26) (Tradução minha). Nessa preocupação de Marx com a subalternidade, mesmo que não tenha sido nomeada, e sem um conceito específico, fica evidente, segundo o autor, o esforço em suas obras políticas e históricas em “encontrar as chaves que explicam e potenciam a emergência e a formação de um sujeito sociopolítico transformador a partir de sua condição subordinada” (Idem).

Desse modo, “nenhuma leitura marxista da realidade pode prescindir de estudos das relações sociais, que no contexto histórico do capitalismo estabelecem formas e regras de uma dominação social e política de uma classe a qual corresponde a condição subordinada de outra” (Ibidem).

A categoria classes subalternas no pensamento de Gramsci se relaciona a outras categorias, conceitos, pensamentos e estratégias de radical transformação sociopolítica, por

isso “isolar a ideia gramsciana de subalternidade é uma tarefa difícil ou quase impossível” (GREEN, 2007:202) (Tradução minha).

A análise de Gramsci sobre esta categoria se liga às demais análises direcionadas à política, aos intelectuais, à literatura, à cultura e filosofia, à religião, à economia, entre outras, de modo que é “inútil tentar formular uma definição precisa de “subalterno” ou de “grupo subalterno - classe social subalterna” em Gramsci, pois do seu ponto de vista, “não constituem uma única, nem mesmo homogênea entidade” (BUTTIGIEG, 2009:827) (Tradução minha). E sobretudo esta é uma categoria que deve ser historicizada para ser estudada e não apenas transpostas a outras realidades de forma mecânica.

A noção de subalterno “proporciona à teoria marxista uma ferramenta conceitual, ‘o subalterno’ como expressão da experiência e condição subjetiva de subordinado, determinada por uma relação de dominação – em termos gramscianos, de hegemonia – e um esboço de uma teoria da subalternidade” (MONDONESI, 2010:29) (Tradução minha). Desse modo, o uso do termo subalterno se constitui em um pensamento criativo no interior do debate marxista “um pensamento que se desprende de uma conjuntura histórica (...) e de uma vontade polêmica de Gramsci: o posicionamento historicista em defesa da centralidade da práxis que se traduz tanto na crítica ao economicismo como do voluntarismo” (Idem).

As várias acepções do termo subalterno presentes nos *Cadernos* indicam o uso do termo de vários modos encontrados na atualidade (LIGUORI, 2012).

Observamos a primeira referência de Gramsci às classes subalternas na nota do Cad. 3 §48, em que é evidenciada a diversidade e heterogeneidade dos grupos subalternos, com a menção aos elementos mais marginais e periféricos destes grupos que não alcançaram a consciência de classe para si, não tendo por isso consciência de sua própria força.

As alterações feitas por Gramsci no momento da reescrita do Cad. 3 §90 no Cad. 25 §5 contêm duas importantes substituições, uma no nome da nota de História das classes subalternas por critérios de método, e outra do termo classes subalternas da primeira redação por grupos subalternos na segunda redação, o que evidencia a sua intencionalidade na construção deste Caderno e também para a importância dos grupos sociais subalternos, cuja investigação histórica é ainda mais difícil devido à falta de registros.

Observamos também o uso da categoria classes subalternas por Gramsci ao longo dos Cadernos, ao se referir ao proletariado industrial, a uma parte da população desagregada politicamente e culturalmente marginal, os escravos, camponeses, grupos religiosos, mulheres, raças diversas, proletariado e mesmo a burguesia, e ainda ao povo como o conjunto das classes subalternas.

No Cad 11 §12, Gramsci usa o termo subalterno para designar um sujeito singular ao qual se atribui a característica de subalterno, e não mais a uma coletividade ou uma classe. Apesar desta alteração, o termo nesta nota carrega um grande significado político para Gramsci.

A noção de subalternidade adquire relevância em relação às reflexões de Gramsci sobre hegemonia, nascendo para dar conta da condição subjetiva de subordinação no contexto da dominação capitalista.

A categoria classes e grupos subalternos proporciona à teoria marxista uma ferramenta conceitual como expressão da experiência e condição objetiva e subjetiva de subalternidade determinada por uma relação de dominação, de hegemonia e se relaciona dialeticamente com outras categorias, conceitos e estratégia de transformação sociopolítica, adquirindo sucesso na periferia do capitalismo, na qual a contradição capital *versus* trabalho se torna mais evidente, por isso esta categoria deve ser historicizada para ser estudada e não apenas transposta a outras realidades de forma mecânica, abrindo desse modo um vasto campo de estudo possível.

4.4. Uma categoria gramsciana em construção

Nos últimos vinte anos se observa uma vasta difusão de estudos sobre os subalternos, livros e artigos são dedicados à atividade e à história dos grupos subalternos indianos, sul-americanos e irlandeses.

A categoria subalterno adquiriu notoriedade tardiamente dentre as demais categorias gramscianas, como intelectuais, hegemonia, Estado ampliado, etc., e sua atual difusão se

origina dos estudos do coletivo *Subaltern Studies*, de Ranajit Guha¹²⁹, e de Gayatri Chakravorty Spivak¹³⁰, estudiosa bengalense autora do artigo “Can the subalterns speak?” (“Os subalternos podem falar?”).

Tais estudiosos pretendiam fazer pela Índia o que Gramsci tinha feito, estudando as relações entre dirigente e dirigido no Risorgimento, e a partir de seu pensamento afirmavam a necessidade e importância de “uma historiografia não limitada à ação das elites ou das classes dirigentes, que levasse em conta também em algum caso ou sobretudo a história dos grupos sociais subalternos” (LIGUORI, 2012:34) (Tradução minha).

A concepção gramsciana de subalternos foi bastante usada e abusada equivocadamente, e sua importância é devida também a uma série de parciais mal-entendidos, como lembra Liguori (2012) no Primeiro Congresso da International Gramsci Society em 1997. Buttigieg destaca a difusão desta categoria por parte dos intelectuais indianos, que tinham, no entanto, um conhecimento parcial daquilo que Gramsci havia escrito, por terem como fonte a *Seleção dos Cadernos do Cárcere* feita por Quintin Hoare e Geoffrey Smith¹³¹, que contém somente algumas notas sobre o Risorgimento Italiano e é bastante criticada por não apresentar a totalidade dos textos dos Cadernos, o que levava a pensar que o interesse de Gramsci pelos subalternos como conceito fosse somente no estudo do Risorgimento, quando de fato o interesse do autor pelos subalternos entra na sua análise compreensiva da história, da política e da cultura italiana, e pela relação entre Estado e Sociedade Civil na Itália (GREEN, 2007).

Guha afirma que o objetivo do coletivo é “promover um debate sistemático e informado sobre a temática da subalternidade no âmbito dos estudos sul-asiáticos, para retificar o preconceito elitário típico de muitas pesquisas e numerosas obras acadêmicas incluídas nesse particular setor” (GUHA, 1982, apud GREEN, 2007:221), portanto, “lançar luz sobre aspectos da história dos subalternos correlata à classe, à casta, à idade, ao gênero” (GREEN, 2007:221) (Tradução minha).

129 Ranajit Guha, nascido Siddhakati em 23 de maio de 1922, é um historiador do sul da Ásia, foi muito influente no grupo de estudos subalternos e editor de vários dos primeiros do grupo antologias. Em 1959, migra para o Reino Unido, e atualmente vive em Viena, Áustria.

130 Gayatri Chakravorty Spivak, nascida em 24 de fevereiro de 1942 em Calcutá, é uma crítica e teórica indiana, mais conhecida por seu artigo “Can the subalterns speak?”, considerado um texto fundamental sobre o pós-colonialismo, e por sua tradução de *Of Grammatology* de Jacques Derrida. Spivak leciona na Columbia University.

131 Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci. Edited and translated by Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. New York – Published simultaneously by Lawrence & Wishart, London, and International Publisher, New York, 1971.

Para Spivak, “os subalternos são ‘as vítimas paradigmáticas’ da divisão internacional do trabalho” (SPIVAK, 1985 apud GREEN, 2007:224) (Tradução minha), e acrescenta que “os subalternos não são simplesmente os oprimidos: são pessoas tanto suplantadas da falta de organização e de representação política” (Idem), por isso em sua concepção “o proletariado não é um grupo subalterno enquanto é organizado em muitos contextos” (Ibidem).

Como pontua Liguori (2012), esta afirmação é contrária ao pensamento de Gramsci, uma vez que é demonstrado historicamente que o proletariado é capaz de “tomar a palavra” e de ter uma organização política (LIGUORI, 2012), por sua vez para Green (2007), na visão de Spivak, a representação e organização são elementos cruciais da subalternidade, e nesse sentido suas afirmações aludem ao fato de que, se os subalternos fossem organizados e se representassem, não seriam mais subalternos.

O posicionamento de Spivak para Green se distingue claramente daquela gramsciana por sua falta de especificidade, uma vez que a desorganização é um elemento de subalternidade, mas não é determinante, tendo em vista que para Gramsci “a organização não pode resolver sozinha a marginalização de um grupo: somente a transformação das relações de subordinação é capaz de resolvê-la” (GREEN, 2007:224) (Tradução minha). Mondonesi (2010), por sua vez, observa que se os subalternos podem falar, este ato significa que eles têm um mínimo de organização, e empreenderam o longo caminho para a hegemonia. No entanto, ressalta que para Gramsci os subalternos são sempre subalternos, mesmo quando se rebelam, pois somente o “rompimento definitivo, o fazer-se Estado, por meio da revolução, é que eles podem tornar-se classe dirigente, hegemônica e dominante, o que levaria ao fim da subalternidade” (MONDONESI, 2010:38) (Tradução minha).

Green (2007) ressalta que, em termos gramscianos, a subalternidade se insere no longo caminho da contra-hegemonia, da luta política, para a qual “os grupos subalternos devem adquirir consciência da sua posição social e organizar-se e lutar para transformar a própria condição, enquanto organização” (GREEN, 2007:226) (Tradução minha). Por isso, só a representação não basta para transformar as relações de subordinação, e reafirma que “estes aspectos da atividade subalterna não correspondem à ideia do desenvolvimento por fases para Spivak, mas para Gramsci esta correspondência existe” (Idem).

O autor observa que, apesar da intenção do coletivo Subaltern Studies, não deixa claro de que forma os seis pontos que compõem o Cad.25 §5 serão utilizados e se ele “considera os

seis pontos gramscianos como meros critérios metodológicos ou se considera que os grupos subalternos se desenvolvem por graus diversos correspondentes aos seis pontos (...), de modo que o conceito de grupos subalternos elaborado por Gramsci não foi nem descrito nem discutido” (GREEN, 2007:221) (Tradução minha).

A partir da primeira publicação dos *Cadernos do Cárcere* nos anos 1950, encontraremos pensadores “marxistas e gramscianos” das Ciências Políticas e Sociais, em especial da Antropologia ou Ciência do Folclore, que apresentam uma compreensão equivocada da categoria da subalternidade, utilizando-a nos estudos e na interpretação da cultura popular (DEL ROIO, 2007).

Nas universidades americanas, principalmente diante da influência do desconstrucionismo de Derrida e Foucault, produziu-se uma perda da “ligação da categoria com a constelação político-teórica da qual fazia parte no âmbito da construção teórica de Gramsci” (LIGUORI, 2012:34) (Tradução minha).

Nesse sentido, quando não mais é reconhecida a diferença entre as diversas formas de subalternidade, perde-se aquela “articulação por grau de subalternidade”, que é fundante na tematização gramsciana e que faz dos subalternos não um ajuntamento indiferenciado, mas sujeitos de diversas capacidades de autodeterminação e organização, às vezes em grau de lançar a contra-hegemonia (GREEN, 2007:213) (Tradução minha).

Liguori (2012) destaca ainda que no mesmo campo do Cultural Studies, o Culturalismo americano da década de 1930 não considerou a tese gramsciana para a qual “uma relação de hegemonia/subalternidade é sempre também cultural” (LIGUORI, 2012:35) (Tradução minha), considerando a dimensão cultural como a única existente, e por isso “cancelando toda referência ao “fator” econômico, da divisão da sociedade em classes e da opressão de classes” (Idem), o que indica para a não compreensão da unidade estrutura e superestrutura no pensamento de Gramsci.

Em que pese esses mal-entendidos e a interpretação equivocada, é necessário reconhecer a importância do Subaltern Studies, pois seu trabalho teve “o mérito inegável, e de não pouca importância, de chamar a atenção dos estudiosos de Gramsci e de todo o mundo para o conceito que por um tempo foi subestimado” (LIGUORI, 2012:35) (Tradução minha).

Para Mondonesi (2010), o objetivo do Subaltern Studies de revelar o ponto de vista dos subalternos, a dominação cultural, a promoção do nacionalismo hindu, a disseminação do marxismo e seus posicionamentos políticos, “impulsionou uma leitura da história das rebeliões camponesas na Índia em contrapartida com as teses dominantes e a formulação de uma perspectiva historiográfica nova” (MONDONESI, 2010:39-40) (Tradução minha). Sua novidade e contribuição para o autor consistiu em “permitir aprofundar o conhecimento histórico e problematizar a literatura existente, oferecendo um marco de interpretação alternativo ao enfoque modernista e modernizador dos colonizadores e descolonizados” (Idem).

Por outro lado, o interesse do Cultural Studies por Gramsci favoreceu não apenas um positivo enriquecimento e inovação de seu quadro interpretativo, mas também uma tendência a forçar e mudar o pensamento de Gramsci numa direção culturalista, absolutamente alheia ao horizonte deste autor.

Na tese gramsciana, para sair da subalternidade é necessária a ação de um partido da classe subalterna, não somente a ausência de conexão entre subalternidade e essa perspectiva político-teórica, mas também a falta de uma análise da subalternidade ligada com a divisão de classe na sociedade tornou esta categoria “um passaporte da linguagem intelectual e acadêmica (...) usado como sinônimo de oprimido e dominado” (MODONESI, 2010:359) (Tradução minha).

Por isso, na atualidade encontramos com frequência o emprego do termo subalternidade ou subalterno com uma vasta gama de significados e sentidos, sendo usados sem discriminação, tanto pelos meios de comunicação de massa, como no meio acadêmico, para descrever “a condição de qualquer pessoa que em qualquer modo se sente subordinado, em uma posição de inferioridade ou mesmo de dominação” (BUTTIGIEG, 1999:25) (Tradução minha).

Encontramos referências ao termo subalternidade ligadas às questões de gênero, raça, etnia, opção sexual, credo religioso, bem como para designar um grupo que não goza de meios econômicos suficientes para ter uma vida digna, e um amplo leque de situações, de modo que o emprego do termo subalterno se torna um lugar-comum, pela pluralidade de seu uso, sua utilização, sem diferenciar as diversas formas de subalternidade, excluindo e ausentando a sua estreita vinculação com a luta de classes na perspectiva gramsciana.

Por isso, concordamos com Mondonesi (2010) que a utilização do termo subalterno se tornou um “passaporte da linguagem intelectual e acadêmica”, conferindo um *status* progressista a diversos posicionamentos, fato este que se revela principalmente no campo das ciências humanas e sociais com um grande número de livros e artigos, em uma grande variedade de campos de estudos, em que a categoria classes e grupos subalternos encontra eco para sua utilização, desde os movimentos mais avançados da esquerda, como também pelo discurso conservador da direita, por vezes sem nenhuma distinção, ou como afirma GREEN (2007), o conceito de subalterno, como outros conceitos de Gramsci, é muito citado e adotado, mas raramente vem definido e analisado de modo sistemático no contexto de sua obra.

Del Roio (2007) também chama a atenção ao uso dos conceitos elaborados nos *Cadernos do Cárcere*, dentro e fora da academia, e muitas vezes com significados muito diversos daqueles usados por Gramsci, tanto pelo caráter de “work in progress” de sua obra, ou pela sua fragmentação, ou complexidade, de modo que seu pensamento acabou sendo disposto de diversos modos, alguns até mesmo contrários ao que Gramsci acreditava. Para o autor, isso indica “uma riqueza e uma possível permanência no tempo (de seu pensamento), mas também abre a possibilidade de ser apropriada ou decomposta por outras vertentes culturais e políticas com as quais Gramsci não poderia se reconhecer” (DEL ROIO, 2007:63), ou como observado por Liguori (2012) por vezes, com a substituição de uma visão de uma sociedade baseada na divisão de classes, com uma visão da sociedade fundada unicamente na diversidade cultural.

Destacamos que a difusão dos estudos sobre os subalternos ganham relevância no mundo acadêmico nas últimas décadas, adquirindo notoriedade a partir dos estudos do coletivo Subaltern Studies na década de 1970 na Índia, tendo como seus principais representantes Guha e Spivak.

Sua proposta de estudos se funda na necessidade e importância de elaborar uma historiografia não restrita às classes dirigentes ou às elites, mas que levassem em conta sobretudo a história dos grupos subalternos, retificando o preconceito elitário de muitas pesquisas e lançando luz sobre aspectos da história das classes e grupos subalternos.

Ressaltamos ainda que os equívocos conceituais de algumas análises estão ligados ao conhecimento parcial da formulação gramsciana, própria difusão de sua obra, todavia, os

méritos das iniciativas dos Subaltern Studies consistem na divulgação da categoria classes e grupos subalternos que adquire notoriedade tardia, se comparada a outras categorias do pensamento gramsciano.

Observamos também o uso na atualidade do termo subalterno como sinônimo de oprimido e dominado, apontando apenas para a subjetividade, para a identidade ou para a cultura, o que esvazia o significado original desta categoria política para o pensamento de Gramsci.

CAPÍTULO 5

A CATEGORIA CLASSES E GRUPOS SUBALTERNOS NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Encontramos na literatura do Serviço Social brasileiro o uso do termo subalterno, classes subalternas, subalternidade, no entanto, poucos são os trabalhos que teorizam esta categoria nos marcos do pensamento gramsciano.

O objeto desta pesquisa que se circunscreve na apreensão da categoria classes e grupos subalternos no pensamento de Antonio Gramsci e sua teorização pelo Serviço Social no Brasil nas últimas décadas¹³² se referencia nos estudos de Yazbek (2003), Cardoso (1995), Abreu (2002) e Simionatto (2009).

Inicialmente apresentaremos alguns elementos dos estudos realizados e conclusões desenvolvidas pelas autoras, e a seguir apontaremos para os principais pontos de convergência e divergência de suas análises, buscando relacioná-las com a formulação gramsciana dessa categoria, a partir de dois eixos: a forma como teorizam a categoria e a perspectiva estratégica adotadas pelas autoras em suas formulações.

Cabe ainda uma observação sobre os trabalhos aqui analisados, pois os estudos – Yazbek (2003), Cardoso (1995) e Abreu (2002) – são teses defendidas no Serviço Social que se tornaram publicações, e que utilizam a categoria classes subalternas para as análises

¹³² A recepção do pensamento de Gramsci no Brasil tem início na década de 1960, em pleno estabelecimento da ditadura militar, com a tradução da sua obra a partir de 1966, iniciando o primeiro ciclo da difusão de suas ideias no Brasil. É nesse período que o pensamento de Gramsci começará a transitar no mundo acadêmico e nos partidos de esquerda. No entanto, a recepção de seu pensamento foi difícil devido à decretação do AI-5 em dezembro de 1968 e pela cultura dominante nos ambientes culturais brasileiros de esquerda, influenciados largamente pela proposta do marxismo da Terceira Internacional. Como observa Simionatto (2011), ideias de Gramsci não foram compreendidas e assimiladas de forma global e seu pensamento passa a ter um sentido utilitário. Com a crise do regime militar e a abertura política, inicia o segundo ciclo das ideias de Gramsci no Brasil, quando seu pensamento terá um tratamento mais coerente e sistemático, como o maior teórico marxista no âmbito da política. A influência do pensamento de Gramsci se dará em várias áreas das ciências humanas, como a Educação, as Ciências da Religião, as Ciências Sociais, em especial para o Serviço Social, foco desta pesquisa. Para aprofundamentos, ver Simionatto (2011) e Coutinho (1990).

desenvolvidas pelas autoras voltadas a reflexões sobre o Serviço Social e a política pública de Assistência Social. Examinamos a abordagem de Simionatto (2009) através de um artigo publicado, no qual a autora teoriza a categoria classes e grupos subalternos a partir do referencial gramsciano. Essas observações se fazem necessárias pelas diferentes características dos textos e dos objetivos a que cada uma das autoras se propõem.

5.1. Classes subalternas e assistência social

Em 1993, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, é defendida a tese da Prof^a Dr^a Maria Carmelita Yazbek, intitulada *Classes Subalternas e Assistência Social*, que tem como objetivo compreender as marcas que a ação assistencial deixa sobre o segmento das classes subalternas que a ela recorrem, fazendo interlocução com as análises sobre a pobreza brasileira e seu enfrentamento pela via das políticas sociais públicas, com ênfase na ação assistencial do Estado.

A autora busca no legado gramsciano a categoria subalterno, apontando para sua expressividade e indicando que através dessa categoria era possível compreender o conjunto contraditório de situações de dominação no qual os usuários das políticas sociais estavam imersos.

Para apreensão do conceito de subalternidade, Yazbek (2003) se referencia em Almeida (1990)¹³³, que define a subalternidade como “ausência de poder de mando, de poder de decisão, de criação e direção” (ALMEIDA, 1990:35).

¹³³ Almeida (1990) operacionaliza o conceito de subalterno a partir da distinção feita por Gramsci sobre as funções exercidas pelos intelectuais, e admite a existência de uma gradação hierarquizada no exercício dessas funções que estão ligadas às relações de hegemonia entre os intelectuais: os que têm a função de direção e de criação e os que divulgam e administram a “reprodução dos discursos e das políticas criadas pela tecnoburocracia. Estes últimos exercem uma função subalterna, pois é retirada “a sua capacidade de criar e de dirigir, reduzindo-o a um mero repassador de serviços” (ALMEIDA, 1990:4). O foco de análise da autora é a prática institucional do Serviço Social enquanto uma prática subalterna, que contribuiu para o “amaciamento nos confrontos entre população e Estado” (ALMEIDA, 1990:56), mas que carrega em si uma possibilidade de superação desta subalternidade. O profissional é capaz de superar a subalternidade negando as funções de divulgação, de administração e de reprodução da ideologia dominante, através de um processo de construção, de criação e de direção, de um discurso e de uma prática de superação da subalternidade, que nasce com o reconhecimento e afirmação da própria subalternidade, possibilitando a formação de um projeto ideológico, que deve partir de um pensar coletivo sobre a realidade histórico-social e da própria conjuntura. O coletivo se operacionaliza por meio de três canais: os órgãos de classe, os partidos políticos e outros organismos da sociedade que estejam envolvidos na construção de um projeto democrático.

Yazbek (2003) observa que “a subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política” (YAZBEK, 2003:18). Historicamente para a autora, os subalternos constroem seus projetos com base em interesses que não são seus, experienciando e aceitando a dominação, “uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda a sociedade” (Idem).

A pobreza para a autora se constitui em um conjunto heterogêneo, e do ponto de vista da exclusão e da subalternidade, sua experiência define um lugar no mundo, por isso, Yazbek (2003) amplia a concepção de Almeida (1990) e afirma que “é a ausência de poder de mando e decisão, a privação de bens materiais e do próprio conhecimento dos processos sociais que explicam essa condição” (YAZBEK, 2003:63).

Para fundamentar a escolha da categoria subalterno, YAZBEK (2003) recupera três formulações do referencial teórico presente no pensamento de Gramsci.

Partindo do ensaio de 1926 (“Alguns temas da questão meridional”), a autora ressalta que Gramsci trabalha neste texto os elementos religiosos e tradicionais como constitutivos das classes subalternas.

A autora fundamenta sua análise no Cad. 3 §48, em que Gramsci reporta-se ao elemento da espontaneidade enquanto característico da história das classes subalternas e observa que a espontaneidade pode ser transformada em direção consciente. Para Yazbek (2003), Gramsci atribui uma grande importância à espontaneidade, pois através desta é possível estabelecer o nexo entre o pensar e o agir dos subalternos, que trazem implícitos elementos ideológicos conservadores e tradicionais.

Yazbek (2003) fundamenta sua análise no parágrafo 5 (Critérios de Método) do Caderno 25, em que Gramsci afirma que:

“a unidade das classes dirigentes advém do Estado, e a história das classes dominantes é a história mesma do Estado. Mas essa unidade não é necessário crer-se que seja puramente jurídica e política, embora seja uma unidade importante e não somente formal. A unidade histórica fundamental advém das relações orgânicas entre Estado, ou seja, sociedade política e sociedade civil. As classes subalternas por definição não são unificadas e não podem unificar-se porque elas não detêm a posse do Estado: a sua história é entrelaçada àquela da sociedade civil, embora elas sejam uma função

desagregadora e descontínua da história da sociedade civil” (GRAMSCI, 1975:2287-2288 apud YAZBEK, 2003:67).

A partir dessas referências, a autora ressalta que Gramsci se preocupa com a passagem da fragmentação da história das classes subalternas para o momento de sua unicidade, podendo esta unidade ser facilitada pelos intelectuais e o partido político (YAZBEK, 2003).

A autora referencia sua pesquisa sobre a subalternidade também nas reflexões de Martins (1989)¹³⁴ que ao abordar a emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo, pautou-se no conceito de classes subalternas, mas através de fontes indiretas do pensamento gramsciano.

A partir da distinção entre classe operária e exército industrial de reserva feita por Marx, Yazbek (2003) desenvolve o conceito de inclusão pela exclusão, pois a pobreza, a miséria, a exploração excluem os homens do usufruto dos bens materiais e imateriais e, ao mesmo tempo, os incluem em uma nova condição, na condição e no universo dos subalternos, onde apesar das várias modalidades de subalternidade, acabam tendo em comum a dominação, que se manifesta pela existência de uma realidade marcada por códigos que sinalizam a condição subalterna, como “as roupas, a fala, os silêncios, as expressões corporais, linguagens, além do discurso e que tão pouco conhecemos” (YAZBEK, 2003:31).

Segundo Yazbek (2003), a vida das classes subalternas, marcada pela subalternidade, está carregada de um patrimônio social e de relações sociais que muitas vezes subalternizam ou reiteram um lugar social subalterno, que se expressam nas “visões de mundo”, emoções e experiências, de modo que a autora aponta para a importância de se descobrir o aspecto cultural da dominação, ou seja, como o subalterno sente e considera sua subalternidade, como se constrói a identidade subalterna e as representações da pobreza pelos que a vivem.

É a partir da contextualização das políticas sociais, em especial da assistência social, enquanto forma de dominação daqueles que dela dependem para suprir suas necessidades, que

¹³⁴ Martins (1989) aponta para a diversidade de situações de subalternidade, e para sua riqueza histórica, cultural e política, o que segundo ele remete à reprodução ampliada da subalternidade e também sobre o que ele chamou de “reprodução ampliada dos grupos subalternos” (Martins, 1989). Esta diversidade dos subalternos se reflete nos resultados históricos das lutas e esperanças dos grupos subalternos, diversidades que não se constituem, apenas nas contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, na oposição burguesia e proletariado. Para Martins, a subalternidade não expressa apenas a exploração, mas também a dominação e a exclusão econômica e política. Yazbek (2003) sintetiza a abordagem da categoria subalternidade realizada por Martins, observando que o núcleo da concepção de subalterno é: “a exclusão, que constitui uma exclusão integrativa que no mercado capitalista cria reservas de mão de obra e transforma o pauperismo em despesa extra da produção” (YAZBEK, 2003).

Yazbek (2003) insere o uso das categorias da exclusão e da subalternidade para apreender a situação de privação social, econômica, cultural e política, dos usuários dos serviços assistenciais.

Para a autora, as políticas públicas mantêm as bases de apoio do Estado, transformando a questão social em um “problema de administração, desenvolvendo políticas e agências de poder nos mais diversificados setores da vida nacional, desde a economia à cultura” (YAZBEK, 2003:21).

A matriz conservadora e oligárquica que permeia as políticas públicas se constitui em uma forma de ocultar o conflito e a resistência, legitimando a dominação, atenuando os conflitos sociais decorrentes das precárias condições de vida das classes subalternas e ao mesmo tempo “negam a identidade dos subalternos e seu pertencimento a uma classe” (YAZBEK, 2003:41).

É também no universo das políticas sociais, marcado por tensionamentos, que o Estado passa a incorporar as demandas, sobretudo dos mais pauperizados, assumindo as políticas sociais características de controle social, de reprodução das condições de dominação, reforçando sua capacidade de impor à sociedade os interesses políticos e sociais das classes hegemônicas, através da “regulação das relações entre classes dominantes, classes subalternas e aparelhos do Estado” (YAZBEK, 2003:42).

Para Yazbek (2003), as políticas públicas, “sob a aparência de inclusão reiteram a exclusão, pois incluem de forma subalternizada e oferecem como benesse o que é na verdade direito” (Idem).

É neste contexto que a Assistência Social se coloca como reprodutora dos interesses em confronto na sociedade, reproduzindo a exploração, a dominação e a resistência, em um processo contraditório em que se acumulam riqueza e pobreza, e remetem ao universo dos assistidos: “marcado pela pobreza, exclusão e subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação, pelo ressentimento, pela fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação, pela resistência e pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo” (YAZBEK, 2003:22).

A autora observa que, apesar de a Assistência cumprir um papel fundamental no campo da dominação, sua relevância contrasta com a posição subalterna que ela ocupa frente

às demais políticas, diante dos recursos financeiros a ela destinada, o que reflete na compreensão da assistência como uma “política pobre, feita para os pobres” (Idem).

Ainda sobre a subalternidade, Yazbek (2003) chama a atenção para a relação entre a condição subalterna e as ações assistenciais, que se expressa no papel de assistido, pois que cabe ao usuário da assistência – o subalterno – se submeter para acessar a política, o que produz a sua desqualificação, aparecendo “como necessitados, submetidos moralmente, despidos de direitos e objeto da benevolência estatal” (YAZBEK, 2003:156).

O atendimento assistencial que se dá por uma rede de instituições e serviços voltadas aos pobres evidencia a multiplicidade das carências dos subalternos, e o atendimento realizado a partir de suas carências pulveriza a identidade subalterna¹³⁵, uma vez que são “efetivados numa ótica individualizante e competitiva e desvinculados de uma ação conjugada e abrangente na direção do enfrentamento da questão em sua globalidade” (YAZBEK, 2003:136).

Por isso, a vinculação entre o assistido e as instituições assistenciais é um fator que leva à desagregação das classes e grupos subalternos, contribuindo para sua fragmentação, uma vez que suas demandas são tratadas de forma individualizada, não evidenciando o caráter coletivo e de classe, abrindo caminho para a “apropriação clientelista no trato da questão social, que vai transformar em relação de favor o que é direito” (YAZBEK, 2003:157).

Por esses motivos, para a autora a Assistência Social reforça a alienação das classes e grupos subalternos ao desenvolver funções adaptadoras dos usuários que podem ser “narcotizantes e recriadoras do processo de subalternização e alienação a que são submetidas as classes subalternas” (YAZBEK, 2003:157).

Yazbek (2003) aponta ainda para a construção de uma identidade subalterna pelo grupo subalterno que é usuário da Assistência Social, identidade esta que para a autora se materializa e se conforma na experiência cotidiana da pobreza, da exclusão, da falta de trabalho, nas condições precárias de moradia, suas lutas, e pelo estigma da condição de assistido e uma identidade de devedor, de modo que a pobreza não se restringe à dimensão

¹³⁵ A percepção dos “assistidos” sobre a assistência é carregada de ambiguidades, ora entendida como ajuda, ora sentida como constrangimento, mas que se constitui como um reforço da subalternidade, uma vez que precisam comprovar suas necessidade e carências para acessarem esta política social: “(...) a assistência, apreendida como ajuda que recebem a contragosto e não como serviço a que têm direito reitera a condição de subalternidade em que vivem (YAZBEK, 2003:138).

material da existência humana, mas penetra na vida espiritual daqueles que a vivem, pois na sociedade capitalista os segmentos subalternizados e excluídos são privados não apenas do consumo e da riqueza social, mas também do conhecimento necessário para compreender a sociedade em que vivem e as circunstâncias em que se encontram.

As práticas de enfrentamento e de busca de superação da subalternidade, para a Yazbek (2003), podem ser observadas nos movimentos sociais, nos partidos e nas lutas sociais que envolvem a maioria da população brasileira, assim como em práticas cotidianas de contestação e resistência à dominação.

Para Yazbek (2003), é na coletividade, criada pela consciência de que são iguais na pobreza, na exclusão e na subalternidade, que se coloca a questão da cidadania dos subalternos em um outro patamar, ou seja, é no seu re-conhecimento enquanto subalternos, que estes se constituem como sujeitos políticos, portadores de um projeto de classe, avançando no processo de ruptura com a sua condição subalterna.

A Assistência pode se constituir como espaço de reconhecimento das demandas dos subalternos, e ao mesmo tempo, espaço de contribuição com a ruptura da subalternidade a partir da relação entre usuários e profissionais, pois apesar de amortecer as tensões sociais, a mediação do assistencial não está condicionada única e exclusivamente a uma prática subalterna e subalternizante, podendo se constituir em um apoio ao enfrentamento da condição subalterna, a partir do apoio à organização dos usuários enquanto sujeitos no contexto de suas lutas, através das quais vemos delinear-se suas resistências (YAZBEK, 2003).

A subalternidade é histórica e seu enfrentamento exige um processo de produção de significados comuns na superação do caráter episódico e desagregado de suas lutas, supondo a unificação das classes subalternas a partir da “consciência de que o processo espoliativo que vivenciam é comum, tanto do ponto de vista de perdas materiais como culturais” (YAZBEK, 2003:169).

A ruptura com a condição subalterna se materializa não apenas pelo enfrentamento das dificuldades objetivas das condições em que vivem os subalternos, mas ampliam-se para o campo da subjetividade, pelo que eles – os subalternos – pensam e consideram acerca da realidade que vivenciam.

5.2. Organização das classes subalternas

Em 1994, também pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, é defendida a tese da Prof^a Dr^a Franci Gomes Cardoso, intitulada *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*, em que a autora busca apreender em que medida as formas de organização das classes subalternas no país, através da luta partidária, da organização sindical e popular manifestam-se como expressão da consciência de classe.

A partir da premissa de que as classes sociais, a luta de classes e a consciência de classes existem e desempenham um papel na história, Cardoso (1995) discute algumas questões em torno da concepção de classe social, recuperando as formulações de Marx e outras discussões contemporâneas¹³⁶ no âmbito da questão do fim do trabalho na sociedade moderna, discussão esta que a autora reconhece e discorda, apontando para uma crise e não o fim da sociedade do trabalho.

Partindo da afirmação presente no Manifesto do Partido Comunista de 1848, de que “a história de todas as sociedades até então existentes é a história da luta de classes”, a autora observa que a acepção do termo classe “refere-se aos amplos conjuntos de sujeitos históricos que se constituem segundo um critério objetivo: por manterem relações similares com os meios de produção” (CARDOSO, 1995:33), de modo que o termo classe se refere aos agrupamentos de exploradores e explorados, destacando nesta primeira acepção de Marx a propriedade dos meios de produção e a condição de assalariamento dos setores que não possuem estes meios.

No *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Cardoso (1995) observa que Marx introduz ao conceito de classe o elemento subjetivo da consciência de classe, de modo que esta concepção passa a estar vinculada ao “momento em que começa a adquirir consciência de si como tal” (CARDOSO, 1995:34).

¹³⁶ Entre elas: Stanislaw Ossowski; Lucien Goldmann; Francisco de Oliveira; Octavio Ianni; Eduard Thompson; Alain Touraine; Alain Lipietz; Claus Offe; Jurgen Habermas; Baethge; Walter Heinz. Para mais aprofundamentos, ver Cardoso (1995).

A partir da afirmação de Marx¹³⁷ de que “toda luta de classes é uma luta política” (MARX, 1987a, apud CARDOSO 1995:39), Cardoso indica para o crescimento do proletariado e sua força pela sua aglutinação em massas cada vez maiores, possibilitado com o desenvolvimento da indústria, organizando-se em classe e em partido político, constituindo-se em classe verdadeiramente revolucionária.

A unidade da consciência de classes como processo histórico e dialético para a autora está sujeito a avanços e recuos, existindo momentos de elevação do nível da consciência e momentos embrionários ou limitados à aparência do real, de modo que a unidade da consciência de classes necessita “de conhecimentos e de instâncias organizativas capazes de unificar o potencial transformador e as ações concretas de massa” (CARDOSO, 1995:61).

A concepção de classes e grupos sociais para Cardoso (1995) se pauta pelas relações de propriedade dos meios de produção (proprietários ou não proprietários), e também pela identidade no modo de pensar e de agir, “à medida que o movimento da história é tornado consciente pelo conhecimento dos grupos antagônicos de sua situação de classe” (Idem).

A condição de subalternidade para a autora é determinada pelo lugar que segmentos das classes subalternas ocupam no conjunto das relações de produção e de poder na sociedade capitalista, pois “a posição do indivíduo no mundo da produção material que determina a sua situação social; reafirma a existência da classe trabalhadora subalterna” (CARDOSO, 1995:60).

Desse modo, a subalternidade na sociedade capitalista para autora resulta “da não propriedade dos meios de produção, e determina as demais formas de dominação (política e ideológica) no conjunto das relações de poder”¹³⁸ (CARDOSO, 1995:62).

¹³⁷ A autora observa ainda que para Marx a sociedade burguesa “não aboliu os antagonismos de classe, mas criou novas classes e novas formas de opressão e de lutas” (CARDOSO, 1995: 38), possuindo uma característica que a distingue de outras sociedades em outras épocas, simplificando os antagonismos de classe, “a sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: a burguesia e o proletariado” (MARX, 1987a, apud CARDOSO, 1995:38). Apesar de reconhecer a existência de outras frações de classe inseridas nestes dois grupos fundamentais, Marx pautava-se na transitoriedade desses estratos ou frações, que tendiam a desaparecer com o pleno desenvolvimento do capitalismo (CARDOSO, 1995).

¹³⁸ Cardoso (1995) especifica os subalternos como: “os assalariados dos setores caracterizados como primário, secundário e terciário (elementos dos setores produtivo e improdutivo); os que exercem atividade manual e os que exercem atividade não manual e intelectual. Incluem-se, ainda, os seguimentos não incorporados ao mercado de trabalho, que são os trabalhadores em potencial, inclusive o exército industrial de reserva, que é um segmento extremamente funcional ao capitalismo (CARDOSO, 1995:62-63).

A autora retoma o pensamento de Gramsci a partir das análises feitas por Martins¹³⁹ e na teorização realizada por Yazbek (2003) sobre as classes subalternas no pensamento de Gramsci (Ensaio de 26 – Alguns temas da questão meridional, Cad. 3 §48 e Cad. 25 §5) e afirma que “a relação entre classes dominantes, classes dirigentes e classes subalternas só se explicita quando se tomam, dialeticamente, as categorias: sociedade política ou Estado e sociedade civil” (CARDOSO, 1995:65).

Retomando a formulação gramsciana presente no Cad. 25 §5, a autora observa ainda que os intelectuais e o partido são os facilitadores da unificação das classes subalternas, e que entre os grupos subalternos um tenderá a exercer a hegemonia sobre os demais grupos através do partido, concebido como intelectual coletivo. Este grupo é constituído pelo proletariado industrial para Gramsci, “na medida em que consegue criar um sistema de aliança com os demais grupos e frações de classes afins e mobilizar o conjunto dessas classes contra o capitalismo e o estado burguês” (CARDOSO, 1995:69).

Cardoso (1995) observa que a formação da consciência nacional popular para Gramsci depende da capacidade de as classes subalternas, da cidade e do campo, se constituírem em uma alternativa de reorganização social e política da sociedade, por esse motivo, a hegemonia é central para que as classes subalternas se tornem protagonistas da história, dotadas de vontade coletiva própria. A autora destaca três eixos da questão da hegemonia para Gramsci: o primeiro ligado a alianças de classes (operários e camponeses); o segundo ligado ao partido político como intelectual coletivo e o terceiro ligado à reforma intelectual e moral como construção de uma nova cultura, e construção da hegemonia, dimensão esta enfatizada em suas análises.

A função pedagógica da hegemonia como processo de constituição ideológica das classes subalternas no pensamento de Gramsci ressalta para a autora a importância da direção intelectual e moral, para a superação da subalternidade e a construção de uma nova ordem social, por isso a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição para conquista da hegemonia e o rompimento da dominação das classes adversárias.

¹³⁹ Para Cardoso (1995), as reflexões de Martins explicitam diferenciações existentes no interior das classes subalternas, que a seu ver colocam-se tanto na esfera da produção quanto na político-ideológica, e indica como ponto fundamental a não propriedade dos meios de produção, “que é ao mesmo tempo, fonte primeira de exploração e domínio político bem como de unidade dessas classes” (CARDOSO, 1995:64).

A contradição entre o pensar e agir das classes subalternas para Cardoso (1995) pode ser superada pela filosofia, por isso uma reforma intelectual e moral significa o desenvolvimento de um processo pedagógico e político referenciado nas lutas históricas das classes subalternas, devendo se fundar na realização de “um projeto educativo capaz de tirar as massas da passividade e de construir a sua hegemonia e uma nova ordem social” (CARDOSO, 1995:84).

A passagem das classes subalternas à posição hegemônica não se restringe à esfera econômica, mas remete à necessidade do desenvolvimento de um novo projeto cultural, a elaboração de uma concepção de mundo, própria das classes subalternas. Nesse sentido, a organização das classes subalternas se constitui em uma exigência fundamental, uma vez que é na luta organizada que os subalternos elevam sua consciência e sua solidariedade, constituindo-se em sujeitos, é através da organização e da consciência de classe que a unificação das classes subalternas pode ser construída, consolidando-as, bem como a sua hegemonia na sociedade conquistada (CARDOSO, 1995).

Partindo da questão da organização no pensamento gramsciano¹⁴⁰, Cardoso (1995) analisa os textos do período pré-carcerário, destacando o nascimento dos Conselhos de Fábrica, a distinção e papel dos intelectuais e do Partido no processo de organização da reforma intelectual e moral e trata da questão da organização das classes subalternas no Brasil. Para a autora, apesar da centralidade do partido como instância de mediação da consciência de classe no pensamento gramsciano, outros sujeitos coletivos devem ser levados em conta no desenvolvimento da consciência das classes subalternas no Brasil, como: “sindicatos, movimentos sociais populares e organizações vinculados à Igreja” (CARDOSO, 1995:168)

Tendo como foco a questão da organização, Cardoso (1995) analisa a sociedade brasileira a partir das instâncias organizativas das classes subalternas e os movimentos sociais que emergem no cenário político brasileiro no final dos anos 1970, marcado pela rearticulação da sociedade civil e a luta contra a ditadura militar, resgatando o ciclo de greves como uma prática de resistência das classes subalternas e de luta para a construção de uma nova hegemonia, que de seu ponto de vista tem um papel fundamental no “avanço da consciência

¹⁴⁰ Cardoso (1995), partindo das reflexões de Lênin e de Rosa Luxemburgo, discute a questão da organização do proletariado em contraposição à espontaneidade e o papel que o partido assume para ambos no movimento revolucionário, não cabendo aqui aprofundar o debate realizado pela autora.

dos trabalhadores, contribuindo para que esses ultrapassem o plano da imediaticidade e da espontaneidade e imprimam uma direção consciente às suas lutas” (CARDOSO, 1995:201).

Para Cardoso (1995), a direção consciente não se imprime apenas pela presença formal do Partido ou Sindicato, mas entende que através da luta dos trabalhadores em torno dos seus interesses imediatos, “em articulação com seus objetivos históricos, pode ser assegurada a unidade de ação entre o Partido, o Sindicato e outras formas de organização de massa”¹⁴¹ (Ibidem).

Os movimentos populares do período de 1970 a 1980, para a autora, se constituem em espaços onde se podem gerar e socializar conhecimentos, forjando sujeitos coletivos capazes de participar da construção da hegemonia das classes subalternas e da transformação da sociedade, por isso, reafirma a organização dos grupos subalternos a partir de uma diversidade de instâncias como os partidos, sindicatos, movimentos sociais urbanos e rurais.

A reorganização hegemônica das classes subalternas para Cardoso (1995) não é algo que se resolve sem um núcleo organizatório, que se proponha a tarefa de unificar as experiências dos setores das classes subalternas como uma alternativa política, sendo necessário “um núcleo que seja capaz de desenvolver uma *política pedagógica* e que concretize a participação das massas” (CARDOSO, 1995:257).

A autora conclui que a organização e a consciência de classe se constituem em “condições necessárias, embora não suficientes, para a conquista da hegemonia das classes subalternas e para a transformação socialista da sociedade” (CARDOSO, 1995:263).

Para Cardoso (1995), a organização das classes subalternas é um grande desafio para o Serviço Social, que através do “vínculo histórico com segmentos dessas classes, e no âmbito de sua intervenção, deve favorecer esses vínculos, desenvolvendo um projeto profissional de apoio aos interesses desses segmentos, enquanto interesses de classes” (CARDOSO, 1995:263).

A superação da condição de subalternidade se expressa na luta coletiva que “contribua no processo de formação da consciência de classes das classes subalternas e na sua

¹⁴¹ É nesta perspectiva que a autora analisa a construção do novo sindicalismo no Brasil na década de 1970, tomando como objeto de análise a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e também a criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

organização, para que estas classes, no enfrentamento com as adversárias, construam novas relações hegemônicas na sociedade” (Ibidem).

5.3. Serviço social e organização da cultura

Em 2001, a Prof^a Dr^a Marina Maciel Abreu defende na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sua tese intitulada *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, tendo como objetivo apreender a função pedagógica do assistente social a partir dos processos de organização da cultura e os elementos constitutivos das relações de hegemonia.

A análise de Abreu (2002) se referencia na formulação gramsciana sobre o americanismo e o fordismo, na “relação entre racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe” (ABREU, 2002:18).

A noção de cultura é tomada pela autora como modo de vida, de sentir, de pensar e de agir, de maneira que o princípio educativo se baseia na construção de um padrão produtivo e de trabalho e de organização de uma ordem intelectual e moral, uma nova sociabilidade das classes subalternas, em que a ação educativa do Estado através dos seus aparatos educativos se constitui como uma arma política nas mãos das classes dominantes contra a combatividade e a unidade da classe operária, e fundamental para o sistema capitalista.

Para Abreu (2002), a concepção gramsciana de classes subalternas se pauta na aliança entre proletários e camponeses na luta pela hegemonia na sociedade italiana, perspectiva esta desenvolvida no “marco das reflexões sobre as classes dominantes e dirigentes, considerando as relações de domínio e direção intelectual e moral no movimento histórico da sociedade” (ABREU, 2002:22).

A autora se referencia nos estudos da categoria classes subalternas desenvolvidos por Yazbek (2003) e Cardoso (1995), assumindo o ponto de vista que tal categoria “dá conta de um conjunto de situações de exploração e dominação a que estão submetidos vastos segmentos da sociedade” (Ibidem).

Para Abreu (2002), a organização da cultura pelas classes subalternas, enquanto constituinte do movimento histórico de sua organização como classe para si, deve se dar pelo “rompimento com a ideologia dominante e a conquista da própria consciência, a qual se consubstancia na elaboração de uma concepção de mundo e da vida” (ABREU, 2002:23).

Por esse motivo, a cultura é considerada como elemento necessário para emancipação político-ideológica das classes subalternas, e para a construção de uma nova sociabilidade abarcando a luta pelo redimensionamento das relações de força, a conquista do poder do Estado, a superação da ordem burguesa, tendo como estratégia revolucionária a guerra de posição, enfatizando a reforma intelectual e moral, enquanto movimento de crítica e destruição da cultura dominante na elaboração de uma nova cultura e nova vontade coletiva das classes subalternas (ABREU, 2002).

A autora considera a hegemonia como direção intelectual e moral e domínio político, de modo que a conquista do Estado pelas classes subalternas “representa um momento em que estas classes, tendo já superado os interesses econômicos corporativos, alcançam uma homogeneidade entre infraestrutura e superestrutura” (ABREU, 2002:28).

Este nexos entre estrutura e superestrutura se efetiva através da mediação dos intelectuais, sendo o princípio educativo definido como adequação do modo de vida e de cultura às necessidades de um novo tipo de racionalização produtiva, que se traduz em um conformismo social determinado historicamente, “que supõe certo equilíbrio psicofísico que pode ser imposto pelos interesses da acumulação do capital (...) e por isso, base de uma cultura subalternizante” (ABREU, 2002:29).

O princípio pedagógico para Abreu (2002) se fundamenta na afirmação de Gramsci de que “toda relação de hegemonia é fundamentalmente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 2011a:399), a partir da qual a autora centra suas reflexões na função pedagógica do assistente social, determinada pelos vínculos estabelecidos pela profissão com as classes sociais, e se materializa nos efeitos que produzem no pensamento e no agir dos sujeitos de sua ação profissional.

As políticas sociais estabelecem relações pedagógicas com segmentos das classes subalternas interferindo em sua reprodução física e subjetiva, e as práticas dos assistentes

sociais incidem sobre a “organização da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia” (ABREU, 2002:17).

Abreu (2002) circunscreve a racionalização da assistência nos marcos do americanismo, através da cultura do bem-estar instaurada nos anos 1930 e consolidando-se no pós-Segunda Guerra no padrão do Welfare State, enquanto mecanismo de controle social para obter a adesão e o consentimento das classes subalternas, por isso, nos processos de organização da cultura a Assistência Social vincula-se à “necessidade inerente à reprodução do capital de reatualizar as práticas assistenciais, imprimindo às mesmas um cunho educativo ressocializador” (ABREU, 2002:18).

Abreu (2002) ressalta que a função pedagógica do assistente social situa-se no terreno da elaboração e difusão de ideologias e na organização da cultura, na perspectiva da construção da hegemonia, que se objetiva na articulação dos interesses econômicos, políticos e ideológicos de uma classe, construindo “formas de pensar e agir próprias de determinado modo ou sistema de vida, em que a formação de subjetividades e normas de conduta são elementos moleculares” (ABREU, 2002:30).

O conformismo mecanicista para Abreu (2002) que tem o americanismo como ponto de partida se constitui em princípio educativo na institucionalização do Serviço Social, e seus diferentes percursos tanto do Serviço Social europeu quanto do americano inserem os assistentes sociais¹⁴² nas formas de organização do consentimento e da adesão das classes subalternas à nova ordem do capital, e se expressa no cunho educativo e ressocializador de suas práticas, “mediante inculcação de um novo código de conduta individual, familiar e política do trabalhador, sua família, adequado às necessidades da produção e da reprodução social” (ABREU, 2002:40-41).

Abreu (2002) ressalta que a cultura do bem-estar organizada a partir dos anos 1930 e 1940, do ponto de vista da burguesia se constituiu em estratégia para enfrentar a crise orgânica dos anos 1930 e neutralização do perigo do fascismo e pelo bolchevismo, e do ponto de vista das classes subalternas significou o atendimento de suas necessidades, por isso, para a

¹⁴² O desenvolvimento e a formação de um novo tipo de trabalhador coletivo exigiu também a formação de novos quadros técnicos para as funções intelectuais de organização da produção e da cultura, campo este onde se situam os assistentes sociais, estes que desempenham funções relevantes na “formulação e inculcação de novos padrões produtivos, de consumo e de controle do trabalhador assalariado na perspectiva da formação de uma nova sociabilidade” (ABREU, 2002:54).

autora, as conquistas sociais e políticas das lutas das classes subalternas no âmbito do compromisso fordista/keinesiano se constituíram como uma nova dominação do capital, através da qual a “burguesia procura ocultar as diferenças entre os sujeitos na aparente submissão de todos às mesmas regras, na tentativa de incorporar tudo e todos à lógica estatal” (ABREU, 2002:79).

A racionalidade do Welfare State, que é ocultada por seu arcabouço político-institucional, tem um efeito despolitizante e desmobilizador nas lutas das classes subalternas, observado pelo refluxo dos movimentos sindicais e populares, também iguala os homens na condição de cidadão, prevalecendo no enfrentamento da questão social estratégias de controle social sobre as classes subalternas a partir de modalidades interventivas centradas no indivíduo, direcionadas para a integração e reforma moral (ABREU, 2002:82).

Abreu (2002) identifica três perfis pedagógicos do Serviço Social brasileiro: da ajuda, da participação e pedagogia emancipatória pelas classes subalternas, perfis estes que não expressam modelos ou recortes acabados que se sucederam na história da profissão, mas indicam tendências em construção/reconstrução permanente, revelando a relação da profissão com organização da cultura.

A pedagogia da ajuda para Abreu (2002) tem suas raízes no processo de institucionalização do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos, fundado numa visão psicologista da questão social, reduzida às suas manifestações individuais e consideradas como um problema moral.

A pedagogia da participação¹⁴³ se manifesta nos programas sociais que são colocados como forma de ajuda, mas tendo a participação popular como eixo central dos processos de promoção e integração social, que manipulam as necessidades e recursos disponíveis, aperfeiçoando os mecanismo de controle social e de responsabilização dos sujeitos, de modo que a participação “constitui uma mediação para a integração e o consentimento, por parte da

¹⁴³ A pedagogia da participação se desenvolve e se consolida nos marcos da proposta do Desenvolvimento de Comunidade sobre a influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora, difundida na América Latina enquanto estratégia de expansão do capitalismo monopolista sob a hegemonia dos Estados Unidos. Esta ideologia repercute na prática do assistente social alterando o perfil pedagógico e a função educativa, a partir da psicologização das relações sociais. O que para Abreu (2002) acentua “os processos de subordinação das massas trabalhadoras pauperizadas e de controle sobre as mesmas pelo capital” (ABREU, 2002:107), reatualizando no campo econômico na América Latina “atitudes, mecanismos, instrumentos e rituais pedagógicos, adequados à reorganização da cultura” (Idem).

população, às mudanças estruturais impostas pelo padrão de acumulação do capital” (ABREU, 2002:118).

Abreu (2002) indica para construção no Serviço Social de uma perspectiva pedagógica emancipatória das classes subalternas, com a elaboração e desenvolvimento de um projeto profissional ligado aos interesses dessas classes. Este projeto se constitui como alternativo ao projeto tradicional conservador, e ganha corpo com o Movimento de Reconceituação¹⁴⁴ a partir dos anos 1960, pautando-se na “negação das bases conservadoras da profissão frente às demandas e necessidades das classes subalternas¹⁴⁵” (ABREU, 2002:129).

Abreu (2002) observa que as pedagogias da ajuda e da participação, enquanto expressão de uma pedagogia subalternizante, tendem a ser problematizadas alterando a relação entre usuários e serviços assistenciais, de forma que para a autora as políticas participacionistas transformam-se “em formas reais de intervenção crítica e consciente da mesma classe na construção da história da práxis social e de si própria como força antagônica à ordem do capital” (ABREU, 2002:134).

A autora observa ainda alterações das bases sócio-históricas da função pedagógica do assistente social pela crise estrutural do sistema capitalista nos anos 1990, traduzida no esgotamento do padrão societário instaurado com o Estado de Bem-Estar, a partir do qual as “políticas compensatórias de seguridade social do Welfare State, que antes constituíam elemento vital à sobrevivência do capital (...) são apresentadas como responsáveis pela crise” (ABREU, 2002:170).

¹⁴⁴ O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina reunia profissionais da chamada Geração 65, que questionavam o modelo tradicional da profissão de orientação norte-americana. No Serviço Social do Brasil, a reconceituação é demarcada pelo Seminário de Araxá em 1967. O Documento que resulta desse Seminário reproduz em boa medida a ideologia nacional-desenvolvimentista, compondo a vertente da modernização conservadora do Serviço Social brasileiro. O ambiente de debate e crítica, resultante dos seminários do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS) em 1973, o fim do isolamento da esquerda a partir de 1978 nos encontros do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) e a proposta do Método Belo Horizonte para o Serviço Social de 1975, expressam a emersão da intenção de ruptura com o Serviço Social conservador, com referência marxista. O processo de consolidação da ruptura com o conservadorismo do Serviço Social teoricamente é demarcado pelo ensaio de Marilda Yamamoto, que se refere à legitimidade e crise do Serviço Social no processo de reprodução da força de trabalho e das relações sociais, publicado em 1982. Nele, o projeto profissional crítico se referencia na concepção marxista e na crítica à economia política, articulado ao significado social da profissão orientada pelo pensamento de esquerda do Serviço Social.

¹⁴⁵ A autora relaciona a pedagogia da emancipação das classes subalternas com o revigoramento da tradição marxista, a ruptura com o intelectualismo colonial no campo das ciências sociais, bem como o desenvolvimento na América Latina da Teologia da Libertação e atuação das Comunidades Eclesiais de Base com sua influência nos movimentos populares e no próprio Serviço Social, que possuía setores que pretendiam uma articulação da prática profissional com as lutas e organização das classes subalternas, esses setores constituíam-se em frentes de luta para superação da subalternidade (ABREU, 2002).

O princípio pedagógico neste contexto de crise do capital funda-se na obtenção de um novo conformismo, que tem como principal vetor as estratégias participacionistas e um amplo movimento de passivização, obtendo o consentimento ativo, a nova racionalidade produtiva e a neutralização das suas lutas de caráter emancipatório, em que a pedagogia da ajuda e da participação são atualizadas e redimensionadas, esta lógica se manifestando na participação dos sujeitos nos programas através da exigência de contrapartidas controladoras, e também de estratégias conselhistas na gestão das políticas sociais¹⁴⁶.

Esse processo transfere a responsabilidade da esfera estatal para a sociedade, e por isso, a politização dos usuários para a autora é um desafio para os assistentes sociais, que podem construir uma nova cultura das classes subalternas por meio de novas modalidades de participação, como as experiências de orçamento participativo e também para as experiências de luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

A função pedagógica do assistente social para Abreu (2002) deve viabilizar o acesso às informações que contribuam para a compreensão do Estado e também dos procedimentos administrativos, legais, e o rompimento com as práticas tuteladoras e clientelistas, que para autora está vinculado a processos formativos, mobilizadores e de participação popular através de processos “de reflexão, identificação de necessidades, formulação de demandas, controle das ações do Estado de forma qualificada, organizada e crítica” (ABREU, 2002:216).

A pedagogia emancipatória propõe a construção de estratégias de mobilização e organização das classes subalternas, de uma cultura contraposta à cultura dominante “visando à recuperação da unidade entre o pensar e o agir, na constituição de um novo homem, base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta” (ABREU, 2002:134).

A solidariedade e a colaboração intraclases subalternas, bem como sua mobilização, capacitação e organização, são elementos de um novo princípio educativo, constituintes da pedagogia emancipatória, na medida em que contribuem para a formação de uma nova cultura, objetivada por um conformismo proposto pelos trabalhadores, visando a superação da

¹⁴⁶ Abreu ressalta ainda que no contexto brasileiro as transformações ocorridas no mundo do trabalho por meio da terceirização e dos programas de qualidade “visam destruir radicalmente a resistência operária sindical” (ABREU, 2002:207), fato este que também se manifesta nos movimentos populares, pois o Estado imprime novas modalidades de controle sobre as classes subalternas, de modo que os movimentos sociais populares “vêm reestruturando-se, tendendo a substituir o caráter contestatório e reivindicativo frente ao Estado por um formato mais identificado com organizações propositivas e executoras de programas sociais” (ABREU, 2002:209).

sociedade capitalista e a construção de um projeto societário revolucionário, por isso colocando-se a exigência de um “trabalho de crítica do pensamento tradicional e de elaboração/difusão de uma nova e superior concepção de mundo” (ABREU, 2002:135).

Como observa a autora, a formação de uma nova cultura pelas classes subalternas, objetivando-se na formação de uma vontade coletiva como expressão de uma reforma intelectual e moral, que supõem uma unidade orgânica com a base econômica, por isso, a construção da hegemonia das classes subalternas se constitui como estratégia revolucionária nas sociedades ocidentais.

5.4. Classes subalternas, luta de classe e hegemonia

Em artigo intitulado “Classes subalternas, luta de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana”, publicado em 2009 na revista *Katálisis*, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, a Prof^a Dr^a Ivete Simionatto recupera a discussão sobre as classes subalternas, a partir das fontes gramscianas e sua relação com os demais categorias de seu pensamento, apontando para alguns elementos como subsídios à discussão das formas de subalternidade presentes na realidade contemporânea e as possibilidades de fortalecimento das lutas das classes subalternas.

Simionatto (2009) aborda o uso do termo subalterno por Gramsci, que em seus escritos pré-carcerários indica para a submissão de uma pessoa a outra, relacionado à hierarquia militar, salientando que nos *Cadernos do Cárcere* o termo é ampliado onde comparece ligado as categorias de Estado, Sociedade civil, hegemonia, ideologia, cultura e filosofia da práxis.

A autora fundamenta sua análise também a partir dos seis pontos presentes no Cad. 25 §5, estes entendidos enquanto mediações para o estudo das classes subalternas, observando que tais indicações não têm por propósito um programa de estudos historiográficos, mas “remetem à complexa tessitura do pensamento gramsciano, em que as reflexões sobre a subalternidade aparecem dialeticamente interligadas com o Estado, a sociedade civil e a hegemonia” (SIMIONATTO, 2009: 42).

Simionatto distingue entre o uso feito na atualidade do termo subalterno para descrever “as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna” (Idem), e o uso feito por Gramsci, em que o termo está associado aos “processos de dominação presentes na sociedade” (Ibidem) ligados aos processos de hegemonia.

O Estado, enquanto lugar da dominação e da unidade histórica da classe dirigente, é abordado por Simionatto (2009) a partir da afirmação de Gramsci de que a história do Estado é “essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados criados a partir do Estado burguês” (GRAMSCI, 2011d:139). Esta unidade é resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e sociedade civil, por isso, a história das classes subalternas está entrelaçada à da sociedade civil, podendo se unificar somente quando as classes subalternas se tornarem Estado, uma vez que os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, e só a vitória permanente é capaz de romper, e não imediatamente a subordinação, por essa razão os grupos subalternos estão sempre em estado de defesa, sob alerta (SIMIONATTO, 2009).

A vida estatal para Gramsci se funda em um contínuo equilíbrio entre os interesses das classes dominantes e das classes subalternas, estes que se implicam reciprocamente. No entanto, é através do Estado que as classes dirigentes mantêm o domínio e obtêm o consenso dos governados, anulando muitas autonomias das classes subalternas. Nas ditaduras modernas, para Gramsci, o Estado, ao mesmo tempo em que anula estas autonomias, empenha-se em incorporá-las na atividade estatal, de forma a centralizar a vida nacional nas mãos das classes dominantes, fundamentando seu poder desmobilizador “bloqueia as iniciativas da sociedade civil na articulação de interesses e propostas voltados à luta pela superação entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos” (SIMIONATTO, 2009: 42).

Simionatto (2009) observa que o fortalecimento da hegemonia política ocorre através da incorporação da sociedade civil ao Estado, com a formação da opinião pública pelos aparelhos privados de hegemonia, que aumentam a fragmentação das classes subalternas, criando um novo senso comum que exclui a política e a participação, e também com a assimilação no interior do Estado de diferentes camadas de classe, o que “amplia seu campo de ação, equalizando as classes juridicamente, no sentido de evitar que a ordem seja colocada em perigo” (SIMIONATTO, 2009: 43).

A autora ressalta ainda que a classe dominante reforça o conformismo com o uso do poder por meios não violentos através da sociedade civil, “apostando na desestruturação das lutas das classes subalternas, reduzindo-as a interesses meramente econômico-corporativos” (Idem), o que impede estas classes de tornarem-se dominantes, uma vez que a fragmentação da história das classes subalternas, permeada pelo senso comum e pelo folclore, “as impede de chegar a elaborações críticas sobre as formas de cooptação e as situações de exploração a que são submetidas cotidianamente” (SIMIONATTO, 2009: 43).

A influência da Igreja Católica, enquanto um aparelho privado de hegemonia, constitui-se como uma potência ideológica e contribui com o processo de dominação das classes subalternas, fornecendo elementos ao senso comum. A autora observa ainda que o fenômeno religioso que era observado por Gramsci na Itália do início do século XX “é hoje observável em escala global, extrapolando o catolicismo, através dos mais variados cultos e religiões e, dada sua imperatividade, produz normas de conduta e modos de agir em diferentes camadas de classe (SIMIONATTO, 2009: 43).

Simionatto (2009) aborda o senso comum enquanto concepções de mundo fragmentadas e desagregadas, que opinam e formulam juízos de valor, que tomados em conjunto apresentam certa coerência, podendo por isso ser entendido como uma filosofia. Por essa razão, a autora retoma a formulação gramsciana de que todos são filósofos, pois na ação prática dos homens “está contida implicitamente uma concepção de mundo, uma filosofia” (SIMIONATTO, 2009: 43).

Para Gramsci como observa Simionatto (2009), o senso comum permeia o ambiente cultural e a cultura política, e está presente em todos os grupos e camadas de classe, não se restringindo apenas a uma mentalidade popular. No entanto, ressalta a autora que “o senso comum das classes dominantes, contudo, atua como força ideológica, desmobilizadora das iniciativas críticas advindas das camadas subalternizadas” (SIMIONATTO, 2009: 43).

Tanto o senso comum como a filosofia são aspectos de um mesmo fenômeno, pois operam a ligação ideológica com o mundo, de modo que ambos se caracterizam constitutivos das relações de poder, por isso sua crítica é fundamental para a formação de uma nova vontade coletiva e superação da velha ordem, sendo o senso comum para Gramsci o ponto de partida para a formação do bom senso e unificação das classes subalternas (SIMIONATTO, 2009).

A relação entre senso comum e ideologia é abordada pela autora a partir da diversidade de expressões do senso comum como elemento unificador de um grupo social que pode tanto levar à completa desagregação ou à completa unidade.

O contraste entre o pensar e o operar próprio das classes subalternas indica a existência de duas concepções de mundo, por isso uma classe social por vezes toma para si uma concepção de mundo que não é sua, pois na falta de consciência teórica de sua ação, mobiliza um conhecimento do mundo na medida em que o transforma, mesmo que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir, afirmando desse modo uma teoria que não tem correspondência na prática (SIMIONATTO, 2009).

A busca pela unidade entre o pensar e o operar, como observa Simionatto (2009), significa para Gramsci uma ampla luta de hegemonias, primeiro no campo da ética, passando pela política e atingindo uma concepção superior da concepção do real, para a qual a unidade entre teoria e prática se constitui como um devir histórico.

A transformação do senso comum em bom senso se dá por meio da filosofia da práxis, que para Gramsci conduz a uma concepção de vida superior, buscando construir um bloco intelectual-moral e um progresso intelectual de massa, e não apenas restrito a um pequeno grupo de intelectuais, pois através da teoria é possível tornar a prática homogênea, coerente e eficiente. É nesse contexto que se insere o papel dos intelectuais que por meio da filosofia da práxis podem construir uma “consciência crítica e histórica de uma classe social” (SIMIONATTO, 2009: 45).

A importância da relação entre os intelectuais e os simples, do contato entre filosofia e senso comum, que é possível a construção de uma nova concepção de mundo e sua difusão, ligada e implícita na vida prática, uma vez que o senso comum pode ser transformado em uma concepção de mundo coerente “no contexto da luta política de uma classe (...) este é o caminho para a construção da hegemonia” (Idem).

A superação do senso comum e o modo de pensar corporativo para Gramsci como ressalta Simionatto (2009) não se restringem ao plano econômico, mas se estendem para o âmbito da cultura, das ideias e dos valores, e apontam para a necessidade de redirecionar a práxis política, libertando as classes subalternas “das formas de pensar homogeneizadas pelo pensamento liberal e o fortalecimento de projetos e ações na construção da contra-hegemonia” (Ibidem).

Por isso, para Gramsci a cultura adquire um caráter fundamental para a organização das classes subalternas, e para sua unificação, abrindo caminhos para a construção de uma vontade coletiva, crítica às concepções de mundo oficiais (SIMIONATTO, 2009).

Nos escritos do pré-carcerários, a questão da cultura, como observa Simionatto (2009), já se fazia presente enquanto elemento que possibilitava a tomada do poder pelas classes dominantes através da dominação cultural, e difusão de ideias, valores, filosofia e visões de mundo, por isso a autora ressalta o papel da cultura como condição necessária ao processo revolucionário, podendo se tornar para classes subalternas um instrumento de emancipação para a construção de uma contra-hegemonia e da transformação do senso comum em uma nova cultura.

A questão da cultura para Gramsci está ligada à emancipação das classes subalternas, sendo necessário uma reforma intelectual e moral, uma nova cultura, não apenas entendida como novas descobertas, mas sim como a difusão e socialização das verdades já descobertas, tornando-se a cultura um elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (SIMIONATTO, 2009).

A centralidade da batalha cultural para a construção da hegemonia, enquanto conquista do consenso e direção político-ideológica por parte das classes subalternas, funda-se na “construção de uma nova visão de mundo, uma proposta transformadora de sociedade a partir de ‘baixo’ com a própria participação da população” (SIMIONATTO, 2009: 46).

A autora aprofunda suas reflexões sobre a questão da hegemonia, que em sua totalidade significa a unificação de estrutura e superestrutura, “atividade de produção e de cultura, particular econômico e universal político” (SIMIONATTO, 2009: 46). Simionatto (2009) observa ainda que, se a estrutura econômica abarca “o conjunto das relações sociais”, ela forma, ao lado da superestrutura, uma totalidade, ou seja, o “bloco histórico” (SIMIONATTO, 2009: 46). Por isso, para Gramsci as forças materiais se constituem no conteúdo, e as ideologias a forma, de modo que para ele as práticas sociais são mediatizadas por todo o tecido social, ou seja, pelo conjunto das superestruturas.

As análises gramscianas não se restringem ao campo superestrutural, mas abrangem o campo das estruturas materiais, pois suas reflexões não deixam de identificar os antagonismos estruturais do capitalismo, não rejeitando a economia ou esfera estrutural. Desse modo, para a

autora Gramsci faz “um diagnóstico das novas determinações do capitalismo, dos problemas em jogo e das formas de luta para enfrentá-los” (SIMIONATTO, 2009:46).

A autora ressalta ainda que se a hegemonia é ético-política para Gramsci, não pode deixar ter também seu fundamento na esfera econômica, por isso a luta pela hegemonia não se trava apenas nas instâncias econômicas e políticas, mas remetem também à esfera da cultura, de modo que a elevação cultural das massas tem para as formulações gramscianas uma importância decisiva para a libertação da pressão ideológica das classes dirigentes.

Nas sociedades ocidentais, como observa Simionatto (2009), a conquista da hegemonia e a construção de uma vontade coletiva indicam para a necessidade de uma reforma intelectual e moral. No entanto, sendo a hegemonia o resultado das iniciativas de um complexo de organizações culturais que disseminam sua concepção de mundo na sociedade, esta não está restrita somente aos valores das classes dominantes, mas como ressalta a autora, apontam para a possibilidade de construção pelos grupos dominados de uma contra-hegemonia, e para a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas.

Desse modo, cultura e política se relacionam na perspectiva de transformação social, por isto observa a autora que Gramsci indica as formas pelas quais os sujeitos coletivos podem fazer frente à cultura dominante, por meio de práticas concretas nos partidos, sindicatos, movimentos sociais e engajamentos em suas lutas cotidianas.

Fortalecer este movimento de superação do senso através de um pensamento crítico e histórico para chegar a um nível de cultura mais crítico só pode ser construído a partir das contradições materiais da vida prática das classes subalternas, como possibilidade de enfrentamento à hegemonia capitalista contemporânea.

A linguagem para Gramsci, como observa a autora, está ligada à relação entre cultura e política, pois toda linguagem contém elementos de uma concepção de mundo e de cultura relacionada à luta pela hegemonia, o que remete ao domínio dos mais cultos sobre os menos cultos, podendo ainda por seu poder de interpretar as lutas das classes subalternas e “dar visibilidade a suas concepções de mundo, ora distantes do discurso dominante ora atravessadas por ele” (SIMIONATTO, 2009: 47).

O caminho para afirmar a autonomia e para a construção de projetos societários para além dos impostos pela hegemonia burguesa para Simionatto (2009) pode se dar por meio da

recuperação das formas de adesão ativa ou passiva das classes subalternas, e da caracterização de suas reivindicações e lutas que podem ser travadas com outros institutos organizativos da sociedade civil.

Simionatto (2009) aponta alguns elementos como subsídios à discussão sobre as formas de subalternidade presentes na realidade contemporânea, como o avanço da comunicação digital no mundo contemporâneo, e para o processo de manipulação ideológica presentes em programas de governo que operam “sob o ideário da privatização e da desresponsabilização do Estado, especialmente no âmbito dos direitos sociais” (SIMIONATTO, 2009: 47).

Para a autora, a dominação no contexto do capitalismo atual e suas diversas modalidades de subalternização e desmobilização operam um apassivamento das lutas sociais, com a manipulação das camadas populares através de programas compensatórios de combate à pobreza¹⁴⁷, que operam um transformismo, por meio da assimilação por parte do Estado, de setores das classes subalternas mediante práticas clientelistas e reprodutoras das desigualdades, de modo que perdem a centralidade, a ação política e o protagonismo popular.

A ausência e a dificuldade de organização de recursos de ação coletiva causam a desagregação e “impedem que as necessidades e demandas das classes subalternas se materializem em direitos, em plataformas de lutas políticas mais amplas” (Simionatto, 2009:47).

Para a autora, a superação da subalternidade é possível quando se adquire a consciência do próprio operar, de sua posição de classe e a natureza das hierarquias sociais e políticas, o que possibilita elaborar uma nova concepção de política, de Estado, de sociedade, superando desse modo a concepção de mundo imposta pelas classes dominantes, “substituindo a ‘espontaneidade’ pela ‘direção consciente’, por uma visão de mundo coerente, crítica e renovada” (SIMIONATTO, 2009:48).

Esse processo para a autora, como observado por Gramsci, é longo e difícil, e “exige persistência e pressão advindas do contrapoder popular” (SIMIONATTO, 2009: 48).

¹⁴⁷ Atravessados por práticas clientelistas e de cooptação, tais programas, assumidos por boa parte dos governos da América Latina, têm amortecido os conflitos sociais e, conseqüentemente, provocado a passividade e a apatia das camadas de classe subalternizadas e o arrefecimento das organizações das formas de protesto e de luta (SIMIONATTO, 2009: 47).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para apreender o significado e relevância da categoria classes e grupos subalternos para Gramsci, buscamos situar a origem e o desenvolvimento desta categoria a partir das formulações originais do seu pensamento.

Buscamos responder ao problema de nossa investigação por meio da pesquisa bibliográfica nos escritos pré-carcerários, *Cadernos do Cárcere*, mapeando as abordagens desta categoria em autores da tradição gramsciana, assim como na produção teórica do Serviço Social brasileiro nas últimas décadas.

Iniciamos esta tese estudando como Antonio Gramsci, partindo da situação de subordinação vivida na Sardenha, apreende os condicionantes da dominação inerentes e necessários ao sistema capitalista, e as particularidades históricas e territoriais da Itália, com especial atenção para a questão meridional e seus reflexos na desagregação do povo italiano.

Observamos que a vitória na luta contra a dominação do capital para Gramsci passava pela superação da questão meridional, que mantinha o Mezzogiorno em uma posição de subalternidade diante do Norte da Itália e impedia a aliança e solidariedade entre operários e camponeses.

Os termos subalterno e subordinação, no sentido literal, foram analisados a partir de suas ocorrências nos textos do período pré-carcerário, para expressar uma condição de subordinação, dominação e ou inferioridade, inicialmente relacionados à hierarquia militar, e a seguir sendo empregados por Gramsci relacionados a outros elementos de sua análise.

Em que pese Gramsci não utilizar o termo subalterno no sentido de classes e grupos sociais nos escritos pré-carcerários, o estudo realizado possibilitou apreender que os elementos que compõem as bases teórico-políticas desta categoria já se faziam presentes em suas reflexões deste período, como a desagregação, a espontaneidade, a dificuldade de se fazer uma história dos grupos subalternos, a importância da educação, da organização, a direção consciente, o papel dos intelectuais e do partido enquanto elementos necessários para o processo revolucionário

O estudo realizado possibilitou compreender a espontaneidade, a desagregação, a confusão entre política e paixão e o apoliticismo enquanto características das classes e grupos subalternos ligadas ao processo de dominação, mas que para Gramsci podem ser transformadas, de modo que evidenciamos o contraste dialético entre: espontaneidade/direção consciente, desagregação/unificação, confusão entre política e paixão/organização, bem como apoliticismo/consciência e participação.

Partimos da teoria do Estado ampliado para o entendimento da categoria da hegemonia e sua relação com as demais categorias, conceitos e estratégias revolucionárias para a compreensão da categoria classes e grupos subalternos.

Observamos que para Gramsci as funções organizativas e conectivas na sociedade são materializadas através de dois planos superestruturais com a função de hegemonia: a sociedade civil e a sociedade política ou Estado. Na sociedade política, a dominação se dá através da coerção por meio dos aparelhos repressivos do Estado, e na sociedade civil a dominação se dá com a direção intelectual e moral, por meio dos aparelhos privados de hegemonia.

Esta distinção entre sociedade civil e sociedade política para Gramsci é metódica, pois na realidade concreta, sociedade civil e sociedade política são a mesma coisa, a hegemonia na sociedade civil e o domínio na sociedade política andam juntos, de modo que a supremacia de um grupo sobre outro se manifesta como domínio e como direção intelectual e moral, obtida no campo das ideias e da cultura, a partir do equilíbrio entre força e consenso, fundada na unidade cultural e social de uma multiplicidade de vontades desagregadas, evidenciando a afirmação gramsciana de que toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica.

Observamos ainda que, na concepção gramsciana de hegemonia, estrutura e superestrutura se relacionam no interior do bloco histórico, de modo que sendo a hegemonia ético-política, esta não pode deixar de ser econômica, ou seja, para Gramsci a hegemonia é a síntese da esfera econômica e da consciência crítica. Desse modo, compreendemos que a relação entre cultura e política remete à questão da *ideologia*, que tem um peso decisivo para Gramsci na organização social, e se expressando nos comportamentos, de maneira que a luta pela hegemonia também é a luta pelas ideologias.

A ideologia para Gramsci se articula dialeticamente com a filosofia, a religião, o senso comum, o folclore e a linguagem, que expressam concepções de mundo formando uma família de conceitos correlatos, que atuam como força ideológica desmobilizadora das iniciativas das classes e grupos subalternos, por isso a educação adquire um papel fundamental para a luta política e construção de uma concepção de mundo crítica e coerente, possibilitando que a espontaneidade seja educada e transformada em uma nova cultura, necessária para o processo revolucionário.

É nessa perspectiva que apreendemos a relevância dos intelectuais (orgânicos ou tradicionais) enquanto organizadores da hegemonia na sociedade civil, através da criação e transmissão da cultura e conquista do consenso, e também da coerção nos aparatos do Estado.

A importância dos intelectuais para a luta revolucionária é fundamental, na medida em que estes se liguem aos interesses das classes e grupos subalternos na elaboração de uma nova concepção de mundo e construção da contra-hegemonia. No entanto, o que permite a estas classes alcançarem a hegemonia não são os intelectuais individualmente, mas o partido político concebido como o organizador da reforma intelectual e moral.

Desse modo, compreendemos a centralidade da cultura na construção da vontade coletiva, pois através da filosofia da práxis esta pode ser entendida de forma crítica, elevando a cultura das classes e grupos subalternos, por isso a filosofia da práxis se constitui para Gramsci no coroamento da reforma intelectual e moral, uma filosofia que é política e uma política que também é filosofia.

O estudo realizado possibilitou ainda compreendermos que o interesse de Gramsci pela categoria das classes e grupos subalternos está ligado: (i) à criação de uma metodologia de historiografia das classes e grupos subalternos; (ii) à elaboração de uma história das classes e grupos subalternos; (iii) e à formulação de uma estratégia política e revolucionária para a superação da subalternidade. Por isso, as análises de Gramsci consideram a história, a política, a literatura e a cultura em busca da elaboração de uma história integral das classes e grupos subalternos com um fim político.

No nosso entendimento, no Caderno 25 dedicado à História dos grupos sociais subalternos, Gramsci apresenta os critérios a serem adotados e aplicados para a realização de uma história das classes e grupos subalternos, levando em conta a desagregação e o caráter

episódico da história das classes e grupos subalternos, reconhecendo a tendência à unificação destas classes e grupos, esta que é sempre rompida pela classe dominante, uma vez que a unidade desta classe acontece no Estado, e sua história é essencialmente a história do Estado. Isso significa que a desagregação das classes subalternas só pode ser superada com a conquista do Estado.

Observamos também que a subalternidade se distingue por níveis, tendo em vista o grau de desenvolvimento da autonomia e organização dos grupos subalternos, níveis estes que podem ser estudados em diferentes momentos singulares e históricos e deve incluir o estudo dos partidos políticos.

Destacamos que a partir da apreensão de que a história é escrita do ponto de vista dos vencedores e raramente registra a história dos grupos subalternos, Gramsci indica no Cad. 25 a dificuldade de construir uma história desses grupos através dos registros históricos existentes, devido à forma como são retratadas pelos intelectuais as tentativas dos grupos subalternos de conquistar o poder, chamando a atenção ainda para a produção literária da época que contribuem para a passividade, o conformismo e resignação por meio da formação do senso comum dessas classes e grupos.

Apreendemos que a formulação e uso da categoria classes e grupos subalternos para Gramsci se pauta em suas observações sobre a diversidade e heterogeneidade desses grupos, que abarcam seus elementos mais marginais e periféricos que não alcançaram a consciência de classe para si, uma parte da população desagregada politicamente e culturalmente marginal, usando a categoria classes e grupos subalternos ao se referir aos escravos, aos camponeses, aos grupos religiosos, às mulheres, às raças diversas, ao proletariado e mesmo à burguesia, e ainda ao povo como o conjunto das classes subalternas. Mesmo ao utilizar o termo para designar um sujeito singular, o subalterno, encontramos um significado político ligado a esse uso por Gramsci.

O estudo realizado também possibilitou observarmos que a categoria classes e grupos subalternos adquire relevância na periferia do capitalismo, onde a contradição capital *versus* trabalho se torna mais evidente a partir dos estudos do coletivo Subaltern Studies na década de 1970 na Índia, que buscaram elaborar uma historiografia não restrita às classes dirigentes ou às elites, levando em conta a história dos grupos subalternos, retificando o preconceito elitário de muitas pesquisas.

A categoria classes e grupos subalternos tem sua origem nos *Cadernos do Cárcere*, e sua relevância se dá partir da sua relação dialética com a categoria da hegemonia, considerando o domínio e a direção intelectual e moral pelas classes dominantes. Desse modo, entendemos as classes e grupos subalternos como os sujeitos sobre os quais incide a hegemonia.

A categoria classes e grupos subalternos estava ligada para Gramsci à luta pela hegemonia na Itália, com a construção da frente única pautada na aliança entre proletariado e camponeses, assim como pela superação da questão meridional.

O poder político no Estado é reforçado pelas práticas socioculturais, de modo que a luta para a emancipação dos subalternos abrange o campo da hegemonia em todos os níveis superestruturais. Entendemos que a análise gramsciana busca apreender a totalidade da subalternidade, de maneira que suas reflexões informam um novo campo de luta, e os parâmetros para a formulação desta luta, fundada sobre a análise integral das raízes econômicas, históricas, culturais e ideológicas. A categoria classes e grupos subalternos é uma categoria histórica e política para Gramsci, por isso a importância da sua historicização para ser estudada, abrindo desse modo um vasto campo de estudos possíveis.

Quanto à teorização da categoria classes e grupos subalternos pelo Serviço Social brasileiro, a leitura exploratória revelou quatro autoras que teorizam categoria cujas produções estão de acordo com critérios adotados para a delimitação do objeto de nosso estudo.

Entretanto, ressaltamos que o termo subalterno e classes subalternas é utilizado com frequência na produção teórica do Serviço Social, mas na maioria das vezes seu uso não é acompanhado de uma teorização ou mesmo conceituação.

A partir da leitura reflexiva e leitura interpretativa das quatro autoras, evidenciou-se a unidade no que se refere à superação da subalternidade e diferentes ênfases na teorização da categoria.

Nesse sentido, observamos que Yazbek (2003) é a primeira autora a teorizar a categoria classes e grupos subalternos no Serviço Social brasileiro, recorrendo às fontes originais do pensamento gramsciano, indicando para os elementos religiosos constitutivos das classes subalternas presentes no ensaio de 1926 (“Alguns temas da questão meridional”).

Observamos que a autora se referencia nos *Cadernos do Cárcere*, ressaltando a espontaneidade como característica da história das classes subalternas e estabelecendo o nexo entre o pensar e agir dessas classes, que trazem implícitos os elementos ideológicos conservadores e tradicionais presentes no senso comum, estes que podem ser transformados em direção consciente.

Destacamos que a partir da formulação gramsciana da unidade orgânica das classes dirigentes no Estado, Yazbek (2003) explicita a fragmentação da história das classes subalternas e sua unidade que pode ser facilitada pelos intelectuais e pelo partido político.

Cabe ressaltar ainda que, na sua formulação, Yazbek (2003) se referencia na distinção feita por Marx entre a classe trabalhadora e exército industrial de reserva, estes que têm em comum a condição de dominação, exploração e exclusão, a partir da qual desenvolve o conceito de inclusão pela exclusão, uma vez que os trabalhadores e os desempregados que não conseguem garantir o seu sustento e de sua família vivem na esfera da necessidade, sendo excluídos do usufruto das riquezas produzidas, mas sendo incluídos na sociedade na condição de subalternos, na condição de pobreza.

Destacamos também o trabalho de Cardoso (1995), que inicia suas reflexões precisando os termos classes sociais e consciência de classe, referenciando-se no pensamento marxiano. É a partir dessa perspectiva que a autora observa o processo de organização dos proletários em classe e em partido político e sua constituição enquanto classe revolucionária, de modo que a condição de subalternidade está ligada ao lugar ocupado pelos segmentos de classe nas relações de produção na sociedade capitalista, determinando as demais formas de dominação (política e ideológica).

Sobre a categoria classes e grupos subalternos, observamos que Cardoso (1995) se referencia nas análises de Yazbek (2003), acrescentando que a relação entre as classes dirigentes e as classes subalternas se explicita quando as categorias Estado ou sociedade política e sociedade civil são tomadas dialeticamente.

Ressaltamos que a autora aborda a questão do partido das classes subalternas presente no Cad.25 §5, observando que um grupo subalterno exercerá uma certa hegemonia sobre os demais grupos através do partido político, por isso, destacamos a importância do proletariado industrial para o processo revolucionário para a autora, na medida em que este for capaz de

estabelecer um sistema de alianças com os demais grupos ou frações de classe contra o capitalismo e o Estado burguês.

Por fim, encontramos em Cardoso (1995) a referência à formação de uma consciência nacional popular ligada à frente única como alternativa de reorganização da sociedade, para a qual a hegemonia é fundamental para que as classes subalternas se tornem protagonistas da história e para a reforma intelectual e moral, bem como para a construção de uma nova cultura.

Estudamos também a teorização da categoria classes e grupos subalternos presente nas formulações de Abreu (2002). Observamos que sua análise está delimitada à esfera da cultura na formulação gramsciana sobre o americanismo e o fordismo, entendido como racionalização da produção e da formação de uma nova ordem moral e intelectual necessária ao processo produtivo sob a hegemonia de uma classe.

Observamos que a concepção de classes subalternas para a autora se pauta na construção da frente única (operariado e camponeses) para a luta pela hegemonia na Itália no início do século, quando a passagem das classes subalternas à classe hegemônica é desenvolvida no pensamento de Gramsci considerando o domínio e a direção intelectual e moral pelas classes dominantes.

Destacamos que Abreu (2002), por sua vez, se referencia nas formulações de Yazbek (2003) e Cardoso (1995) sobre as classes subalternas e afirma que esta categoria abrange as várias situações de exploração e dominação, ampliando suas reflexões para o campo da cultura como elemento fundamental para emancipação destas classes e para a elaboração de uma nova cultura e vontade coletiva.

A conquista da hegemonia pelas classes subalternas é entendida pela autora enquanto direção intelectual e moral e domínio político, e representa o momento em que estas classes passam dos interesses econômicos corporativos e alcançam “uma homogeneidade entre infraestrutura e superestrutura” (ABREU, 2002:28).

Ressaltamos a importância para Abreu do princípio pedagógico gramsciano de que toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica. Tal relação se efetiva em suas análises pela mediação dos intelectuais, nas quais inclui os assistentes sociais, para a formação de um

modo de vida e cultura voltados à racionalização do processo produtivo, marcado pelo conformismo social, base de uma cultura subalternizante.

Entendemos ainda que as funções pedagógicas dos assistentes sociais para a autora são determinadas pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais, remetendo desse modo a organização da cultura enquanto elemento integrante das relações de hegemonia. A partir dessa compreensão, a autora identifica três perfis pedagógicos do Serviço Social brasileiro fundados na pedagogia da ajuda, na pedagogia da participação e na pedagogia da emancipação das classes subalternas, surgida nos marcos do Movimento de Reconceituação do Serviço Brasileiro ligado aos interesses das classes subalternas.

Por fim, na sequência da teorização da categoria classes e grupos subalternos pelo Serviço Social, estudamos o trabalho de Simionatto (2009), que destaca a ampliação do termo subalterno e sua relação com outras categorias gramscianas, como Estado, sociedade civil, hegemonia, ideologia, cultura e filosofia da práxis, presentes no pensamento de Gramsci.

Destacamos que os seis pontos de estudos propostos por Gramsci no Cad. 25 §5 são considerados como mediações para o estudo das classes subalternas, e remetem às reflexões gramscianas sobre a subalternidade, que dialeticamente estão interligados à construção de seu pensamento.

Ressaltamos ainda que Simionatto (2009) distingue o uso feito da categoria na atualidade, ligado às condições de vida, à exploração e falta de recursos para a sobrevivência, e o sentido atribuído por Gramsci a esta categoria conjugada aos processos de dominação e obtenção da hegemonia na sociedade.

Observamos que Simionatto (2009) se apoia no conceito de Estado em Gramsci como lugar de dominação e da unidade das classes dirigentes, manifestadas a partir do Direito, da política, da economia que materializam a unidade no plano jurídico-formal projetada para toda sociedade, como resultado das relações orgânicas entre o Estado ou sociedade política e sociedade civil.

Apreendemos que Simionatto (2009) ressalta o equilíbrio entre os interesses das classes dominantes e das classes subalternas na vida estatal, esta que anula as autonomias das classes subalternas pelo domínio e o consenso conquistado pelas classes dirigentes, destacando ainda a autora que nas ditaduras modernas para Gramsci, o Estado incorpora às

autonomias das classes subalternas centralizando toda a vida nacional, bloqueando as iniciativas de superação da divisão entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos.

Nessa perspectiva, a incorporação da sociedade civil ao Estado se constitui como uma estratégia de fortalecimento da hegemonia política, através dos aparelhos privados de hegemonia que formam a opinião pública, e aumentam a fragmentação das classes subalternas por meio da assimilação no interior do Estado de diferentes camadas de classe.

Observamos que o conformismo é reforçado pelas classes dominantes através da sociedade civil pelo uso do poder por meios não violentos, por isso Simionatto (2009) retoma a formulação gramsciana sobre a fragmentação da história das classes subalternas que é permeada pelo senso comum e folclore que impedem a elaboração crítica sobre a realidade.

Como destacamos, há convergência nas análises realizadas pelas autoras estudadas quanto à superação da subalternidade como uma perspectiva estratégica.

Observamos que o enfrentamento e a busca da superação da subalternidade para Yazbek (2003) podem ser encontradas nos movimentos sociais, nas lutas que envolvem a população brasileira, nos partidos e nas práticas de contestação e resistência à dominação.

A autora ressalta ainda a importância da coletividade, criada a partir do reconhecimento mútuo dos subalternos, da consciência de que são iguais na pobreza, na exclusão e na subalternidade. A partir dessa coletividade, coloca-se para a autora a questão da cidadania em outro patamar no qual as classes subalternas se reconheçam como sujeitos políticos e portadores de um projeto de classe.

Nessa perspectiva, concordamos com Yazbek (2003) que a Assistência pode se constituir em um meio de superação da subalternidade, na medida em que se configura como espaço de reconhecimento das demandas dos subalternos na relação entre usuários e profissionais.

A mediação social efetivada pelos assistentes sociais, como observa a autora, pode amortecer as tensões sociais e ao mesmo tempo apoiar o enfrentamento da subalternidade e a organização dos usuários em suas lutas e resistências cotidianas.

Assim como Yazbek (2003), entendemos que sendo a subalternidade histórica, seu enfrentamento exige a superação do caráter episódico e desagregado das lutas e revoltas das classes subalternas, o que pressupõe sua unificação e a conscientização de que a exploração material e a dominação cultural que vivenciam é comum.

Nas formulações de Cardoso (1995), observamos que a superação da subalternidade esta relacionada à construção de uma ideologia, de uma nova ordem social e da direção consciente para a conquista da hegemonia das classes subalternas, bem como o rompimento da dominação ideológica. Nesse sentido, para a passagem das classes subalternas à posição hegemônica, é necessário uma nova cultura, uma concepção de mundo própria das classes subalternas, que tenha a organização como exigência fundamental.

Concordamos com Cardoso (1995) que é na luta organizada que os subalternos elevam sua consciência e sua solidariedade, constituindo-se em sujeitos; é através da organização e da consciência de classe que a unificação das classes subalternas pode ser construída. A hegemonia das classes subalternas não é algo que se resolve sem um núcleo organizatório, capaz de desenvolver uma política pedagógica com a participação das massas, e que unifique as experiências de cada um dos setores das classes subalternas em uma alternativa política. Isto significa que a organização e a consciência de classe são condições necessárias para a conquista da hegemonia pelas classes subalternas e para o socialismo.

Observamos que a superação da subalternidade para Abreu (2002) passa pela possibilidade de construção pelo Serviço Social de uma pedagogia emancipatória que proponha a construção de estratégias de mobilização e organização das classes subalternas, e de uma cultura contraposta à cultura dominante, buscando a unidade entre o agir e o pensar, para a construção de um novo homem, com uma nova subjetividade e normas de conduta.

Em Abreu (2002), destacamos a solidariedade e a colaboração intra classes subalternas, bem como sua mobilização, capacitação e organização como elementos do princípio educativo da pedagogia emancipatória para a formação e um novo conformismo proposto pelos trabalhadores, fundado na crítica e superação da sociedade capitalista por meio de um projeto societário revolucionário.

Este projeto para a autora pressupõe um trabalho de crítica ao pensamento tradicional e a elaboração e difusão de uma nova concepção de mundo, que se objetiva na formação de

uma vontade coletiva como expressão de uma reforma intelectual e moral, e também para a construção da hegemonia das classes subalternas.

Por fim, observamos que a reflexão de Simionatto (2009) sobre a superação da subalternidade destaca a exigência de uma elaboração crítica e coerente da realidade através da filosofia da práxis, o que possibilita a construção da contra-hegemonia das classes subalternas.

A partir do contato entre filosofia e senso comum, como observa a autora, é possível a construção de uma nova concepção de mundo, um novo senso comum, como caminho para a construção da hegemonia, por isso a importância dos intelectuais na construção de uma consciência crítica e histórica das classes subalternas através da filosofia da práxis, e da sua relação com os simples.

Ressaltamos que a centralidade da batalha cultural para a construção da hegemonia, enquanto conquista do consenso e direção político-ideológica por parte das classes subalternas, para Simionatto (2009), se baseia na construção de uma nova visão de mundo, uma proposta transformadora de sociedade com a participação da população, e da elevação do ponto de vista dos grupos subalternos, de modo a superar os interesses particulares, articulando-os em uma vontade coletiva nacional-popular.

Cultura e política se relacionam na perspectiva de transformação social. Nesse sentido, os sujeitos coletivos podem fazer frente à cultura dominante, por meio de práticas concretas nos partidos, sindicatos, movimentos sociais e engajamentos em suas lutas cotidianas.

A superação do senso comum através de um pensamento crítico e histórico pelas classes subalternas só pode ser construído a partir das lutas, problemas vividos e das contradições materiais da vida prática destas classes, como possibilidade de enfrentamento à hegemonia capitalista contemporânea.

Concordamos com Simionatto (2009) que o caminho para afirmar a autonomia e construção de projetos societários que rompam com a hegemonia burguesa pode se dar com a recuperação das formas de adesão, ativa ou passiva, das classes subalternas, e com a caracterização de suas reivindicações e lutas que podem ser travadas com outros institutos organizativos da sociedade civil

Assim, a superação da subalternidade pode se dar quando se adquire a consciência do próprio operar, de sua posição de classe, e a natureza das hierarquias sociais e políticas, o que possibilita elaborar uma nova concepção de política, de Estado, de sociedade, superando a concepção de mundo imposta pelas classes dominantes, e pela transformação da espontaneidade em uma visão de mundo coerente e crítica por meio da direção consciente.

Defendemos a tese de que o Serviço Social brasileiro teoriza a categoria gramsciana classes e grupos subalternos tendo como fio condutor a superação da subalternidade, esta que é relacionada ao Projeto Ético-Político da Profissão na reafirmação do compromisso com as classes e grupos subalternos e na contribuição estratégica de transformação social.

O estudo revelou a importância da distinção entre os termos subalterno, subalternidade e a categoria gramsciana classes e grupos subalternos, assim como evidenciou a necessidade de distinção dos vários níveis de subalternidade, de modo que esta categoria não seja tratada de forma genérica, o que pode reduzir a sua riqueza analítica e o seu caráter político.

Neste sentido, apontamos o vasto campo de pesquisa possível e necessário, no que se refere às classes e grupos subalternos no Brasil, estes que não compõem um grupo homogêneo.

O problema central para Gramsci é como colocar fim à subalternidade, esta que só pode ser superada através de um longo processo de luta, para isso sendo necessário compreender o que torna resistente e ao mesmo tempo flexível o processo de dominação.

Daí ser imprescindível a apreensão da historicidade da categoria classes e grupos subalternos enquanto categoria política nos marcos da tradição marxista de transformação da sociedade capitalista.

Destacamos ainda a importância do uso da categoria ser acompanhada de sua conceituação, para não vulgarizar o seu uso e não esvaziar o seu sentido político, de modo que a compreensão da hegemonia enquanto totalidade é fundamental para não reduzir esta categoria a análises culturais que desconsideram a relação capital *versus* trabalho enquanto fundamento da questão social.

Sugerimos, então, o aprofundamento na teorização da categoria pelo Serviço Social do papel do partido político, que é central nas análises gramscianas para a superação da subalternidade.

Parafraseando Gramsci (2011a), esperamos que as análises aqui realizadas não sejam fim em si mesmas, mas que adquiram um significado para justificar uma atividade prática voltada para a superação da subalternidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Trad. Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo. *As práticas do Serviço Social: afirmação ou superação da subalternidade*. 1990. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, São Paulo, 1990.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

AMMANN, Safira Bezerra. Produção científica do serviço social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, ano V, nº 14, p. 144-76, abril de 1984.

ANDER-EGG, Ezequiel. *Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Humanitas, 1969.

ANDERSON, Perry. *Las antinomias de Antonio Gramsci: Estado y revolución en Occidente*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

BALDALONI, Nicolla (Org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BARATTA, Giorgio. *Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente*. Trad. Jaime Classe. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BEZZERRA, Cristina Simões. *Globalização e cultura: caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização*. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2006.

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOTTOMORE, Tom (Edit). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BUTTIGIEG, Joseph A. Sulla Categoria gramsciana di “subalterno”. In: BARATTA, Giorgio; LIGUORI, Guido (Orgs). *Gramsci da un secolo all’altro*. Roma: Editori Riuniti, 1999, p. 27-38.

_____. “Subalterno, Subalterni. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dizionario gramsciano 1926-1937*. Roma: Carocci, 2009.

_____. Educação e hegemonia. COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andrea de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARDOSO, Franci. Gomes. *Organizações das classes e grupos subalternos: um desafio para o serviço social*. São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. *Construindo o saber. Metodologia científica: fundamentos e técnicas*. Campinas: Papirus, 1995.

CERRONI, Umberto. *Pequeño diccionario gramsciano*. Buenos Aires: Altamira, 2008.

CERQUEIRA, Monique Borba. *Pobres, resistência e criação: personagens no encontro da arte com a vida*. São Paulo: Cortez, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CIOTTA NEVES, Rita. *Gramsci. A cultura e os subalternos*. Lisboa: Edições Colibri 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. (Org). *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos: 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Gramsci e as ciências sociais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, , ano 9, n. 34, dez. 1990.

_____. *De Rousseau a Gramsci: ensaio de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____.; TEIXEIRA, A. P. (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. *Revista Sociologia Política*, n. 29, p. 63-78, 2007.

D'ORSI, Angelo (Org.). *Egemonie*. Napoli: Edizioni Danti & Descartes di Raimondo Di Maio, 2009.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.

FROSINI, Fabio. *Gramsci e la filosofia*. Saggio sui Quaderni del carcere. Roma: Carocci Editore, 2009.

FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GERRATANA, V. Prefazione. In: GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Turim: Einaud, 2007.

GIASI, Francesco (Org.). *Gramsci nel suo tempo*. Roma: Carocci Editore, 2008. 2 V.

GRAMSCI, Antonio. *La questione meridionale*. Roma: Editora Riuniti, 1966.

_____. *A questão meridional*. Seleção e introdução Franco de Felice e Valentino Parlato. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. v. 1.

_____. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. v. 2.

_____. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c. v. 3.

_____. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.

_____. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011d . v. 5.

_____. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011e . v. 5.

_____. *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. v. 1.

_____. *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b. v. 2.

_____. *Escritos políticos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

_____. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

_____. *Quaderni del carcere*. Edição crítica de Valentino Gerratana. Turim: Einaudi. 1977. 4v.

_____. *Escritos políticos*. Lisboa: Seara Nova, 1976. v. 1.

_____. *Escritos políticos*. Lisboa: Seara Nova, 1977. v. 2.

_____. *Escritos políticos*. Lisboa: Seara Nova, 1977. v. 3.

_____. *Escritos políticos*. Lisboa: Seara Nova, 1978. v. 4.

_____. *Scriti di economia politica*. Torino: Bollati Boringhieri, 1994.

GREEN, Marcus E. Sul conceito gramsciano de “subalterno”. In: VACCA, Giuseppe; SCHIRRU, Giancarlo (Orgs.). *Studi gramsciniani nel mondo 2000-2005*. Mulino (Bologna): Società Editrice il Mulino, 2007.

HESPANHA, Pedro; CARAPINHEIRO, Graça. *Risco social e incerteza: pode o Estado Social recuar mais?* Porto: Edições Afrontamento, 2002.

IAMAMOTTO, Marilda Vilella. *Serviço social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEPRE, Aurélio. *O prisioneiro: a vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIGUORI, Guido. Tre accezioni di “sublaterno” in Gramsci. *Critica marxista*, n. 6, p. 33-41, 2011. Disponível em: <criticamarxista.net>. Acesso em 14 jun. 2012.

_____. *Roteiros para Gramsci*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

_____; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dizionario gramsciano 1926-1937*. Roma: Carocci, 2009.

MACCIOCCHI, Maria-Antonia. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARRO, Katia Iris. *A rebelião dos que “sobram”*: reflexões sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos sócio-assistenciais de contrainsurgência na Argentina contemporânea. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2009.

MARTINS, José de Souza Martins. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. Livro I, Vol. II, Cap. XXIII. Trad. Reginaldo Sant’Anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [19--].

_____. ; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1989.

_____. *Manuscritos filosóficos e outros textos escolhidos*. Trad. José Carlos Bruni (etal.). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAYO, Peter. *Gramsci, Freire e a Educação de Adultos: possibilidades para uma ação transformadora*. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELLO, José Marques (Org.) *Comunicação e classes subalternas*. São Paulo: Cortez, 1980.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *A pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálise*, Florianópolis, v. 10, número especial, p. 37-45, 2007.

MONDONESI, Massimo. *Subalternid, antagonismo, autonomia*. Marxismo e subjetivação política. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales/Prometeo Libros, 2010.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. *Serviço Social e Sociedade*, ano 26, n. 84, p. 21-36, nov. de 2005.

_____. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. (Org.). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Em defesa da política*. São Paulo: Editora Senac, 2004.

_____. *As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

PASSAVENTO, Sandra Jatahy. *Emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FAPERG, 1989.

PASSERINI, Luisa. *Storia orale: vita quotidiana e cultura materiale della classi subalterne*. Torino: Rosenberg & Sellier, 1978.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2002.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Trad. Angelina Peralva. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

POLINESIO, Julia Marchetti. *O conto e as classes subalternas*. São Paulo: Annablume, 1994.

SANTUCCI, Antonio A. *Antonio Gramsci 1891-1937*. Palermo: Sallerio Editore, 2005.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

SCLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. Curitiba: Editora da UFPR, 2007.

SELLTIZ, Claire et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Herder, 1965.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os embates da filosofia da práxis*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. *Revista Katálisis*, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 12, n.1, p. 41-49, 2009.

_____. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SPRIANO, Paolo. *Antonio Gramsci, Lettere dal cárcere*. Torino: Einaudi, 2011.

VACCA, Giuseppe. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci: 1926-1937*. Trad. Luiz Sergio Henriques. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

_____. *Antonio Gramsci, nel mondo grande e terribile*. Antologia degli scritti 1914-1935. Torino: Einaudi, 2007.

_____; SCHIRRU, Giancarlo. *Studi gramsciani nel mondo 2000-2005*. Bologna: Società Editrice il Mulino, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (1ª edição 1993).